

ROSILENE DIAS MONTENEGRO

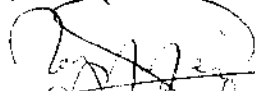
**JUSCELINO KUBITSCHKE: MITOS E MITOLOGIAS
POLÍTICAS DO BRASIL MODERNO**

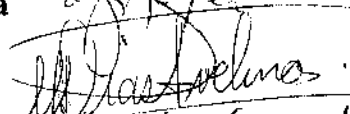
Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação do Profa. Dra. Maria
Stella Martins Bresciani.

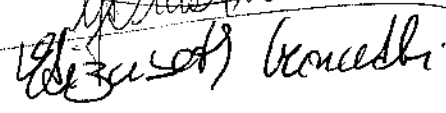
Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
19/10/2001

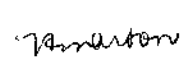
BANCA


Profª Drª Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)


Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca


Profª Drª Yvone Dias Avelino


Profª Drª Elizabeth Cancelli

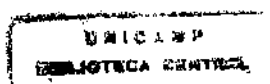

Profª Drª Izabel Andrade Marson

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca – (Suplente)

Profª Drª Marionilde Dias Brepohl de Magalhães – (Suplente)

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

outubro/2001



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	M 764 j
V.	
TOMBO BC/	47189
PROC. 16 -	837/02
C	☐
D	☒
PREÇO R\$	11,00
DATA	15-01-2002
N.º CPD	

CM00162588-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Montenegro, Rosilene Dias
M 764 j Juscelino Kubitschek: Mitos e mitologias políticas do
Brasil moderno / Rosilene Dias Montenegro . - -
Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976 – Biografia. 2. Mito.
3. Imaginário. 4. Mudança social. 5. Cultura. 6. Brasil –
Política e governo. I. Bresciani, Maria Stella Martins . II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

*Aos meus pais.
A Juliana, Augusto César e Benjamim.
A Severina Paulina, in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Para que esta tese fosse possível contei com o apoio de várias instituições e pessoas, a quem quero registrar meus agradecimentos. Início pelo agradecimento ao apoio fundamental do programa PICD/CAPES. De grande importância também foi, para mim, a assistência que obtive nas bibliotecas em que pesquisei: AEL – Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP); FGV – Fundação Getúlio Vargas (RJ); CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil; FBN – Fundação Biblioteca Nacional; Ministério da Fazenda (RJ); Ministério das Relações Exteriores (RJ); Hemeroteca de Belo Horizonte; Memorial JK; Congresso Federal; e, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. Devo, ao profissionalismo e atenção de seus funcionários, o meu agradecimento, por terem me ajudado a localizar e reunir uma parte significativa das fontes documentais com que trabalhei. Agradeço ainda aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação e da Biblioteca do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, e aos colegas de trabalho, do Departamento de História, da Universidade Federal da Paraíba, e a torcida carinhosa dos nossos alunos.

Agradeço a José Maria Couto Moreira e Serafim Jardim, pela solicitude com que atenderam os meus pedidos de informação e responderam-me algumas questões; ao profissionalismo de Maria do Socorro Pereira, que fez a revisão do texto; a ajuda de Maria do Socorro Rangel, que me representou nas formalidades burocráticas necessárias; à Rosane Dias da Silva, que me assistiu, quando dos inúmeros problemas com o computador; à Rosalva Dias da Silva e Maximiliana Souto Correia Mello, e, principalmente, à Juliana Dias Montenegro, que me ajudaram na digitação; e, à Augusto César Dias Montenegro, que me cedeu seu

espaço, para que eu pudesse trabalhar mais adequadamente, meus mais carinhosos agradecimentos.

Meus agradecimentos aos professores Izabel Marson e Robert Slenes, pela contribuição na Banca de qualificação; e, particularmente, a Marly Gomes de Almeida Vianna e a Maria José Trevisan, pela leitura atenta e generosa, devo, em parte, a minha decisão de realizar o trabalho que gostaria e não o que me parecia mais viável. Agradeço, também, a leitura paciente de José Edílson de Amorim, Josemir Camilo de Melo e Yvone Dias Avelino, que leram este trabalho quando ele era ainda um esboço e a ele fizeram sugestões muito pertinentes. E, muito especialmente, agradeço a Durval Muniz de Albuquerque Junior, que me co-orientou. Suas observações atentas, seu olhar perscrutador, seus elogios e sugestões, algumas das quais foram aqui incorporadas, me motivaram para que eu levasse adiante este meu desafio.

Meu agradecimento carinhoso a Stella Bresciani, a quem dedico grande admiração. Sua orientação, sugestões e, principalmente, a liberdade que me concedeu, permitindo que eu mudasse de tema, bem como sua atenção e profissionalismo foram fundamentais para mim.

Um trabalho dessa natureza exige, também, o apoio afetivo, suporte responsável pela motivação e persistências necessárias. Meus pais corujas, meus familiares e meus amigos, nunca me faltaram nesses sete anos de trabalho.

Aos meus filhos, que nessa reta final, fizeram de tudo para que eu pudesse direcionar minhas atenções única e exclusivamente a JK, mesmo sob alguns protestos carinhosos, devo, em muito, essa força indescritível, que o amor incita e nos dá. E a José Benjamim Montenegro, leitor perscrutador, debatedor e, sobretudo, amigo e companheiro, devo as muitas sugestões, as críticas, o incentivo, a atenção, o carinho, o amor, com que acompanhou todos os meus passos nessa minha longa jornada. São os segredos do coração.

A todos, sou muito agradecida.

RESUMO

O presente estudo tem, como objetivo, analisar a construção do mito político Juscelino Kubitschek, a partir das manifestações do imaginário mitológico que o institui. Parte-se da premissa de que o momento de profundas incertezas, vivido na década de 1950, propicia a efervescência do imaginário, dos mitos e mitologias políticas existentes, resultando daí a criação de um novo mito político e a reelaboração de conhecidas mitologias políticas. Para esta análise, busca-se a apreensão das imagens e do imaginário do mito Juscelino Kubitschek, representadas pela memória acerca desse mito, produzida por diferentes segmentos sociais, tais como: intelectuais, camadas populares, biógrafos, correligionários políticos, e o próprio Juscelino. Nota-se que este mito político surge a partir de sua própria intervenção no processo de sua construção enquanto tal e que, em determinado momento de sua instituição, atende e se confunde com os sonhos, anseios e esperanças do coletivo social de um futuro melhor. Esse mito incita a força criadora do imaginário mitológico do retorno a um tempo de felicidade, harmonia e prosperidade, o tempo da Idade de Ouro. Por vezes confundido com as mitologias políticas da modernidade, a impressão do mito Juscelino Kubitschek, principal personagem do “anos dourados”, deve-se também à recorrência à narrativa de sua vida através de uma lógica ordenada pelas fases de um tempo contínuo do surgimento, auge e morte, ou o tempo do apelo, do poder e glória, e do martírio de JK.

ABSTRACT

This study intends to analysis the making of Juscelino Kubitschek's political myth, from the manifestation of the mythological images that forms it. The postulate is that the 50 years were a period of profound uncertainties. As a result there was a great effervescence for the imaginary dimension of Brazilian society. The myths and political mythologies produced a new myth and a reelaboration of known political mythologies. To analysis this matter it is necessary to apprehend the images and the imaginary of Juscelino's myth represented by the memory produced by different social groups like intellectuals, popular classes, political counterparts, biographers, and Juscelino himself. This political myth comes from his proper intervention in the process of construction. In a certain moment of its institution it answers the hope and the wishes of people who dreams about a better future. That myth stimulates the creator powder of the mythological imaginary of the returning to a time of happiness, harmony and prosperity – the time called The Golden Age. Some times confounded with modern political mythologies, the impression of Kubitschek's myth – he was the principal personage of the "golden years" – was done because of the story of his life. That story is told according to logical stages of a rise and fall continuum or ages of appeal, power and glory, and finally martyrdom of JK.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Juscelino Kubitschek: uma história apaixonante	45
A habilidade de seduzir	52
A habilidade de persuadir	60
A habilidade de conciliar	69
Seduzir, persuadir, conciliar: as imagens de um mito	77
Capítulo 2 – JK, Mito e Mitologia Política	83
Sobre o mito político	86
Sobre as constelações mitológicas da modernidade	89
Imagens do mito	92
O mito, segundo as biografias	99
O mito, segundo os adversários	110
O mito, segundo os livros didáticos	115
O mito e a memória coletiva	127
Capítulo 3 – Em Cena, Juscelino Kubitschek	133
O surgimento do mito político	137
A experiência e a compreensão políticas	154
Os primeiros passos do mito	171
A política, uma opção definitiva	177
A luta pelo Governo de Minas	182
Juscelino no Governo de Minas	193
A preparação do Salvador	202

Capítulo 4 – O Tempo do Apelo	231
O apelo dramático	239
O apelo ao imaginário social	255
A luta pela Presidência	268
O clima do terror	273
Juscelino e os Intelectuais	277
Imagens e imaginário em ação	287
 Capítulo 5 – O Tempo do Poder e da Glória	 315
O legendário do mito JK	317
A firmeza na provação: o <i>herói gravitas</i>	327
O convite à aventura: o <i>herói celeritas</i>	339
A crença no futuro: o <i>herói legislador</i>	348
O herói arquétipo do profeta	368
 Capítulo 6 – O tempo do Martírio	 377
A cassação	386
O exílio	404
O ostracismo	415
A morte	420
 Conclusão	 425
 Fontes	 437

INTRODUÇÃO

Toda tese tem uma história. Esta também tem a sua. Meu interesse pelo estudo dos anos cinquenta começou com um projeto de pesquisa que pretendia estudar os discursos de modernização que deram origem à criação, em 1959, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Iniciei a pesquisa e à medida que ia selecionando o material para posterior análise, ia também me atendo a outros aspectos do governo JK. Chamava-me a atenção o projeto de governo, como um todo, e a personagem Juscelino Kubitschek, em particular. Então, deixei-me levar por este tema. Fui me envolvendo e, quando percebi, tudo o que lia, ouvia, assistia, via, pensava, me remetia a Juscelino Kubitschek. Se eu entrava numa livraria, lá estava um título sobre JK a me convidar. Se eu caminhava pelas ruas, de repente me deparava com um sebo e lá estava, entre dezenas de outros, um livro de páginas amareladas pelo tempo, a me chamar a atenção. Quando ia conferir, era um livro escrito pelo próprio Juscelino. Se ia a uma feira de livros, o que eu via primeiro, e antes de qualquer outra coisa, era um livro de JK. E, assim, em pouquíssimo tempo tinha adquirido toda a publicação autobiográfica de JK. Mesmo assim, não pensava em abandonar o projeto inicial, pois não tinha nenhuma problemática definida sobre o período do governo Kubitschek, mas somente curiosidades, questões vagas.

Continuava minha pesquisa sobre a SUDENE, mas meus olhos e ouvidos estavam como que treinados para identificar qualquer coisa: conversa, imagem, objeto, que estivesse relacionado ao Juscelino Kubitschek. De maneira que, às vezes ocorria de me encontrar numa fila, num ônibus, num bar, e ouvir alguém fazer um comentário sobre Juscelino Kubitschek, ou ver alguma imagem relacionada a ele; de passar por uma rua e ver que levava o nome do ex-presidente. Fui então observando a frequência com que via e ouvia reminiscências dessa personagem política e imagens com as quais foi caracterizado. E comecei a ver sua presença nos nomes de logradouros, de conjuntos residenciais e, até de bares e de pousadas. Tudo, enfim, me remetia a Juscelino Kubitschek, e isso levou-me a perceber como Juscelino Kubitschek continua presente na memória coletiva. Comecei, então, a querer entender por que sua presença continuava tão viva na memória coletiva e a me perguntar como e por que havia ele, se transformado num mito.

Deixei que o acaso me guiasse e comecei a conduzir minha curiosidade, procurando apreender o imaginário social sobre Juscelino Kubitschek. Aí, passei a perguntar às pessoas de meu círculo de amizades, aos meus parentes mais velhos, aos vizinhos e pessoas mais idosas, quais as suas lembranças em relação à época do governo Juscelino. Não utilizei os recursos do gravador ou questionários, simplesmente entabulava uma conversa, em que oportunamente, perguntava sobre os anos do governo de Juscelino Kubitschek e sobre sua figura. Ao final da entrevistas anotava as informações obtidas e destacava aquelas mais significativas no tocante às imagens e imaginário sobre Juscelino, para depois compará-las com as demais entrevistas. Consegui, dessa maneira, depoimentos muito significativos.

Essa fase de registro das impressões e apreensões sobre o mito JK foi um momento em que estava completamente absorvida com a

pesquisa. Meu filho, ainda muito criança dizia-me, em tom de reclamação, que eu só falava em JK, e que de tanto me ouvir falar, já sabia tudo sobre esse político. Dei-me conta, então, do quanto estava envolvida com o tema.

É, portanto, sobre essa personagem que trata este estudo.

Uma personagem que está muito presente na memória coletiva e no imaginário social. Uma personagem que é sempre lembrada, principalmente pelos políticos. Estes, a propósito do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek promoverão, em breve, uma comemoração que está sendo organizada pela Câmara de Deputados e pela Presidência da República, e que tem como objetivo registrar a importância dessa personagem política na história do Brasil.

Morto em 22 de agosto de 1976, em um trágico acidente, cujas circunstâncias são até hoje questionadas, Juscelino Kubitschek imprimiu-se, definitivamente, na memória e no imaginário social e político do país. Se o mito Vargas foi impresso na memória e imaginário como um *mártir*, Juscelino Kubitschek, o JK, transformou-se no mito do *moderno*, o presidente que modernizou o Brasil, o presidente dos “*anos dourados*”. A evocação a Juscelino Kubitschek, mais do que qualquer outro personagem de nossa história política, é a que mais se repete nos meios de comunicação e uma das mais presentes nos monumentos históricos (nomes de logradouros, estátuas, e a cidade de Brasília). E, parece-me, que é também uma das mais evocadas e imitadas nos discursos e práticas dos políticos, que parecem querer reeditar o carisma, a audácia, o dinamismo e a habilidade política com que foi marcada a imagem pública do mito Juscelino.

Nesse sentido, temos dois exemplos historicamente recentes: o de Collor e o de Fernando Henrique.

Em 1989, o então candidato à presidência da República, Fernando Collor de Melo, utilizou fartamente um discurso de

modernização, cujas imagens apelativas do moderno remetiam à memória e ao imaginário social de JK. Não bastando o discurso, o jovem candidato (que representava o que existe de mais arcaico e conservador na política brasileira) evocava a imagem de JK para se apresentar como a novidade do cenário político nacional, como o político audacioso, dinâmico, moderno e mais habilitado para o exercício do poder e direção do país. Assim, no intento de reforçar ainda mais essa apropriação da imagem do mito JK, o então candidato Fernando Collor de Melo trouxe para o apoio de sua candidatura, nada menos do que, a viúva e a filha de JK, as senhoras Sarah e Márcia Kubitschek. Elas subiram em palanques, e evocaram a memória de JK para pedir apoio e voto para Collor.

Eleito presidente da República, Collor fez uso do púlpito (que na antiga Grécia era o lugar sagrado onde os oradores falavam) do Palácio do Planalto. Note-se que depois de Juscelino Kubitschek, Collor foi o primeiro a usar o púlpito para falar à multidão e à nação. Mobilizava, dessa maneira, toda uma simbologia do mito JK e do mito do chefe salvador, no qual gostaria de ter se transformado, não fosse o *impeachment*.

Depois de Fernando Collor veio o outro Fernando, o Henrique. Seu discurso de campanha também mobilizou o imaginário e o mito do moderno, da modernidade e da modernização. E suas práticas também foram tentativas de imitar e reviver o mito JK. Fernando Henrique Cardoso também buscou construir sua imagem a partir de uma representação de político moderno; nem de *direita* nem de *esquerda*, mas de *centro*; dinâmico, audacioso, capacitado (intelectual, sociólogo, poliglota, um dos mentores do Plano Real, etc.); e com habilidade política.

Eleito, Fernando Henrique, também, fez uso de algumas práticas dos anos JK: a política de conciliação, a utilização da prática da

troca de favores políticos, para a obtenção do apoio à aprovação de determinados projetos. E, nos tempos em que estava com a popularidade em alta, também fez uso do púlpito do Palácio do Planalto e, portanto, de sua simbologia.

A programação para a comemoração do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek, em 2002, parece vir em boa hora para os políticos, uma vez que eles se encontram num momento de grande desgaste de sua imagem pública, em particular o Presidente da República. A comemoração desse centenário parece-me vir em boa hora, também, porque 2002 será um ano de eleição presidencial. Nesse sentido, a despeito do que foi feito nas eleições passadas, é muito provável que o imaginário do mito Juscelino Kubitschek seja, mais uma vez, posto em funcionamento na tentativa de quebrar um pouco da resistência e da desconfiança das camadas populares em relação a seus representantes políticos. De modo geral, para os políticos e para certos grupos sociais, a permanência do mito político tem sua eficácia, daí a participação do coletivo social na reinstituição desse mito.

E isto me motiva a busca, nem sempre fácil, de entender como os interesses em jogo, no período do governo JK, consubstanciaram a relação entre os grupos sociais que estavam no poder institucional, e as camadas populares que estavam fora dele. A esse propósito, no seu estudo sobre Vargas e a invenção do trabalhismo, Ângela Castro Gomes coloca uma questão pertinente, que é a seguinte: *“por que afinal no Brasil, convivemos com uma vivência política que ‘desconfia’ dos políticos e ao mesmo tempo está sempre pronta a ‘seguir-los carismaticamente’?”*. (GOMES, 1988, p.9)

As camadas populares seguiram Vargas, seguiram Kubitschek, seguiram Collor, seguiram Fernando Henrique. A participação das camadas populares na criação do mito Vargas e do mito Kubitschek foi significativa e decisiva. E, embora o presente estudo

esteja orientado por questões diferentes das de Ângela Castro Gomes, entender por que “convivemos com uma vivência política que ‘desconfia’ dos políticos e ao mesmo tempo está sempre pronta a ‘seguir-los carismaticamente’ ”, de certa forma, é, também, uma questão que se relaciona com as interrogações que perpassa esse estudo sobre JK. Nos instiga entender por que e como Juscelino conseguiu se eleger presidente, governar todo o seu mandato e se transformar num mito político, bem como, entender a importância do imaginário e das mitologias políticas no governo JK, e, por fim qual o papel que ele desempenhou, enquanto sujeito/indivíduo, na instituição de seu próprio mito.

Essas questões, hoje mais claras para mim, não estavam formuladas quando iniciei o trabalho sobre JK, pois a questão que me orientava era a de qual discurso de modernização instituía a SUDENE. Mas, à medida que fui me acercando dos aspectos daquele contexto, fui vendo que eram tempos de enorme tensão política. E a pergunta que me surgia era: a de como Juscelino conseguiu governar sob um clima tão adverso. À procura de respostas, recorri à literatura sobre o tema e percebi que o aspecto referente às tensões e aos conflitos sociais consistiu, invariavelmente, a questão destacada por todos os estudiosos que tentaram explicar esse período histórico.

A essa altura, mudado o objeto de pesquisa, eu já havia selecionado algum material sobre a SUDENE e os discursos institucionais de modernização do governo Juscelino Kubitschek, mas era ainda muito pouco para responder as perguntas que iam surgindo. Procurei, então, ampliar minhas fontes de pesquisa e obtive, em boa parte, os documentos dos arquivos institucionais do Estado de Minas Gerais, da Presidência da República e do Congresso Nacional. Esses documentos constituem-se dos *Discursos* de JK, publicados pela editora da *Imprensa do Estado de Minas* (1956) e a *Imprensa Nacional* (1956–

1961); das *Mensagens ao Congresso* (1956-1961); dos *Relatórios da Presidência* (1956-1961); das *Atas do Congresso* (Senado e Câmara, no período de 1956 a 1961). As outras fontes documentais constituem-se de *Boletins da CNBB*, publicados nesse período; dos *Depoimentos* do próprio Juscelino Kubitschek e de alguns de seus colaboradores no governo; das reportagens sobre o governo JK ou a figura política de JK, publicadas na imprensa escrita, no período de 1952 a 1961. Os jornais e revistas consultados foram: *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Estado de Minas* e o *Diário de Minas*; a revista *O Cruzeiro* e a revista *Manchete*. Consultei também o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro*, da década de 1940, com intento de perceber os indícios de como os grupos sociais perceberam seu contexto histórico. Além dessas fontes documentais, consultei uma quantidade importante de teses, artigos e biografias, que abordaram direta ou indiretamente o tema; livros didáticos de História do Brasil, destinados ao ensino fundamental e médio; documentários filmicos; e a internet. E, por fim, reunimos alguns depoimentos orais de pessoas das camadas populares, que foram contemporâneas do período JK.

A leitura da historiografia sobre o tema, a partir das teses e textos acadêmicos e trabalhos biográficos, possibilitou-me apreender o *ver* e o *dizer* o governo JK, no discurso dos meus interlocutores. Nesse sentido, pude observar que os textos da academia *viram* o governo JK e o problematizaram a partir das questões econômicas e políticas, organizadas em explicações que, geralmente, partiram de três enfoques: o ideológico, o planejamento econômico e as alianças políticas.

Já os biógrafos foram, invariavelmente, enaltecedores e saudosistas. Com raríssimas exceções, todos eles mais do que *viram*, vivenciaram aqueles anos. *Viram* e *vivenciaram* os problemas sob a ótica do governo e do governante. Estavam envolvidos com os conflitos de interesses econômicos e políticos. Comungavam da mesma visão de

mundo e de política. Viram e viveram em um momento de mudanças, e *dizem* que o país saiu de uma condição de atraso para uma de modernização.

As fontes consultadas são consensuais quanto a compreensão de que houve uma transformação da base econômica, nessa época, e, nesse sentido, destacam que o governo Juscelino Kubitschek constitui um marco na história do país. Mesmo as análises mais críticas admitem que foram significativas as mudanças ocorridas nesse período, embora façam restrição quanto aos meios utilizados para a realização das mudanças como, por exemplo, o empréstimo externo, e as consequências sociais das mudanças. De modo que, são relativamente poucas as críticas ao processo de desenvolvimento ou modernização implementado pelo governo JK. A exceção fica por conta da oposição política, e isto, deve-se ressaltar, na época em que as mudanças estavam ocorrendo.

Numa primeira análise dos jomais da época, percebi que os segmentos sociais tinham conhecimento, ou se apercebiam, do contexto de mudanças que estavam vivendo e das incertezas que gerava. Alguns grupos sociais importantes, no que diz respeito ao seu poder econômico e político, discordavam da direção da política econômica e social do governo. Esses grupos sociais discordantes eram os que formavam a oposição ao governo JK. A opinião deles era a de que estavam sendo realizadas mudanças comprometedoras das possibilidades de desenvolvimento e de solução dos problemas econômicos e sociais do país. Daí a justificativa para a acirrada oposição que faziam a Juscelino, pelo que ele representava em termos de visão de direção política do Estado e pelas alianças que compusera em torno de sua candidatura e seu governo na presidência da República.

A luta pelo poder era evidente. A oposição a JK era representada pela União Democrática Nacional (UDN), que tinha como

alguns dos principais veículos de divulgação de sua visão, e de formação de opinião, os jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa*. Além desses órgãos, a UDN também teve um espaço significativo na revista *O Cruzeiro*, cuja importância na formação da opinião pública era significativa, uma vez que era, na época, a revista de maior circulação nacional. Porém, *O Cruzeiro* não chegava a ser uma revista de oposição, antes caracterizava-se pela ambigüidade de suas posições políticas.

Passado o tempo e morto JK, alguns dos seus adversários políticos reavaliaram os posicionamentos que tomaram na época. Eles mantiveram o discurso de que fora um equívoco a política de desenvolvimento acelerado do processo de industrialização, implantado pelo governo, sem discordar, contudo, da necessidade do desenvolvimento. A discordância consistia na direção do processo e nos métodos, isto é, entendiam que as mudanças deviam ser realizadas, mas sem a intervenção do Estado e, principalmente, sem a urgência como foram implantadas. Assim, a oposição admitia, algumas décadas depois, que parte das realizações econômicas do governo JK foi importante, embora reprovasses os métodos utilizados.

Essas observações me levaram a assertiva de que não existia nenhuma opinião contrária à necessidade da realização de uma política de desenvolvimento econômico, naquele momento. Esse consenso deveu-se, provavelmente, à assimilação das teorias desenvolvimentistas em voga no pós Segunda-Guerra. Entretanto, carece lembrar que a idéia de progresso é fundamental à constituição do padrão cultural burguês e que, portanto, se encontra, mais ou menos intensamente, em todas as teorias que explicam o mundo e, principalmente, nas teorias Econômicas¹. Assim, o desenvolvimento

¹ Jürgen Habermas (1989), em um dos trabalhos em que analisa modernidade, *El discurso filosófico de la modernidad*, mostra como a idéia de progresso que se daria de forma evolutiva e

econômico era, e continua sendo, entendido como uma necessidade óbvia, à qual não cabe questionamento, dado à sua inexorabilidade. Esse pensamento implica numa grande dificuldade em se criticar o progresso ou a modernização².

As fontes documentais mostraram-me um contexto de muitas incertezas, de muitas tensões, de importantes conflitos, como já afirmei, mas também de algumas convicções no tocante às visões macro-históricas dos grupos no poder e seus macro-projetos políticos-econômicos; no tocante às questões sociais (das camadas populares e trabalhadoras); e, no tocante ao lugar do Brasil, na ordem econômico-político mundial.

As visões políticas, fundadas nas principais teorias econômicas do capitalismo, daquele contexto, o liberalismo e o intervencionismo estatal, criavam certezas que fundamentavam as visões de mundo, os projetos políticos e as inúmeras propostas que, geralmente, ficavam no campo das intenções. Logo, os principais projetos políticos dos grupos sociais, à época (os dos partidários do liberalismo e os do intervencionismo estatal, incluindo-se, aí o dos comunistas), apontavam para os problemas macro-econômicos, sobretudo, e para algumas necessidades de intervenção organizada na política social do país.

Esses projetos políticos concebiam que era necessária, e urgente, a reordenação da política econômica, no sentido da obtenção

num curso sempre ascendente, fundamenta o pensamento burguês. Habermas chama a atenção para a dificuldade do pensamento ocidental em criticar essa concepção de inexorabilidade do progresso. pp.11-34.

² Nas leituras realizadas no sentido de apreender os significados dos três termos: *progresso*, *desenvolvimento* e *modernização*, comumente utilizados para significar determinadas mudanças sócio-econômicas, constatei que o predomínio do uso de um ou outro desses três termos é datado pelo contexto. Por exemplo, o termo *progresso* foi muito utilizado até a década de 1940, já o termo *desenvolvimento* predominou até inícios dos anos 1960, sendo substituído pelo termo *modernização*, e, atualmente, se confundindo com o termo *globalização*. Deve-se ressaltar que todos eles significam a idéia de evolução.

do progresso (entendia-se que uma vez alcançado o progresso econômico, o progresso social aconteceria como uma decorrência natural do processo).

Os projetos políticos concordavam ainda que a reordenação da economia interna passava pela implantação de uma política de desenvolvimento econômico. Eram também concordantes na compreensão de que caberia a um grupo político organizado a direção das mudanças necessárias. As discordâncias consistiam no tocante ao modelo de desenvolvimento, ou seja, às compreensões referentes ao grau de intervenção do Estado e no ritmo do desenvolvimento. Havia discordâncias também quanto à participação dos grupos sociais como, por exemplo, em relação à ampliação do espaço político para as camadas populares, permitida pela política do populismo, bem como quanto à compreensão de qual grupo social deveria dirigir o processo.

Contudo, havia uma certeza que deve ser aqui ressaltada: a de que os grupos sociais e os indivíduos tinham poder de intervenção no fazer a história, e de que o exercício do poder institucional, o poder da direção do país, redimensionava o papel de intervenção desses grupos e indivíduos na construção da história. Isso, provavelmente deve-se a concepção de história resultante da influência da História oficial, calcada nas personalidades. O mais importante, contudo, é buscar entender se essa compreensão em relação ao papel do indivíduo era significativa, a ponto de refletir em suas práticas, em suas lutas pelo poder.

As questões que iam surgindo a partir da análise da fonte documental levantada iam me dirigindo para o campo subjetivo do imaginário político, das representações de modernidade, e das paixões políticas. Era esse o campo em que se colocavam as minhas curiosidades e questionamentos. Mas a historiografia do tema me prendia a uma lógica explicativa que não me possibilitava respostas às minhas inquietações. Isso porque, com algumas exceções, as

explicações sobre os anos JK encontram-se concatenadas, de tal modo, que só permitem compreender as tensões dos conflitos e das mudanças sob os aspectos econômicos e político-partidários.

No entanto, as fontes documentais me possibilitaram o conhecimento de muitos fatos e detalhes desse contexto histórico em geral, e do governo Kubitschek, em particular. Essas fontes são indubitavelmente pródigas em fatos ligados aos aspectos econômicos e político-partidários. Mas existe uma dimensão eminentemente subjetiva entre as lutas de interesses, as diferenças de visões de mundo, a concepção acerca da direção do Estado, da Nação, e, democracia, dentre outros, e das ações delas decorrentes e, por conseguinte, sua materialização. Assim, pude perceber a latência das paixões políticas, as frustrações, os medos, as descrenças e as esperanças produzidas pelos graves problemas econômicos e sociais. Pude entrever também alguns aspectos que apontam para a particularidade de uma vivência política relacionada às práticas políticas dos grupos que disputavam o poder e dos que dele estavam alijados. E, principalmente, como eram intensas as lutas das idéias e significativas as imagens que mobilizavam e produziam.

Estava diante de um dos mais ricos momentos da história do país, sobre o qual, assim me parecia, muito se tinha a dizer, mas, contraditoriamente achava, ao mesmo tempo, que a historiografia desse contexto já havia dito tudo e me perguntava o que poderia então acrescentar à história desse passado.

O estudo da documentação me levava a muitas perguntas, a maioria referia-se a detalhes, a lacunas que gostaria de precisar. Tudo parecia tão óbvio, tão claro, tão bem explicado. Com exceção dos aspectos subjetivos da sensibilidade dos grupos sociais diante de seu contexto, tudo já havia sido dito. A historiografia nos diz que o governo JK foi um dos mais importantes governos do Brasil (senão o mais

importante), e que seu governo realizou mudanças significativas para o conjunto da sociedade. Diz ainda que: o governo passou por momentos de crise, mas que foram resolvidas; que tomou medidas questionáveis por um lado, mas justificáveis por outro - como, por exemplo, a recorrência aos empréstimos externos, através do Fundo Monetário Internacional, para a realização do Plano de Metas; que o seu governo trouxe uma nova perspectiva para o País - a possibilidade de seu desenvolvimento, do tão sonhado progresso. Destaca que foi um momento de efervescência política, social, cultural e, sobretudo, que havia democracia. Lista inúmeros acontecimentos importantes ocorridos no período, dentre eles: a modernização do país, através da política do desenvolvimentismo; a construção de Brasília; a criação da SUDENE, como tentativa de resolver os problemas do Nordeste; o ressurgimento do cinema, através da chanchada; o surgimento do Cinema Novo; e mais, a criação dos “produtos de exportação”: a bossa nova e o futebol campeão do mundo.

À frente de todas essas mudanças e conquistas, estava a figura de Juscelino Kubitschek, o “*presidente bossa nova*”, um sujeito de simpatia desconcertante, carismático, moderno, e de uma habilidade política incomum, que modernizou o Brasil e transformou a fisionomia de país agrário na de país urbano, em industrialização.

Dessa maneira, apercebi-me que o discurso da modernização que procurava na instituição de uma política para o desenvolvimento do Nordeste e que resultou na criação da SUDENE, não estava somente nos discursos institucionais, do governo Kubitschek, mas também na historiografia. É claro que são construções que partem de lugares diferentes da produção de significados, que distingue o discurso institucional, interessado, dirigido, de um discurso acadêmico, refletido, ponderado, pretensamente imparcial, pretensamente científico.

Mas a matriz do discurso da modernização estava também, e muito fortemente, na historiografia produzida sobre esse governo.

O discurso da modernização permeia os estudos sobre o período JK, mas nos pareceu que os próprios estudiosos não se deram conta disto. Talvez por causa dos pressupostos teóricos, do contexto histórico em que produziram seus trabalhos (a maioria na década de 1970); ou, talvez por causa do enfoque no aspecto econômico, entendido como determinante; ou, ainda, por terem se encantado com o tema, que é, sem dúvida, sedutor, enfim, por um conjunto de razões, talvez não tenham percebido que suas explicações, de certa forma, reforçaram a visão de que a modernização é necessária, tendo, assim, reproduzido o discurso da modernização. Esse discurso consistia na ordenação lógica de uma razão que percebe o econômico como determinante e, principalmente, como algo que beneficia a sociedade como um todo, ou seja, beneficia todos os grupos sociais.

No Brasil, esse discurso traduz-se, essencialmente, pela concatenação lógica de uma concepção que vê a modernização e o desenvolvimento econômico como inevitáveis e imprescindíveis para o alcance dos níveis de progresso e desenvolvimento dos países mais ricos, e política e economicamente mais importantes do mundo. É um discurso, portanto, que não permite o questionamento da *natureza*, do processo, e por isso é concebido como óbvio devido à força de sua inexorabilidade, surgindo daí uma dificuldade de realização da crítica às suas conseqüências, ao seu sentido e seu lugar no pensamento e no mundo ocidental.

Existem algumas tentativas de questionamento do processo de modernização, efetivado pelo governo Kubitschek, mas existe, sobretudo, repetimos, uma concordância com o processo de reordenação econômica por meio da industrialização. E mesmo nas análises que questionam a forma como foi realizada a modernização,

percebi que os autores não fogem à ligação da figura do presidente Juscelino Kubitschek com esse processo, reafirmando uma das representações sobre esse período, que construiu a imagem Juscelino Kubitschek como a imagem de modernidade.

Esse consenso em relação ao êxito do governo JK e da visão de modernização não me permitiu perceber, de imediato, que os aspectos que tinham ficado à margem, eram justamente os aspectos do campo subjetivo, que continuam obnubilados, quais sejam: os aspectos subjetivos da instituição do real, em que a materialização das mudanças deveu-se, também, a criação do mito JK e a re-instituição do mito do Brasil moderno. Essa compreensão foi se formulando à medida que eu ia constatando que a bibliografia e as fontes documentais sobre o tema mostram repetidamente a imagem de Juscelino como sendo a imagem do político moderno e da própria modernidade brasileira.

A partir dessa apreensão passei a questionar até que ponto o imaginário em torno de JK é uma construção deliberada do indivíduo e de alguns grupos, e até que ponto é uma construção coletiva. Daí a busca das imagens e imaginário sobre o governo e a personagem JK, na historiografia do tema; nos depoimentos das pessoas anônimas, das camadas populares; nos livros didáticos; e, principalmente, nas biografias e autobiografias de JK.

Inicialmente, o que pude apreender dessas fontes foi muito mais um conjunto de questões do que de respostas. As questões diziam respeito à presença e a força da imagem de JK, e que me remeteram a algumas reflexões que apontam para a oportunidade de se estudar um aspecto inédito ainda na historiografia sobre o período JK, a que se refere ao aspecto do imaginário e do mito político.

A definição deste objeto, sucintamente apresentado nesta *Introdução*, resultou de um processo difícil de compreensão da historiografia, de questionamento das fontes, de questionamento das

minhas próprias certezas e de descoberta de um campo de reflexão que oferece algumas possibilidades de alargamento da explicação desse passado.

A descoberta em relação ao tema e a definição do aspecto a ser trabalhado era, portanto, só o começo. Sabia que o tema era difícil, que era um desafio, mas me propus enfrentá-lo, mesmo desconhecendo sua dimensão. Para isso precisei estudar sobre um assunto, para mim novo, tive que rever conceitos, e enfrentar dificuldades. Sei que a proposta de estudo, aqui abraçada, é ousada, seja pela originalidade do trabalho proposto, seja pela relevância do estudo, seja pela atualidade do tema, mas aceito o desafio, só me restou enfrentá-lo.

Levei algum tempo para perceber que a historiografia existente não me permitiria avançar na problemática delineada, a de analisar a construção do mito político contemporâneo Juscelino Kubitschek. Todavia, tinha a minha frente algumas dezenas de documentos, centenas de páginas que podiam conter algumas das respostas às minhas inquietações e questionamentos, mas não sabia como explorá-las, faltavam-me os instrumentos, faltava-me um referencial teórico e, sobretudo, um referencial metodológico.

Por minha conta e risco, enveredei pelo estudo do imaginário e do mito político contemporâneo. E, sendo esse tema uma novidade para mim, tive que me dedicar ao seu estudo, que cada vez mais me exigia leituras complementares para, inclusive, poder discernir, entre tantas informações, as diferentes visões teóricas sobre o tema e as que ofereciam os instrumentais teóricos e metodológicos que melhor se adequavam à problemática que decidi analisar. Por outro lado, o estudo sobre o imaginário e o mito político tem me proporcionado muitas descobertas e muito encantamento também. Percebi que são inúmeras as possibilidades de apreensão de um contexto histórico que se abrem com o estudo desse aspecto do campo subjetivo da história.

Assim, ao mesmo tempo em que fui aprendendo sobre o imaginário e o mito político, fui definindo a minha hipótese de trabalho e redirecionando minha análise no sentido de verificá-las. A essa altura, já tinha como certa a possibilidade que as fontes documentais selecionadas me permitiam entrever e ousar. A presença farta de aspectos do campo do imaginário social me levou a tomar como premissa a participação do imaginário na instituição do real e buscar apreender a importância do papel desempenhado pelo imaginário na criação e instituição do mito JK, como também na reinstituição do mito do Brasil moderno. Nesse sentido, a principal hipótese que norteia o presente estudo é a de que a mobilização do imaginário social cumpre um papel significativo na instituição do mito JK e na *re-invenção* do Brasil moderno. Em decorrência desta hipótese seguem as demais: primeiro, a de que Juscelino Kubitschek teve uma participação decisiva na construção e instituição de seu próprio mito; e, segundo, a de que a mobilização do imaginário social do mito da modernidade tem uma importância significativa no desencadeamento das ações que efetivamente materializaram, no Brasil, mudanças características das sociedades modernas.

Definidas as premissas e as hipóteses do trabalho, o passo seguinte foi definir o referencial teórico e os procedimentos metodológicos.

A premissa de que o imaginário social tem a sua parcela de participação na constituição e instituição da realidade objetivada, já foi colocada por historiadores, antropólogos, filósofos e por pensadores sociais, em geral.

Os estudos sobre a imagem, a imaginação e o imaginário, remontam à década de 1930, com a publicação, em 1938, do livro: A

psicanálise do fogo, de Gaston Bachelard³. Esse foi o primeiro livro de uma obra filosófica que se dedicaria a apreender os significados do imaginário na sociedade moderna. Bachelard constitui-se, assim, um dos precursores do estudo do imaginário. Depois dele houve o estudo de Jean-Paul Sartre, *O Imaginário* (1940)⁴.

No entanto, a perspectiva adotada por Sartre era diferente da apresentada por Bachelard, posto que repetia a negação da importância do imaginário na apreensão e constituição do mundo real. Pouco tempo após a publicação desse livro de Sartre surge um outro estudioso dos aspectos do campo do imaginário. Tratava-se de Mircea Eliade, historiador da religião, que retomava as premissas de Bachelard e ampliava, com suas análises, o campo de estudo do imaginário.

Eliade produziu uma importante obra para a História da Religião, para as chamadas ciências sociais como um todo, e para a Antropologia, em particular. Seus estudos versam sobre as imagens, o imaginário e o mito e dentre os seus trabalhos, encontram-se: *O mito do eterno retorno*, (1948); *Tratado de história das religiões*, (1949); e *Imagens e Símbolos* (1952). Lévi-Strauss também foi um dos precursores desse campo de estudo. Suas principais reflexões a esse respeito encontram-se nos livros: *Estruturas elementares da parentela*, (1949); e, *O pensamento selvagem* (1962).

É do conhecimento do meio acadêmico que a História vem passando, há algumas décadas, por um movimento de revisão de seus paradigmas, de suas certezas, e que nesse sentido foram colocadas à História novas problemáticas, questionamentos e motivações. Esse

³ Até os anos 60, do século XX, era reinante a desvalorização da imagem e do imaginário. Mircea Eliade e Gilbert Durand, dentre outros que estudaram o imaginário, falam-nos sobre isso nos seus trabalhos; afirmando que a simples utilização dos termos imagem e imaginário, era suficiente para que a proposta analítica fosse malvista, tamanho era o preconceito existente.

⁴ Com o intuito de apresentar a cronologia desses estudos, todas as datas que se referem aos trabalhos feitos pelos precursores do estudo do imaginário, referem-se às primeiras publicações, na língua-mãe.

movimento historiográfico deu ensejo ao interesse pelo tema do imaginário, surgindo daí novas contribuições para a discussão e compreensão desse tema. Dos estudos mais recentes, tomei, como referência à fundamentação teórica deste trabalho: Gilbert Durand (1997; 1998), Raoul Girardet (1986), Michel Vovelle (1987) e Michel de Certeau (1993). Dos estudos dos autores que representam a primeira geração da análise do imaginário e do mito constituem, também, leitura indicada para o aprofundamento da compreensão sobre o imaginário e o mito, mas faz ressalvas a certas imprecisões de Lévi-Strauss. (Bachelard, Eliade, Levi-Strauss), muito me ajudaram os trabalhos de Eliade.

De modo geral, esses cientistas sociais tentaram entender o que é o imaginário, cada um segundo sua formação, referencial, questionamentos, motivações próprias. O objetivo precípua foi o de compreender o papel e o significado do imaginário na apreensão e, conseqüentemente, na instituição do social, ou da realidade objetivada. Seus estudos têm mais semelhanças do que diferenças no tocante à relevância que atribuem ao imaginário. São estudos que enfrentam o desafio de se opor à desconfiança quanto as possibilidades de análise dessa importante dimensão social. São estudos que criticam veementemente o estatuto racional do pensamento ocidental, que lutam contra os preconceitos acerca do imaginário e que, por sua qualidade teórica, impuseram o reconhecimento da relevância do tema.

Gilbert Durand (1998), num ensaio que produziu acerca do imaginário, intitulado: *O imaginário. Ensaio acerca das ciências da filosofia da imagem*, mostra, resumidamente, alguns aspectos do processo histórico que fundou a cultura Ocidental. Seu propósito foi apontar alguns fatos marcantes e decisivos na criação do preconceito em relação à imagem e ao imaginário. Nesse sentido, Durand afirma que algumas das principais diferenças entre as instituições das sociedades

(que ele chama de civilizações) ocidentais e as não-ocidentais, residem na postura que têm em relação à imagem. Para ele, as sociedades não-ocidentais *“nunca separaram as informações (digamos “as verdades”) fornecidas pela imagem daquelas fornecidas pelos sistema da escrita”,* até porque o seu sistema de escrita é ideogramático, ou seja, *“o signo escrito copia algo num desenho quase estilizado sem limitar-se a reproduzir os signos convencionais, alfabéticos e os sons da língua falada”* (DURAND, 1998, p.6). Já no Ocidente, desenvolve-se o sistema de escrita alfabética, com *“enorme riqueza de sintaxes, retóricas e todos os processos de raciocínio sobre a imagem mental ou icônica”* (DURAND, 1998, pp. 5-6).

Para Durand essas diferenças tomam-se substanciais no que diz respeito à recepção da imagem. As sociedades não-ocidentais *“estabeleceram seu universo mental, individual e social em fundamentos pluralistas, portanto, diferenciados”* (DURAND, 1998, p.7), enquanto o Ocidente fundamentou *“seus princípios de realidade numa verdade única, num processo de dedução da verdade, num modelo único do Absoluto sem rosto e por vezes inominável”* (DURAND, 1998, p.7).

Segundo Durand, o Ocidente “quase sempre desafiou as imagens”. Isto é, desde a constituição do pensamento socrático, que se funda no estabelecimento de verdades, passando pelo cristianismo, que é monoteísta e iconoclasta, o racionalismo de Descartes, chegando até o positivismo e o historicismo. A civilização ocidental desenvolve um padrão de pensamento que se orgulha de ser lógico, verdadeiro, unívoco, fundado no processo de raciocínio lógico *ou verdadeiro, ou falso*. Esse pensamento ocidental, calcado na lógica racional, enseja, o que Durand denominou de uma desconfiança iconoclasta endêmica, ou seja, uma desconfiança *“que ‘destrói’ as imagens ou, pelo menos, suspeita delas”* (DURAND, 1998, p.7).

Para Durand, estava claro que essa historicidade da “civilização Ocidental” resultava na desqualificação da imagem e do imaginário. E ele diz isso claramente no seguinte trecho de seu ensaio:

“Lógico que, se um dado da percepção ou a conclusão de um raciocínio considerar apenas as propostas ‘verdadeiras’, a imagem, que não pode ser reduzida a um argumento ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ formal, passa a ser desvalorizada, incerta e ambígua, tornando-se impossível extrair pela sua percepção (‘sua visão’) uma única proposta ‘verdadeira’ ou ‘falsa’ formal. A imaginação, portanto, muito antes de Malebranche*, é suspeita de ser ‘a amante do erro e da falsidade’. A imagem pode se desenovelar dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável. Incapaz de permanecer bloqueada no enunciado claro de um silogismo, ela propõe sua ‘realidade velada’ enquanto a lógica aristotélica exige ‘clareza e diferença’ ”. (1998, p.10)

Segundo Durand, essa desconfiança do Ocidente em relação à recepção da imagem propiciou, paradoxalmente, um significativo impulso ao progresso das técnicas de produção de imagem. E foram justamente os próprios avanços das técnicas e das mudanças materializadas por esse progresso que originaram o questionamento da relação do pensamento ocidental com a imagem. As reflexões sobre a imagem, a imaginação e o imaginário, que irrompem a partir da década de 1930, como foi mostrado anteriormente, surgem dos limites colocados pela “desconfiança iconoclasta endêmica”, que o pensamento

* Nicolas Malebranche (1638-1715), filósofo cartesiano francês (N.T.)

ocidental criou em relação à imagem, e que se tornavam descabíveis e mesmo impeditivas à produção de novos saberes.

A tensão entre o pensamento ocidental tradicional e as novas problemáticas e abordagens, resultou numa verdadeira luta travada no campo das idéias e do debate intelectual, para o estabelecimento da importância da imagem, e de seu papel, na compreensão e instituição das sociedades. A imagem, chamada pelos cartesianos de a *“louca da casa”* conquistada, a custo de muita luta, seu lugar na reflexão acerca do social. Para isso, foram decisivos o surgimento da psicanálise, e as inovações ocorridas nos campos de saber da Antropologia, Etnologia, Filosofia e História. Todos esses novos estudos comprovaram que a imagem, a imaginação e o imaginário constituíam formas de percepção e apreensão do mundo extremamente significativas à compreensão e explicação da lógica racional e do próprio mundo real. Comprovaram, ainda, que, longe de ser uma expressão do pensamento *“pré-lógico”* e, portanto, inferior ao raciocínio lógico, o imaginário constitui-se elemento fundamental ao raciocínio e percepção do mundo. Nessa perspectiva, afirma Durand (19987, p.37), que os estudos clínicos de Freud,

“(…) comprovaram o papel decisivo das imagens como mensagens que afloram do fundo do inconsciente do psiquismo recalcado para o consciente. Qualquer manifestação da imagem representa uma espécie de intermediário entre um inconsciente não manifesto e uma tomada de consciência ativa”.

Ou, dito de outra forma:

“(...) Todo pensamento humano é uma representação, isto é, passa por articulações simbólicas. (...) não há uma solução de continuidade entre o ‘imaginário’ e o ‘simbólico’. Por consequência, o imaginário constitui o conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana”. (DURAND, 1998, p.41)

A luta travada para provar que a imagem e o imaginário têm papel decisivo na representação do mundo durou algumas décadas, e, embora persista a desconfiança iconoclasta, a *endemia* parece controlada. Os novos saberes, as novas teorias e metodologias sociais no campo do imaginário resultaram numa epistemologia do imaginário que desconstrói a lógica racional que, por longo tempo, manteve presa a “louca da casa”.

Não obstante suas diferenças, constituem referências para o presente trabalho, as principais compreensões de Eliade, Durand, Girardet, Vovelle e Certeau, acerca do imaginário. Esse referencial me levou a dotar as categorias analíticas para o estudo do imaginário: *imagem, imaginação, símbolo, estrutura, regime, arquétipos, representação, “constelação mitológica”,* dentre outros. A utilização dessas categorias me ajudou a significar os complexos aspectos do campo subjetivo da instituição do real. Esse aporte constitui referência para pensar a *estrutura do imaginário*, definida por Durand (1960, p.63) como sendo o conjunto de “*certos protocolos normativos das representações imaginárias, bem definidos e relativamente estáveis, agrupados em torno dos esquemas originais*”.

Por isso, entendo ser importante, também, apresentar minha posição em relação ao risco de se enveredar em uma análise estruturalista, e, mais uma vez, recorro a Durand, no objetivo de precisar o seu entendimento sobre “estrutura”, devido a ambigüidade de sua

significação, bem como explicitar suas diferenças teóricas em relação a Levi-Strauss. Para Durand, a concepção de “estrutura” em Levi-Strauss carece de maior precisão, de se *“acrescentar alguma coisa à noção de ‘forma’ concebida quer como resíduo empírico de primeira instância, quer como abstração semiológica e condensada resultando de um processo indutivo”*.

Para Durand (1960, pp.63-64),

“A forma define-se como uma certa parada, uma certa fidelidade, um certo estatismo. A estrutura implica pelo contrário um certo dinamismo transformador. O substantivo ‘estrutura’ (...), na falta de melhor, (...) significará simplesmente duas coisas: em primeiro lugar que essas ‘formas’ são dinâmicas, ou seja, sujeitas a transformações por modificações de um dos termos, e constituem ‘modelos’ taxionômicos e pedagógicos (...). Em segundo lugar: (...) as estruturas, tal como os sintomas na medicina, são modelos que permitem o diagnóstico e a terapêutica. (...) De momento, contentemo-nos em definir uma estrutura como uma forma transformável, desempenhando o papel de protocolo motivador para todo um agrupamento de imagens e suscetível ela própria de se agrupar numa estrutura mais geral a que chamaremos *Regime*”.

Uma das mais contundentes críticas feitas à concepção de “estrutura”, como uma teoria de análise do social, consiste na tendência a se perder a historicidade dos objetos analisados. Acatei o entendimento de “estrutura” formulado por Durand por estar convencida de que sua concepção preserva a particularidade da historicidade. Esse

entendimento é, de certo modo, corroborado por Michel Vovelle quando afirma que: *“a imagem reflete as agitações do tempo curto, em certos casos reforçando-lhes o traço, mas o faz dentro de um quadro determinado, no qual se insere o peso de uma herança de longa duração”* (VOVELLE, 1997, p.31).

A exposição, acima, tem como objetivo, apresentar as principais noções que orientam o presente estudo, a fundamentação e a opção teórica para a análise do mito JK. A base para se apreender, pensar, analisar o mito é buscada, sobretudo, em Eliade, Durand e Girardet.

Eliade (1949, p.7), afirma que:

“(...) Começamos a compreender hoje algo que o século XIX não podia nem mesmo pressentir: que o símbolo, o mito, a imagem pertencem à substância da vida espiritual, que podemos camuflá-los, mutilá-los, degradá-los, mas que jamais poderemos extirpá-los”.

Nesse sentido, completa, Durand (1986, p.63):

“(...) O mito é já um esboço de racionalização, dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em idéias. O mito explicita um esquema ou um grupo de esquemas. Do mesmo modo que o arquétipo promovia a idéia e que o símbolo engendrava o nome, podemos dizer que o mito promove a doutrina religiosa, o sistema filosófico ou, como

bem viu Bréhier, a narrativa histórica lendária. É o que ensina de maneira brilhante a obra de Platão, na qual o pensamento racional parece constantemente emergir de um sonho mítico e algumas vezes ter saudade dele”.

Eliade e Durand constituem referência, principalmente, no tocante ao embasamento teórico para a análise do mito, e Girardet corrobora para esta fundamentação, ao alargar o horizonte conceitual do estudo do mito, com a compreensão de que o mito pode ser apreendido como narrativa, como mistificação, e como ação mobilizadora.

Já o estudo de Girardet me ajudou enormemente no trabalho da relação entre o imaginário, o mito e a política, que perpassa toda a análise feita neste trabalho, e que se apresenta de maneira evidente no tratamento das fontes documentais, e na reconstituição do processo de construção e instituição do mito JK. E sobre essa relação cabem algumas considerações. Primeiramente, porque é esse campo de relação do imaginário, mito e política, o que busco desenvolver ao longo deste trabalho. Segundo porque a reflexão dessa relação é pertinente para a linha de pesquisa: *os jogos da política*, na qual se inscreve este estudo, e para a qual tem a modesta pretensão de contribuir. E, por último, porque é justamente o estudo dessa relação que confere a originalidade e a pertinência do presente trabalho.

Segundo pude compreender, a relação entre o imaginário, o mito e a política é imanente, e, nesse período histórico em que se constrói o mito JK ela é também muito evidente. Mas só pude entender isso depois que adotei a premissa de que o imaginário constitui um dos elementos instituidores do real, e voltei minha atenção para apreensão do imaginário, as imagens, os mitos e as mitologias políticas relacionadas e/ou utilizadas na mobilização política. Devo, contudo,

ressaltar que a adoção dessa premissa significou, para o desenvolvimento deste trabalho, uma postura teórico-metodológica extremamente importante no processo de investigação e apreensão das informações das fontes documentais que, em parte, foram as mesmas utilizadas pelos estudiosos do período JK com os quais dialoguei. Essa premissa me possibilitou a busca de uma alternativa analítica original, no estudo do tema JK e também da história política do contexto em que se constrói esse mito.

Dessa forma, o presente trabalho busca compreender como o imaginário social, efetivamente, institui, organiza e estabelece o real, a partir do estudo de um contexto histórico dado e da construção de um mito político. A adoção dessa premissa possibilitou-me uma postura e um tratamento diferentes do objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que operou a recusa de uma lógica racional submetida *“a uma rigorosa ordenação do discurso e facilmente acessível à exclusiva inteligência lógica”* (GIRARDET, 1987, p.10).

Nas leituras que realizei, pude ver que no universo imaginário cabem, dentre outras formas de apreensão e representação do mundo, as constelações míticas e o imaginário político. Mas, pude ver também que são efetivamente poucos os estudos que ousam penetrar nesse campo em que: *“tudo o que escapa às formulações demonstrativas, tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar”* (GIRARDET, 1987, p.10).

O imaginário é uma forma do raciocínio que não está rigorosamente submetido a uma racionalidade lógica da representação do mundo. Nesse sentido, é possível afirmar que o imaginário constitui uma forma de apreensão e representação do mundo em que as idéias, as imagens, a imaginação, as representações, os símbolos, os mitos, o

imaginário político, o imaginário religioso, *etc.*, não obedecem a uma racionalidade lógica. O mito, por sua vez pode ser entendido como uma ordenação não racional dos aspectos e coisas que explicam o mundo, as sociedades, os indivíduos, algumas ações e sentimentos, alguns elementos da natureza, e, mesmo algumas instituições sociais. O mito político é, segundo Girardet, fundamentalmente polimorfo e ambivalente.

O imaginário está presente, mais ou menos intensamente, em todas as formas de apreensão e representação do real, nas ações dos indivíduos e dos grupos sociais e, por conseguinte, nas práticas políticas. Daí o entendimento dos estudiosos do imaginário, de que ele participa ou constitui um aspecto dos processos de instituição do real. Daí ser considerado um dos motivos pelos quais o imaginário se afigura como um campo de fundamental importância para o estudo das sociedades e, especialmente, da política. Por isso, o imaginário constitui algo extremamente complexo e, particularmente, impreciso que é possível ser definido, mas que é desaconselhável fazê-lo, uma vez que a definição implicaria em seu reducionismo.

Quanto a relação do imaginário com a política, pode-se observar que o imaginário é imanente à formação do mito político e que funciona como um elemento de irrupção de ação criadora. Talvez por isso seja tão acionado pela política.

O imaginário está presente nas representações e ações que constituem os jogos da política. E a política constitui um campo em que se pode verificar mais evidentemente a presença e a ação do imaginário e dos mitos e das mitologias. A esse respeito, o estudo de Girardet sobre os mitos e as mitologias políticas contemporâneas nos oferece uma significativa contribuição para a reflexão da relação entre imaginário, mito e política. Girardet notou que as perturbações políticas ocorridas nos dois últimos séculos da história europeia se fizeram acompanhar de uma notável efervescência mitológica (Cf. GIRARDET,

1987, p.11). Essa constatação de Girardet pode ser verificada em alguns contextos históricos do último século da história brasileira. Também no Brasil, pode-se constatar, com irredutível evidência, que as perturbações políticas ocorridas se fizeram notar por uma significativa efervescência mitológica.

Neste trabalho, pude observar, que o campo das representações e das ações políticas evidencia, pareceu-me, mais do que outros, o quanto existe de imbricação entre o imaginário, o mito e a política. No tocante ao período em que se enceta a construção do mito JK, pude perceber como foi importante o papel da política no acionamento do imaginário, dos mitos e das mitologias, bem como da irrupção dessa potência onírica. E, como, ao mesmo tempo, o mito e o imaginário constroem outras dimensões para a política.

Surgido em um contexto histórico de profunda tensão, em que foi ao mesmo tempo produto e autor, Juscelino Kubitschek só se transformou em uma personagem política mítica a partir da irrupção do imaginário, dos mitos e mitologias políticas que o próprio imaginário político pôs em funcionamento e, que ele pôde compreender e atuar politicamente no sentido de canalizar em seu favor a força da ação criadora do imaginário e das mitologias políticas.

Os sonhos dos diferentes grupos sociais foram considerados, as idéias de progresso foram redimensionadas, o pessimismo transformado em esperança, os mitos colocados em funcionamento para a mobilização do imaginário e para a persuasão política. A *fala*, outro aspecto fundamental na ação política foi direcionada para o convencimento dos grupos sociais de que a modernidade e a modernização eram necessárias, de que o atraso econômico devia ser superado, e dessa forma se mobilizavam algumas mitologias políticas, como a da Idade de Ouro, em que se redescobriria a felicidade, e a da redenção que libertaria o povo brasileiro das suas

mazelas e o guiaria, finalmente, no cumprimento do seu destino de grande nação, lhe assegurando, assim, o reino da justiça.

É difícil precisar se é o imaginário social que mobiliza a política ou é esta que mobiliza o imaginário social, mas pude observar que as imagens do chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva, dentre outras, foram postas em funcionamento. Elas estavam presentes tanto nos grupos que se propunham corresponder a essas imagens, quanto nas camadas populares. E, por um conjunto de fatores, coube a Juscelino Kubitschek, cumprir essa função do mito político.

A relação entre o imaginário, o mito e a política, é possível ser verificada praticamente em todas as circunstâncias das ações políticas e das manifestações do imaginário e mito políticos. Em alguns momentos essa relação se faz mais evidente, como nos anos eleitorais, nos movimentos sociais de contestação política, por exemplo. Mas ela está presente todo o tempo, basta observar o campo subjetivo do mundo em que vivemos.

Ainda, no tocante a relação entre imaginário, mito e política, e as inúmeras possibilidades de inter cruzamento desses aspectos na análise dos jogos da política, me arrisco a afirmar que muito, ainda, está por se estudar, discutir, questionar e se fazer.

No que diz respeito ao presente trabalho, encontrei em Raoul Girardet a inspiração para o procedimento metodológico e para a estruturação da nossa análise. O procedimento proposto aqui apresenta-se como um método indutivo de ordem essencialmente pragmática. Os questionamentos, as observações e constatações feitas às fontes encontram-se organizadas em torno de um núcleo central, a que entendemos por “constelação mitológica”. O termo “constelação mitológica” foi usado por Durand *“para conceituar os conjuntos de construção míticas sob o domínio de um mesmo tema reunidas em torno*

de um núcleo central" (GIRARDET, 1987, p.20), e adotado por Girardet, como parte de seu procedimento metodológico, para o estudo dos mitos e mitologias políticas.

O presente trabalho se organiza a partir de um "núcleo central", ou uma "constelação mitológica". Em torno desse núcleo, reuni as imagens, os aspectos do imaginário, e as representações do mito JK. Em seguida, busquei verificar a relação desses aspectos com a mitologia política do Brasil moderno e as representações do mito JK, de ordem acadêmica, biográfica, institucional, das camadas populares ou de outras fontes.

Início pela visualização do contexto histórico dos primeiros anos da década de 1950, onde procuro destacar os elementos do campo subjetivo. Em seguida tento apreender a atuação de Juscelino na luta pela presidência, a estratégia da campanha eleitoral e as imagens que mostram uma representação do imaginário político, em geral, e do mito JK, em particular. Para isso procurei, primeiro, reconstituir alguns aspectos do contexto histórico referentes ao ambiente de incertezas e o debate das idéias, buscando perceber nas visões de mundo que fundamentavam os discursos políticos e as representações sociais de então, os indícios que possibilitaram o surgimento do mito JK e a mobilização do imaginário mitológico da modernidade.

Em segundo lugar, procedi à análise das imagens nos discursos de Juscelino, partindo da premissa de que ele interveio conscientemente na re-instituição do imaginário do Brasil moderno e na construção da sua própria imagem, como sendo a imagem do chefe salvador.

O presente trabalho encontra-se organizado em seis capítulos.

O primeiro capítulo, *Juscelino Kubitschek, uma história apaixonante*, tem como objetivo apresentar as questões mais frequentes

nas análises sobre o governo JK, que são as que se referem ao populismo, ao desenvolvimentismo e às alianças político-partidárias; e, mostrar que a construção do mito passa também pela produção acadêmica, mesmo a mais crítica.

O segundo capítulo, *JK: mito e mitologia política*, tem como objetivo mostrar como esse mito político continua presente no imaginário e na memória coletiva. Para isto, utilizamos lugares da memória social que indicam como JK transformou-se numa referência de um tempo, de um ideal de comportamento e habilidade política, e, de como sua imagem está associada ao imaginário da “grande nação”; e, a um período de modernização; melhorias das condições de vida das camadas populares, e da ascensão sócio-econômica.

O terceiro capítulo, *Juscelino, de menino pobre a estadista do Século*, constitui uma tentativa de apreender as imagens e as representações do mito da modernidade e do mito JK, produzidas pelos biógrafos dessa personagem política e por ele próprio.

O quarto capítulo, *O tempo do apelo*, pretende mostrar a irrupção do mito, a partir da ação do indivíduo Juscelino Kubitschek no seu contexto histórico, destacando o potencial imaginário posto em efervescência pelo momento de crise que redimensiona: a incerteza, a frustração, a descrença, o pessimismo.

O quinto capítulo, *O tempo do poder e da glória*, tem como objetivo mostrar o significado das mudanças realizadas no governo de Juscelino Kubitschek e sua profunda relação com a mobilização do imaginário social, dos mitos e mitologias políticas da modernidade.

O sexto capítulo, *o tempo do martírio*, tem como objetivo analisar a conclusão da construção do mito JK a partir da narrativa referente ao período que compreende o tempo de sua cassação até sua morte.

Esperamos que, passado meio século da entrada de Juscelino Kubitschek no cenário político brasileiro, e mais de quarenta anos do seu governo, talvez estejamos em melhores condições de contribuir para a compreensão dos sentidos históricos produzidos pelos comumente denominados “*anos JK*”, que nos remetem a alguns enunciados e imagens de excepcionais significados para a compreensão desse tempo, ainda tão presente na memória social.

CAPÍTULO 1

JUSCELINO KUBITSCHKEK: UMA HISTÓRIA APAIXONANTE

Neste nosso estudo, vimos que a produção historiográfica sobre o governo JK e a personagem Juscelino Kubitschek, caracteriza-se, sobretudo, por ser uma história apaixonada.

São apaixonadas as visões políticas que se revelam nas representações acerca desse contexto e desse ator históricos. Sejam essas visões, tendentes a concordar, ao menos em parte, sejam para rebater, em parte, as realizações e as direções políticas e econômicas adotadas no período JK ou, “anos JK”, como é também denominado.

A leitura desse período parece exigir um posicionamento claro, não obstante todos os senões. Falar sobre esse período tem sido invariavelmente falar também sobre a personagem JK, tal a ligação dos dois: tempo e ator, coletivo e indivíduo.

Sobre o período e o indivíduo JK foram escritos vários trabalhos. Segundo a catalogação, produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), foram publicados, até 1992 (data da catalogação), somente no eixo São Paulo-Rio-Brasília, 441 títulos, que direta ou indiretamente versam sobre esse período.

Nossa primeira reação diante dessa informação foi de surpresa. Não sabíamos que existia uma quantidade numericamente tão significativa e, inicialmente, nos pareceu impossível consultar e analisar toda essa quantidade de títulos. Depois, observando melhor, vimos que, desses 441 títulos apenas 5,5% se referem a análises específicas sobre o período e, dessas, uma percentagem ainda menor refere-se a uma produção de caráter acadêmico, cerca de apenas dez trabalhos (ensaios, dissertações e teses). Os demais títulos referem-se a documentação oficial e a trabalhos, em grande parte, de caráter acadêmico, que fizeram referências ao período em capítulos de livros e teses, artigos, folhetos, *pré-prints*, etc.

Essa observação nos levou a pergunta, ainda sem resposta, do por quê serem tão poucas as análises sobre período JK, consensualmente considerado um momento de enorme importância da nossa história. Essa pergunta causa ainda mais curiosidade se comparamos essa quantidade de títulos, com a quantidade de trabalhos produzidos sobre o período Vargas, por exemplo.

Assim, foi relativizada a impressão inicial de que era muito grande volume da bibliografia para o trabalho de consulta, e de que seu acesso poderia ser problemático. Sem grandes percalços, conseguimos consultar boa parte desses trabalhos, especialmente os classificados como de referência indireta, publicados em periódicos e seriados.

Dos estudos classificados, pelo catálogo do CPDOC, como trabalhos de referência indireta sobre o governo JK, destacamos os de Maria José Trevisan e Caio Toledo Navarro¹, que julgamos de grande importância para a compreensão desse contexto histórico. Esses trabalhos nos ajudam a perceber a significativa participação de um

¹ Maria José Trevisan. *50 anos em 5. A FIESP e o desenvolvimento*; e, Caio Navarro Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*.

segmento da intelectualidade e empresariados brasileiros na instituição desse momento histórico. Trazem os atores históricos à cena das lutas políticas.

As observações gerais acerca da bibliografia sobre o período JK foram que essas análises privilegiaram, principalmente, os aspectos do populismo, do planejamento, do desenvolvimentismo, e, das questões político-partidárias. Esses aspectos foram, invariavelmente, analisados sob a seguinte ordem de interesse: o aspecto político; o aspecto econômico; e, por último, o aspecto histórico.

Uma outra particularidade que observamos, nesse conjunto da produção bibliográfica do período JK, foi que esses trabalhos foram produzidos principalmente por cientistas sociais, seguidos em menor quantidade por economistas e sociólogos e, por último, por historiadores, educadores e filósofos. Esses últimos não se voltaram à análise do período JK, mas de aspectos situados historicamente nesse contexto. Também observamos que os principais estudos sobre esse período datam da década de 1970. Depois dessa década foram produzidas algumas dissertações e teses que tiveram seus temas situados nesse período, mas que analisam esse período em si, e, sim, outros objetos. Nesse sentido, também, podemos localizar a referência ao período em vários artigos, capítulos de teses e dissertações, folhetos e *pré-prints*.

Sônia Regina de Mendonça (1994), produziu um artigo em que realiza uma análise, sucinta, da história econômica entre 1954 e 1964. O objetivo dessa autora foi o de apreender a relação das mudanças realizadas pelo governo JK com o golpe de 1964. A autora observa, nesse seu artigo, a predominância dos estudos dos aspectos políticos sobre o período JK, em detrimento do estudo dos aspectos econômicos. Nesse sentido, Sônia Regina Mendonça diz que: *“longe de discordar do óbvio ou mesmo da pertinência de algumas dessas análises, o que [lhe] parece sempre relegado a um segundo plano na*

urdidura do golpe são, justamente, os aspectos de caráter mais estrutural” (MENDONÇA, 1994, p.87). A partir de suas observações a autora propõe o estudo desse passado a partir dos aspectos econômicos de caráter mais estrutural, “ligados à condição de desempenho da economia brasileira herdadas do Plano de Metas” (MENDONÇA, 1994, p. 87).

Longe de discordar da importância das abordagens econômicas para o estudo da história, a referência que fazemos a essa historiadora teve o propósito de destacar a presença mínima dos historiadores na representação desse passado. Isso não somente no tocante aos estudos de caráter econômico, mas do estudo, em geral do governo JK. E, se ainda existem alguns trabalhos sobre o aspecto econômico, no que diz respeito ao estudo dos aspectos do campo subjetivo do imaginário, do mito e das mitologias políticas, tão evidentes nesse período, não existe, que conheçamos, nenhum estudo.

No entanto, curiosamente, em praticamente toda a bibliografia de caráter acadêmico, que pudemos ter acesso, verificamos a presença do imaginário, seja na apresentação dos aspectos políticos, econômicos e sociais dessa época, trazidos à tona, pelo pesquisador, seja na representação que esses pesquisadores fizeram sobre esse tempo.

De todos os trabalhos que conseguimos consultar e analisar três se destacaram, pelas seguintes características: pretenderam realizar uma abordagem global do tema; estudaram mais profundamente aspectos macro-históricos considerados particulares desse período como, por exemplo: o populismo, o desenvolvimentismo, os aspectos político-partidários. Esses são, em geral, os aspectos mais analisados nos estudos sobre o tema e, devido a qualidade da contribuição desses estudos, eles constituem referências sobre o tema.

Referimo-nos as análises realizadas por Celso Lafer, Miriam Limoeiro Cardoso e Maria Victoria M. Benevides. Esses autores produziram suas teses de doutoramento em Ciência Política, no decurso da década de 1970 e cujas contribuições, influenciaram os trabalhos que visaram conhecer o período JK².

Dentre esses estudos, mereceu-nos especial atenção o de Maria Victoria M. Benevides. Primeiro, porque aprofunda as questões levantadas por Celso Lafer e Miriam Cardoso. Segundo, porque a sua contribuição coincide com a alteração do quadro de relativa escassez de estudos sobre JK. Antes de Benevides, eram pouquíssimas as análises sobre esse governo. Depois da sua tese (defendida em 1976 e publicada em 1979), surgiram vários estudos sobre o período, alguns deles especificamente sobre JK, mas a maioria foi sobre outros temas relacionados, principalmente, à economia e à política do período. Mais recentemente, no início dos anos 1990, sob um outro contexto que o da década de 1970, embora guardando semelhanças pelo contexto de profundas incertezas, foram realizadas algumas tentativas de abordagem do período JK sob novas perspectivas³. Mas os eixos temáticos gravitavam em torno das problemáticas mais caracteristicamente político-partidárias e econômicas.

Esses três autores, por nós, considerados os mais relevantes para o conhecimento do período, constituíram-se os nossos principais interlocutores na discussão do contexto do período JK, e da bibliografia geral sobre esse período.

² Referimo-nos aos estudos de Celso Lafer, *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's target plan*; Miriam Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ*; e, Maria Victoria de Mesquita Benevides, *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*.

³ Referimo-nos aos artigos sobre o governo JK, organizados por Angela Castro Gomes no livro: *O Brasil de JK*; e, na *Revista Brasileira de História*, "Brasil: 1954-1964", n° 27.

Sobre os seus trabalhos podemos dizer que, de maneira geral, procuraram compreender os “anos JK” a partir das problemáticas, inquietações, motivações e perguntas de seu tempo – os anos 1970 -, quando produziram suas teses. Os trabalhos de Celso Lafer e Miriam Cardoso datam de 1970 e 1972, respectivamente, e o de Victoria Benevides, de 1976, e foram marcados pelo período da repressão política, da ditadura militar.

Esse contexto de anormalidade política deve ser considerado por ter sido esse momento histórico, de fins da década de 1960 e início da década de 1970, de maior enorme repressão e perseguição política. O regime de ditadura militar lançou mão de vários mecanismos para impor-se: a perseguição e cassação políticas, e, até mesmo, a eliminação física. Em alguns casos, a ditadura dificultou a atuação de uma parcela da intelectualidade brasileira e, em outros, impediu-a, completamente, de agir. Assim, estudar um governo que havia realizado significativas mudanças sob um regime democrático, pode ter sido uma forma de tentar compreender o presente que se estava vivendo.

Um outro fator explicativo para o predomínio das análises políticas pode ser o que se refere à relação que se construiu entre as mudanças ocorridas no governo JK e a ditadura militar, não porque houvesse relação entre esses dois governos, mas porque a ditadura teve, levou a cabo uma orientação política iniciada no governo JK, a que diz respeito ao processo de internacionalização da economia.

A relação entre crise política e governo JK está presente em, praticamente, todos os trabalhos que abordam o período, seja direta ou indiretamente. Percebemos que, em geral, impressionou os autores o fato de JK ter conseguido cumprir o seu mandato presidencial, apesar da instabilidade política e econômica do seu governo, e, principalmente as mudanças por ele realizadas.

Por esses fatores, essencialmente, as análises sobre o período JK deram-se em duas perspectivas: a que explica a governabilidade de JK pela força dos interesses econômicos, apresentando-os como determinantes da crise econômica e política, e, paradoxalmente, da manutenção do governo na Presidência da República; outra, a que atribui às tensões políticas um papel crucial nessa redefinição do poder e da condução da política econômica, explicando, assim, a governabilidade de JK por sua habilidade política em conciliar os diferentes interesses em jogo. Essa prática conciliatória foi utilizada pelo governo como um recurso para a administração das tensões e dos conflitos de interesses que o pressionavam. Esse foi o caminho tomado por Lafer, Cardoso e Benevides.

Esses autores refletiram o período JK, a partir de três grandes problemas: o do planejamento econômico; o da ideologia do desenvolvimento; e o da estrutura política. Foi também através destas problematizações, que esses autores responderam e explicaram esse período.

O contexto de tensões e conflito de interesses econômicos, políticos se afigurou como o ponto de partida dos autores, que entenderam a conjuntura de crise como um elemento imprescindível à análise desse governo. Esse contexto de tensões é tomado como uma situação estrutural, em que os problemas, dela decorrentes, são enfrentados através de propostas, atitudes e práticas orientadas por um domínio extremamente racional do conhecimento dos problemas sociais e, principalmente, das formas de combater, anular, dominar, administrar o problema. Apresentado dessa forma, o governo JK parece ter quase total domínio da situação de crise. Essa compreensão parece-nos contraditória porque, não obstante as mudanças efetivadas para a solução conjuntural de alguns conflitos, a tensão perpassou todo o governo JK, limitando-lhe, em muitos momentos, sua intervenção nas

crises que sucediam e no conflito de interesses. Então por que a tese de que houve estabilidade política nessa época? Terá sido a fonte documental utilizada? Que motivos teriam levado o autor a essa conclusão? Parece-nos que essa compreensão deve-se, sobretudo, a recusa do contexto histórico em que foi produzida essa interpretação, a década de 1970, com seus governos militares, a repressão e perseguição políticas a falta de perspectivas futuras.

A HABILIDADE DE SEDUZIR

Das impressões da nossa leitura da interpretação de Celso Lafer⁴ acerca o governo JK, ficou o entendimento de que, de maneira geral, esse autor compreendeu esse governo pela sua habilidade em seduzir as camadas populares e os grupos sociais com que firmou aliança.

Para Celso Lafer, quando Juscelino Kubitschek candidatou-se à Presidência da República, ele já possuía uma percepção apurada em relação à situação social, política e econômica brasileira. Nesse sentido, Juscelino teria percebido que, no tocante aos problemas econômicos do País, estava colocada a ineficiência da política econômica adotada até então. Uma política que não era nem totalmente

⁴ A tese de Lafer encontra-se resumida no artigo intitulado: *Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)*, in: LAFER, Betty Mindlim Lafer. (Org.). *Planejamento no Brasil*.

liberal, nem minimamente planejada e que se traduzia pela não adoção de uma política econômica indefinida, ou seja, uma não política, no sentido de que: nem era liberal, nem intervencionista. Assim, a política econômica resumia-se à manipulação ocasional do câmbio, de acordo com os interesses do momento, ora beneficiando os exportadores ligados a monocultura, ora beneficiando os industriais. Essa política da *não-política* deixava a economia brasileira numa posição extremamente vulnerável, refém das incertezas do mercado externo.

A consciência dessa vulnerabilidade econômica e, por conseguinte, dos efeitos sociais que acarretava, era uma questão presente no debate político de então. A expressão utilizada para definir essa situação era a do *"esgotamento da estrutura econômica brasileira"*, ou seja, a falência de uma estrutura econômica fundada, na agricultura de exportação.

Por outro lado, vivia-se um contexto de tendência do aumento da inflação. Essa tendência devia-se, sobretudo, a inexistência de uma política de produção dos alimentos que compunham a cesta básica para a população, assim como o crescimento do processo de imigração verificado, sobretudo, na década de 1950. Esses e outros fatores, quando somados à fragilidade da moeda brasileira geravam grandes incertezas e tensões de ordem econômica.

Segundo Lafer, consciente de todas essas questões, Juscelino Kubitschek compreendia que o problema econômico poderia ser resolvido com uma política econômica governamental eficiente, que se orientasse no sentido de intervir na economia, de forma planejada, e que promovesse mudanças econômicas significativas.

Um outro problema importante, segundo Lafer, dizia respeito à organização do sistema político, baseado na política populista. O populismo foi entendido, por esse autor, como um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos governantes. Segundo Lafer, as camadas

populares exerciam significativa pressão sobre seus governantes, com suas reivindicações de melhores condições de vida, melhores salários, direitos trabalhistas e participação política. Nesse sentido, o atendimento, das reivindicações das camadas populares, por mínimo que fosse, implicava em insatisfações e críticas por parte dos grupos sociais econômica e politicamente dominantes.

Segundo Lafer, Juscelino Kubitschek estava ciente da situação delicada em que consistia a política populista. Daí, entender que era preciso um planejamento econômico eficiente, para a solução dos problemas causados, por um lado, pelo crescimento da população urbana, consequência das mudanças produzidas pela crescente industrialização; e, por outro, pela tendência mundial à migração da população do campo para a cidade.

O que se verificava era que, chegando à cidade, os enormes contingentes populacionais deparavam-se com condições precárias de vida e, logo, engrossavam as fileiras dos que reivindicavam melhores condições, reconhecimento de direitos trabalhistas e ampliação da participação política, através do voto. Esse acontecimento trazia, como consequência política imediata, uma insatisfação cada vez maior em relação às condições sociais. Insatisfação essa que funcionava como mecanismo de pressão das camadas populares em relação aos seus governantes (Cf. LAFER, 1975, pp. 31-32).

Lafer compreende que:

“(...) a administração pública brasileira, no período em estudo, à medida que se viu forçada a enfrentar o problema da expansão das oportunidades de emprego, colocado pela ampliação da participação política, enfrentou uma situação dilemática que exigia novas premissas”. (LAFER, 1975, p. 34)

O autor explica, assim, o dilema de Juscelino Kubitschek diante das consequências advindas da ampliação da participação política das camadas populares. Um dilema que consistia na imposição das exigências desse segmento social junto ao Estado, cujo governante se via premido a atendê-las, dentro de certos limites, é claro, posto que o atendimento às reivindicações sociais fazia parte do sistema populista. Por outro lado, essa política gerava tensões na relação do governo com os grupos politicamente dominantes, que temiam o crescimento do poder político das camadas populares e a situação de incerteza criada pela crise, em decorrência do esgotamento da estrutura econômica. Daí a pressão que exerciam sobre o governo no sentido da mudança de sua prática política em relação às camadas populares. A solução encontrada por Juscelino Kubitschek para a solução desse impasse foi, segundo o autor, o planejamento da política econômica.

Posto o problema desta maneira, o autor conclui que:

“(...) a ampliação da participação política provocou um dilema que não se resolvia no contexto das premissas existentes e a solução encontrada para o enfrentamento desse dilema foi o planejamento. A decisão de planejar, portanto, aparece como percepção da dinâmica do sistema político”. (LAFER, 1975, p. 34)

Ou seja, para Lafer, as pressões do sistema político do populismo levaram Juscelino Kubitschek a optar pelo planejamento. Para o autor, o planejamento não é uma decisão de mera administração dos fatores econômicos, mas possui uma dimensão muito maior porque:

“A decisão de planejar é essencialmente uma decisão política, pois é uma tentativa de alocar recursos e, implicitamente, valores, através do processo de planejamento e não através dos demais e tradicionais mecanismos de sistema político”. (LAFER, 1975, p. 30)

Para Lafer, diante dos problemas postos pela dinâmica do populismo, o planejamento da política econômica foi uma decisão acertada. Assim, a proposta de planejamento consubstanciada pelo Plano de Metas teria comprovado o acerto de sua implementação, à medida que se constituiu numa política econômica eficiente, tanto do ponto de vista do atendimento, em parte, das exigências populistas; quanto, e especialmente, do seu sucesso no tocante à realização do crescimento e desenvolvimento econômico (Cf. LAFER, 1975, pp.49-50). Diz o autor: *“À luz dos dados expostos, é possível dizer que o Plano de Metas foi um caso bastante bem sucedido na formulação e implementação do planejamento”* (LAFER, 1975, p. 49).

A análise de Lafer se dá no sentido de entender a relação do sistema populista com as decisões econômicas de JK, consubstanciadas no Plano de Metas. A principal delas se refere ao destaque que faz do populismo. O autor entende que as práticas populistas, de parte da elite dominante asseguravam às camadas populares urbanas um papel importante na correlação de forças no jogo político. Nesse sentido afirma, o autor:

“O acréscimo de participação política não foi canalizado através de instituições, pois o sistema partidário brasileiro permaneceu (...) um sistema de partidos de quadros e não de

camadas populares. O resultado foi o aparecimento de relações diretas do tipo massa-elite que se exprimiram através do populismo e cuja dinâmica e conteúdo podem ser resumidos, segundo Weffort, da seguinte maneira: por um lado, as novas camadas populares politicamente relevantes outorgavam, através do voto, legitimidade ao regime e à conciliação entre as elites e estas por sua vez se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego, garantindo dessa maneira a legitimidade de seu mando". (LAFER, 1975, pp. 32-33)

Entendemos que essa interpretação do autor o leva a ver, em decorrência do populismo, uma força política nas camadas populares que, no nosso entender, elas não têm, ao menos nesse grau de importância. O populismo foi forte, sem dúvida, mas sua força, no que se refere ao poder de barganha das camadas populares (as quais são chamadas, pelo autor, de massas trabalhadoras), é relativa, assim como é relativa sua força política para impor os seus interesses, ou mesmo conquistar importantes direitos sociais. O que não significa dizer que as camadas populares não tivessem alguma força política. Tanto possuíam importância e força políticas, que foram, em muitos momentos, o pivô das tensões ocorridas no interior desses grupos sociais dominantes e descontentes com as conquistas das camadas populares. Essa força política que o autor vê nas camadas populares é a que, em outros momentos, funciona como apoio às decisões hegemônicas dos grupos sociais, econômica e politicamente dominantes como, por exemplo, o apoio lhes conferem no combate ao comunismo.

Discordamos da compreensão de que o planejamento tenha sido pensado por Juscelino unicamente com o objetivo de atender as exigências do populismo. Entendemos que Lafer desconsiderou algumas

questões que foram importantes para que Juscelino optasse pelo planejamento. Além das questões referentes ao esgotamento da política econômica e ao sistema político populista havia as questões concernentes a dimensão política alcançada pela crise social, que, ressalte-se, não era apenas uma crise político-partidária, mas também econômica.

As questões a que nos referimos passam por uma outra possibilidade de percepção da realidade objetivada. Uma possibilidade de percepção que diz respeito ao campo subjetivo, em que se encontram o imaginário, os sentimentos e as sensações.

Juscelino queria realizar um grande governo, transformar o País, entrar para a história. Juscelino queria ser sujeito não só de sua história mas também da história de toda uma coletividade. A formação marxista nos imprimiu a certeza de que o homem é sujeito da história, mas sob circunstâncias, as quais limitam a sua capacidade de ação.

Juscelino queria entrar para a história. À primeira vista, pode parecer frágil esse argumento, que, nesse particular, traduz-se pela distância entre o indivíduo Juscelino Kubitschek e o complexo conjunto de interesses que ele representava. O próprio processo de luta pelo poder, que resultou na eleição de Juscelino à presidência da República, as alianças realizadas, as promessas feitas e os compromissos assumidos, constituíram limitações ao poder do indivíduo Juscelino Kubitschek. Mas, por outro lado, existia uma prática política, que foi redimensionada pelo populismo, e que consistia na ação de determinados políticos, uma vez no poder, realizarem algo que marcasse sua passagem. O que tem relação direta, também, com aspectos do imaginário político, em geral, comum àqueles que detinham cargos de representação popular.

A análise desse contexto de crise, enquanto momento em que surgem novas situações e afloram idéias de re-ordenamento do

social em crise, e o imaginário político, não constituiu o objeto de estudo das principais análises sobre o período JK.

Havia, portanto, na década de 1950, uma significativa tensão no tocante a luta pelo poder entre os grupos econômica e politicamente dominantes. Havia também um conflito de interesses e projetos políticos entre as camadas populares, a classe média e os grupos econômica e politicamente dominantes. A historiografia mostra esse contexto como sendo um tempo de mudanças que, estavam se processando no âmbito da economia mundial, cujas pressões no âmbito nacional, se expressavam pelas tensões sociais, pela exacerbação ideológica, e pela crise econômica e política.

Para nós é equivocada a compreensão de que o planejamento foi uma consequência do populismo, porque esse entendimento superestima o elemento racional na reflexão dos problemas sociais, desconsiderando, completamente, os elementos que não obedecem a uma lógica dessa racionalidade. Lafer não percebeu a importância dos elementos subjetivos, não deu importância à presença desses elementos nas tomadas de decisões, nas atitudes e nas práticas políticas. E, por desconsiderar esses elementos subjetivos, deixou em aberto muitas lacunas no tocante a função do imaginário no jogo da política, pela ambição individual de poder, e pelos anseios coletivos.

A HABILIDADE DE PERSUADIR

Miriam Cardoso apresenta outra alternativa de compreensão do governo JK. Sua tese é que a manutenção desse governo só foi possível devido à hegemonia na dominação de classes, fundamentada na “ideologia do desenvolvimento”.

Miriam Cardoso procurou eliminar, em seu trabalho, o máximo possível dos aspectos subjetivos. Seu objetivo foi analisar a ideologia do desenvolvimento, mas sua compreensão de ideologia e de trabalho científico, fez com que ela utilizasse esse conceito, como muito cuidado; e, imprimisse à sua análise uma rigorosa lógica racional, um caráter objetivo.

A autora entendeu a ideologia do desenvolvimento como mecanismo que possuía uma função objetiva, concreta: a da dominação de classe. Nesse sentido, a ideologia deixava de ser um campo subjetivo, em que se expressavam as visões de mundo, concepções sociais, posições políticas, e passava a ser um mecanismo de dominação ou de libertação política.

Escolhemos o trabalho de Miriam Cardoso, nessa discussão acerca das explicações desse momento histórico, porque entendemos que sua interpretação representa um dos enfoques pelos quais o governo JK foi analisado. Esse enfoque mostra como, a partir de uma determinada concepção de história, se construiu uma das explicações complicadas sobre contexto histórico do governo JK. Uma interpretação que utiliza um aspecto subjetivo das relações sociais para negar a função do campo subjetivo na instituição do mundo real.

Parte considerável do trabalho de Miriam Cardoso destinou-se à discussão da concepção de “ideologia” em Althusser. O propósito

da autora foi ressaltar sua discordância em relação a esse autor, muito consultado na época, e, ao mesmo tempo, respaldar teoricamente sua compreensão sobre a relevância e singularidade do papel da ideologia do desenvolvimento no governo JK e, por conseguinte, nas mudanças políticas e econômicas empreendidas por esse governo.

A autora entende a ideologia como um sistema de idéias, organizadas com o fim da dominação de classes, mesma premissa de Marx e Althusser. Mas discorda de concepção de Althusser, que simplifica os conflitos sociais às determinações econômicas. Sua diferença com Althusser consistiu em conceber a ideologia como parte, também, da estrutura e por entender as classes sociais como transformadoras da sociedade. Para Miriam Cardoso, a concepção althusseriana implicava além da análise simplista da ideologia, como um nível ou instância da superestrutura, na exclusão das classes sociais na produção e transformação da realidade social. A partir dessa concepção de ideologia, a autora tenta explicar a estabilidade do governo JK como resultado da ideologia do desenvolvimento, propagada por esse governo. Nesse sentido, a autora busca um resgate do conceito de classes sociais (Cf. CARDOSO, 1978, pp. 22 e 44).

A concepção de ideologia como parte da estrutura, mesmo que determinada “em última instância” pelas relações econômicas, implicava, segundo Miriam Cardoso, no entendimento de que a realidade social era mais complexa, e, portanto, numa postura que evitava as interpretações mecânicas. Para a autora, a ideologia devia ser entendida, não como um lugar determinado de uma superestrutura social, mas como um fenômeno componente das relações sociais e, portanto, presente em todos os momentos da produção das relações sociais, fossem elas econômicas, políticas, jurídicas, artísticas, filosóficas, religiosas ou eminentemente ideológicas (Cf. CARDOSO, 1978, p. 53).

Uma outra discordância da autora, em relação a Althusser, diz respeito ao papel das classes na transformação social. Diferentemente de Althusser, Miriam Cardoso entende que as classes sociais tinham um papel decisivo no fazer a história. Para Cardoso:

“Se a perspectiva é de que as classes não têm papel na transformação, esta poderia ser ‘natural’ (no sentido de não-histórico) e assim, necessária – e estaríamos diante de um tipo qualquer de determinismo; (...) – estaríamos dentro do determinismo econômico”. (CARDOSO, 1978, p. 58)

Miriam Cardoso entende que, aceitar a compreensão althusseriana sobre as classes sociais, significava aceitar a mais profunda crença no determinismo econômico. Para a refutação das interpretações deterministas, busca em Gramsci o referencial teórico para a crítica a Althusser. Segundo a autora (1978, p.73):

“(...) a novidade da concepção gramsciana de hegemonia consiste em distinguir os dois modos pelos quais ela se manifesta: um pelo domínio: outro, pela direção intelectual e moral. Um grupo social básico domina [grifo da autora] quando liquida ou submete o grupo adversário; dirige [grifo da autora] quando se põe à frente dos grupos afins ou aliados. O domínio supõe o acesso ao poder e o uso da força, compreendendo a função coercitiva; a direção intelectual e moral se faz através da persuasão, promove a adesão por meios

ideológicos, constituindo a função propriamente hegemônica”.

O propósito de Miriam Cardoso, ao referenciar essa discussão em Gramsci, foi mostrar que a relação entre a ideologia e as classes sociais, nas suas práticas e relações sociais, negava o determinismo econômico. Nesse sentido, o conceito “classe social” ganhava uma outra dimensão, que permitia a análise de seu papel como sujeito do processo histórico.

O conceito “classe social” é fundamental para a análise de Miriam Cardoso sobre a formação da “ideologia do desenvolvimento”. Ela parte da concepção marxista da “luta de classes”, onde a classe social é o sujeito da transformação, para a elaboração de sua análise da “ideologia do desenvolvimento”. Essa, segundo a autora, cumpriu o papel de instrumento dos interesses das classes dominantes e teve como finalidade possibilitar a realização do projeto econômico das classes no poder. Isto é, a “ideologia do desenvolvimento” serviu como um instrumento ao mesmo tempo de dominação de classes e de transformação social.

Outro conceito fundamental à análise da autora é “hegemonia”. A “ideologia”, as “classes sociais” e a “hegemonia”, constituíam os elementos definidores da “ideologia do desenvolvimento”, visão específica, que, segundo Miriam Cardoso, fundamentou às práticas sociais. Para a autora, produziu-se, em torno dessa ideologia, uma situação nova na política, na economia e na sociedade brasileiras, situação que não se limitou ao governo JK, mas que permaneceu, em seus princípios, nos governos que lhe sucederam.

Segundo a compreensão gramsciana de ideologia e hegemonia, a autora constrói sua análise do projeto político

implementado pelo governo JK, como sendo a expressão do domínio de classe, que se materializa através da persuasão, uma vez que “a *ideologia como integrante da estrutura se compõe de sistemas de idéias e de suas atualizações, institucionalizadas ou não*” (Cf. CARDOSO, 1978, pp. 76-81).

Assim, para a autora, um determinado segmento social, ligado a setores importantes dos grupos dominantes, representados no Partido Social Democrata (PSD) e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ascende ao poder e dele utiliza-se, para exercer a hegemonia política, representada por uma determinada ideologia – a ‘ideologia do desenvolvimento’ – que coincide com a ideologia dos militares, setor indispensável à manutenção do poder.

Desse modo, segundo Miriam Cardoso, o grupo no poder submete o grupo adversário (as camadas populares, os trabalhadores organizados nos sindicatos, sob a orientação do PTB ou do Partido Comunista Brasileiro) e, ao mesmo tempo, persuade os grupos afins, ou seja, os membros das classes dominantes próximos à União Democrática Nacional (UDN). Para a autora, foi dessa maneira que os grupos no poder conseguiram a hegemonia de seu domínio sobre as classes sociais dominadas, e atuar de maneira a promover uma transformação social, através do desenvolvimento econômico - o desenvolvimentismo.

Essa compreensão da autora no tocante a relação entre “partido político” e “setor de classe”, pareceu-nos simplificar a relação do PTB com os diferentes grupos sociais que o compunham. Na sua análise sobre o PTB a autora desconsiderou que um amplo segmento das camadas populares, como por exemplo, os trabalhadores urbanos, se viam e se sentiam representados no PTB. Esses trabalhadores não somente concordavam com o atrelamento do sindicato ao Estado, como entendiam que a conquista de suas reivindicações passava pela

construção de um pacto social. Dessa forma, esse segmento das camadas populares participava do poder, embora isso não mudasse sua condição social, nem os transformassem em “classe dominante”.

Miriam Cardoso entende o desenvolvimento como a temática central do discurso de Juscelino. Para ela, esse discurso foi formulado a partir de três temáticas globais: o desenvolvimento e a segurança; política econômica; e, política educacional. Esses grandes temas constituíram-se respectivamente de três pares de idéias: soberania/prosperidade; paz/ordem; e, grandeza/destino.

A conjuntura política desse governo é que determinava a maior ou menor utilização dos temas centrais do discurso desenvolvimentista, que cumpriam seu papel de defesa do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as idéias de desenvolvimento, que constituíam uma reelaboração das idéias de progresso, tão caras à construção da identidade nacional, funcionavam como justificativas do projeto do governo, que, por sua vez era apresentado como condição para a solução dos problemas econômicos e sociais do país. A finalidade era persuadir, convencer os grupos sociais, principalmente os segmentos que mantinham certas reservas em relação ao governo: um segmento dos industriais e um segmento importante das Forças Armadas. Somente com o apoio desses segmentos poderia exercer a hegemonia de classes.

Segundo Miriam Cardoso, o discurso de desenvolvimento foi formulado para cumprir um papel fundamental à dominação de classe, o convencimento das classes dominadas. Por isso esse discurso prometia que o desenvolvimento traria prosperidade, paz, e o cumprimento do destino do país: de tornar-se uma grande nação. A compreensão da autora de que a ideologia funcionava como motivação da política econômica desse governo, tem algumas semelhanças com o entendimento de Lafer, mas difere no tocante ao meio ou ao instrumento

utilizado para sua concretização. Para Cardoso os setores hegemonicamente dominantes utilizaram a “ideologia do desenvolvimento” como justificativa de seu projeto econômico e como mecanismo de persuasão para a viabilização de seus interesses. Assim, o desenvolvimento foi apresentado por Juscelino como uma necessidade urgente de superar as dificuldades sociais do país, postas pela economia subdesenvolvida, pobre, fundada em bases econômicas ultrapassadas. Daí a proposta de industrialização como condição para o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento era apresentado como o meio para a obtenção da prosperidade, e, manutenção da paz e da ordem social, cada vez mais ameaçada pela pobreza e, também, como condição para o cumprimento do “destino” do país: qual seja, o de se tornar grande potência mundial. Segundo a autora,

“A finalidade do governo Kubitschek, se em termos gerais pode ser vista por ele próprio como sendo “a valorização do homem”, em termos objetivos (...) é eminentemente econômica. As propostas específicas deste governo são no sentido do crescimento econômico acelerado, através da industrialização, com especial atenção para as necessidades infra-estruturais”. (CARDOSO, 1978, p. 94)

Para a autora, o projeto de desenvolvimento atendeu tão somente os interesses dos grupos sociais dominantes, ao mesmo tempo em que permitiu a continuidade da dominação desses grupos sociais, que viam a paz e a ordem, como indissociáveis do desenvolvimento

econômico (Cf. CARDOSO, 1978, pp. 97-105).

A educação também foi pensada como um meio pelo qual se manteria a “ideologia do desenvolvimento”. Segundo Miriam Cardoso (1978, p. 219): *“tão grande ênfase na racionalização do processo do desenvolvimento teria que apresentar como contrapartida uma necessidade de adequação do sistema educacional aos seus propósitos”*. Essa adequação, portanto, se daria de forma a vincular as mudanças que deveriam ser implementadas na educação às necessidades de um sistema educacional voltado para o desenvolvimento (Cf. CARDOSO, 1978, pp. 219-222).

Mas, para a autora, a hegemonia de classes também não se sedimentou no governo JK. Por isso, a governabilidade foi obtida através da luta política incessante, para a qual lançou-se mão de inúmeras estratégias, dentre elas a utilização de um discurso político de desenvolvimento e a efetivação de ações governamentais, cujo objetivo precípuo consistia em acelerar o desenvolvimento econômico. Essas estratégias implicavam na modernização, mas não necessariamente na consolidação de uma hegemonia de classes no governo, que na ausência dessa hegemonia limitava-se à administração da tensão causada pelos diferentes interesses políticos.

Miriam Cardoso estava convencida de que a habilidade política de JK lhe havia permitido a persuasão e convencimento das camadas populares através da ideologia do desenvolvimento e, conseguido, dessa maneira obter o apoio dessa força política e se manter no poder. A autora não visualizou a possibilidade de as camadas populares terem aderido ao projeto desenvolvimentista por entenderem-no, por mais equivocadas que estivessem, como uma alternativa para a melhoria de vida e por desejarem que o governo realizasse as mudanças necessárias, nesse sentido.

A conjuntura política desse governo é que determinava, em

maior ou menor intensidade, a utilização de um ou outro dos temas centrais do discurso desenvolvimentista. Desde que o discurso cumprisse seu papel de defesa do desenvolvimento econômico, de obtenção de apoio político, ou arrefecimento dos ânimos. Assim, as idéias de desenvolvimento, que constituíam uma reelaboração das idéias de progresso, tão caras à construção da identidade nacional, funcionavam como justificativas do projeto do governo, que, por sua vez era apresentado como condição para a solução dos problemas econômicos e sociais do país. A finalidade era persuadir os grupos sociais, principalmente os segmentos que mantinham certas reservas em relação ao governo: um segmento dos industriais e um segmento importante das Forças Armadas. Somente com o apoio desses segmentos poderia exercer a hegemonia de classes.

Algumas das questões apresentadas pela autora estão presentes em outras análises, como veremos adiante. A compreensão do desenvolvimento como combate à pobreza, pode ser entendido como um lugar comum nos discursos dos governantes, bem como a assertiva do discurso desenvolvimentista de que o desenvolvimento era a única alternativa para a superação do atraso econômico. A questão que os trabalhos que interpretaram o período JK, a partir do aspecto do ideológico não conseguem explicar é porque o discurso de desenvolvimento teve tanta significativa receptividade junto as camadas populares.

O que Miriam Cardoso chama de ideologia do desenvolvimento e, outros autores chamam de “espírito do desenvolvimentismo”, nós entendemos como um fascínio pela modernização, que coloca em funcionamento o imaginário político da modernidade.

A HABILIDADE DE CONCILIAR

Sem adentrar na discussão do conceito de hegemonia, Maria Victoria de Mesquita Benevides (1979), analisou o governo JK de forma a explicitar os elementos que possibilitaram a hegemonia desse governo. Para essa autora, o governo JK exerceu uma certa hegemonia política, embora essa hegemonia estivesse calcada em base extremamente frágil, devido os conflitos de interesses dos principais segmentos políticos.

O estudo de Victoria Benevides consiste numa das mais completas análises políticas sobre esse período. A autora parte do questionamento de “um certo consenso” em torno da estabilidade política desse governo, e se propõe apresentar uma outra possibilidade de explicação, complementar às análises de Celso Lafer, Oliveiros Ferreira⁵, Francisco Weffort⁶, Hélio Jaguaribe⁷ e Miriam Cardoso.

Como vimos anteriormente, Celso Lafer explicou o êxito do governo JK pela capacidade que esse teve em entender os dilemas do sistema político populista e atender aos interesses dos principais segmentos de sustentação da política econômica, baseada no desenvolvimentismo. Nessa perspectiva de análise, também se inserem os trabalhos de Oliveiros Ferreira, Francisco Weffort e Hélio Jaguaribe. Esse último destaca a habilidade pessoal de JK em conciliar

⁵ Victoria Benevides utiliza vários textos de Oliveiros S. Ferreira, dentre eles: *A crise de poder do sistema e as eleições paulistas de 1962*, in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.16. 1964.

⁶ Francisco C. Weffort. *Classes populares e política*.

⁷ Victoria Benevides utiliza também vários textos de Hélio Jaguaribe, especialmente, *Desenvolvimento Econômico e desenvolvimento político*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

os problemas resultantes das divergências de interesses, enquanto Miriam Cardoso o explicou pela capacidade em formular uma, a “ideologia do desenvolvimento” para os fins da persuasão política. Para Benevides, esses pesquisadores se equivocaram na compreensão de que havia “estabilidade política”, nesse governo. Tanto Benevides quanto Lafer compreenderam que, embora o governo JK tenha vivido momentos de relativa calma, e, portanto, de estabilidade política, esse governo se caracterizou pela “instabilidade institucional”.

Os interlocutores de Victoria Benevides tiveram, como um dos objetivos de seus trabalhos a compreensão da relação entre as mudanças realizadas pelo governo JK e o desenrolar político que desembocou no golpe militar de 31 de março de 1964. O trabalho dessa autora não foge, de todo dessa preocupação, mas seu objetivo central é saber como foi possível que JK governasse por todo o período de seu mandato, numa conjuntura tão adversa. A partir dessa problemática, sua representação acerca do período é construída tomando como norte a seguinte hipótese:

“(…) a estabilidade política do Governo Kubitschek foi fruto de uma conjuntura favorável, na qual as Forças Armadas (notadamente o Exército) e o Congresso (aliança majoritária PSD/PTB) atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica, cujo núcleo era o Programa de Metas”.
(BENEVIDES, 1979, p. 28)

Para a autora, houve estabilidade política no governo JK, apesar das constantes crises e do distanciamento que se estabeleceu

em torno dos interesses estaduais e municipais do PSD e PTB, posto que a aliança só se mantinha ao nível do apoio ao governo no Congresso. E essa estabilidade política se manteve, não obstante as crises políticas causadas por rebeliões militares no começo e no fim do governo (Jacareacanga, em 1956; e Aragarças, em 1959); bem como das divergências políticas no seio das Forças Armadas. Segundo Benevides, o principal argumento para caracterizar essa estabilidade é de comprovação imediata: *“apesar das crises profundas (...) Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu manter-se até o fim do mandato presidencial por meios constitucionais”* (BENEVIDES, 1979, p. 23).

Mas, se Benevides entende que *“o Governo Kubitschek foi efetivamente estável”*, entende também que havia *instabilidade* no contexto histórico mais amplo. É contraditório, mas é explicado pela autora da seguinte maneira:

“(...) estabilidade política não é apenas a continuidade da ordem constitucional, mas se relaciona principalmente com a manutenção de uma mesma estrutura de poder (o ‘pacto de dominação vigente’) e depende das possíveis mudanças na distribuição do poder (poder aqui definido como a capacidade de controle sobre os mecanismos de decisão envolvendo a alocação dos recursos na sociedade). Nesse sentido a estabilidade política correlaciona-se positivamente com a capacidade do sistema político de responder às demandas que recebe e com sua capacidade de se adaptar às mudanças estruturais de natureza sócio-econômica que ocorrem na sociedade (...) e correlaciona-se negativamente, ao longo do tempo, com qualquer conjunto de políticas cujas conseqüências calculadas ou incalculadas são

as de impedir a mudança de ocorrer num ritmo funcional para a manutenção do sistema". (BENEVIDES, 1979, pp. 40-41)

Nessa perspectiva, a estabilidade proporcionada pela aliança político-partidária PSD/PTB integra a premissa teórica da estabilidade política, à medida que relaciona manutenção da estrutura com mudanças na distribuição do poder. A aliança do PSD com o PTB era, aparentemente espúria, segundo Benevides, porque reunia interesses divergentes e aparentemente inviáveis como, os do PSD, majoritariamente rural-conservador e os do PTB, eminentemente urbano-populista. No entanto, essa aliança funcionou por todo o governo JK, e constituiu um dos elementos (ou uma das três variantes) fundamentais à governabilidade de Juscelino Kubitschek.

No trecho abaixo, Benevides apresenta-nos dois componentes do tripé de sustentação do governo JK. Para a autora:

"O Partido Social Democrático (...), reunia sobretudo os interventores e todos aqueles responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo, comerciantes, advogados, proprietários rurais, enfim, figuras de maior destaque nos municípios e Estados. (...) O Partido Trabalhista Brasileiro (...), teve suas origens estreitamente ligadas ao 'movimento queremista', (...) tinha, inicialmente, um certo aparato e eleitorado apenas no Rio e em São Paulo. O PTB surge como uma tentativa de aglutinar as novas forças sociais, nascidas do impulso econômico pela industrialização, visando atingir fundamentalmente os operários urbanos frente à ameaça que constituía a

influência do Partido Comunista, não apenas sobre a massa trabalhadora desorganizada, mas sobretudo sobre os sindicatos". (BENEVIDES, 1979, p. 63)

Segundo Benevides, a aliança PSD/PTB foi fruto da conjuntura política nacional. O PSD precisava, para o cômputo eleitoral, dos votos do PTB, à época o terceiro mais importante partido político. O PTB, por sua vez preferia apoiar um partido que havia tido uma boa relação com Vargas e, por conseguinte, enfraquecer ou mesmo anular as chances de seus adversários udenistas vencerem as eleições de 1955.

Benevides também chama a atenção para a particularidade dessa aliança no âmbito nacional não corresponder necessariamente as alianças locais, seja no âmbito estadual seja no municipal. Mas destaca que as diferenças e divergências locais não chegaram a inviabilizar o cumprimento dos compromissos firmados, quando da campanha eleitoral. Honrar os compromissos assumidos nessa aliança política exigiu de Juscelino uma habilidade especial, no sentido de conciliar os interesses globais do Plano de Metas, do qual não abria mão, com os interesses locais desses partidos. Por sua vez, à medida que o Plano de Metas avançava no sentido do desenvolvimento econômico, aumentava o poder do PTB dentro do governo e junto ao eleitorado, e aumentavam, também, as diferenças e divergências entre esses dois partidos. Não obstante essa tensão, a aliança se manteve, permitindo, assim, a sustentação política necessária para que o governo JK pudesse levar a cabo o seu projeto econômico.

Para Benevides, outra variante explicativa da estabilidade política do governo JK é a que diz respeito ao apoio que conseguiu obter das Forças Armadas. O mais interessante da análise da autora sobre o

papel das Forças Armadas nesse período consiste na adesão à opinião de Afonso Arinos que diz que *“a divisão das Forças Armadas era condição de sobrevivência do poder civil; sua união centraliza os centros de decisão política”*. Benevides ratifica essa compreensão com a seguinte afirmação:

“Cumpre ressaltar, no entanto, que, se o papel do Exército foi importante na preservação da ordem interna, na ótica da estabilidade política, mais decisivo ainda foi a divisão nas Forças Armadas, pois quando elas se unem tendem a ocupar o poder civil”. (BENEVIDES, 1979, p.148)

Benevides mostra a importância do apoio das Forças Armadas lembrando a intervenção de um de seus mais importantes setores, na conjuntura de crise política e institucional que antecede a eleição e posse de Juscelino. Para Benevides e também para os estudiosos desse período, o suicídio de Vargas acarretou uma forte comoção social, cuja dimensão deixou perplexos seus mais aguerridos opositores.

A UDN, depois que se refez do golpe que consistiu o suicídio de Vargas, seu maior adversário, empenhou-se em forjar uma aliança nacional em torno de um candidato único à Presidência da República. Porém a candidatura de Juscelino frustrou, mais uma vez, sua estratégia para chegar ao poder. Inconformada com, mais essa derrota a UDN voltou-se para Juscelino, orquestrando, contra ele, uma das mais ferrenhas campanhas de oposição feitas a um governo. Essa campanha de oposição iniciou-se quando da candidatura de Juscelino,

manteve-se após a sua eleição, com o questionamento e contestação da quantidade de votos obtidos pelo candidato, 36% do total, sob o argumento de que a vitória de Juscelino deveu-se ao apoio dos comunistas, “um partido ilegal e uma doutrina avessa à sociedade brasileira”. Depois de frustrada sua tentativa de invalidação da eleição, a estratégia seguinte foi a da inviabilização da posse de Kubitschek. A UDN iniciou, então, uma conspiração visando um golpe de Estado, que impediria a posse de Juscelino e a colocaria no poder.

No entanto, o general Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra⁸, ao perceber a preparação do golpe que impediria a posse de Juscelino, e, portanto, desrespeitaria a Constituição, antecipou-se aos golpistas (udenistas e setores das Forças Armadas) e promoveu o chamado “golpe preventivo”, em 11 de novembro de 1955, garantindo, assim, a posse de Juscelino.

A atitude de Lott resultou em uma cisão dentro das Forças Armadas, e essa situação perdurou por, praticamente, todo o governo Kubitschek, tendo em dois acontecimentos de sublevação – Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959) – os momentos de maior expressão da oposição, dentro das Forças Armadas, ao governo JK.

No tocante à política mais ampla do governo com relação aos militares, a oposição e a resistência dos oficiais militares avessos ao governo foi contida com a concessão de antigas reivindicações e o atendimento de alguns dos interesses desse segmento. O governo JK destinou às Forças Armadas, especialmente à Marinha e à Aeronáutica, verbas para a compra de equipamentos e à realização de projetos militares, engavetados no governo anterior.

⁸ Gen. Henrique Duffles Teixeira Lott, assumiu, após o suicídio de Vargas, o Ministério da Guerra de Café Filho. Seu nome foi indicado pelos generais, simpatizantes da UDN. A escolha de Lott para o Ministério deveu-se, principalmente, ao seu perfil de neutralidade política; e pelo zelo a Constituição.

A habilidade em conciliar passava pela política de conciliação e, também, concessão, como por exemplo, a distribuição de cargos nas instituições governamentais. No caso dos militares das Forças Armadas, uma variante fundamental à estabilidade política do seu governo, Juscelino o coopta com promoções.

A terceira variante, da tese de Benevides, é a própria política do desenvolvimento econômico, consubstanciado pelo Plano de Metas. Nesse ponto, a autora concorda com a importância do papel da ideologia dominante no sentido de construir a aceitação do projeto de desenvolvimento econômico do governo. A política econômica, em termos globais, foi formulada e implementada de tal modo que atendeu às exigências de eficácia e racionalidade necessárias ao enfrentamento da situação de estagnação econômica herdada do governo Dutra.

Não obstante os muitos problemas causados pela oposição udenista, no decorrer da implementação do Plano de Metas, essa política conseguia atender, em termos gerais, os setores mais importantes para a sustentação política do governo obtendo, portanto, a estabilidade política. O Plano de Metas atendia aos interesses do PTB, das Forças Armadas, da política sindical, das camadas populares e mesmo de uma parte de empresários e industriais ligados a UDN.

Podemos afirmar, resumidamente, que, para Benevides, a estabilidade política, mesmo que relativa, foi possível graças às três variantes acima apresentadas e que se não havia instabilidade política, havia instabilidade institucional.

SEDUZIR, PERSUADIR, CONCILIAR. AS IMAGENS DE UM MITO

Nosso estudo não se propõe demolir a interpretação dos nossos interlocutores, o que não significa que não tenhamos questionamentos às suas análises. Nosso propósito foi apresentar, como em geral o período JK foi analisado.

A década de 1950 e, particularmente, o governo JK, constitui um período muito rico de nossa história. Indubitavelmente vivia-se um momento significativo de mudanças, em praticamente todos os aspectos sócio, econômico, político, e cultural. Esse contexto, de profunda inquietação social, todavia, era experimentado em todo o mundo capitalista. Vivia-se um momento de tensão, de crises profundas, de falta de perspectivas e de descrença, o que impunha redefinições das relações e práticas sociais.

Esse contexto de intensas incertezas e profunda efervescência do imaginário foi, contudo, desconsiderado pelos trabalhos sobre o governo JK. E isso, por uma razão comum. Esses trabalhos buscaram organizar racionalmente o que se encontrava, em parte, sob outra lógica. Ou, os referenciais e instrumentais utilizados para a análise desse contexto não permitiam outras possibilidades interpretativas.

O estudo de Miriam Cardoso, por exemplo, pode levar o leitor a compreender a “ideologia do desenvolvimento” como algo já pronto, ou seja, como um sistema de idéias que estavam esperando o momento mais oportuno para serem apresentadas e, conseqüentemente, sua oportunidade de dominação.

Por perceber a crise apenas do ângulo do sistema político populista, Celso Lafer também incorre na valorização do papel do

populismo frente às demais questões sociais de então. De forma que o autor chega à conclusão de que o planejamento econômico, levado a cabo por Juscelino, foi proposto tendo em vista atender às pressões advindas dessas relações e suas práticas. Nesse sentido, consistiam pressões significativas ao governo, os interesses do empresariado no Brasil, representados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Esse segmento, segundo Maria José Trevisan, *“ao contrário das versões consagradas entre nós”*, atuou, reagiu e enfrentou os conflitos advindos da sociedade e do Estado e esteve profundamente sintonizado com as alterações do capitalismo mundial, como por exemplo, o planejamento; *“sendo capaz por fim de conceber e sustentar seu próprio projeto políticos”* (Cf. TREVISAN, 1986, p.10).

Sem dúvida, o planejamento econômico expresso pelo Plano de Metas permitiu, de imediato, o combate à tendência à estagnação da economia brasileira, ocorrida no governo Dutra. Mas os problemas da estrutura econômica brasileira eram muito mais complexos. A estrutura econômica, com baseada na produção para a exportação de, basicamente, um produto: o café, resultava em crises econômicas constantes. Mas daí a se entender o planejamento econômico como uma resposta às tensões da política populista, na sua relação com os grupos sociais dominantes e as camadas populares, é um pouco exagerado.

Existem outros elementos que nos permite relativizar a relação populismo *versus* planejamento. Um deles é que, por essa época, o êxito da orientação keynesiana, na política econômica da Inglaterra havia se tornado uma experiência positiva e, portanto, um exemplo a ser seguido. De forma que, no pós-segunda guerra, o planejamento econômico impôs-se como uma tendência de reordenação das economias capitalistas. O planejamento econômico foi, então, adotado como técnica de administração nos países desenvolvidos. A

esse respeito, as missões mistas Brasil-Estados Unidos, sugeriram, desde 1948, dentre outros, a industrialização, como uma solução para alguns dos problemas mais prementes do país.

Lembremos também os interesses do empresariado industrial pelo planejamento econômico.⁹ Sem dúvida, o planejamento econômico constituiu-se numa possibilidade de representação do período, mas deve ser entendido para além da prática política populista, que consistia em atender algumas reivindicações das camadas populares urbanas.

Assim, por mais significativa que seja a interpretação de Celso Lafer, ela não pode ser entendida como a explicação dos acontecimentos daquele momento. No entanto, se afigura como uma contribuição para a compreensão de como o planejamento foi incorporado a política do governo JK. Para Lafer o planejamento contribui para a obtenção da estabilidade política imprescindíveis à manutenção do poder.

O estudo de Benevides partiu do questionamento do consenso em torno da estabilidade do período JK e após verificar a importância fundamental do papel desempenhado pelas três forças políticas mais importantes para a manutenção do governo JK: a aliança partidária, as Forças Armadas e o Plano de Metas, concluiu que o governo JK transcorreu em “relativa estabilidade política” e inegável “instabilidade institucional”.

Ao contrário de Lafer, Benevides relativizou a importância das camadas populares na opção de política econômica de JK - o planejamento econômico.

O autor também relativizou o papel da ideologia. Para a autora, a hegemonia do governo só foi possível porque, além do tripé de

⁹ Ver Maria José Trevisan, op. cit. pp.10-11.

sustentação do governo, havia a habilidade política de Juscelino em conciliar os diferentes e, por vezes, conflitantes interesses do jogo político.

Entendemos o consenso sobre a estabilidade política como fruto de uma imagem positiva em relação às realizações econômicas, inegavelmente significativas e, sobretudo, ao respeito desse governo pelas instituições democráticas. A crítica de Benevides à visão do consenso pode ser explicada pela pesquisa de um determinado tipo de fonte que não foi utilizado por Lafer, Cardoso, Jaguaribe, Oliveiros, Weffort, os interlocutores de Benevides, qual seja, a utilização de jornais e revistas da época, dentre eles, os que mais oposição fizeram ao governo JK. A leitura dessas fontes, principalmente, a revista "*O Cruzeiro*", e os jornais de oposição como "*O Estado de S. Paulo*", a "*Tribuna da Imprensa*" nos leva a repensar a visão de que o governo JK transcorreu sob um momento de estabilidade.

Na nossa compreensão, a visão de estabilidade, assim como a imagem do governo JK, como um período de mudança, é produto de uma determinada construção discursiva. Esse discurso caracteriza-se por análises que se atêm à estrutura sócio-econômica e política dentro da perspectiva acadêmica, e de uma determinada compreensão, que busca a explicação da história política a partir de temas ligados à realidade objetivada e racional.

Mas não só a questão da estabilidade motivou esses nossos interlocutores, mas também o fascínio pelo governo JK. Em geral, a grande motivação dos cientistas políticos tem sido compreender como JK conseguiu realizar o seu projeto de governo mediante um contexto histórico de tão intensa crise. Pelo que puder apreender, o ponto de partida dessas análises foi, geralmente, a crise encontrada por JK ao assumir a Presidência e o agravamento dessa crise por questões políticas, em 1956, e, por questões econômicas, em 1959. A

implementação do Plano de Metas aparece como um dos canais de resolução da crise, através das mudanças econômicas que efetivou, assim como a habilidade política de JK em conciliar os interesses em conflito, aparece como fator significativo no enfrentamento e na solução das crises políticas.

Em todas essas análises, é comum referirem-se aos sentimentos, às sensações, às paixões políticas, enfim, a aspectos eminentemente do campo da imaginação e do imaginário. Mas os elementos do imaginário social só aparecem como ilustração da conjuntura que se apresenta, sobretudo pelas problemáticas do campo do racional, tais como a “política econômica”, o “caráter estrutural”, o “sistema político-partidário”, a “estrutura ideológica”, etc.

Como vimos, tomou-se predominante a interpretação de que a concretização do projeto do governo – o Plano de Metas, só foi possível devido à combinação de aspectos político-partidários, econômicos e ideológicos.

Embora a historiografia desse período seja fundamentada numa racionalidade lógica bastante rigorosa, e se esforce no sentido de afastar os aspectos do campo subjetivo, arriscamos em afirmar que existe um fascínio pelo período e pela personagem Juscelino Kubitschek. Talvez sua expressão mais evidente seja a compreensão invariavelmente não crítica, da necessidade da modernização. Um dos nossos objetivos ao rever essa historiografia foi o de apreender os indícios que apontassem para a influência do imaginário da modernidade, que, em maior ou menor intensidade está presente em todos nós. Entendemos que a unanimidade criada em relação a necessidade da modernização e, principalmente, a estabilidade política do governo, deve-se ao fascínio desse período em que se evidencia a modernidade. Por isso, constataremos um certo fascínio dos estudiosos em relação as mudanças realizada num regime democrático, sob a

liderança de um indivíduo de grande habilidade política, Juscelino Kubitschek.

É provável que a recusa a consideração dos elementos subjetivos tenha impedido esses autores de perceber o que era óbvio, que o governo JK não foi resultado apenas da adoção de uma política de planejamento, de um programa de desenvolvimento, de uma ideologia persuasiva, de uma aliança política, da cisão de um grupo social, etc., mas produto também de um forte anseio social, de sonhos, frustrações, esperanças, crenças da construção de um tempo de felicidade.

Talvez a manifestação mais forte desse fascínio seja a invariável conclusão que essa historiografia nos coloca de que não há muito mais a se dizer sobre esse momento.

CAPÍTULO 2

JK: MITO E MITOLOGIA POLÍTICA

Nas leituras que fizemos sobre o mito e o imaginário político, vimos que os estudos sobre esses temas ganharam uma nova dimensão a partir dos anos de 1940, com os trabalhos de Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss e Gaston Bachelard, principalmente. Antes desses cientistas sociais havia basicamente uma única compreensão em relação ao mito, com formulações que entendiam o mito do ponto de vista eminentemente folclórico e fantasioso. Eliade, Lévi-Strauss e Bachelard, não obstante as diferenças teóricas, avançaram no estudo e reflexão desse tema e deram uma significativa contribuição ao estudo sobre o mito, à medida que buscaram entendê-lo para além do folclórico e do fantasioso. Inaugurava-se, então, uma tendência que, aos poucos, imporia a relevância de suas reflexões para o estudo, não somente do mito como também do imaginário social e do imaginário das sociedades contemporâneas. Abria-se, assim, um leque de possibilidades de investigação de questões e problemáticas sociais de inegável importância para o conhecimento das sociedades.

O estudo do mito revelou-se de extrema complexidade. Um assunto sobre o qual não se podia construir certezas nem verdades. Um campo de saber de constantes desafios para o pesquisador que nele se aventurasse, uma vez que o estudo do mito e da mitologia tratava de um assunto complexo, cheio de ardis, próprios ao campo da não racionalidade lógica, do subjetivo, do simbólico, do imaginário e de sua relação com a instituição, constituição e apreensão do real.

Esses estudos, realizados inicialmente pela Antropologia e Etnologia, chamaram a atenção de outros campos do saber e, aos poucos, tiveram algumas de suas metodologias e problemáticas incorporadas às elaborações de outros campos, a exemplo da História.

É no bojo desse movimento de revisão historiográfica, que ocorre, a partir dos anos oitenta, uma renovação da disciplina História das Idéias Políticas. A adoção de metodologias da Antropologia e Sociologia levaria à incorporação do estudo sobre o mito, a mitologia e o imaginário político, sob uma nova perspectiva. Essa inovação ou revisão resultou no alargamento do horizonte da disciplina História das Idéias Políticas. A História Política abria-se para esses temas, tendo algumas de suas concepções revisadas e renovadas. Estudar o imaginário político, querer compreendê-lo, explicá-lo, passou a fazer parte de uma compreensão de que esse aspecto da experiência humana, que chamamos de imaginário, possuía “a singularidade de uma realidade psicológica de uma especificidade muito evidente” (GIRARDET, 1987, p.14).

Do nosso estudo sobre o imaginário, vimos que o imaginário não constitui apenas reflexo do momento histórico, mas dele também participa como instituidor.

A importância do imaginário social para o estudo da História Política, segundo Gilbert Durand, deve-se a sua função no processo de apreensão e representação do real. Isto é, o imaginário é um estado da

consciência e, por conseguinte, de apreensão do mundo. Assim a política, mais do que outro campo de saber teria, com o imaginário, uma ligação ainda mais complexa.

Já, para Girardet, o estudo do imaginário, e mitos políticos permite conhecer um campo da instituição e representação social em que:

“A densidade social, a dimensão coletiva não são negadas, e com elas tudo aquilo que os debates ideológicos implicam de conteúdo passional, tudo aquilo que os carrega desse peso por vezes tão denso de esperanças, de recordações, de fidelidades ou de recusas” (GIRARDET, 1987, p. 9)

Os estudos nesse campo revelam algumas características comuns às manifestações do imaginário mitológico. *“Elas pertencem, em outros termos, a modos originais de expressão tão afastadas, sem dúvida, da construção retórica quanto pode estar a linguagem musical das estruturas da formulação verbal”* (GIRARDET, 1987, p.14). Verificou-se que o mito guarda semelhanças com o sonho e:

“(...) como o sonho, o mito se organiza em uma sucessão ou dinâmica de imagens; (...) como o sonho, estas imagens se encadeiam, nascem uma da outra; chamam uma a outra, respondem-se e confundem-se; (...) como o sonho ainda, o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos, senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que

arrisca uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e complexidade; (...) o mito é polimorfo e ambivalente". (GIRARDET, 1987, p.14)

SOBRE O MITO POLÍTICO

Entendemos que o mito político não se trata de uma determinada idéia, fenômeno, ou de uma determinada pessoa, em si. O mito trata, essencialmente, da representação que se faz de determinadas idéias, fenômenos, visões ou pessoas. Uma representação que em determinado momento alcança uma tal relevância, ganha uma tal força, que se impõe muito amplamente à opinião coletiva, à sociedade. A construção do mito político seja de uma personalidade seja de uma idéia, ocorre invariavelmente a partir e pela contínua repetição e reelaboração da imagem. Sobre a personalidade política ou a idéia política constrói-se uma explicação, uma história, uma narrativa. Em outras palavras, é de uma narrativa que se trata quando busca apreender ou compreender o mito. Uma narrativa que organiza o imaginário que lhe dá um ritmo, uma cadência cronológica e evolutiva que obedece uma lógica de um tempo que tem um início, um meio e um fim. Buscando apreender essa lógica que se encontra no imaginário mítico, Raoul Girardet, estudioso do tema, tomou como exemplo, ou arquétipo da narrativa mítica, o poema *Tête d'Or*¹, de Paul Claudel.

¹ Paul Claudel foi um escritor francês de fins do século XIX. Seu poema *Tête d'Or*, escrito em 1890, expressa em toda a força dramática, a trajetória emblemática de um líder político que se

Girardet (GIRARDET: 1986, pp.66-67) comenta o poema do seguinte modo:

“No início, um adolescente vagabundo de nome Simon Agnel, errante, inseguro, descobre bruscamente que lhe está reservado um grande destino. Sente subir até ele a espera de todo um povo cansado da inércia, da mediocridade e da banalidade cotidiana: ‘Uma glória me foi dada, áspera, inimiga das lágrimas, das mulheres e dos pirralhos, ela não é fraca...’. Essa imensa esperança, ele vai realizá-la quando, general vitorioso, tomado Tête d’Or, mata o velho imperador, solene, benevolente e fraco. Símbolo da legitimidade e da ordem estabelecida. ‘Vai, exclama ele ainda. Eu comandarei porque isso é justo’. ‘Voraz, obstinado, insaciável’, conquistador impossível de satisfazer, começa então a interminável aventura que, de combate em combate, vai conduzir seus exércitos até as solidões desérticas do meio do mundo (‘Eis que encontramos o espaço’). É lá, entretanto, que Tête d’Or vai conhecer, enfim a derrota e a morte, agonizando supliciado, crucificado no meio de um punhado dos últimos fiéis. Ao menos levou-lhes a aventura, a superação de si mesmos, o acesso ao trágico: ‘Por mim, eu os fiz levantarem-se de sua preguiça. E convoquei-os da sombra em que estavam sentados... Que coisas fizemos’. Ao menos sua vontade, sua audácia, seu apetite de grandeza abriram um novo capítulo da história dos homens: ‘As leis do uso rompidas, a fraqueza humana superada, o obstáculo das coisas dissipado...’ ”.

Girardet observa que a narrativa do poema de Claudel organiza-se em três tempos: o do apelo, o do poder e da glória, e o do

transforma em mito. Claudel marca essa trajetória mítica através de três diferentes tempos: o tempo do apelo, o tempo do poder e glória, e o tempo do martírio.

martírio. Essa sequência narrativa, em geral, pode ser percebida no estudo das histórias dos mitos políticos. E, nesse sentido, a narrativa do mito JK não é diferente das narrativas de outros mitos contemporâneos.

Se fizermos uma analogia entre a narrativa do mito JK e a narrativa do mito representado no poema de Claudel, poderemos perceber, na narrativa do mito JK, os três tempos invariavelmente vividos por mitos políticos. O tempo do apelo, ao nosso ver, caracteriza-se pela decisão de Juscelino Kubitschek em disputar a sucessão presidencial, sob exacerbada tensão política. O tempo do poder e da glória, que seria o tempo compreendido pelo período de duração de seu mandato na presidência da República, de 1956 a 1961; principalmente os anos de 1957, 1958. Nesses anos do poder e da glória o ano de 1958 destacar-se-ia por ser o auge e emblema do mito, assim como o foram algumas das realizações político-econômicas, a exemplo de Brasília. E, por fim, o tempo do martírio, que pode ser entendido como o tempo iniciado com a sua cassação em 1965, passando pela prisão, o exílio, o ostracismo, e culminando em sua morte, em 1974.

Segundo Girardet é justamente a construção de uma narrativa - e sua contínua reelaboração e repetição - que, por sua vez, cria e configura os mitos políticos e as mitologias políticas. O ambiente propício ao surgimento do mito tem sido invariavelmente, o do contexto histórico de profundas tensões e incertezas.

No que diz respeito ao presente trabalho, para entendermos como surge o mito JK, faz-se mister reconstituir o contexto histórico a que pertence. E esse contexto é também o da existência de uma importante constelação mitológica, o da modernidade brasileira.

Vejamos, portanto, o que significa a constelação mitológica da modernidade, para que possamos entender melhor o contexto de surgimento do mito político JK.

SOBRE AS CONSTELAÇÕES MITOLÓGICAS DA MODERNIDADE

Segundo Gilbert Durand (1997), em seu célebre estudo *“As estruturas antropológicas do imaginário”*, o imaginário social pode ser classificado em duas grandes estruturas simbólicas, a que o autor chama de “Regimes”. Por “regime das estruturas simbólicas” entende a configuração de um conjunto complexo de imagens que cumprem um papel axiomático de organização, encadeamento, associação e representações simbólicas. Durand observou que foi construído um conjunto de imagens, de que resultou um imaginário complexo, ligado a estruturas psicológicas de apreensão do mundo e construção do real: imagens simbólicas da representação desses povos em relação à vida, à gênese, à decadência, à morte, dentre outros. Essas imagens configuram estruturas imagéticas.

Além da constatação e apreensão dos diferentes universos simbólicos erguidos pela imaginação e imaginário coletivo, Durand (1997) observa que a apreensão do mundo ocorre, também, pela imaginação, pelo simbólico, pelo imaginário. Para o autor, a produção da realidade objetivada é um produto, tem, necessariamente, em sua construção, e em igual importância, o elemento não racional, esse elemento pertencente a um campo de subjetividade, de sensibilidade, que foge à lógica racional. De modo que, o imaginário não seria um tempo, uma fase, um aspecto da apreensão do mundo pelo homem, mas um estado da consciência, um estado do conhecimento do mundo pelo homem, tão importante e inquestionável como o raciocínio lógico. O imaginário é um estado pré-lógico, arquétipo, e, nesse sentido, base sobre a qual se ergue o raciocínio lógico, a razão. Ou seja, a razão não existiria sem o imaginário. Não por oposição ou negação, mas pela

estrutura. Destaca, ainda, que não existe superioridade do raciocínio lógico em relação ao imaginário.

Algumas das reflexões de Gilbert Durand foram incorporadas por Raoul Girardet como premissas do seu estudo sobre os mitos e mitologias políticas contemporâneas (1987). Nesse trabalho, Girardet os mitos e mitologias contemporâneas a partir dos conjuntos de elementos simbólicos do imaginário social denominados “constelações simbólicas”. Para Girardet, as constelações simbólicas, reúnem imagens e símbolos de um mesmo plano de interligação. Nesse sentido, podem ser entendidas como “constelações simbólicas”, por exemplo, a “constelação mitológica da modernidade”, com os seus mitos do Salvador, da Idade de Ouro, da Revolução redentora, por exemplo.

Para Girardet, a mitologia política da modernidade consiste em uma das mais importantes constelações mitológicas do mundo contemporâneo. É a partir da mitologia da modernidade que se originam as demais mitologias políticas contemporâneas. Estas, segundo o autor, se organizam num discurso mítico, que possui uma certa forma de lógica e, que, tal como as imagens que os nossos sonhos secretam, giram:

“em um círculo bastante estreito e se encontram submetidos a certas leis – bem facilmente definíveis aliás – de repetição e de associação, assim também os mecanismos combinatórios da imaginação coletiva parecem não ter à sua disposição senão um número relativamente limitado de fórmulas”.
(GIRARDET, 1987, p. 17)

As mitologias irrompem quase sempre dentro dos mesmos limites, mobilizam imagens com significados muito parecidos com os de outras épocas, estão sempre em reelaboração de simbologias mais ou menos antigas, mais ou menos freqüentes. Isso porque:

“O poder de renovação da criatividade mítica é, de fato muito mais restrito do que as aparências poderiam fazer crer. Se o mito é polimorfo, se constitui uma realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de uma coerência nas regras de que parece depender o desenrolar de sua caminhada. Esta pode ser representada e apresenta-se efetivamente como uma sucessão ou uma combinação de imagens. (...) Assim o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz – o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar – e a imagens de verticalidade – o gládio, o cetro, a árvore centenária, a montanha sagrada”. (GIRARDET, 1987, p.17)

A mitologia política da modernidade faz parte do pensamento ocidental e, em assim sendo, sua presença não poderia ser muito diferente no imaginário brasileiro. Até porque, o Brasil surge num tempo datado, o Tempo Moderno e, enquanto colônia portuguesa, serve também à mobilização do imaginário europeu sobre o novo mundo, a nova Idade de Ouro, o mito do eterno retorno.

A contemporaneidade da sociedade brasileira produz, também, as suas constelações mitológicas. A principal delas, é, sem

dúvida, a mitologia da modernidade. A história da República é, no que diz respeito à produção e ao debate de idéias, o tempo em que se firma mais significativamente a constelação mitológica da modernidade, o imaginário, os mitos e mitologias. Aqui, deter-nos-emos na tentativa de apreensão de algumas passagens constituintes do imaginário político do Brasil moderno.

IMAGENS DO MITO

Buscamos apreender as imagens sobre Juscelino Kubitschek nas diferentes falas dos diferentes lugares de produção da memória coletiva. Nesse sentido, apresentamos ao leitor algumas das inúmeras falas, que tivemos oportunidade de conhecer, através das biografias, dos amigos, conterrâneos, personalidades do meio político brasileiro. Apresentamos também algumas das entrevistas que realizamos com o objetivo de conhecer a memória das camadas populares acerca da época do governo JK. São as falas das pessoas que, apesar do anonimato, constroem a história, e cuja identidade só conhecemos pelo primeiro nome.

Antes, porém, de passarmos à apresentação dessas falas faz-se mister tecer alguns comentários sobre o que pretendemos com elas, como procedemos e, principalmente, o que observamos de comum nelas.

A opção pelas falas de grupos diferentes do coletivo social teve como objetivo perceber os mecanismos psicológicos de apreensão,

produção e reprodução do mito, a partir de um campo mais amplo possível. A utilização de diferentes fontes como, por exemplo, a entrevista oral, o documentário fílmico e as biografias, procurou atender o objetivo de apreender as imagens sobre Juscelino em diferentes lugares de recepção e produção de imagens. Faz-se oportuno observar que, as entrevistas, por nós realizadas, e as que selecionamos do documentário fílmico: *“Conterrâneos velhos de guerra”*, foram entendidas, para fins deste objetivo particular, como história de vida. E, enquanto tal, apresenta uma certa concatenação lógica, uma ordem evolutiva dos fatos que nos dão a conhecer não somente seus dramas, mas também seu tempo. Fatos esses, que nos chamaram a atenção pelo contexto em que ocorreram, nos remetendo a assertiva de Giovanni Levi (1998, p. 176) de que a biografia ou a história de vida, qualquer que seja a sua originalidade aparente, ou seja, *“não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”*.

Iniciamos a apreensão das imagens e imaginário coletivo sobre Juscelino pelo depoimento de Seu Osório², migrante nordestino que mudou para Brasília em 1957. Seu Osório nos conduz pelos caminhos de sua memória, e nos dá a conhecer sua representação sobre Juscelino Kubitschek e o processo de construção da cidade de Brasília. No seu depoimento entrevemos algumas das questões mais cruciais do país, à época da construção da nova capital, assim como algumas das mais significativas imagens do imaginário social construído em torno do governo, e, particularmente do indivíduo Juscelino Kubitschek. No aspecto mais geral, Brasília aparece como a representação simbólica desse momento histórico, caracterizado por significativas mudanças.

² Seu Osório é um dos entrevistados no documentário fílmico *“Conterrâneos velhos de guerra”*, de Vladimir Carvalho.

Seu Osório, um dos milhares de nordestinos que construíram Brasília, é tomado aqui não somente como testemunha da história, mas também como representante dessa massa de migrantes que foram aventurar uma vida melhor. O motivo que os levou à migração estava relacionado, principalmente às questões econômicas. A aventura da ida para Brasília, uma cidade que estava apenas começando a ser construída, um lugar distante, praticamente um deserto, foi uma das limitadas alternativas encontradas para a fuga de uma condição de miséria. Mas essa motivação de fundo econômico ligava-se também às imagens do “eldorado”. O imaginário mítico da Idade de Ouro povoava os sonhos mais secretos, irrompia e redimensionava o motivo para a busca desse lugar de grandes oportunidades, de possibilidades – se não de enriquecimento, ao menos de melhoria de vida. Tudo isso comandado pela crença e o contágio otimista do presidente Juscelino Kubitschek.

Por ora, queremos destacar a imagem que *Seu* Osório faz de Juscelino Kubitschek. A escolha de o seu testemunho, em relação aos demais depoentes que aparecem na fita, deve-se a sua figura. *Seu* Osório é um senhor de aproximadamente 65 anos. Traz, na fisionomia, a expressão de uma vida marcada pelas dificuldades da luta pela sobrevivência. Humilde, simpático, lúcido, dono de excelente memória, transmite a impressão de muita dignidade e consegue, por sua simplicidade e sabedoria advinda de sua vivência, criar um sentimento de empatia e conquistar a credibilidade de quem o ouve. Seu depoimento sobre Brasília é o das dificuldades encontradas quando chegou ao local, da frustração do sonho do “eldorado”, da crítica à condução das obras de construção da cidade, da denúncia do desrespeito aos direitos trabalhistas e também da saudade da terra natal. A fala sobre Juscelino é de admiração, e de reconhecimento nele do herói legislador. É como se não houvesse ligação de Juscelino com

as críticas que faz. A idéia de construir Brasília não é criticada. O que é criticado é a forma, o desrespeito aos direitos humanos de condições dignas de vida: habitação, salário *etc.*

Em um determinado momento de seu depoimento, *Seu Osório* lembra o enterro de Juscelino Kubitschek e conta a comoção que tomou a população de Brasília. Em seu depoimento, refere-se à figura de Juscelino Kubitschek, declarando que: “*as duas coisas mais importantes de toda humanidade são o Juscelino e o Flamengo*”³. Esta frase, que inicialmente pode provocar riso, é dita com tanta seriedade por *Seu Osório*, e ele demonstra acreditar tanto no que diz que, por mais ingênuo que possa parecer, não deixa de nos fazer refletir sobre os significados dessa sua imagem e representação. É uma frase que destoa do propósito do documentário fílmico, que foi o de apresentar a história silenciada pelo governo, a qual aparece ao autor do documentário como sendo uma história das contradições entre a suntuosidade de uma cidade que surgia do nada e a miséria dos trabalhadores que a estavam construindo.

Observamos que esse documentário levou mais de duas décadas para ser concluído. Durante esse tempo significativo, foram registradas imagens da cidade desde a década de sessenta, quando iniciou a filmagem, até a década de oitenta, quando, finalmente, foi concluída sua produção. Não sabemos se por questões técnicas ou se por opção, o documentário não data, nem identifica os entrevistados, deixando no quase completo anonimato os depoentes, com exceção daqueles conhecidos pela sociedade, como por exemplo, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Dessa maneira, o documentário frustra o historiador que quer datar, situar a imagem no tempo, no espaço, no contexto histórico. Não temos certeza da data da entrevista com o senhor Osório, mas achamos que o seu depoimento é de fins da década de setenta a inícios

³ Cf. *Conterrâneos velhos de guerra*, Vladimir Carvalho, 1’28”.

da de oitenta, no máximo uns dez anos após a morte de Juscelino. É provável que a proximidade ou o distanciamento em relação à construção de Brasília e à morte de Juscelino Kubitschek faça alguma diferença para a reconstituição do imaginário social daqueles tempos, mas não impede a apreensão da representação desse tempo, nem das impressões da memória social e do imaginário político a esse respeito.

No momento, o mais importante é entender essa imagem tão forte do testemunho de *Seu Osório*, “*as duas coisas mais estimadas da humanidade são o Juscelino e o Flamengo*”. Esta frase nos remete a duas imagens, a de Juscelino Kubitschek e a do Flamengo. A primeira refere-se ao presidente da república, não a qualquer presidente, mas àquele que ficou guardado no coração “da humanidade”; e a segunda, a um time de futebol, muito querido de significativa população carioca e brasileira. Observe-se que não se trata de imagens quaisquer, mas de imagens determinadas, ou seja, que se destacam no imaginário social da época, que são emblemáticas.

Sem dúvida, a frase sugere imagens que simbolizam a paixão pelo futebol, representada pelo Flamengo; e a paixão pela figura de Juscelino Kubitschek. Duas imagens de fortes significados e de difícil definição e compreensão, do ponto de vista da racionalidade lógica. O que de fato o apaixonava em Juscelino? Era o político? O presidente? As mudanças que estava realizando através de seu governo? O indivíduo? O amigo?

Podemos entrever na entrevista de *Seu Osório* que sua paixão por Juscelino devia-se a imagem de chefe Salvador, Homem Providencial, que essa figura representava. Mas devia-se também às mudanças que prometiam a melhoria das condições de vida das camadas populares. Embora não tivesse resolvido os problemas sociais, o país havia se modernizado. Eram os mitos em sua função mobilizadora. De imediato, a resposta pode parecer simples, mas

entender por que essa paixão permanece, como resiste ao tempo e as críticas, já não é tão simples porque ela implica em entender o que o mito.

Procuramos recusar qualquer tentativa de definição, pois, como o mostra Raoul Girardet (1987), em sua análise sobre os mitos e mitologias políticas, são perigosas as tentativas de definição do mito. Para o autor, qualquer tentativa de definição do mito está fadada ao empobrecimento da reflexão. Todavia, temos questões importantes, se não a definir, pelo menos para tentar compreender, e temos que nos arriscar por esses caminhos imprecisos do imaginário, imprescindível à compreensão de como se constituem os mitos.

Sem a pretensão de esgotar o conteúdo, dado o caráter subjetivo das questões que envolvem a paixão e a imagem de ou sobre Juscelino Kubitschek, apresentaremos a seguir um conjunto de imagens comuns a escritores, autores de livros didáticos, políticos, amigos, adversários, e à massa de trabalhadores, mormente àquela contemporânea de Juscelino. Essas imagens constituem-se, a constelação do imaginário mitológico da personagem central desse nosso estudo, o mito político Juscelino Kubitschek.

A admiração que *Seu Osório* nutre por Juscelino Kubitschek não é um sentimento isolado e localizado em um segmento determinado da sociedade, as camadas populares. Ao contrário, percebemos que a admiração que alguns grupos sociais dedicaram a Juscelino, naquele momento, foi algo quase que generalizado, principalmente no interior das camadas populares. A imagem que as biografias sobre JK transmitem, em geral, é a de que a admiração da sociedade em relação a ele (e a admiração consiste num sentimento, um elemento subjetivo) foi acontecendo e arrebatando-a quase que completamente. Até seus adversários lhe tinham admiração e isso mesmo quando Juscelino ainda vivia. Esse é um dado relevante de se guardar, pois as definições sobre

o político Juscelino Kubitschek e seu governo, as imagens extremamente positivas que fizeram dele, não surgiram somente após sua morte, mas ainda em vida, e isso é de suma importância para o presente trabalho. A imagem se afigura, assim, como um elemento vital à construção do mito. E, para se transformar na importante liderança política que precisava ser, para alcançar seus objetivos, uma imagem extremamente positiva era imprescindível. Seu êxito político seria tanto maior quanto melhor fosse a sua imagem, pois, na política, a imagem é um elemento vital, seja a de uma personalidade política, sua origem, sua carreira, sua vida pessoal, sua vida política, suas realizações e práticas; seja a imagem de uma idéia, ou de um projeto político. Ambos mito e mitologia política necessitam de uma narrativa, de uma aura em seu redor, de um conteúdo imprescindível de abstração e subjetividade. A imagem, na política, está ligada à própria permanência na vida política e, portanto, ao sucesso ou ao fracasso: e a permanência no imaginário político depende sua contínua reconstituição.

A imagem de JK foi, sempre, objeto de muita atenção, de muito cuidado. E, tal qual foi elaborada constituía um elemento de sua política, bem como, um elemento significativo na construção do mito JK. A permanência do mito, a sua presença na memória coletiva e no imaginário político deve-se, em parte, à recorrência e evocação de sua imagem, seja como personalidade e estadista, seja na sua relação com algumas mitologias políticas. Para a presença do mito na memória coletiva concorrem, em primeiro lugar, a presença significativa da constelação mitológica do “destino de grande nação”, que está ligada a constelação maior do mito da modernidade; em segundo lugar, a evocação do mito através das biografias, dos depoimentos de antigos correligionários, amigos, admiradores, e a sua presença na memória de personalidades do mundo político brasileiro; em terceiro lugar, uma

realização que está ligada à sua figura, a cidade de Brasília, capital do país.

O MITO, SEGUNDO AS BIOGRAFIAS

A imagem de Juscelino nas biografias é, invariavelmente, positiva, edificante. Sua construção se dá através do relato que organiza os fatos dessa história de vida segundo uma ordenação lógica, cronológica, ascendente, que tem um objetivo inicial e final. Esse objetivo consiste, no nosso entendimento, em mostrar que o ingresso de Juscelino na política (o início ou a origem do mito) devia-se à sua vocação, dom e, mesmo, ao cumprimento de uma predestinação. Nesse sentido, o fim de sua vida não significa o seu fim, ao contrário significa sua impressão definitiva na história política. A esse respeito Bourdieu afirma o seguinte:

“(...) Essa vida, organizada como uma história, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, dê um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partido, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo”.
(BOURDIEU, 1998, p.184)

Affonso Heliodoro dos Santos foi um dos amigos mais próximos de Juscelino e, também, um dos seus auxiliares no Governo de Minas e na Presidência da República, oportunidades em que exerceu importantes cargos de confiança. Affonso Heliodoro diz que o lema de Juscelino era *“Ver o Brasil através de óculos com lentes cor de rosa!”*. É ele autor da biografia intitulada *“JK – exemplo e desafio”*, que o define da forma seguinte:

“Ele tinha *ousadia, otimismo, confiança* [grifo nosso] (...) Seu comportamento diante dos múltiplos e graves problemas que afligem um presidente, fazia-nos sentir, tanto quanto qualquer outro povo do mundo, capazes de realizar também aqui *um novo país, com mentalidade nova* [grifo nosso]. Aliás, o grande mérito do Governo Kubitschek, além da obra material realizada, foi justamente o de transmitir à sua gente esse sentimento de *crença, de coragem* [grifo nosso], de orgulhar-se do Brasil”. (HELIODORO, 1991, p.17)

Com o propósito claro de reforçar uma imagem positiva de Juscelino, o próprio Heliodoro nos apresenta trechos de intelectuais, políticos e pessoas que gozaram do convívio e amizade de Juscelino, ou simplesmente contemporâneas dele. A opinião do escritor Jorge Amado, sobre esse momento e seu governo foi a de que, devido as transformações que estavam ocorrendo, o Brasil vivia um momento profundo e belo de sua vida, *“(...) quando o povo toma consciência também de sua força e de suas imensas possibilidades... Nos últimos cinco anos mudou em muito a fisionomia do país”* (HELIODORO, 1991, p.17). Heliodoro cita a declaração do coronel Nélcio Cerqueira, um dos

mais próximos amigos de Juscelino, que define aquele momento como sendo um tempo em que *“guiava-nos um homem incansável, que lembrava uma usina de otimismo, gerando esperanças, sonhando e realizando, realizando e sonhando”* (HELIODORO, 1991, p.17).

Vera Brant, Pedro Nava e Victor Alegria são outras falas citadas por Heliodoro. Todos eles tentaram definir uma figura política que se confunde com um tempo histórico. Vera Brant, amiga de Juscelino, fez a seguinte declaração, que é também uma imagem do amigo,

“Juscelino Kubitschek, lembro-me de quando você me contou que, do avião, certa vez, percebeu surgir, lá embaixo, uma árvore gigantesca, dentre milhares e milhares de árvores comuns. E pensei nas criaturas raras, especiais, que surgem na vida da gente e nos encorajam a continuar vivendo e a *continuar sonhando* [grifo nosso]. Você foi esta árvore e este ser humano incomum”. (HELIODORO, 1991, p.17)

Já a imagem do escritor Pedro Nava sobre esse tempo e esse personagem foi que : *“(...) o admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de endurância, brandura, tolerância, alegria e bondade que tinham habitado o menino(...).”* (HELIODORO, 1991, p. 7)

E Victor Alegria, editor, e admirador diz:

“(…) não podemos deixar de fazer comparações – a bisonhice da atual vida política, conspurcada pela lama da corrupção, pelo esquerdismo ingênuo e ultrapassado, ou pelo reacionarismo vergonhoso de aproveitamento do poder para contínuas e progressivas vantagens – em contraponto à época de JK. *50 anos em 5* [grifo do autor] eram as inesquecíveis palavras de ordem de JK, que provocaram uma fervilhante dinâmica social plena de energia, fé individual e coletiva e a alegria de viver a construção de novos dias”.⁴

Joaquim Ferreira dos Santos, jornalista, escreveu um livro sobre o ano de 1958, a que intitulou de *“Feliz 1958. O ano que não devia terminar”*. Esse livro é repleto de imagens. Todas elas positivas e alegres. O autor se recusa a lembrar os anos JK como melancolia. Para Joaquim Ferreira dos Santos, de todo o século vinte, o ano de 1958 foi o mais feliz da vida dos brasileiros. Foi um ano em que tudo deu certo. Para ele,

“Na verdade, todo esse *clima de euforia* [grifo nosso] estava instalado desde 1956, quando JK assumiu o governo e estabeleceu o plano de metas, um punhado de obras em que prometia realizar em cinco anos o desenvolvimento que para outros levaria cinquenta. Em 58, porém, quando o barulhento DKW-Vernag saiu pelas ruas com 50% de suas peças feitas aqui, todos compreenderam que o futuro, se ainda não havia chegado com os mesmos sputniks que os russos lançavam ao espaço desde o

⁴ Opinião do Editor sobre o livro de Heliodoro e o tema. Encontra-se na orelha do livro de Heliodoro.

ano anterior, pelo menos estava dando o ar de sua graça entre nós. A síntese da euforia JK é 58". (HELIODORO, 1991, pp.12-13)

João Pinheiro Neto, membro de uma das tradicionais famílias mineiras, advogado, jornalista, político, e amigo pessoal de Juscelino, a quem acompanhava desde a administração na Prefeitura de Belo Horizonte, é autor da biografia intitulada, *"Juscelino: uma história de amor"*. Segundo ele, eram duas as características mais marcantes do caráter e do temperamento de Juscelino. A primeira característica era:

"(...) o seu otimismo constante, inabalável e contagiante, o que o fazia avesso às tragédias maiores ou menores (...) A segunda característica, (...) dizia respeito à celeridade diversificada de sua maneira de governar, que poderia (e ainda se pode) comparar à de um Comandante de Exército que, em sua ofensiva contra o inimigo (ou os inimigos), estivesse lutando ao mesmo tempo em várias frentes". (PINHEIRO NETO, 1995, p.12)

Existem outras características que são destacadas na personalidade de Juscelino. A biografia escrita por Serafim Jardim⁵, amigo e colaborador de JK, *"Juscelino Kubitschek, onde está a*

⁵ Serafim Jardim é filho de José Jardim, amigo de JK desde os tempos de infância em Diamantina, e é através da amizade das duas famílias que se torna uma pessoa da amizade e confiança de Juscelino. José Jardim nasceu no mesmo ano que Juscelino, 1902, foram amigos de infância, estudaram no mesmo período no Seminário, foram estudar em Belo Horizonte também no mesmo período, dividiram um quarto na pousada em que moravam, em Belo Horizonte, entraram na política na mesma época, eram do mesmo partido político, o PSD.

verdade?”, distingue-se das demais, no que diz respeito ao período da vida de JK. É um dos poucos trabalhos biográficos sobre o ex-presidente, que traz a memória dos tempos difíceis da cassação, do exílio, da perseguição política até sua morte. Diz Serafim Jardim (1999, p.42):

“Conheço as quatro fases da vida pública de Juscelino Kubitschek: deputado federal, prefeito, governador e presidente da República. Desempenhando cargos no poder Executivo, realizou tudo o que sonhou e mudou a face deste país”.

E faz sua, a fala de Tancredo Neves, que ao se referir a JK diz:

“(...) como um novo Midas, naquilo em que punha a mão, transformava em ouro. Mas, muito mais importante do que isso, era sua capacidade de superar divergência, suportar agressões e, acima de tudo, perdoar [Grifo nosso]”. (JARDIM, 1999, p.42)

Austregésilo de Athayde escreveu um artigo⁶, publicado no qual jornal, em que elogiou o acerto da convenção do PSD, que lançou a candidatura de JK à presidência, em 1965. Diz Austregésilo que:

⁶ Esse artigo foi publicado no jornal “O Jornal”, Rio de Janeiro, 21/03/1964.

“(…) O Sr. Juscelino Kubitschek representa uma garantia de permanência e segurança do regime democrático. O seu regime foi exemplar a esse respeito. Passamos cinco anos de paz política e de otimismo fecundo. Cinco anos de afirmação e crença no futuro do Brasil. Nesta hora de reivindicações violentas e sombrias ameaças ao regime, o antigo presidente sustenta a bandeira do desenvolvimento e da justiça social dentro da lei. A sua esperança, como candidato do PSD, na grande disputa eleitoral de 1965 aumenta a confiança pública na solidez das instituições livres”. (SANDRONI; SANDRONI, 1998, p.574)

As falas acima expostas mostraram uma personalidade política das mais virtuosas. E por esses motivos JK era respeitado, admirado e amado pela sociedade.

Feita a exposição inicial destas imagens, chamamos a atenção para os significados que elas nos levam a entrever, a começar pelos próprios títulos das biografias: *“JK – exemplo e desafio”*, *“Feliz 1958. O ano que não devia terminar”*, *“Juscelino, uma história de amor”*, *“Juscelino Kubitschek, onde está verdade”*. Os títulos constituem objeto de análise pela mensagem que comunicam, pelas significações que sugerem. Pelos títulos das biografias sobre JK, independente de se conhecer o conteúdo, é possível visualizar imagens que significam uma história, invariavelmente, de tipo singular. Mas, principalmente, os títulos, não obstante os diferentes significados que possam sugerir, apresentam-se como fragmentos de uma mesma e determinada narrativa, que está intrinsecamente relacionada ao mito.

O título *“JK – um exemplo e desafio”*, de imediato nos leva a entrever a mensagem de que JK é um exemplo a ser seguido e, ao mesmo tempo, é um desafio ser um JK. Destaca-se a idéia-imagem de

singularidade, de uma figura ímpar. Mas também pode sugerir que é um exemplo de desafio, no sentido do desafio político que JK enfrentou. Um ou outro significado, parte de uma mesma visão, a de que JK é uma pessoa que difere das demais por ter qualidades, virtudes pouco comuns à maioria dos indivíduos, e no que diz respeito à definição e às qualidades que foram destacadas em Juscelino: a ousadia, o otimismo, a confiança. A essas qualidades somam-se outras ainda mais importantes, destacadas na biografia de autoria de Affonso Heliodoro: “(...) o grande mérito do Governo Kubitschek, além da obra material realizada, foi justamente o de transmitir à sua gente esse sentimento de crença, de coragem, de orgulhar-se do Brasil” (HELIODORO, 1991, p. 18). A forma como o autor apresenta e desenvolve sua narrativa sobre o Juscelino Kubitschek assemelha-se a um apelo.

Juscelino não somente havia acalmado as tensões e conciliado os conflitos de interesses, mesmo que momentaneamente, como também provava que o desenvolvimento, a modernização, o entendimento político, enfim, a democracia era possível. *Feliz 1958. O ano que não devia terminar?*, de autoria de Joaquim Ferreira dos Santos, é uma biografia que difere das outras pelo entusiasmo contínuo, ininterrupto, pela saudade alegre, jocosa. Juscelino aparece ao autor como alguém que conseguiu governar em meio a enormes conflitos de interesse e toda uma sorte de adversidades, ou seja, um estadista portador de uma capacidade e habilidade políticas incomuns. E o que mais se destaca em seu livro é o clima de euforia criado por Juscelino em seu governo. Um clima psicológico que teria contagiado significativamente a sociedade, e cuja síntese ou momento mais simbólico teria sido 1958.

Esse ano é representado por Santos como um ano de intensa euforia, crença, otimismo, ousadia, vitória, poder, enfim, imagens de significado de mobilização da ação criadora. Esses elementos do

campo subjetivo dos sentimentos, das sensibilidades, e do imaginário fazem parte da instituição do real. Segundo esse autor, tudo transcorreu tão acertadamente que até chuva de gelo houve, quando Juscelino, feliz com o excelente andamento do Plano de Metas, desejou brindar o avanço da construção da nova capital e o excelente ano político que estava passando. A chuva de granizo tornou-se um episódio folclórico. Mas juram os biógrafos, assim como os que, naquele momento do brinde, se encontravam, dentre eles Oscar Niemeyer, que foi a mais pura verdade. Essa passagem foi descrita da seguinte maneira por Joaquim Ferreira dos Santos (1997, pp.20-21):

“E lá estava ele, quase no final de 1958, sentado na escada de madeira do escritório da Novacap, a empresa formada para tocar as obras. Ao seu lado, os principais responsáveis pelo projeto, o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa, tomavam uísque observando a movimentação dos candangos, o nome local dos operários. Ainda não havia eletricidade, e por isso o uísque era sem gelo. De molecagem, JK, que não gostava de bebida, tripudiou: - Esse uisquzinho ia ficar bem melhor com um gelinho hein, Oscar? (...) ocorreu o seguinte logo depois de JK ter ironizado a ausência de um gelinho nos copos de *scotch*. A chuva, que já se armava há algum tempo sobre Brasília, começou a cair bem nesse momento. Tinha, porém, uma agradável, eufórica particularidade: era de granizo. (...) saíram todos, deslumbrados, aos gritos, catando pedras de gelo no chão e preparando certamente o uísque mais feliz de suas vidas. Tudo deu certo em 58”.

Mas, nem só de alegrias e realizações viveu Juscelino. O livro a ele dedicado por Serafim Jardim, *"Juscelino Kubitschek, onde está a verdade?"*, é um dos poucos trabalhos biográficos que se detém na narrativa de seu tempo de infortúnio.

É um testemunho da história pessoal de Juscelino e, também, de aspectos importantes da história da sociedade brasileira. E, enquanto testemunho, propõe-se mostrar e relembrar todas as qualidades individuais do homem, assim como todas as qualidades do estadista. Ele é apresentado como uno, ou seja, não há uma separação entre o homem público e o indivíduo. Na narrativa do autor, não há em Juscelino conflito entre a fala e a prática, e, muito menos, incoerência. Assim, se constrói as imagens mais conhecidas e mais difundidas dessa personalidade política e mais presentes na memória. A essas imagens se acresce outra, a da coerência, mostrada, na biografia de Serafim Jardim, como um estágio de superioridade ou distinção de JK em relação aos demais políticos. JK, mesmo nos anos mais difíceis conservou sua imagem de dignidade porque ele possuía também mais uma virtude: *"a capacidade de superar divergência, suportar agressões e, acima de tudo, perdoar"*. E esta é uma imagem difundida por todos os seus biógrafos, amigos e admiradores.

A biografia de autoria de Serafim Jardim levam o leitor a questionar a verdade sobre a morte de Juscelino. Desperta o desejo de conhecer a verdade sobre o acidente. Seu livro provoca o anseio de vermos as dúvidas, esclarecidas, e revelados os possíveis segredos. É de conhecimento público, hoje, que à época do golpe e implantação do regime militar, havia alguns grupos de ultradireita, e um deles desejava a eliminação física do ex-presidente JK. E o acidente que o vitimou não foi devidamente investigado pelo processo de apuração aberto. Existem, até hoje, controvérsias, com relação ao laudo pericial da época, que deu por encerrado um processo cheio de falhas.

O título *Juscelino Kubitschek, onde está a verdade?*, também sugere uma pergunta que seria feita a Juscelino. Ora, será que esta pergunta teria uma outra resposta? O autor nos dirige para a compreensão de que o esclarecimento não nos será dado pelas autoridades constituídas, uma vez que os interesses ligados à ditadura jamais o revelariam à sociedade brasileira tendo a verdade, portanto, morrido com ele. Mais uma vez ressurgem das sombras o espectro das forças ocultas, o mal que põe fim à vida de um representante das forças do bem. A treva se impõe à luz.

A narrativa de Serafim Jardim nos mostra um momento muito difícil da vida de Juscelino. Tempos muito sofridos, de muitas decepções. João Pinheiro Neto, autor de *Juscelino, uma história de amor*, revela algumas das grandes decepções de Juscelino. Com a cassação de seus direitos civis, JK foi submetido a uma perseguição sem trégua, a enormes constrangimentos, ao ostracismo, além das decepções familiares e afetivas. É um tempo da vida de JK, cuja narrativa assemelha-se ao martírio. Esse tempo do martírio somente é encerrado com a morte trágica, em condições que ainda deixam dúvidas.

As falas com que abrimos a discussão sobre o mito nos ajudaram a suscitar algumas questões que envolvem a construção e o surgimento do mito JK, a relevância do estudo para a compreensão da história política brasileira e para as mudanças dadas a partir da passagem dessa personagem pela presidência da República.

Poderíamos expor um sem número de falas, de imagens sobre JK e seu governo. Falas de outras biografias, de outros antigos colaboradores, de outros conterrâneos, correligionários, admiradores e políticos. Mas as imagens seriam as mesmas.

Poderíamos questionar o alcance dessas falas, no que concerne à difusão do mito, pois são falas interessadas, ou seja, vêm de

antigos colaboradores, de amigos de JK, dos conterrâneos de Diamantina. Poderíamos, ainda, questionar o alcance político, ideológico e do papel dessas biografias na difusão e propaganda do mito, uma vez que se limitam a um público, em geral, muito reduzido e direcionado. Poderíamos, por fim, descartar as biografias, mas entendemos que elas têm um papel importante na construção e reconstituição do mito. No mínimo, essas biografias têm o papel de burilar um conjunto de imagens enormemente positivas, organizá-las, e dar um sentido, através de uma bem urdida e aparentemente despretensiosa narrativa.

As imagens que as biografias sobre Juscelino transmitem, tendem a formar, no leitor, uma opinião de que sua figura política, é uma figura ímpar na história desta sociedade. Os biógrafos mostram sua vida através de uma narrativa sem tensões entre o narrador e o narrado, sem questionamentos, sem lacunas. Suas escritas têm como motivação a amizade, a admiração, uma certa intimidade com a figura, são escritas comprometidas com o objeto, ou seja, apaixonadas.

Assim, mesmo não atingindo um grande público de leitores, as biografias cumprem a função de corroborar e manter viva a memória do mito.

O MITO, SEGUNDO OS ADVERSÁRIOS

Carlos Lacerda foi um dos membros mais importantes da UDN – União Democrática Nacional, partido político criado em 1945, no período de redemocratização política que seguiu o fim da segunda guerra mundial. Esse partido congregou todos aqueles representantes

políticos que foram excluídos ou prejudicados pela ditadura Vargas (1937-1945). Carlos Lacerda foi também uma das figuras políticas mais importantes do cenário político brasileiro, no período que compreende de 1945 até a sua cassação, pelo regime militar, em 1968. E, na liderança de seu partido, a UDN, orquestrou uma das mais ferrenhas atuações de oposição, de que se tem conhecimento na história política brasileira.

Conhecido pelos discursos inflamados e extremamente agressivos, Lacerda empunhava alto a bandeira do liberalismo, da moralidade pública, da austeridade. Enquanto liderança política, podemos perceber na atuação de Lacerda, que, se existem interesses pessoais, dado pelas suas ambições e veleidades políticas existe também uma visão de política para o país, um projeto político que se choca não apenas com o projeto do governo Vargas, como também com o dos governos JK e João Goulart, guardadas as devidas proporções, devido às diferenças, e também, semelhanças entre esses três projetos de governo. As semelhanças dizem respeito às práticas populistas e às diferenças de visão em relação ao nacionalismo. Esses três governos se assemelhavam também no que diz respeito a compreensão de que era fundamental a intervenção do Estado na política econômica.

Lacerda foi o *“calcanhar de Aquiles”*, o grande e incômodo adversário político dos governos de Vargas, Juscelino e Jango.

No segundo governo Vargas, de 1951 a 1954, Lacerda foi um dos maiores responsáveis, senão o maior, pela crise política que resultou no suicídio desse presidente. Não dá trégua ao governo JK, e foi uma das peças chave na crise de instabilidade política do governo Goulart. Embora Lacerda afirme que não participou da conspiração que culminou com o golpe de Estado que depôs Goulart e instalou a ditadura militar, existem muitas evidências de sua participação. Mas o golpe tomou rumos inesperados, inclusive para o próprio Lacerda, é o que afirma Ruy Mesquita, organizador do livro intitulado *“Carlos Lacerda*.

Depoimento". Segundo Mesquita, Lacerda não participou da conspiração do golpe de Estado, porque tinha certeza de que não alcançaria seu projeto pessoal de ser presidente da República, se a ditadura militar fosse instalada.⁷ E, realmente, sua carreira política teve fim com a cassação de seus direitos civis, em 1968.

No presente capítulo, a imagem de Carlos Lacerda em relação a Juscelino é oportuna, para se ter um exemplo de como os seus adversários o viam. Nesse caso particular, de como o seu mais ferrenho adversário político o via.

Por todas as diferenças de visão política e de interesses e por toda luta política que trava contra Juscelino, era de se esperar que Lacerda tivesse uma imagem de JK diferente da imagem formulada pelos amigos, colaboradores e correligionários. No entanto, em um momento de seu Depoimento, em que fala sobre a oposição ao governo Vargas e o contexto histórico do país na década de cinquenta, ele emite sua opinião sobre JK. Para Lacerda, o contexto histórico dos anos cinquenta era de intensos conflitos ideológicos e de visões de governo.

Sua opinião é de que o segundo governo Vargas, embora fosse resultado de um processo eleitoral, dentro das regras da democracia instituída, não representava, de fato, que se vivesse uma democracia, porque as camadas populares, movidas pela emoção, tinham elegido alguém que já havia dado provas de que era um ditador. Para ele, a política populista constituía uma prática condenável pelo seu perigoso poder de manipulação da emoção das massas, cujos maiores exemplos de seu caráter nocivo haviam sido os regimes fascista e nazista. Referindo-se ao contexto dos anos cinquenta, Lacerda (1977, pp.178-179) diz:

⁷ Conf. Carlos Lacerda. *Depoimento*. p. 16

“(…) Nessa altura, *infelizmente para o país* [grifo nosso], surgiu no PSD uma figura extraordinariamente simpática, (...), com uma presença prestigiosa, assim *quase irresistível de simpatia humana* [grifo nosso]. Um homem sorridente, um homem afável, um homem que se dava bem com todo mundo, chamado Juscelino Kubitschek, e que acabava de fazer um governo, que não foi um mau governo, em Minas Gerais; que *realizou tudo aquilo* [grifo nosso] que o governo udenista de Milton Campos tinha planejado, ou seja, a represa de Santo Antônio, a usina de não-sei-o-quê; enfim, tudo aquilo que durante o governo de Milton Campos foi estudado, planejado e arquitetado, o Juscelino teve a chance de fazer. Por isso tornou-se em Minas uma força popular muito grande” [Grifo nosso].

Lacerda reconhece as virtudes pessoais de JK no que concerne a facilidade de relacionar-se com o mundo especialmente o político, e de conquistar as pessoas, mas não abre mão de destacar que *infelizmente para o país* surgiu Juscelino Kubitschek. É difícil a Lacerda reconhecer outras qualidades em seu adversário, como por exemplo, a de realizar enquanto governo o que se propôs. Mas Lacerda se vê obrigado a reconhecer esta qualidade, embora tente desqualificar o adversário. Mesmo quando admite que Juscelino fez um bom governo em Minas Gerais, Lacerda o faz desqualificando-o, quando diz que “não foi um mau governo” e, que Juscelino “realizou tudo aquilo que o governo udenista de Milton Campos tinha planejado”.

Em um outro momento de seu Depoimento, Lacerda refere-se a Juscelino da seguinte forma: “*quer dizer, a importância de um dos grandes líderes do Brasil – do maior líder político que havia na época no Brasil – (...)*” (Lacerda, 1977, p.448). Ou ainda,

“(...) era muito difícil encontrar o Juscelino sem sorrir, porque ele era um sorriso permanente. Juscelino foi, sem dúvida, um dos homens mais simpáticos que já encontrei na vida. Fazer oposição a Juscelino só tinha uma dificuldade, porque motivos não faltavam. Só tinha uma dificuldade: era a *simpatia pessoal* [grifo nosso] dele, que era irresistível. E ele era realmente *um homem sem ódios* [grifo nosso]. Essa qualidade ele tinha. Eu diria que até demais. Era um homem incapaz de rancores. Eu nunca o vi se referir assim... com certo desprezo, sim, a alguns. Mas também por alto. Ele parecia um sujeito muito feliz com a vida, compreende? Ele achava, por exemplo, que tinha acontecido na vida dele tanta coisa boa que tomava tudo para o lado bom”. (Lacerda, 1977, pp. 448-9)

Essa imagem de Lacerda tem uma ênfase e uma força diferentes da mesma imagem, quando revelada por amigos e admiradores de JK, pelo fato de ter sido Lacerda o mais importante líder político da oposição ao ex-presidente. Isso faz com que se redimensione as imagens que o definem pelas características da *simpatia pessoal*, da ausência de ódios, pelo otimismo, por ser de bem com a vida.

O MITO, SEGUNDO OS LIVROS DIDÁTICOS

Realizar esta discussão é especialmente difícil porque o mito da modernidade e modernização é uma das mais importantes mitologias políticas do mundo contemporâneo e, na história da sociedade brasileira, o mito da modernização tem sua maior visibilidade no governo JK. Aí, o mito político e a mitologia política da modernização, que são duas coisas diferentes, embora pertencentes a um mesmo universo mitológico e imaginário, ganharam semelhanças que são, em vários momentos, confundidos como sendo uma só coisa.

Logo, a crítica ao período JK é, geralmente, a crítica a um determinado modelo de desenvolvimento econômico, mas que está ligada a uma idéia geral da necessidade e inexorabilidade do desenvolvimento, da modernização. Essa idéia geral da modernização, do desenvolvimento ou do progresso está por sua vez ligada à idéia de crescimento econômico, de maneira que crítica a história desse tempo é uma crítica ao modelo econômico adotado. Não aparece uma crítica a idéia do progresso, do desenvolvimento ou da modernização. É como se o progresso fosse algo mais do que necessário, fosse inevitável, fosse natural. Discordamos dessa compreensão predominante, e entendemos que sobre essa questão cabem, ainda, para outras problematizações, diferentes destas que apontam para uma inevitabilidade econômica do desenvolvimento, do progresso.

Essa imagem constitui uma das formas como o imaginário de progresso, a matriz de uma das constelações mitológicas mais significativas, que é a mitologia da modernidade e a modernização. O imaginário, os mitos e as mitologias políticas de modernidade e modernização são, de tal modo, fortes e estão, de tal maneira,

enraizados em nosso pensamento e forma de ver o mundo, que sua pujança coloca em função a ação criadora do mito, ao mesmo tempo que inibem e tenta anular a reação, criando a impressão de que não temos como fugir da força desse imaginário e desse mito. Nesse sentido, os livros didáticos constituem exemplos de como permanece viva essa mitologia e como o imaginário criado em torno da figura mítica de JK constitui a mitologia contemporânea do progresso. O livro didático, parece-nos, desempenha papel importante na reprodução dos mitos da modernidade e do mito JK.

Em nossa busca da apreensão do mito JK e da mitologia da modernidade no Brasil, observamos que o período de 1956 a 1961, aparecem, nos livros didáticos, invariavelmente, sob a mesma denominação: *“a crise do populismo”, ou “o desenvolvimentismo”*. As apresentações dessa época, nos livros didáticos, articulam, ao mesmo tempo, a crise de um sistema político eivado de contradições, com a premência de soluções para a superação dessa tensão. As soluções estariam na adoção de políticas econômicas que visassem à modernização. Esse imaginário aparece, na maioria das vezes, no que está silenciado, no que não está dito explicitamente, mas que está todo o tempo presente, como uma névoa que obnubila as imagens e, por conseguinte, as interpretações daqueles anos de mudanças, dificultando que se questionem outros sentidos do progresso, do desenvolvimento e da modernização.

Os livros didáticos nos revelam imagens menos centradas na figura do presidente JK e mais no processo de desenvolvimento econômico do país na época. Nesse sentido, são imagens menos personalizadas do que as dos biógrafos, mas não deixam de estar relacionadas com o papel de liderança que Juscelino desempenha no significativo processo de modernização econômica ocorrida no Brasil. Entretanto, não deixam de fazer referência a algumas habilidades

pessoais de JK, atribuídas ou confundidas com as do governo. Essas habilidades aparecem como uma das causas da adoção de determinadas medidas e política econômica.

Os livros didáticos referem-se ao período do governo JK como: *"50 anos em 5"*; *"os anos JK e o desenvolvimentismo"*; *"Desenvolvimentismo JK (1956-1961)"*; *"Governo Juscelino (1956-1961)"*; *"Brasil: dos anos dourados ao golpe militar"* etc., ou seja, utilizam as imagens com que JK foi transformado em mito, reproduzindo-o, mesmo que involuntariamente. Nesse ponto lembramos que o mito invariavelmente é a história de como algo, um fenômeno, uma pessoa, uma política, uma idéia passou a existir e passou a constituir o imaginário e a história. E o mito JK passa ao imaginário e à história pela memória e imagens dos *"50 anos em 5"*, dos tempos do *"desenvolvimentismo"*, da lembrança do *"Brasil dos anos dourados"*.

Os livros de História do Brasil apresentam o período referente ao governo de Juscelino Kubitschek, basicamente, sob dois enfoques: o político e o econômico, sendo este último predominante e o eixo condutor pelo qual se dão as discussões sobre a crise do populismo, o nacionalismo e o crescimento econômico.

As questões econômicas que estão na base da crítica ao governo aparecem nos livros didáticos, em geral, sob as mesmas imagens.⁸ A imagem da modernização, - sem sombra a dúvida, a imagem predominante no livro didático sobre o período JK. O historiador Gilberto Cotrim, autor de livros didáticos de História, diz que o governo de Juscelino foi marcado por diversas realizações administrativas, cujo lema era “*‘crescer 50 anos em 5’* e, para isso, criou o *Plano de Metas*, um minucioso programa de governo que priorizava cinco setores

⁸ Consultamos inúmeros livros didáticos e selecionamos aqueles que se afiguram dentre os mais adotados para o ensino médio, segundo escore das principais editoras. Para evitar uma exposição exaustiva, citamos alguns autores que, nos parece, representativas dos demais.

fundamentais: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.” (COTRIM, 1999, p.320).

As imagens que falam de ritmo acelerado, de dinamismo, estão ligadas à imagem do novo, que o governo imprimia à administração pública e ao país. Essa imagem aparece em praticamente todos os livros didáticos consultados. O trecho a seguir traduz essa imagem de que o país passava por mudanças, que algo de novo, nesse sentido de moderno acontecia. J. Jobson Arruda e Nelson Piletti (2000, p.426) utilizam a seguinte imagem:

“Conhecido como JK, Juscelino imprimiu ao governo um ritmo que buscava dar ao país novo perfil. A grande novidade foi o Plano de Metas, apresentado na campanha eleitoral. Com ele Juscelino prometia desenvolver o país ‘50 anos em 5’. Considerado primeiro plano global de desenvolvimento da economia nacional, priorizava as áreas de energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. Seu principal objetivo era melhorar as condições da indústria de transformação”. (ARRUDA; PILETTI, 2000, p.426)

O conjunto de mudanças que ocorriam no campo econômico, a modernização, se fazia acompanhar de mudanças no campo cultural, a modernidade. Esse é um outro aspecto destacado pelos autores dos livros didáticos. Nelson Campos e Jorge Hélio (1997, p.254) afirmam que *“Durante cinco anos da administração JK, não foi apenas a economia a crescer, a lucratividade a agigantar-se, mas também a criatividade nos diversos campos da arte.”*

Nesses anos, *“Apareceram as vanguardas artísticas, questionando os comportados padrões culturais da época e apresentado nova postura diante da realidade.”* (CAMPOS; HÉLIO, 1997, p.254). As mudanças no campo cultural têm sua importância inovadora redimensionada dado ao significativo foi o seu acontecimento para a vida cultural do País.

Francisco P. Teixeira, autor do livro didático, *“Brasil. História e Sociedade”*, destaca a importância do processo de modernização realizado no governo JK, afirmando que *“no final do seu mandato, em 1961, entregou a seu sucessor, o oposicionista Jânio da Silva Quadros, a administração de um país em pleno processo de expansão econômica”*. (TEIXEIRA, 2000, p.277)

Todas essas imagens ligam-se a uma outra: a própria figura de Juscelino Kubitschek. O primeiro destaque é seu estilo inovador. *“Base de sustentação administrativa do pomposo slogan [grifo do autor] de campanha “50 anos em 5” [grifo do autor], o Programa de Metas de JK procurou estabelecer as linhas norteadoras de sua administração.”* (CAMPOS; HÉLIO, 1997, p. 251). No silenciamento do discurso está a crítica aos governantes anteriores e à própria máquina estatal. As antigas práticas representavam algo que deveria ser realmente superado. Juscelino realiza algumas rupturas com as antigas práticas políticas. Inova.

A realização de sua campanha baseada num projeto de governo é uma novidade à época. Não que os seus antecessores não tivessem propostas, mas pelo fato de ter JK apresentado uma plataforma menos geral, mais detalhada. O Plano de Metas foi divulgado ainda durante a campanha eleitoral. Campos e Hélio (1997, p.251), autores do livro didático *“Brasil. História e Sociedade”* observaram que: *“(...) a divulgação do plano representou uma grata surpresa, isso porque*

afinal assumia a Presidência da República um político que expunha à nação suas propostas de governo”.

Mesmo a habilidade política, reconhecida nas mais importantes lideranças do período Vargas, principalmente a habilidade do próprio Vargas é redimensionada na figura de Juscelino. A imagem de Juscelino Kubitschek é construída também pelo seu estilo político de singular habilidade para administrar as adversidades, amenizar ou, quando possível, desmanchar as tensões e conduzir o processo acelerado de modernização implantado no seu governo. A esse respeito dizem Campos e Hélio (1997, p.250) que:

“Se a expressão **nacionalismo** [grifo dos autores] vincula-se à administração de Vargas, identificando-o com intervencionismo estatal e planejamento econômico, protecionismo em relação às empresas nacionais, diante da voracidade do capital estrangeiro, o termo **desenvolvimentismo** [grifo dos autores] cai como uma luva nas mãos do maestro do crescimento econômico associado, **JK** [grifo dos autores]”.

A propósito de uma análise crítica ao governo JK, os autores findam por fazer um elogio a JK, o que, mais uma vez, reforça a nossa compreensão do fascínio que o mito JK exerce sobre quem se propõe a analisá-lo.

Outra característica da imagem do governo JK é a conduta democrática adotada. Vários autores destacam o clima de democracia reinante no período. Mas Campos e Hélio dizem que *“apesar de sua postura absolutamente democrática, o governo de JK sofreu pressões*

tanto da direita conservadora golpista quanto da esquerda reformista ou revolucionária” (CAMPOS; HÉLIO, 1997, p. 253). Outro autor de livro didático Francisco M. P. Teixeira corrobora afirmando que:

“As instituições políticas haviam se fortalecido e o respeito aos direitos democráticos era inegável, embora o Partido Comunista continuasse na ilegalidade. Por breves momentos, o país acreditou que poderia vencer o subdesenvolvimento em ambiente democrático”. (TEIXEIRA, 2000, p.277)

Gilberto Cotrim destaca mais uma vez a habilidade política desse governo na administração das tensões e no convívio com as diferenças. O autor afirma que:

“Durante o governo de Juscelino, as diversas correntes políticas manifestaram suas idéias, exceto o Partido Comunista, que foi mantido na ilegalidade. Agindo com habilidade, Juscelino procurou evitar o que ele considerava ‘exageros’ da esquerda (comunistas) ou da direita (udenistas). Nesse período, não houve cidadãos presos por motivos políticos”. (COTRIM, 1999, p. 321)

Outro traço extremamente importante da personalidade de JK é o seu poder de sedução. Os biógrafos, amigos, correligionários, adversários políticos, das camadas populares, enfim, os

contemporâneos de JK são unânimes em destacar o poder de sedução do líder político. E esse poder de sedução constitui outro traço de sua imagem mítica. Campos e Hélio fazem a ligação desse aspecto subjetivo às mudanças que foram implementadas. Parte importante da sociedade aparece embalada pelo sedutor canto da sereia da modernização e da modernidade. Assim:

“O sorriso eufórico de JK contagiava a classe média, encantada com o seu próprio consumismo. Fascinada diante de um aparelho de televisão, absorvia toda a ideologia das elites. Deslumbrada por dirigir um automóvel, ignorava a espiral inflacionária consumindo seu poder de compra e, mais ainda, os baixos salários”. (CAMPOS; HÉLIO, 1997, p.252)

Só que esse canto da sereia em vez de adormecer o seu ouvinte, enchia-o de estonteante euforia. E, mais uma vez, a os livros didáticos não fogem às imagens mais positivas construídas em relação a Juscelino, embora façam mais ou menos intensamente uma crítica à política de seu governo.

A euforia é a imagem utilizada para designar a sociedade daqueles tempos, a euforia desenvolvimentista. Essa imagem se encontra em todos os livros didáticos. E Mario Schmidt (1996, p.302), autor do livro didático, *“Nova história crítica do Brasil. 500 anos de história mal contada”*, apresenta sua história crítica do Brasil, da seguinte maneira:

“Juscelino Kubitschek, o JK. Você já deve ter ouvido falar nesse nome. Ele é uma das figuras que mais marcaram a história recente do país. Muitas pessoas que viveram na época conseguem se lembrar de Brasília, claro, mas, também da euforia econômica, das indústrias, principalmente a indústria de automóveis. Tudo isso foi verdade. Mas o governo de Juscelino não se limitou à excitação econômica. (...)”.

A euforia tem uma ajuda significativa: a propaganda política. Para Schmidt, o Plano de Metas, o desenvolvimentismo, as mudanças econômicas e a euforia, *“tudo isso foi feito com intensa propaganda política”* (SCHMIDT, 1996, p.304). O autor entende que o governo tinha que transmitir a imagem de que era o motor do progresso e da modernização, *“A melhor peça publicitária foi a fundação da nova capital, lá no interior de Goiás, Brasília. A justificativa era levar o desenvolvimento para o interior do país”.* (Cf. SCHMIDT, 1996, p.304)

Mas a euforia está relacionada com outras razões tão importantes quanto o crescimento econômico: *“O orgulho brasileiro estava em alta. Tanto mais porque a seleção brasileira de futebol ganhara a Copa de 1958 e nossa música popular alcançava êxito internacional nas asas da bossa nova”.* (TEIXEIRA, 2000, p. 277)

As considerações finais que os livros didáticos trazem dividem-se em duas concepções gerais. Uma que entende como extremamente importantes as mudanças implementadas no governo JK, mas que criticam as limitações e as contradições desse governo. E outra que entende que esse governo só conseguiu aprofundar as contradições e problemas da sociedade brasileira, mormente os das camadas populares.

Cotrim toma como premissa a crítica que os partidários do nacionalismo, nos idos dos anos cinquenta, fazem a JK e ao modelo de crescimento econômico adotado por seu governo. O autor faz suas as palavras de uma das visões críticas do governo JK, a dos nacionalistas “(...) *Os nacionalistas diziam que a política econômica de Juscelino tinha a vantagem de ser modernizadora* [grifo do autor], *mas o defeito de ser desnacionalizadora*” [grifo do autor] (COTRIM, 1999, p. 321).

Já Schmidt (1996, p.304) conclui, ressaltando as contradições. O autor lança a questão para que o estudante reflita:

“Seria um governo com coisas boas e ruins? E, fornece a dica: “(...) O período foi contraditório. Quanto mais o país se modernizava, mais reproduzia suas estruturas arcaicas, quanto mais se industrializava, mais ficava dependente do capital estrangeiro, quanto mais enriquecia, mais o povo ficava desgraçado”.

O aprofundamento das contradições estruturais da sociedade brasileira, como saldo do governo JK, é também destacado por outros autores. Segundo Teixeira (2000, p.277):

“Nem tudo, porém, era euforia. Os êxitos do Plano de Metas eram inegáveis, mas alguns resultados concretos ficavam a desejar. A criação da Sudene não produziu a tão esperada descentralização do desenvolvimento. A expansão industrial beneficiou apenas algumas regiões, alimentando as desigualdades

regionais, as migrações e o êxodo rural. Cresciam também as desigualdades sociais. O nível de emprego melhorara, mas a inflação crescente corroía os salários e alimentava a insatisfação dos trabalhadores e da população mais pobre. Apesar do otimismo reinante, não se podia encobrir a dura realidade permanência da pobreza e do atraso do país”.

De todos os livros didáticos que pudemos analisar, a crítica mais veemente é feita por Francisco Alencar, em seu livro “História da Sociedade Brasileira”. O autor utiliza-se das imagens e do imaginário social, colocado em mobilização, à época, para desconstruir o discurso desenvolvimentista e desmanchar a imagem mítica de JK. Reconhece e destaca o forte componente ideológico posto em ação por JK. Diz Alencar (1986, p.292):

“Prenunciado nos discursos do candidato, o clima reinante nos primeiros anos de Governo era de entusiasmo e confiança ilimitada na ‘aspiração social nova’. Para alcançá-la – dizia JK – todo sacrifício deve ser ‘encarado como uma espécie de redenção’. A industrialização era apresentada, tal e qual nos anos 30, como a chave da emancipação de todos e a conquista do bem-estar geral. Brasília, a nova capital, cuja construção JK audaciosamente iniciou, representava o ‘sinal dos novos tempos’, apontando para ‘um novo Brasil’, ‘uma nova maneira de ser’. Sinal dos novos tempos, ao menos para as empresas que lucraram e cresceram graças às inúmeras oportunidades de investimento então surgidas. E graças à corrupção que envolveu muitas dessas transações”.

O economista procura a solução econômica para o problema. O historiador o conhecimento do passado. A contundente crítica de Alencar não se propõe a ver a dimensão da emoção, da imaginação que tomou conta da sociedade, nessa época, muito mais significativamente que nas épocas passadas.

Os livros didáticos, portanto, ao criticar o mito, recuperam-no, pois o colocam em evidência anseios caros ao imaginário social, que tem a ver com desejos recônditos, profundos. Entretanto, o imaginário é, mais uma vez, relegado a um plano da emoção, entendida como não razão, não crítica, não percepção da “realidade”.

Interessante observar que todos os livros didáticos destacam o componente ideológico e subjetivo do envolvimento da sociedade com o projeto desenvolvimentista, e o encantamento com as mudanças que estavam ocorrendo, particularmente, com a liderança maior daquele concerto. Mas abordam a questão como um momento de desrazão, que teria acometido a sociedade.

O que deu errado nesse governo? As profundas contradições e o modelo equivocados justificam-se, mas a perspectiva, o caminho, era por ali, pelo desenvolvimento? A crítica é feita. Mas, quando se pensa em Juscelino, não é a imagem da corrupção e da dívida externa a que predomina.

A emoção, a subjetividade, o potencial do imaginário não são refletidos. Nem mesmo quando esse aspecto aparece como um dos indícios das mudanças que sucederiam àqueles tempos de euforia. Segundo Schmidt (1996, p. 304), *“o governo JK terminou com todo mundo respirando um esquisito ar de insegurança. (...) Ah, momentos de indecisão do povo...”*

O MITO E A MEMÓRIA COLETIVA*

Retomemos a fala de Seu Osório, mote para discussão deste capítulo. Apesar de Seu Osório achar Juscelino *“a coisa de estima de toda a humanidade”*, ele faz crítica à Brasília, às desigualdades sociais, à condição de pobreza da massa trabalhadora, à concentração de riqueza. Porém sua crítica não é dirigida a Juscelino, mas à sociedade, aos governantes, aos ricos. Já velho, seu Osório tem um

sonho e uma esperança: voltar à terra natal (o estado do Maranhão), para viver os últimos anos de sua vida, ou, para morrer e ser enterrado na terra onde nasceu. (Filme “Conterrâneos velhos de guerra”, de Vladimir Carvalho, [s/l], [s/d], 1:25’)

Em conversa com adultos e idosos, buscando saber como viram os anos JK, tivemos alguns depoimentos que julgamos interessantes mencionar. Deles escolhemos dois, o de Dona Severina⁹ e o de Seu Geneton¹⁰.

Dona Severina Paulina, brasileira, 80 anos (à época da entrevista), natural de um lugarejo chamado Azevem, da pequena cidade de Barra de Natuba, no estado da Paraíba, casou-se aos dezessete anos, em 1927, e viveu até o ano de 1956, no seu lugar de origem, de onde migrou para uma pequena cidade a quinze quilômetros

* A quantidade de entrevistas feitas com pessoas pertencentes às camadas populares, sobre o período do governo do presidente Juscelino Kubitschek, não nos permite afirmar, com rigor, que suas impressões e memórias sejam representativas da camada popular. Foram apenas 10 (dez) entrevistas. Portanto, estamos partindo da premissa de que isso pode ser verificado numa pesquisa quantitativa mais significativa.

⁹ Severina Paulina. 80 anos. Entrevistada em setembro de 1998.

¹⁰ Geneton Pedro da Silva. 63 anos. Entrevistado em setembro em 1998.

de um pólo econômico importante, do interior da Paraíba: a cidade de Campina Grande.

Dona Severina, a quem todos chamam de “vozinha”, disse-nos que era moradora nas terras de propriedade da família Pessoa, tradicional família da Paraíba (família de Epitácio Pessoa, Presidente do Brasil, e João Pessoa, ex-governador do estado da Paraíba). Naquele lugarejo distante, a vida dos trabalhadores rurais, os moradores, era tão difícil que era comum só se ter a roupa do corpo. Dona Severina disse que moravam numa casinha de taipa, que, de mobília, possuíam um giral, as redes para os filhos dormirem, e dois tamboretes no cômodo que servia como sala. Eram tão pobres que não tinham nem o fogão de lenha e, para cozinhar, faziam fogo num buraco no chão, e usavam, como panela, um pedaço de forma que havia se quebrado e que era aproveitada para levar ao fogo.

Não sabiam nada do mundo. Eles não possuíam rádio, que era considerado um luxo, à época, coisa para gente rica. A família ia crescendo e as dificuldades aumentando ainda mais. Então um dia, o cunhado, que vivia no mundo, procurando melhoria de vida, chegou com a notícia de que tinha um candidato a presidente da República, que ia mudar o Brasil e melhorar a vida de todo mundo. Esse cunhado aconselhou-os a mudarem para uma cidade maior, onde a melhoria ia chegar mais rápido. O marido de dona Severina decidiu então migrar para Queimadas, cidade próxima a Campina Grande, principal pólo de desenvolvimento econômico do interior paraibano. O percurso era de oitenta quilômetros, que foi feito a pé pelos adultos e os filhos maiores. Um jumento levava em dois caçoás as duas crianças menores e os poucos pertences da família.

À pergunta se realmente a vida melhorou com o governo de JK, “vozinha” respondeu afirmativamente. Disse que tinham deixado de ser bicho, que, chegando a Queimadas, encontraram roçado para alugar

e foram conquistando as condições mínimas de sobrevivência. Aos poucos, saíam do nível de miséria absoluta para o nível de pobreza. JK significou essa possibilidade real de mudança.

Seu Geneton foi outro testemunho. Ele era um jovem de 20 anos, quando migrou da Paraíba para o Rio de Janeiro, em 1957. Foi trabalhar como servente de obra (peão), na construção civil. O motivo para “aventurar o mundo” era a notícia de que o Rio de Janeiro tinha oportunidade para todos. Era um lugar para se ganhar dinheiro; que se houvesse disposição para trabalhar, trabalho tinha muito, e se fosse controlado, não esbanjasse dinheiro, podia fazer um bom pé-de-meia. Disse-nos que o Rio era mais ou menos isso mesmo. Se realmente se trabalhasse muito e se economizasse se melhorava de vida. Disse-nos que viu Juscelino Kubitschek pessoalmente. E contou a passagem desse fato: Juscelino costumava chegar nas obras sem aviso, sem ninguém esperar. Nesse tempo, *Seu Geneton* estava trabalhando numa das obras do Governo. Era uma obra que precisava ser entregue numa determinada data e, para isso, os trabalhadores faziam horas extras¹¹. E um dia, sem ninguém esperar eis que chega o presidente Juscelino Kubitschek. *Seu Geneton* descreveu Juscelino como: sorridente, muito simpático e muito simples. Afirma que o presidente apertou a mão de todos os trabalhadores e a cada um perguntava de onde vinha e sobre a família que havia deixado. Depois reuniu todos os trabalhadores da obra e disse mais ou menos o seguinte: “Pessoal sei que vocês estão trabalhando muito, que estão se esforçando para terminar essa obra, mas para cumprir o prazo é preciso um esforço ainda maior. Peço a vocês um pouco mais de sacrifício. Vocês estão construindo um Brasil melhor para toda a nação, para nossos filhos... Por isso é preciso ainda

¹¹ Tratava-se da demolição do morro Santo Antônio que, segundo *Seu Geneton*, “começava no Tabuleiro da Baiana e ia até o Estácio”. Nesse lugar foi construída a Catedral do Rio de Janeiro, que sediou um encontro eclesialístico mundial e, a avenida Chile.

mais sacrifício. Se for preciso trabalhem dia e noite, que vocês serão recompensados. Nós estamos construindo um Brasil melhor e esse futuro melhor depende do trabalho de vocês”. Segundo *Seu Geneton*, depois dessa visita, os trabalhadores puseram-se a trabalhar dia e noite, sem descanso, e a obra foi entregue na data. Então já no fim da construção, o Presidente voltou à obra, reuniu a peãozada, agradeceu o sacrifício, falou da política do governo, pediu que o continuassem apoiando e mandou que lhes fosse pago além das horas extras (o prêmio do serão), uma gratificação e que lhes fosse dado um descanso remunerado de três dias.

À pergunta se ganhou dinheiro no Rio de Janeiro, *Seu Geneton* respondeu afirmativamente. Disse que vivia muito mal lá, pois tinha que economizar, mas conseguiu fazer muita coisa quando voltou para Queimadas, sua terra natal. Disse ainda, que não realizou mais coisas, porque era farrista e gastava dinheiro em farras.

Tanto *Seu Geneton*, quanto dona Severina tiveram suas vidas marcadas pelo Governo JK. Dona Severina, a “vozinha”, diz que saiu da condição de bicho para a de gente e depois desse tempo tudo foi melhorando aos poucos. E, em comparação com aqueles tempos, era rica. *Seu Geneton* também entende que a vida melhorou muito depois de JK. Não é que tenham deixado de ser pobres, mas não eram mais tão pobres como antigamente.

Ora, é justamente a crença, o entusiasmo, que dá a configuração ao imaginário desses anos. Já existia o sonho, o desejo de se melhorar de vida, mas não havia crença nessa possibilidade. JK consegue criar essa crença, reavivar esses sonhos, realizar esse imaginário, ao menos em parte. Cabe perguntar *por que? Como?*

A hipótese que levantamos é a de que o governo de JK, desde sua origem, percebe na mobilização desses sentimentos, desejos e sonhos, caros às camadas populares e à sociedade de uma forma

geral, o potencial mobilizador. E o rumo que o país deveria seguir para resolver seus problemas e realizar os sonhos de sua sociedade, era para Juscelino, o da modernização, da política de crescimento econômico a que denominou de “desenvolvimentismo”. Reforçava-se, assim, a mitologia da modernidade e colocava-se o imaginário em ação.

É, portanto, esse conjunto de qualidades que constituem os traços da imagem do mito e que permitem que ele tenha entrado para a memória social, com esse grau de importância. *“No mundo só tem duas coisas de estima que é de toda a humanidade, Juscelino e o Flamengo”*.

No próximo capítulo, tentaremos mostrar como a percepção e a ambição política de JK leva-o a traçar seu projeto pessoal, confundindo com um projeto político, lutar pela liderança máxima da sociedade brasileira, a Presidência da República e para entrar para a História do país como uma de suas figuras mais marcantes.

CAPÍTULO 3

EM CENA, JUSCELINO KUBITSCHKE

Juscelino Kubitschek – o JK – é um dos mais bem acabados produtos desse contexto histórico de indefinições, tensões e conflitos de interesses econômicos, políticos e sociais, que compreende a primeira metade do século XX, principalmente o período entre as décadas de 1930 e 1950. Contexto de intensas paixões políticas, de fortes apelos ao imaginário social, de muitas reelaborações discursivas, de evocação de velhas mitologias políticas, esse momento promove a edição de novas imagens de apelo à sensibilidade e imaginário coletivos, de mobilização de antigos mitos e mitologias políticas, como também de sua reelaboração.

Juscelino não nasce mito, mas é construído como tal.

O que quero dizer com isto é que o próprio Juscelino não tinha muito como ser diferente do que foi, porque ele é produto, refinado, desses tempos, nasce sob esse signo da construção da nação, e dela participa com grande destaque.

O primeiro desafio a que nos propomos foi justamente o de tentar perceber, nas memórias de Juscelino, os indícios de como as diferentes compreensões de Brasil e as tensões por elas causadas, as mudanças em processo e a mobilização do imaginário coletivo, produziram nele uma visão de mundo, de se colocar nele e, finalmente, de atuar nesse mundo de modo a, dentro dos limites de sujeito, ator histórico, modificá-lo. Ou seja, a sua compreensão da história da sociedade brasileira, a sua visão de mundo, e as suas ambições pessoais, moldaram a sua ação de político, e fundamentaram a sua crença de que é sujeito não somente de sua própria história de vida, mas, sobretudo, da história do Brasil.

Segundo Girardet (1987), o surgimento dos mitos políticos contemporâneos acontece sempre em contextos de tensões, incertezas e temores profundos. Como exemplo dessas considerações gerais, podemos afirmar que, no Brasil, o surgimento dos mitos políticos não se deu de forma muito diferente do sucedido na França ou noutras experiências históricas contemporâneas. A exemplo dos mitos e mitologias políticas da França contemporânea, estudada por aquele autor, a história dos mais importantes mitos e mitologias políticas, no Brasil, está intrinsecamente relacionada ao contexto de mudanças, de incertezas, de medos, de anseios, de agudas tensões no campo sócio-econômico, ou a fatores de ordem cultural (Cf. GIRARDET, 1987, p.10).

Nesse sentido, os estudos sobre os mitos e mitologias políticas têm apontado para a compreensão generalizada de que todo mito é produto de um momento específico de profundas incertezas, mas, também de sonhos que povoam o imaginário coletivo. Daí a importância que o imaginário coletivo tem no seu surgimento.

Todo mito é também construção, e sua invenção inicia-se, invariavelmente, pela produção e difusão de imagens que lhe dão uma forma, uma face, na qual a sociedade, tal qual um espelho, vê, na

imagem do mito, a si própria, com ele se identifica, e nele se reconhece. Desse reconhecimento e identificação surge a legitimação do mito.

Ao mesmo tempo em que foram reeditadas as mitologias da nação e da modernidade. Digo reeditadas porque sua presença na história das idéias políticas no Brasil, data do século XVIII, ainda que de maneira incomparavelmente mais imprecisa que na década de 1920, por exemplo. O que importa, para o presente estudo é o seu indício, é a sua existência e enunciação, já naqueles tempos.

Falado, contado, cantado, dito de tantas formas, é, sobretudo, pela produção de imagens mobilizadoras do imaginário coletivo que se produz o mito. E Juscelino não constitui exceção. Ao contrário, a mobilização do imaginário coletivo é fundamental para a transformação do homem no mito, e para a criação dessa aura inconfundível de excepcionalidade, com a qual ele foi envolvido, privilégio daqueles que encarnam os mais profundos anseios, sonhos e esperanças de toda uma coletividade.

Parece que, na criação do mito, acontece uma profusão de movimentos das idéias, uma mudança nas mentalidades, uma ebulição e emergência de imagens, cuja apreensão de sua totalidade e diversidade constitui-se em desafio. A pretensão de conhecer o potencial dessa complexa densidade do imaginário político aponta para o encontro, inevitável, com os ardis da interpretação de um aspecto, que se encontra no campo de imprecisão, e que constitui o imaginário e o mito político.

Partimos, então, de algumas referências teóricas – o estudo de Girardet, já mencionado e o de Mircea Eliade (1948), principalmente. Com base na leitura desses estudiosos, podemos afirmar que à criação do mito, imbricam-se imagens que o conformam e parecem surgir de ligações aleatórias do pensamento, ligações espontâneas, sem concatenação aparente, que não seguem uma racionalidade lógica, que

são obnubiladas pela espessa nuvem de imprecisões que constitui o imaginário coletivo. Mas essas imprecisões do imaginário coletivo podem ganhar formas e uma lógica, mesmo que uma “lógica áspera”, como o diz Girardet, desde que estejamos dispostos a considerar os inúmeros indícios que apontam para o substancial papel dos elementos do campo subjetivo, na constituição do sujeito e da trama histórica. Adentrar em seus meandros, buscar ligações, produzir sentidos, enfim, construir uma lógica explicativa é o desafio desse estudo que pretende ver a construção do mito JK e da mitologia da modernidade, como uma das expressões do anseio das camadas populares por dias melhores, como uma possibilidade plausível de realização do sonho da superação de sua pobreza.

Mas, se inicialmente a produção de imagens parece desconexa, sem uma ligação com interesses articuladores, organizadores de seu acontecimento, chega-se logo ao tempo em que a produção das imagens atenderá cada vez mais à vontade consciente, planejada, premeditada, criada com fins de atingir alvos precisos. No que diz respeito à imagem de JK, sua transformação em mito, deve-se, em muito a ele próprio, aos seus entusiastas, e correligionários, aos seus adversários políticos e, por fim, aos seus biógrafos, que em maior ou menor intensidade se identificaram e se reconheceram nele ou nas idéias de modernização e modernidade, por ele preconizadas, reelaborando o imaginário coletivo e criando novos elementos de composição.

As imagens que transformaram Juscelino num mito político mostram-no como estadista excepcional, entusiasta da modernidade, paladino da esperança, político habilidoso, conciliador, audaz, perspicaz, ousado, dinâmico, indivíduo de desconcertante simpatia. Essas imagens deram uma cara a Juscelino: a de chefe Salvador, chefe carismático,

restaurador da ordem e da paz, conquistador de uma nova grandeza coletiva. Sua fisionomia é a da modernidade e da modernização.

A imprensa escrita, o rádio e a televisão – esta última de curto alcance à época – tiveram papel fundamental no surgimento do mito, pois constituíram privilegiados meios de propagação e difusão do político Juscelino e da mitologia política da modernidade.

A *fala*, o *dizer*, constituem, no exame desse tema, uma das principais fontes de análise. É pela fala de Juscelino, dos seus partidários e dos seus adversários, que se inventa o mito e se reelabora a modernidade. A *fala*, aí, tem uma função tão concreta, na reconstituição das práticas e do imaginário coletivo, quanto os fatos econômicos.

Nossa análise, portanto, tomará como fonte, para o estudo da invenção do mito JK e da mitologia da modernidade brasileira, os artigos de revistas, as biografias e, principalmente, os depoimentos e as memórias de Juscelino Kubitschek.

O SURGIMENTO DO MITO POLÍTICO

É de domínio público a história da origem social de Juscelino Kubitschek. Nascido de família pobre, natural de Diamantina, pequena cidade do interior do Estado de Minas Gerais, mas de saudosa memória dos faustos tempos do Tijuco, da exploração do ouro. Órfão de pai com pouco mais de dois anos de idade, foi criado, juntamente com sua irmã, por sua mãe, Júlia Kubitschek, professora primária, que, segundo

Juscelino, o educou com seu “exemplo de coragem”, de determinação e luta pela sobrevivência, ensinando-lhes os sentimentos de dignidade e fé. A mãe, figura de forte personalidade, é extremamente importante para Juscelino, é a sua referência. E ele faz questão de destacar isso em todos os volumes de suas memórias em seus Depoimentos¹ e em vários de seus discursos.

A figura materna vem sempre acompanhada da figura de menino pobre. E faz parte de sua auto-imagem. Dos muitos momentos em que define sua mãe, escolhemos os que se seguem. Um, em que ele fala sobre a personalidade dela: *“mas, todo edifício tem um alicerce, minha vida também teve seu alicerce... Minha mãe era uma mulher corajosa, disposta, brava”* (Dep., 1976d, pp.01-02). E o outro, em que deixa entrever a influência de sua mãe, repassada à sua educação e à sua própria personalidade:

“Mamãe, muito severa, muito enérgica, felizmente tomou conta da nossa educação. E papai dizia: ‘Olhe, Júlia, estou feliz de morrer antes de você, porque você tomará conta dos nossos filhos muito melhor do que eu’. E mamãe se dedicou inteiramente à nossa educação. Ela era professora (...) imaginem só o que não seria a dificuldade de uma professora!” (Dep., 1976, p.04)

Juscelino fazia questão de lembrar em seus discursos, nas entrevistas que concedia à imprensa, em suas conversas com os amigos, e em suas memórias, sua origem de menino pobre em

¹ Depoimento concedido a Maria Victoria de Mesquita Benevides, em Março de 1974 e Julho de 1976. Optamos por abreviar a palavra depoimento da seguinte maneira: Dep.

Diamantina e sua determinação em vencer toda sorte de dificuldades, e conseguir chegar ao Palácio do Catete, realizando desse modo todos os seus mais importantes projetos de vida. Uma história de vida, sem dúvida, muito significativa. Mas, por outro lado, ao ressaltar esse feito ele lembrava, também, sua capacidade de lutar pelos seus objetivos, sua determinação em superar as dificuldades e, inegavelmente, sua inteligência. Essa história de vida, certamente, colocava o imaginário em ação, pois chegar à Presidência da República já era difícil para quem pertencia, por nascimento, à elite política, que geralmente também era a elite econômica, muito mais difícil parecia ser para quem vindo de origem pobre conseguira, com seus próprios méritos, ascender socialmente.

Ao contar, reiteradas vezes, sua história de menino pobre, órfão de pai, filho de humilde professora, funcionário concursado dos Correios e Telégrafos, médico, deputado, prefeito, governador e presidente da República, Juscelino mobilizava o imaginário mitológico do *self made-man*. Uma mitologia política central ao capitalismo e à sociedade burguesa. O imaginário burguês está povoado de imagens dos *self made-men*, que ascendem socialmente contra toda uma tradição que teima em reservar àqueles privilegiados pelo nascimento, mas que possuem méritos.

A história de vida de Juscelino, conforme ele e suas biografias contam é, realmente, muito empolgante. Provoca admiração. O distingue entre os demais pelo ineditismo da trajetória de vida. É uma boa história para se contar. Colocamos sua história em questionamento e como não havia documentação que afirmasse o contrário ou que duvidasse dessa história, procuramos os indícios que a contrariasse. Lemos e releemos o primeiro volume das suas memórias, intitulada: *A experiência da humildade*, que compõe seu livro *Meu caminho para Brasília*. O que podemos afirmar é que Juscelino era realmente pobre,

mas não era miserável. Morava numa casa simples, mas de tijolos e numa das principais ruas do centro da cidade. Sua mãe era professora primária. Inicialmente professora particular, depois professora pública. Um tio-avô foi vice-governador do Estado, era também um homem de letras, poeta, e estudou em São Paulo, um outro tio era político, o avô materno possuía uma fazenda, alguns dos seus primos estudavam, na época, em Belo Horizonte, uma tia casara-se com um homem remediado.

Analisemos, pois, essas informações tomadas aqui como indícios.

Em nenhum momento de suas memórias, Juscelino entrou em detalhes em relação aos seus parentes. Nem aqueles por parte de pai, nem por parte de mãe. Levantamos algumas possibilidades de silenciamento e supomos que a pobreza de Juscelino e sua família, deve-se a uma opção de sua mãe, Dona Júlia. Nos arriscamos a levantar essa suposição a partir de alguns indícios entrevistados ao longo do texto, de que o casamento de Dona Júlia com o boêmio, João Oliveira, não foi do agrado dos Kubitschek. Daí supomos que ao ficar viúva com poucos anos de casada, Dona Júlia preferiu arcar sozinha com a responsabilidade da criação dos seus filhos, em vez de voltar para a casa do seu pai, como era de costume à época.

O que pudemos observar foi que tanto os familiares de Juscelino, tanto do lado paterno, quanto do materno, eram minimamente remediados. Logo, a pobreza da família de Juscelino devia ser maior devido, talvez, a uma opção de sua mãe, provavelmente, movida pelo orgulho ou ressentimentos, talvez pela falta de solidariedade de seus familiares.

Em relação a pobreza de Juscelino cabe, ainda, analisar o *status* de sua mãe. Ela era professora, profissão que nas primeiras décadas do século XX conferia uma certa projeção social. Logo, se sua

família não possuía bens materiais, possuía o que Bourdieu chama de *capital simbólico*. Dona Júlia certamente possuía prestígio, certamente conhecia os políticos e as autoridades da cidade, as famílias remediadas e as famílias ricas de Diamantina, pois ela era a professora de seus filhos. Um indício que corrobora para a essa suposição é o que se refere ao episódio da visita de um presidente do Estado de Minas, à cidade de Diamantina. Na oportunidade o presidente de Minas foi à casa de dona Júlia, visitar a professora da cidade. Esse fato foi narrado por Juscelino do seguinte modo:

“Mas João Pinheiro, que era um político de muito renome naquele tempo, presidente de Minas, já com nome indicado para presidente da República (...), passou em Diamantina, e mamãe o recebeu. Teve um trabalho insano, coitada, porque teve que uniformizar todos os alunos da sua escola por conta própria. É claro que ela não tinha dinheiro para isso, mas foi ao comércio e pediu fazenda, e conseguiu fardar todos os alunos. No dia da recepção a João Pinheiro, lá estava mamãe com a sua meninada, bem apresentada, um fato de grande importância e significação para ela”. (Dep., 1976, p.5)

Depois dessa visita o presidente de Minas mandou construir o primeiro grupo escolar público de Diamantina, sendo dona Júlia nomeada professora. A partir daí, segundo Juscelino conta, sua mãe passou a receber um salário certo e bem mais elevado do que recebia antes, enquanto professora particular. Houve, então, uma elevação da renda familiar e puderam se mudar para uma casa mais confortável (Cf.

Dep., 1976, p.6). O que queremos chamar a atenção do leitor é que se Juscelino foi pobre, havia, todavia, um capital simbólico que findava por diferenciar sua pobreza do comum dos pobres.

Juscelino explicita seu orgulho por ter chegado à presidência da República. Ele explica sua bem sucedida carreira pelo mérito, reconhece a ajuda de várias pessoas e o próprio contexto histórico, que “conspirou” para seu sucesso, mas frisa bem a sua ascensão social como fruto de seu esforço, de sua determinação, de sua persistência, de sua inteligência, de sua coragem, e principalmente de sua predestinação. Aí a família cumpre um papel fundamental no discurso de Juscelino. Ele o demonstra lembrando sempre a importância de sua mãe e de sua irmã, Nana, sendo sua mãe é apresentada como a fonte de onde emanava sua força moral, sua reserva de determinação e persistência. Foi ela que o educou em todos os sentidos, proporcionando-lhe não só a formação moral, mas, também o desenvolvimento intelectual, iniciando-o na escolarização, pois foi com a mãe que fez seu curso primário, “muito bem feito”, foi ela sua fonte de coragem e foi para ela que sempre dedicou suas vitórias. Todos os seus livros foram dedicados à sua mãe. No livro *A Marcha do Amanhecer*, por exemplo, ele faz a seguinte dedicatória:

“À mestra Júlia,
seu filho.
E a todos os que crêem na soberania pelo
desenvolvimento”.

E, no início de um dos capítulos diz o seguinte:

“O lado pessoal deste livro é dedicado a Mestra Júlia – que me deu o bem da vida – e, valioso mais que ele, o do exemplo: o de madrugar e o de trabalhar; o de persistir no esforço e na dignidade sem esperar compreensão e tolerância; o de oferecer sem orgulho e o de receber com humildade; o de amar a justiça e exaltar a coragem”. (MA, 1962, pp.11-12)

Dona Júlia participa de todos os momentos decisivos para sua formação escolar. A pedido do filho, conseguiu um abatimento no colégio do Seminário de Diamantina, para que ele continuasse os estudos, o que lhes custava um enorme sacrifício financeiro. Foi ela quem recorreu aos parentes e amigos para custear as idas de Juscelino à capital, a fim de realizar os exames preparatórios (uma espécie de Supletivo), e também para a inscrição no concurso público para os Correios e Telégrafos. Foi ela que concordou em sacrificar ainda mais o orçamento familiar para custear seus estudos na capital, na fase final de preparação para os exames preparatórios. Ora, Dona Júlia poderia ter agido como os pais de seu tempo, que sem condições para oferecer a instrução escolar aos seus filhos, o aconselhavam a buscar um trabalho e se conformar com sua condição. Mas Dona Júlia acreditou no filho, incentivou-o, ajudou-o como pôde, e Juscelino nunca deixou de lembrar desse apoio decisivo de sua mãe.

Isso, contudo, não impediu as dificuldades que atravessou na vida, mas, provavelmente, lhe ajudou a transformá-las em força motivadora para a superação de sua condição social. Assim, estudar,

formar-se era vislumbrado como a alternativa para a ascensão social. Isso aparece em um trecho de uma carta que sua mãe lhe enviou, onde sua mãe expressa o valor do estudo como possibilidade de melhoria de vida, de superação das dificuldades financeiras. *“Estude meu filho, porque estudar ajuda a vencer na vida”*, dizia Dona Júlia.

Lembremos, nesse sentido a importância que tem, para o imaginário social no Brasil, o “ser doutor”, numa sociedade de doutores. Embora a ascensão social através dos estudos, fosse bastante difícil e, em certa medida, uma exceção, para quem possuía parca condição financeira, como era o caso de Juscelino, pareceu-lhe ser a única possibilidade de uma vida melhor. E, o foi, realmente.

Conta Juscelino, em sua Memórias, que muito o ajudou o amigo da Faculdade, Júlio Soares (que mais tarde se tornaria seu cunhado e melhor amigo). Foi no consultório de Júlio Soares que iniciou sua carreira de médico, assim que concluiu o curso de medicina. Desse trabalho economizou recursos e fez algo, raro à época: foi especializar-se na França.

Um ano após a volta da França, fins de 1930, casou-se com Sarah Lemos, filha de família ilustre e tradicional da sociedade mineira². Juscelino a conhecera ainda nos tempos da Faculdade de Medicina. A família Lemos era muito conhecida e bem relacionada com as demais famílias da elite mineira, e a tradição de sua família na política remontava ao Império. O pai de Sarah havia sido Senador.

Em carta enviada ao filho, Dona Júlia fala da sua preocupação com as diferenças sociais entre Juscelino e Sarah, embora

² Juscelino quase não faz referências a família de Sarah, a não ser por dois fatos: o da indicação de seu nome para o cargo de Capitão Médico da Polícia Militar de Minas, conseguido através da influência da sua sogra, Dona Luísa; e, a consideração de sua sogra, ao comparecer às urnas, em 03/10/1955, para votar nele, apesar de encontrar-se muito doente na ocasião. Há, portanto, um silêncio que provavelmente deve-se ao fato de Juscelino não pertencer a uma família de tradição da elite mineira.

não reprovasse a união do casal. Nessa carta ela aconselha seu filho dizendo que ele procurasse “*fazer tudo para ser querido por eles* [a família de Sarah]”. Alguns trechos dessa carta foram transcritos no seu livro autobiográfico, no volume *A experiência da humildade*. Juscelino afirma que essa carta lhe fez avaliar sua vida, rever suas conquistas até aquele momento, analisar as decisões futuras, redefinir seus objetivos pessoais na vida, seus projetos para o futuro. Transcreveremos abaixo alguns trechos.

“Tenho a maior confiança em você meu filho. Mas vou aproveitar esta oportunidade para lhe dar uns conselhos (...).

A família de Sarah é muito boa e desejo que você não faça má figura junto aos seus cunhados e concunhados, depois do casamento. Procure estudar, como tem feito até aqui, e esforce-se por levar tudo a sério. É começando bem que a gente acaba bem na vida.

Seu pai era um homem de coração de ouro, inteligente e muito estimado. Poderia ter ido longe. Mas desperdiçou a saúde e acabou morrendo aos 33 anos de idade (...).

O resultado foi deixar-me sozinha no mundo, com você e Nana, ainda pirralhos. Estudo, meu filho, porque estudar ajuda a vencer na vida. Mas cuide também da saúde. E, quanto a sua situação depois do casamento, esforce-se por não fazer o papel do ‘patinho feio’, aquela história que eu costuma contar a você e a Nana, quando eram pequenos. Procure fazer tudo para ser querido por eles”. (MCPB, 1974, pp.155-156)

Juscelino conta que pensou muito acerca dos conselhos de sua mãe e que tomou uma decisão de que *“não faria o papel de patinho feio. Nem no seio da família de Sarah nem na vida”*. Nesse sentido, ele afirma que *“sempre”* acreditou que *“toda pessoa tem o destino marcado. Mas, para que o destino se realize, é necessário que a vontade humana intervenha, corrigindo os desvios de rota”* (Cf. MCPB, 1974, p.156). Ele próprio acreditava na mitologia do *self made-man*, cuja própria vida, parecia-lhe um exemplo. Assim, Juscelino casou-se com Sarah, montou o seu próprio consultório e conseguiu trabalhar em todos os hospitais de Belo Horizonte.

Poucas foram as vezes em que se referiu, em suas memórias, sobre a família de Sarah. Uma dessas vezes foi quando contou que sua nomeação para o cargo de Capitão Médico da Política Militar de Minas Gerais se deu por interseção da família de Sarah. Por essa época, o Hospital Militar estava passando por uma reforma administrativa cujo objetivo era torná-lo um moderno e eficiente centro médico, o que levava a sua direção a inserir em seu quadro de pessoal alguns dos melhores médicos de Belo Horizonte. Aí, a mãe de Sarah conseguiu, através de seu conhecimento e relacionamento com as autoridades e políticos mineiros, uma vaga para seu genro.

Juscelino acumulava então o trabalho no consultório, na Santa Casa, no Hospital São Lucas, na Beneficência da Imprensa Oficial e no Hospital Militar, e se destacava dentre os mais renomados médicos da capital mineira. Sua vida profissional estava em ascensão. A prosperidade social e financeira que vivenciava, pela primeira vez em sua vida, somada à união com Sarah, não refletia em nada a situação do país. Naquele momento, o Brasil enfrentava um contexto de intensa disputa. Agravavam-se as tensões políticas em torno do governo *“revolucionário”*, instalado por Vargas e seus partidários, através do movimento de 1930. Tornava-se cada vez mais iminente um conflito de

proporções não previstas. Sob a liderança de Vargas, o governo “revolucionário” discriminava parte importante da elite paulista e dava mostras, pela sua morosidade em convocar a Constituinte, do seu desinteresse na retomada da normalidade constitucional. Assim, a elite paulista, alijada do poder, aprofundou cada vez mais sua oposição ao governo revolucionário.

O ano de 1932 testemunhou o acirramento das divergências e descontentamentos dessa parcela da elite paulista, que sentia-se prejudicada pela “Revolução de 30”. Esse grupo social exigia eleições e o retorno à normalidade constitucional democrática. O conflito entre esse segmento e o governo revolucionário, resultaria na deflagração, em 09 de julho de 1932, da revolta armada denominada “Movimento Constitucionalista”.

A tropa mineira foi mobilizada para combater os revoltosos e Juscelino, então capitão-médico, foi convocado para organizar o serviço de atendimento médico-militar aos soldados em combate armado contra os constitucionalistas. Em 16 de julho de 1932, Juscelino segue para a cidade de Passa Quatro, na região da Serra da Mantiqueira, divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, permanecendo ali até o fim do movimento, em setembro daquele mesmo ano, com a vitória das tropas do governo.

Essa experiência no *front* é apresentada por Juscelino como um marco na sua vida. A partir daí tudo se modificaria. O antigo sonho de conseguir uma vida próspera, estável e tranqüila através da carreira médica, se desvaneceria.

No *front* conheceu e tornou-se amigo de Benedito Valadares, membro de outra tradicional família mineira, presidente [prefeito] de Pará de Minas, pequena cidade do interior do Estado, e,

que ali se encontrava na função de Delegado da Jurisdição³. Em meio aos intervalos do combate, Juscelino e Benedito encontravam momentos para conversarem⁴, sobre muitos assuntos, mas principalmente sobre política.

Encerrado o confronto armado, com a vitória do governo sobre os constitucionalistas, Juscelino retornou às suas atividades normais, mas com seu círculo de amizade mais alargado. Ele e Benedito Valadares manteriam uma amizade duradoura.

Em 1933, Benedito Valadares é nomeado interventor de Minas Gerais, em substituição a Olegário Maciel, que havia falecido. Sua nomeação provocou reações. Não se esperava que Vargas resolvesse o impasse da intensa disputa pelo governo de Minas, com a nomeação, para o cargo de Interventor, de uma figura sem liderança política no Estado. Ora, Benedito Valadares vinha de uma família de tradição política, mas não fazia parte da elite política mineira.

Diz Juscelino que Benedito assumiu o cargo sob “as gargalhadas”. Riam do seu despreparo para o governo de um dos mais importantes Estados do Brasil. Duvidavam de sua capacidade para administrar os conflitos de interesses políticos do Estado. A esse respeito, Juscelino afirma que ninguém esperava que Vargas escolhesse Benedito para o cargo porque, “(...) Benedito não tinha, naquela altura, gabarito nenhum para (...). Um governador de Minas era coisa muito importante; quase um presidente da República”.⁵

Interventor de Minas, com pouco conhecimento e amizade em Belo Horizonte, Benedito Valadares, nomeia para chefe de seu

³ Cf. *Meu Caminho para Brasília. A experiência da Humildade*. 1974, p.177

⁴ *Depoimento*, 1976, p.41. Sobre suas amizades no *front*, Juscelino fala no primeiro volume de seu livro de memórias *Meu caminho para Brasília*, p.177.

⁵ Juscelino Kubitschek, *Depoimento*, 1976, p.57.

Gabinete, o seu amigo Juscelino Kubitschek.⁶ Segundo Juscelino, Benedito nomeou-o porque percebia nele um jeito especial no trato com as pessoas, o que consistia uma qualidade indispensável para a política. Note-se que Juscelino faz questão de destacar uma qualidade até então despercebida por ele próprio e assim qualificar sua carreira, sua vocação para a política.

Nesse cargo, Juscelino, que conhecia a pobreza, pela própria vivência, teve a oportunidade de resolver muitos dos pequenos problemas da administração Valadares. O exercício dessa função rendeu-lhe um grande prestígio junto às camadas populares e aos políticos das pequenas cidades do interior de Minas.

Em 1933, vieram as eleições para Deputado Federal na Assembléia Constituinte,⁷ e Juscelino foi indicado para concorrer a uma vaga pelo Partido Progressista do qual era Secretário. Foi eleito Deputado Federal Constituinte, pelo Estado de Minas, embora alegue que não saiu de seu gabinete para pedir voto.⁸

Esse primeiro mandato, foi apenas citado por Juscelino e, curiosamente, está ausente em muitas das suas biografias. Ora, eleger-se Deputado Federal sempre foi algo significativo para a carreira política, não obstante as críticas que possam ser feitas ao eleito e aos métodos utilizados para a eleição. O fato de Juscelino quase não mencionar essa passagem da sua vida causa uma certa curiosidade, principalmente porque a Constituinte de 1934 foi muito solicitada, e, pela qual, inclusive, havia se levantado um segmento tão importante da elite dominante. Ao contrário do que Juscelino dá de ver, sua eleição é relevante

⁶ op. cit, p.57.

⁷ A Constituinte de 1933 havia estabelecido o Unicameralismo. Em vez do Senado e Congresso, uma Assembléia Nacional. O Presidente da República deveria, por essa Constituição, ser eleito por voto indireto. A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934.

⁸ Idem, p.67

e indica seu envolvimento, comprometimento e opção política. O fato de não ser um homem rico, de não pertencer a uma família de tradição política do Estado de Minas, em circunstâncias normais, tornaria praticamente impossível a sua eleição a Deputado Federal, mas, mesmo assim, ele se elege, ressalte-se, com votação expressiva.

A pouca menção sobre sua participação na Assembléia Constituinte de 1934, no início da sua carreira política, nos leva a levantar algumas suposições. Isso se deveu, talvez, ao fato dele não ter realizado uma atuação condizente com a imagem que dele se criou, algumas décadas depois, e isso poderia ofuscar seu brilho, o sucesso com que constrói sua história mítica. Talvez isso se deva ao fato dele ter sido, apenas, um porta-voz dos grupos que o elegeram, não podendo, então, não contribuindo, esse episódio para sua biografia de glória. Talvez devesse sua eleição ao significativo apoio recebido de Benedito Valadares, algo também depreciador da imagem do grande mito, uma vez que Benedito é identificado com o antigo, o conservador, o arcaico.

Seja qual for o motivo da pouca referência desses tempos de agudas tensões, sufocadas pelo golpe ditatorial de 1937, o que é dito em suas memórias sobre essa experiência é que foi muito importante para que pudesse fazer alguma coisa em favor das camadas mais carentes e dos pequenos municípios. Não diz o que fez, nos seus mandatos políticos, não só no de 1934, mas também no de 1946. Dizem os seus biógrafos, que a Legislatra não lhe atraía ou não combinava com o seu temperamento de homem de ação, ou seja, aquela não era a seara de Juscelino.⁹

⁹ Procuramos verificar a atuação de Juscelino no Congresso Nacional e não encontramos discurso algum pronunciado, por ele, no período de 1934-1937. Quanto à sua segunda legislatura (1946-1950), só encontramos pronunciamentos nos meses de Abril, Junho e Dezembro de 1947; e, Julho de 1948. Portanto, não houve pronunciamento de Juscelino nos demais anos de seu mandato. E, dos poucos discursos por ele realizados um se trata de uma saudação e os demais da apresentação de um projeto de carreira e a defesa dessa proposta.

O golpe de Estado, em 1937, pôs fim, por um longo tempo, às esperanças de redemocratização, instalando a ditadura Vargas. A Assembléia Nacional foi dissolvida e Juscelino retornou à medicina. Todavia, isso não abalou o prestígio e a confiança que Benedito Valadares gozava junto a Vargas. Ao contrário, Benedito, que havia assumido a interventoria do Estado de Minas sob gargalhada geral, havia se tornado um dos mais importantes chefes políticos de Minas, e um dos mais poderosos interventores do governo Vargas.

Em 1940, Benedito Valadares procurou Juscelino e o convidou para ocupar o cargo de Prefeito de Belo Horizonte, mas Juscelino recusou, alegando questões pessoais: o horror de sua mulher, Sarah, à política. Segundo Juscelino, Valadares o convenceu argumentando que Vargas iria iniciar o processo de redemocratização, e que precisava da ajuda dele nas eleições em Belo Horizonte.

Ao conversar com Alkmim¹⁰, sobre o convite que lhe fora feito, e sua recusa, este lhe dissera haver sido um erro, que ele deveria reconsiderar, pois, na Prefeitura, teria autonomia para agir, e aquele cargo se ajustava perfeitamente ao seu temperamento. Alkmim achava que ele seria um excelente prefeito, porque era um homem essencialmente urbano.¹¹

A respeito de sua nomeação, em vez de eleição, para a prefeitura de Belo Horizonte, Juscelino diz que sua recusa inicial deveu-se a problemas de ordem pessoal, mas também à sua discordância quanto ao regime político instalado por Vargas. Apesar da recusa, entretanto, Valadares o nomeou.

Juscelino aceitou o cargo. E por quase todo o período de sua administração na Prefeitura, de março de 1940 a outubro de 1945, dividiu-se entre a medicina e a política. A respeito dessa dupla função,

¹⁰ José Maria Alkmim, seria o Ministro da Fazenda em seu governo na Presidência.

¹¹ Fonte? p.349-350

de político e médico, Juscelino diz que embora *“ainda operasse, nos hospitais e na clínica, duas vezes por semana”*¹² aceitava e compreendia a *“ação, já espontânea e empolgada na administração pública”*.¹³ Somente em 1943 é que Juscelino faz a sua escolha, definitiva, pela política e abandona a carreira de médico, o que o levou a ser questionado diversas vezes.¹⁴ Em suas memórias e no Depoimento concedido a historiadora Benevides, disse, algumas vezes, que nada na sua vida havia lhe custado tanto esforço e sofrimento como o de ter se formado médico. Todavia, o exercício do poder, o acesso às discussões de bastidores, o conhecimento das manobras e articulações políticas, a ciência das possibilidades de democratização que se desenhavam para um futuro, as probabilidades de construir uma carreira brilhante, dentro da nova conjuntura que se configurava, deram-lhe a segurança mínima necessária para tomar a decisão de abandonar a carreira de médico e abraçar a de político.

Juscelino explica essa sua decisão como uma atitude motivada pelo seu forte instinto, o qual entende como uma força que o impelia a tomar as principais decisões da sua vida. Aos questionamentos em relação à insegurança de uma escolha daquela natureza, respondia com a experiência de vida que constituíra sua personalidade, talhada na superação das dificuldades, no impor-se e ultrapassar desafios. Nesse sentido, entendemos que, para essa sua decisão, pesaram tanto fatores de ordem racional, quanto de ordem emocional, mas a sua paixão pela política e, por mais que negasse, seu apego e ambição pelo poder, foram os fatores mais decisivos à sua escolha.

¹² KUBITSCHKEK. *A marcha do amanhecer*, p.23. Ver também KUBITSCHKEK, em: *“Meu caminho para Brasília”*, vol.2, *“A escalada política”*, 1976b, pp.61-2.

¹³ Op. cit. P. 62. Segundo Juscelino, essa decisão foi um choque para toda sua família. Não entendiam como podia ele largar uma carreira médica brilhante para ser político.

¹⁴ Ver *“A marcha do amanhecer”*, p.180; e, *“Juscelino Kubitschek, Depoimento”*, p.31.

Por fatores racionais entendemos a margem de segurança, de plausibilidade nessa sua escolha, favorecida por sua amizade e articulação com setores importantes e tradicionais da elite mineira. E, principalmente, pelo prestígio que obteve nos dois cargos públicos: o de chefe do Gabinete do Governo, e o sucesso na Prefeitura de Belo Horizonte. Esses fatos podem ter lhe parecido como possibilidades reais de êxito na carreira política, não constituindo sua escolha um salto no escuro.

Não obstante os riscos da política, cuja instabilidade se agravava, devido à conjuntura específica, pesaram os fatores caracterizados no campo da emoção. Esses sentimentos podem ser entendidos como a atração, a paixão e a ambição de Juscelino pelo poder político. Articular, criar, comandar, ser ovacionado, ser admirado, solicitado, consultado, ter e exercer o poder, pesaram na sua escolha pela política.

Para quem havia conseguido, em condições muito mais adversas que aquelas de 1943, cursar a Faculdade de Medicina e concluir um dos cursos de maior prestígio à época, colocar-se projetos políticos mais ambiciosos era um desafio, que, entretanto, poderia ser vencido. Abraçar a carreira de político, abandonando a de médico, era um risco que Juscelino estava disposto a enfrentar. Esse risco, e desafio, ao mesmo tempo, mostrava-se com boas chances de êxito, dada a posição social que alcançara, os conhecimentos e articulações que fizera na elite mineira, no curto período de sua experiência política. Como ele mesmo afirmava, tomara essa sua escolha “um risco calculado”.

Presumimos que, ao decidir-se pela carreira política e, por conseguinte, ao refazer o seu projeto de vida, Juscelino, empenhou-se, a partir de então, na construção de sua imagem política.

Em suas memórias, bem como nas biografias a seu respeito, nos é dito que a passagem de Juscelino pela Prefeitura de Belo Horizonte vaticinava o que ele construiria, daí por diante, como sua imagem e estilo políticos: grande audácia, determinação, criatividade e dinamismo. Nos seus primeiros doze dias de administração, decidiu e definiu o empreendimento de uma obra de grande vulto, a reurbanização do centro de Belo Horizonte e da Pampulha. O objetivo era a transformação da capital mineira, da condição de cidade provinciana, para a de uma metrópole. Além desse objetivo confesso de Juscelino, podemos inferir um outro, que seria o de marcar sua passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte e, em assim sendo, entrar para a memória da cidade, ganhar popularidade e se firmar no cenário político mineiro.

A EXPERIÊNCIA E A COMPREENSÃO POLÍTICAS

Perguntamo-nos, por diversas vezes, se Juscelino antes de entrar para a política, em 1933, teve alguma atividade, ou um comportamento tal que pudesse indicar essa vocação. As biografias, os depoimentos do próprio Juscelino, e de seus ex-colaboradores não tocam nessa questão¹⁵. Datam o começo de sua vida política a partir de 1933, quando foi nomeado para o cargo de chefe-de-gabinete do governo do Estado. As biografias buscam mostrar como foi possível um

¹⁵ Com exceção da biografia *Juscelino Kubitschek, onde está a verdade?*, de Serafim Jardim, que conta que Juscelino quando criança falava em ser uma autoridade importante na cidade de Diamantina.

menino pobre chegar à presidência da República; como ele entrou para a história do país como um dos mais hábeis políticos e um dos maiores estadistas de todo o século; e, como ou porque se tornou um mito político.

Voltamos às memórias de Juscelino, os livros que contam seu ingresso na política: *Meu caminho para Brasília*; *Porque construí Brasília*; *A marcha do amanhecer*. Não encontramos muita coisa, não existe nenhuma menção clara, nenhuma experiência anterior é mencionada. Mas existe uma passagem, iniciando seu livro autobiográfico, que indica a sensibilidade em relação aos problemas sociais e compreensão desses problemas como questão política. Tudo leva a crer que sua relação com a política realmente inicia-se sua participação no conflito armado, de 1932. Essa foi a experiência mais importante, segundo Juscelino, para sua formação de homem público, de liderança política. Além disso, o que apreendemos em suas memórias foi um menino tranquilo que sonhava ser médico, um adolescente tímido e determinado, um adulto cordato e determinado, um indivíduo que se relacionava bem com todos; e, ao que tudo indica, possuía uma grande facilidade para fazer e manter amizades.

Mas, e o trabalho nos Correios e Telégrafos? Teria, lá, desempenhado alguma atividade? Apresentado algum comportamento mais explicitamente político? Não. Pouco fala sobre suas amizades nos Correios, que devem ter sido poucas porque ele trabalhava no expediente da noite, onde normalmente trabalham menos funcionários, e, também, porque tanto ele quanto seus colegas de trabalho sabiam que aquele emprego não era definitivo, pois Juscelino já era estudante de medicina e seria um médico, viveria um “mundo” diferente.

O que mais se aproximou de uma resposta à nossa questão foram algumas passagens, muito rápidas, da entrevista que concedeu à Maria Victória Benevides.

Inquirido sobre sua relação com a política antes, de seu ingresso em 1933, Juscelino disse que houve duas oportunidades em que teve contato com a política. A primeira, aos seis anos de idade, quando sua cidade natal, Diamantina, foi visitada por João Pinheiro então presidente do Estado. Essas imagens foram tão marcantes que ficaram impressas em sua memória. Lembra Juscelino (Dep., 1976, p.5):

“Foi a primeira vez que tive a sensação de contato com uma pessoa importante. Eu era muito pequeno, mas vi aquele reboliço enorme, com um governador de estado chegando a cavalo em Diamantina (não havia outro meio de condução naquela época) e um tio meu abrindo a garrafa de champanha, o estampido da garrafa de champanha; achei aquilo de uma importância considerável. João Pinheiro, ali na sala de visitas [da casa de Juscelino], prometeu que fundaria o primeiro grupo escolar de Diamantina. Efetivamente, ele cumpriu a palavra, e criou o primeiro grupo escolar. Isso foi em 1908; eu tinha seis anos de idade”.

A segunda foi em 1929, em Belo Horizonte. À época, já exercia a profissão de médico, e foi assistir a um comício da Aliança Liberal, em que se encontrava um dos grandes líderes políticos daquele tempo, o Sr. Osvaldo Aranha. Juscelino estranhou o discurso do Osvaldo Aranha. *“Foi a primeira vez que eu ouvi um discurso inflamado, de agressão contra o governo”.* (Dep., 1976, p.29)

Juscelino usa o termo “homem público”, em vez de político. Não fala de vocação política, mas de formação, e explica sua formação como resultado de um conjunto de fatores imprescindíveis. O primeiro e fundamental para ele, foi a formação moral recebida de sua mãe, já que órfão aos dois anos de idade, só conheceu o pai pelo que sua mãe e os amigos, dele diziam. De sua mãe, formou-se no exemplo de coragem, de disposição, de bravura. Com seu pai, conforme todos lhe diziam, se parecia no tocante a inteligência, a simpatia, a boemia, a alegria. Mas a boemia e a alegria eram características dos diamantinenses daquele tempo, dizia Juscelino. Essas imagens são caras a Juscelino. Podemos constatar que ele as incorporou ao seu temperamento e as moldou para a configuração da sua imagem de homem público.

O segundo fator fundamental à sua formação, segundo ele próprio, foi sua vivência em Diamantina. Diz Juscelino (Dep., 1976, p.02):

“A cidade de Diamantina teve essa característica, como outras cidades de Minas Gerais daquele tempo. Como viviam muito isoladas, elas procuraram bastar a si mesmas e criaram clubes literários, ginásios, ateneus, colégios, e passaram a se constituir em núcleos de cultura daquelas regiões desertas de Minas Gerais”.

Existia, portanto uma vida cultural que permitia a discussão das visões de mundo, da história, da literatura, da política. Uma população que vivenciava essa vida cultural desde o surgimento da

cidade de Diamantina. Lembra Juscelino que as cidades de Minas têm uma história, *“foram centros cívicos formidáveis”*. Afirmava ainda que:

“De 1720 até praticamente a Independência, Diamantina foi um centro extraordinário de irradiação de cultura, e a cultura daquele tempo se fazia na base do amor à liberdade. Isso, por razões muito simples: éramos colônia, e o primeiro sentimento é o de independência, e esse sentimento se confunde inteiramente com o de liberdade. A liberdade é uma palavra que está integrada inteiramente no vocábulo democracia, governo do povo. Aquilo começava a trabalhar cedo a mentalidade dos jovens daquele tempo”. (Dep., 1974, p.5)

Isso nos leva a presumir que, para Juscelino, a liberdade, a independência, a cultura, o espírito cívico, o orgulho das origens históricas, entre outros, constituíram a “mentalidade [dele e de todos os] jovens daquele tempo”, seu imaginário, seu sentimento de pertença, que é evocado como uma marca de sua identidade, de sua personalidade política. É, portanto, sobre a democracia que ele fala, reforçando uma das mais importantes imagens com que foi definido:

“(...) quando me perguntam por que desenvolvi esse sentimento democrático... eu bebi isso no leite, no café, no ar de Diamantina, nas serenatas da minha terra. Eu aprendi esse sentimento de liberdade e guardei com tanta força que, quando a providência me trouxe ao palco...”. (Depoimento, 1974, p.06)

A experiência vivenciada em Diamantina, a visão de mundo, a percepção da política, o sentimento de pertencimento, um imaginário social rico de imagens de liberdade, identidade, independência, o aprendizado da história dos grandes acontecimentos, dos grandes fatos, dos grandes homens, que era a história predominante naquele tempo, somado ao aprendizado individual do seu cotidiano, dos sonhos e das dificuldades de realizá-los, são apresentadas por Juscelino como sendo uma força latente, que foi guardada, esperando o momento de ser utilizada, de ser posta em ação.

“(...) Todos nós ali vivíamos, tínhamos orgulho dos diamantinenses que haviam passado por ali, e que, saindo de Diamantina, tinham conquistado glória e fama, em outros pontos do país. A política, sobretudo, enseja estas oportunidades, e também a literatura”.
(Dep., 1976, p.02)

Juscelino, portanto, não teve antes de 1933 nenhuma atividade objetiva que indique sua vocação para política, mas teve um aprendizado, uma vivência significativa, num contexto extremamente rico. O seu surgimento na política, nem precoce, nem tardio, e, sobretudo, sua habilidade, política, parece-nos, foi fruto de uma aptidão individual e de um aprendizado, influenciado por um imaginário rico, intenso e pujante.

Compreendia a importância da política. Compreendia que a política abria possibilidades de ascensão social, de glória e de fama. Mas, embora fosse o assunto que animava as conversas de bar e as rodas de amigos, era com a medicina que Juscelino sonhava.

A medicina foi o terceiro fator fundamental na formação política de Juscelino. É provável que a medicina, por ser um curso dos mais elitizados, tenha lhe propiciado uma experiência muito rica e também sofrida, embora Juscelino afirme, quando questionado, que não tinha mágoas ou que não sofria porque sua condição era muito diferente da dos seus colegas de faculdade. Mas para realizar seu sonho, estudava de dia e à noite trabalhava nos Telégrafos. *“Eu vivia cambaleando de sono”*. Isso lhe resultou em uma estafa que lhe ausentou seis meses de suas atividades, o que não o impediu de realizar seu sonho: tornou-se médico. No início trabalhou no interior de Goiás. Depois, foi convidado para trabalhar na clínica de seu cunhado, Dr. Júlio Soares.

A medicina lhe proporcionava o contato com as camadas populares de Minas, que, de todos os recantos vinham em busca de atendimento médico na capital. Juscelino fala sempre com muita emoção sobre sua profissão. Diz que encarava a medicina como um sacerdócio: *“E eu, por uma questão intuitiva, [ou] pela educação [recebida] de minha mãe, era um homem que dava aos meus doentes uma assistência completa (...). Ajudava meus clientes de todos os modos”*. (Cf. Dep., 1976, p.22).

Ora, a medicina é uma profissão cujo saber tem uma autoridade “inquestionável” – quem sabe é o médico, quem estudou foi ele, e é ele que está preparado para curar. O doente é aquele que geralmente está fragilizado pela doença, que desconhece a cura, e quem dela precisa. Ora, o discurso médico é um discurso de autoridade, de forma que quanto maior a pobreza e a ignorância do paciente, maior a autoridade do discurso e do saber médico, e mais distinta a figura do médico. Existe, portanto, uma relação de poder muito significativa. E, se além de médico, se é político, essa relação de poder, de influência sobre o outro aumenta extraordinariamente.

O relato de Juscelino sobre sua história de vida nos leva a entender que: por ele ter sido pobre, por ter sido formado sob uma rígida moral, pelo seu temperamento, e, pela sua formação humanista, foi um médico dedicado, atencioso e, também, caridoso. Declara que lidava com gente de todos os grupos sociais. Os pacientes das classes médias e os ricos formavam a clientela da sua clínica, e os que pertenciam às camadas populares, eram seus pacientes nos hospitais públicos em que trabalhava.

Seu relato nos leva a observar que seu ingresso na política, o fez perceber mais claramente o poder da combinação médico (cura males físicos) e político (“cura” males materiais) ou, como ele preferia, homem público. Ao refletir sobre essa ligação, Juscelino declara o seguinte:

“Eu sempre pensava, quando entrei na política, como a medicina era inspiradora de meus atos políticos. Por exemplo, quando eu chegava no meu gabinete, eu já presidente, no Palácio do Catete, chegava uma pessoa e, geralmente – a não ser as grandes figuras do Brasil –, os que conseguiam aproximar-se de mim, vinham numa emoção muito grande. Alguns não podiam nem falar; eram mulheres, homens. Então eu dizia: ‘Olhe, meu filho, eu conheço bem toda essa gama de emoções que sentem atualmente as pessoas que se aproximam de mim, porque também passei pelas mesmas dificuldades, também procurei algumas vezes homens poderosos para pedir. Sempre encontrei as portas fechadas, porque os poderosos nunca abriram portas para quem precisa. Eles só abrem para quem não precisa’. Pegava na mão da pessoa e dizia: ‘Pode conversar tranquilo, contar as suas dificuldades porque eu vou ajudá-lo no que puder’. Nunca

deixei uma pessoa sair desapontada do meu gabinete”. (Dep., 1976, p.23)

Assim, segundo Juscelino, a medicina e sua formação cultural, moral, humanista, haviam-lhe possibilitado essa sensibilidade para compreender, se não a alma, as fragilidades humanas. Mas, provavelmente, a autoridade do saber médico, combinado com o poder político – ele era chefe-de-gabinete – deve ter feito também diferença entre a sua imagem de líder político e as imagens dos demais políticos de seu tempo. Conforme afirma:

“Às vezes, podia ser impossível atender ao que pediam, mas saíam com a minha palavra carinhosa, com a minha assistência, com a minha atenção. Isso eu considero que tenha realmente aprendido na medicina, porque, ao lado da cama de um doente, eu era extremamente carinhoso, e aprendi isto com o meu cunhado, porque ele era genial na maneira como tratava os doentes. O que faz o médico não é só dar receita e, às vezes, curar o doente; é dar assistência espiritual, que dá ao doente uma confiança e uma segurança íntima, que ajudam a cura”. (Dep., 1976, p.23)

O quarto fator fundamental de sua formação foi a experiência vivenciada na Mantiqueira, divisa entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, durante a insurreição armada dos constitucionistas, em 1932. Essa experiência foi um dos seus maiores aprendizados para a política.

**“(...) Posso asseverar que, na presidência da República, todas as vezes que me defrontava com uma situação grave – e estas várias vezes vieram interpor-se no caminho – eu pensava nos dias que havia passado na guerra civil de 1932, e sempre procurava ratificar minhas posições, fazendo o possível para estabelecer um ambiente de paz e de tranquilidade no Brasil”.
(Dep., 1976, p.39)**

Foram mais de três meses no campo de batalha. Durante esse período morreram mais de 500 homens, em sua esmagadora maioria, soldados filhos de famílias pobres. Praticamente quatro meses ouvindo tiros de metralhadoras, estrondos de canhões, explosões de granadas. Caminhões que chegavam diariamente cheios de homens feridos e mortos. Tensões entre comandantes e comandados; entre policiais militares e do Exército; desconforto; frio; incertezas; questionamento do sentido de tudo aquilo; medo. Convívio com homens de toda espécie de temperamento, de fraquezas e virtudes morais.

Na Mantiqueira, estiveram não somente Juscelino mas também outros personagens que se tornariam, nomes importantes da política brasileira: Benedito Valadares (interventor de Minas por 12 anos e grande cacique da política mineira até 1950); Ernesto Dornelles (assumiu cargos de confiança no governo Vargas e foi Ministro da Agricultura de JK); Eurico Gaspar Dutra (foi Ministro do Exército de Vargas e presidente da República); e, Gustavo Capanema (foi interventor interino de Minas e Ministro da Educação de Vargas).

Lembrando dos acontecimentos daquela época, Juscelino fala dos bastidores da política e conta vários casos, dos quais citarei alguns que nos permitem perceber a formação de sua compreensão de política, considerada por Isaiah Berlin (1999) uma das características

essenciais do discernimento político dos grandes líderes. O primeiro deles é o de Gustavo Capanema, filho de família ilustre de Minas, brilhante aluno de Direito, levado à política pelas mãos de Francisco Campos,¹ uma das mais eminentes autoridades em Direito, à época. Francisco Campos indicou Capanema para um cargo dos mais importantes do Governo de Minas, a Secretaria do Interior, que pelo regimento, era considerado uma sub-governadoria. Na ausência do Governador, quem assumia o governo era o Secretário do Interior. Em 1933, morreu Olegário Maciel – Governador e, depois do movimento de 1930, Interventor do Estado –, e Capanema assumiu o cargo. Era uma situação provisória, mas que tinha muita possibilidade de transformar-se em situação definitiva. Mas, segundo Juscelino, Capanema foi precipitado, queria ser efetivado, de imediato, como Interventor do Estado, não queria esperar que os diferentes interesses locais e de grupos fossem resolvidos, para então, acalmada a situação ocupasse, efetivamente, o cargo. Foi arrogante e prepotente com aqueles que poderiam ajudá-lo no seu intento, e desperdiçou uma grande oportunidade. Diz Juscelino, *“aí faltou-lhe o tino da política”* (Dep., 1976, p.49), e completa adiante: *“É o que eu digo sempre: há dois fatores fundamentais para o homem público, a intuição e a experiência, esse dois fatores somados fazem uma personalidade [grifo nosso]. Mas Capanema não tinha intuição”* (1976, p.52).

Inquirido por que Virgílio de Melo Franco² foi preterido por Vargas, Juscelino disse o seguinte:

¹ Francisco Campos, era mineiro, professor da Faculdade de Direito, uma das mais respeitadas autoridades em Direito, no País. Foi colaborador do Governo Vargas, do qual foi um dos ideólogos. É autor do livro *Estado Nacional*, o qual consiste numa reflexão sobre a formação e a contribuição do Estado para organização social no Brasil.

² Virgílio de Melo Franco foi outro grande nome da política mineira. Filho de família rica e tradicional da política; participou do movimento de 1930; apoiou Vargas durante os primeiros anos. Foi um dos redatores do “Manifesto Mineiro”, quando rompeu definitivamente com Vargas, e um dos fundadores da UDN mineira.

“Virgílio era muito independente. (...) Além disso, Virgílio deveria sua nomeação [ao governo de Minas] não a Getúlio, mas a Osvaldo Aranha, essa é a verdade. Ficou publicamente estabelecido que ele era o candidato de Osvaldo Aranha. Isso é um erro grave, porque o sujeito vai nomear e fica sabendo que a nomeado não deve a ele e sim, a outro...” (Dep., 1976, p.64)

Segundo Juscelino escolha de Benedito para a o Governo de Minas deveu-se a uma hábil manobra política de Vargas, que pressionado por interesses locais divergentes, escolheu um nome sem expressão política à época e, portanto, sem ligação com os grupos políticos da capital mineira.

Uma outra passagem diz respeito a sua experiência como chefe-de-Gabinete do governador Benedito Valadares.

“Quando eu me sentei lá na mesa e vinha aquela “legião”, todo mundo ficava impaciente, mandando embora: ‘amanhã, volte amanhã, eu vou ver, hoje não é possível, não tenho tempo’. Eu me sentava ali com muita paciência. Chegava às oito horas da manhã e saía às dez, onze horas da noite, com aquela calma: ‘o que o senhor deseja?...’ ” (Dep., 1976, p.65)

Segundo Juscelino, a paciência era um aprendizado fundamental para o exercício da medicina, e que precisou praticar sua paciência para ficar o dia todo perguntando “*como é seu nome, quem é seu pai, quem é sua mãe, que doença você já teve, etc.*”. Antes de sua

ida para o Gabinete, ninguém tinha paciência para receber e tentar atender a “legião” diária de pessoas que, pelos mais diferentes motivos, procuravam o governador. Com a sua chegada ao Gabinete isso se modificou:

“No fim de alguns meses, a ‘legião’ já ia só para me procurar, não ia mais para procurar Benedito. Eu encaminhava tudo; se era o secretário tal que tinha que resolver, telefonava para o secretário (...). Assumi a posição do sub-governador, que afinal, é o papel do chefe-de-gabinete. Muito leal a Benedito, mas atuando. Para ele foi um alívio; largou aquela função inteiramente nas minhas costas. Ele só lidava com os altos políticos, com a política alta. Essa cozinha da política municipal, o prefeito, o presidente do diretório, o vereador, o delegado, esse negócio cacete da política, eu digeria aquilo tudo ali; resolvia com a maior tranqüilidade, tratando muito bem, dando boas gargalhadas com os sujeitos. Eles saíam de lá encantados.” (Dep., 1976, p. 65-66)

O resultado desse trabalho de “paciência” foi sua eleição para Deputado Federal Constituinte, em 1934, como o mais votado de Belo Horizonte. Eleição que não lhe criou nenhuma aresta, pois, afirma, não pediu nenhum voto, não foi a nenhuma área de influência de seus concorrentes. Não fez nenhuma articulação. Foi eleito com o voto daqueles a quem diariamente, num exercício de paciência, atendia na chefia do Gabinete.

Um outro comentário sobre os bastidores da política daquele tempo é sobre Armando de Sales Oliveira, candidato a governador de São Paulo, nas eleições que deveriam ter ocorrido em 1938.

“A impressão que guardei de Armando de Sales Oliveira foi a de um homem que tinha valor, mas, de um homem orgulhoso, de muita vaidade, e que não tinha as qualidades políticas da modéstia, que o aconselhariam a ficar mais compreensivo nos entendimentos que devia ter com os outros políticos da época. Tomava a decisão, marchava sozinho, e acabou, como aconteceu depois, sozinho no páreo”.
(Dep.,1976, p.76)

O último exemplo dessa compreensão da política, que ia se formando em Juscelino, diz respeito a sua compreensão das articulações políticas que estavam ocorrendo em 1937, antes do golpe do Estado, para as eleições que deveriam ocorrer, em 1938. Na ocasião, Benedito Valadares, descontente com Vargas, por questões de somenos importância, sabendo do interesse de José Américo de Almeida em concorrer às eleições, lançou-o candidato de Minas Gerais. A pessoa encarregada de conversar com José Américo de Almeida sobre a decisão de Benedito, foi Juscelino. A conversa era simples. Era somente comunicar a José Américo o apoio de Benedito e, por conseguinte, boa parte do eleitorado mineiro. Mas Juscelino, por iniciativa própria, pediu o apoio de José Américo para o candidato de Benedito ao governo. José Américo negou peremptoriamente. Juscelino saiu do encontro com dúvidas se José Américo era o melhor candidato e diz que esse momento de articulações políticas foi um momento de muitas

habilidades – por parte de Getúlio que articulava o golpe, e inabilidades políticas – por parte dos que pleiteavam a sucessão presidencial. Entre elas cita José Américo, que mal havia começado a campanha, e cometeu um erro grave. Diz Juscelino (Dep., 1976, p.83):

“José Américo sempre teve um temperamento muito afirmativo, positivo. No discurso da Bahia [06/09/1937], ele fez uma referência, que foi o ponto crucial da campanha, e que desabou tudo, porque disse: ‘os políticos querem abandonar-me, mas caminharei sozinho. Sozinho não, caminharei com o povo brasileiro’. Essa declaração foi um tiro em cima de todos os políticos que estavam apoiando sua candidatura. Eu estava em Diamantina, fazendo alistamento eleitoral, e ouvi o discurso pelo rádio. Quando terminou, pensei: ‘está liquidada a candidatura de José Américo’ ”.

Realmente foi o fim da candidatura de José Américo. Benedito não aprovou o discurso, sentiu-se atingido e retirou seu apoio. Tratou de retomar as ligações com Vargas e resolveu apoiar o golpe que estava sendo urdido para novembro de 1937. Juscelino afirma em sua entrevista que não concordava com o golpe e não participou de nenhuma articulação nesse sentido. Seus biógrafos confirmam essa posição. E, o que pudemos observar é que ele ficou fora de cargos políticos, entre 1937 e inícios de 1940, quando volta à política como prefeito de Belo Horizonte.

Foi nesse contexto político de intensa disputa, de muitas articulações, das miudezas dos interesses do jogo político e dos grandes interesses, que, no convívio intenso da política e com os políticos, do

conhecimento dos bastidores, que Juscelino foi aprofundando o seu aprendizado. Embora tenha sido inexpressiva sua atuação como Deputado Constituinte, tudo nos leva a crer que, no Congresso, teve a oportunidade de conhecer as principais lideranças políticas do país, de ter conhecimento sobre as disputas internas de outros estados e a oportunidade de alargar seu círculo de amizade. Foi na Câmara um representante dos interesses de determinados grupos mineiros, especialmente, aqueles que continuavam no apoio e na preferência de Vargas. Como Constituinte ele foi mais um espectador do que outra coisa.

O golpe de 10 de novembro 1937, que instalou o Estado Novo, dissolveu o Congresso. Cassado seu direito de representação parlamentar, Juscelino retornou a Belo Horizonte, retomou sua atividade profissional e ficou algum tempo fora da política. Mas continuava amigo de Benedito, a quem sempre encontrava para ouvir as confidências políticas e tomarem um drinque.

Existem, inegavelmente, “efeitos identificáveis”, na formação do indivíduo, mas existem efeitos de combinações complexas, que não são identificáveis, que não são previsíveis, que não se conhecem totalmente, ou mesmo que não se conhecem, nem se explicam.

A formação intelectual e política de Juscelino, por exemplo, ocorreu num momento em que o saber médico cada vez mais se especializava, em que as novas teorias, no campo da psiquiatria, abriam uma dimensão significativa para o conhecimento do homem e da sociedade. Juscelino foi um indivíduo contemporâneo e produto de um tempo de grandes acontecimentos políticos, como a Revolução de 1917; o surgimento de grandes líderes políticos como, Lênin, Stalin e Hitler; o fascismo; a “sociedade de massa”, a Segunda Guerra mundial. Foi contemporâneo de revolucionárias invenções tecnológicas, de progressos enormes no campo científico, enfim, de acontecimentos que

prometiam mudanças profundas na sociedade. E, certamente, esses acontecimentos todos o influenciaram e interagem na sua formação, no seu comportamento.

O que podemos afirmar com segurança é que a essa altura, Juscelino já possuía uma vivência que lhe permitia uma maior compreensão da política. A experiência na Serra da Mantiqueira, no front de batalha, lhe deu o aprendizado daquilo que Isaiah Berlin chama de bom discernimento em política.

A reflexão de Berlin sobre o discernimento político consiste, para os fins desta análise, uma referência de enorme importância. Berlin nos ajuda a pensar a política e, principalmente, compreender *“o que é ser politicamente sagaz, ou talentoso, ser um gênio político, ou mesmo nada mais do que um político competente, saber como fazem as coisas acontecerem”* (BERLIN, 1999, p.67). Berlin mostra a diferença entre saber e compreensão em política. O saber em política seria o conhecimento fundado em bases minimamente científicas, as quais poderiam ser ensinadas, embora sem muita utilidade prática para o fazer a política. A compreensão em política seria um conhecimento surgido da experiência, da vivência em política, portanto, algo que não se ensina, que não se sujeita à leis científicas do conhecimento.

O depoimento de Juscelino sobre a importância fundamental da experiência vivenciada no conflito armado de 1932, nos leva a compreender melhor a observação de Berlin e perceber, que, intuitivamente Juscelino já fazia a distinção em relação ao saber e a compreensão em política. E uma das oportunidades em que essa compreensão da política começa a se consubstanciar é quando assume o cargo de Prefeito de Belo Horizonte.

OS PRIMEIROS PASSOS DO MITO

As primeiras semanas do seu governo, à frente da cidade de Belo Horizonte, fizeram a cidade parecer um caos.

Juscelino havia mandado construir, de uma só vez, toda a estrutura de água, esgoto, telefone e luz elétrica nas principais avenidas do centro de Belo Horizonte, além de pavimentá-las. Essas obras foram projetadas e empreendidas visando não as necessidades de re-urbanização que atendessem a cidade da década de quarenta, mas visando uma re-urbanização significativa, que preparasse a infraestrutura urbana para uma futura metrópole. Diz Juscelino que em menos de dois anos de administração na Prefeitura, havia calçado 600.946 metros de área contra 1.619.000, em todo o período que compreende da fundação da cidade, em 1895, até 1940. Mas, cabe observar que na década de 1940 ocorreram outras importantes experiências de re-urbanização das cidades. Isso ocorreu nas cidades de Campina Grande, Salvador, Recife e São Paulo. Essas re-urbanizações tinham algumas características em comum. Dentre elas devemos apontar duas características dessas reformas urbanas: em primeiro lugar, era que essas reformas ocorreram num período de ditadura política, portanto, um período autoritário, em que as intervenções administrativas não eram submetidas à discussão nem tinham oposição, porque essa estava mantida em silêncio. E, em segundo lugar, porque todas elas utilizaram o discurso da modernização e modernidade brasileira, de um país que precisava romper com o atraso, simbolizado no rural. Esse discurso estava imbricado ao imaginário da construção da nação e à mitologia política da modernidade. Juscelino, portanto, marcou sua passagem pela prefeitura

da cidade de Belo Horizonte, justamente porque estava sintonizado com as tendências políticas de sua época.

Com a deposição de Getúlio Vargas, todos os políticos que, direta ou indiretamente, estavam ligados à política situacionista foram alijados do poder, inclusive Juscelino. Ao deixar o cargo de prefeito, em 29 de outubro de 1945, ele fazia o seguinte balanço de sua administração, à frente da capital mineira:

“Resumindo a obra administrativa que tinha levado a efeito, poderei dizer, lançando mão da terminologia matemática, que ela se expressou através das seguintes e encorajadoras proporções: abri dois terços das atuais avenidas e vias públicas; renovei e tripliquei a rede de esgotos; dupliquei o abastecimento de água; aperfeiçoei o cadastro municipal e racionalizei seu funcionamento; ampliei os Bairros de Lourdes e do Sion e criei o da Cidade-Jardim; urbanizei a Pampulha e incorporei ao complexo urbano; abri as famosas radiais ou bocas, ligando a cidade ao sistema rodoviário do Estado; enfim, encontrei uma cidade provinciana e a transformei numa metrópole”. (MCPB, 1976a, p.104)

Mas o sucesso de Juscelino na política não pode ser resumido, como ele mesmo o ressalta, ao êxito, audácia e inovação de sua administração, que, por si própria, já significava muito, se comparada às demais administrações públicas, da época. Segundo ele próprio, em sua gestão havia inovado algumas práticas políticas, e, com isso, ele fizera o que nenhum político naquele tempo havia feito: além de

imprimir um ritmo dinâmico ao governo, adotou práticas políticas que o tornaram muito popular. Juscelino definia sua passagem na gestão de Belo Horizonte como tipo novo de proximidade entre o Prefeito e sua população. Sem dúvida, foi significativa a intervenção na cidade, reorganizando, recriando-a. Contudo, chamamos a atenção para a característica histórica e geral da época: são os tempos do populismo, dizendo com isso que essas mudanças no sentido da re-urbanização das grandes cidades não foram responsabilidade única e exclusiva de um indivíduo, mas também de um tempo, das exigências que se entenderam ser daquele tempo.

Assim, a construção de um tipo novo de proximidade do prefeito com a população, e, no que diz respeito, ao presente estudo, a construção da proximidade entre Juscelino e a população belorizontina, deu-se de várias maneiras. Uma delas foi bem visível, pois se referia a alteração no espaço físico do Gabinete do Prefeito. Segundo Juscelino, nas administrações anteriores, o acesso à sala do Prefeito era guardado por inúmeras ante-salas. Para alguém do povo chegar ao Prefeito só era possível através da intervenção de algum político. Juscelino transformou aquela situação, que entendia como de discriminação da população pobre.

“Quando mudei o gabinete para o salão de recepção da Municipalidade, estava à disposição de quem me procurasse, das 4 às 6 da tarde. Não existiam portas fechadas e nem ante-sala, repletas de pessoas à espera de audiência: todos eram atendidos pela ordem de chegada. Quando havia muita gente, invertia os papéis na concessão das audiências: ao invés de ficar na minha mesa, ia ao encontro das partes, indagando de cada uma, de maneira informal, o que desejava. O resultado da conversa era anotado pelo secretário que me

acompanhava, para as providências imediatas.”
(MCPB, 1976a, p. 27)

Fazia parte de suas inovações como Prefeito, também, a presença diária nas frentes de trabalho da re-urbanização da cidade, os debates com a população dos bairros pobres em busca da solução dos problemas locais, a criação dos famosos comitês de bairros, e o empenho em estabelecer vínculos, através da realização de reuniões de confraternizações, e uma prática tradicional: a assistência médico-hospitalar, que, pessoalmente, proporcionava a numerosas famílias (Cf. MCPB, 1976a, p.58). Juscelino também mudara o tradicional tratamento dos prefeitos em relação ao funcionalismo. Em sua administração, realizou o recadastramento do funcionalismo e uma política de valorização dessa categoria de trabalhadores, além de utilizar outras práticas assistencialistas.

Juscelino construía, dessa maneira, uma relação de amizade pessoal com os servidores públicos e com significativa parte da população da capital mineira, tomando-se cada vez mais popular.

Mas esse período de “calmaria política” modifica-se com a volta ao regime de legalidade ou a redemocratização do país. Vargas foi deposto em 1945 e os políticos vinculados a ele foram afastados dos cargos que ocupavam. Essa mudança do cenário político deixou desorientada a maioria dos políticos que ocupavam os principais cargos dos órgãos públicos, pois sabiam que seriam afastados do poder institucional, como, de fato, ocorreu. A maioria dos políticos, que estavam ligado à situação, ou caiu no ostracismo ou ficou apática ou desorientada.

Juscelino era uma das poucas exceções. Sendo o Primeiro Secretário do recém criado PSD, possuía um espaço institucional de atuação, extremamente importante, que lhe permitia fazer política não

somente em todo o Estado de Minas, mas, principalmente, em Belo Horizonte, cidade com tradição de ser oposição política.

Após sucessivas tentativas de negociação, foram marcadas para 3 de dezembro de 1945, as eleições para a Presidência da República e a Câmara dos Deputados, ficando para o ano seguinte, 1946, as eleições para Governador.

A avaliação que se fazia era a de que o momento delicado, por que passava a sociedade brasileira, não comportava a realização de um pleito de maiores proporções. Chegou-se, inclusive a se articular, sem êxito, a escolha de um candidato único para o Governo de Minas.

Deu-se início então às articulações para a escolha do candidato à sucessão presidencial. A UDN, no poder, vivia um momento de grande euforia com a deposição de Vargas e a ocupação dos cargos, antes preenchidos pelos políticos ligados àquele governante. Essa situação favorável propiciou à UDN o consenso na escolha do seu candidato a Presidente da República, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Enquanto isso o PSD, sofrendo as dificuldades da reviravolta política, só chegou à definição sobre a escolha do seu candidato, após um difícil processo interno, que resultou na cisão do partido em duas facções e em dissidências. O nome escolhido para representar o PSD foi o do Gen. Eurico Gaspar Dutra. Para concorrer à Câmara dos Deputados, o PSD indicou dentre outros nomes, o de Juscelino Kubitschek, então seu Primeiro Secretário.

A atuação de Juscelino dava-se, principalmente, através dos diretórios locais do PSD, que se originaram dos comitês de bairros criados pela sua administração na Prefeitura. Segundo, Juscelino, foi nesse período, em que estava em campanha para Deputado, que o slogan **“Juscelino, para governador”** começou a aparecer nas ruas e nos comícios.¹

¹ idem, p.108.

Embora os pessedistas estivessem pessimistas quanto a perspectiva de eleger o Gen. Dutra, como sucessor de Vargas, Juscelino não desanimava da ação política. A menos de dois meses das eleições, empenhava-se na campanha para sua própria eleição para Deputado Federal, e na eleição do candidato do seu partido à sucessão presidencial. Findas as eleições, o Gen. Dutra, para surpresa dos udenistas, derrotara seu adversário eleitoral, o Brigadeiro Eduardo Gomes. E, quanto as eleições para Deputado Federal, no cômputo geral, Juscelino foi, depois de Vargas, o candidato mais votado na capital de Minas Gerais (Cf. MCPB, 1976a, p. 108).

Essa sua segunda atuação na Câmara dos Deputados diferenciou-se da anterior. Embora Juscelino não entre em detalhes acerca da sua atuação, pudemos entrever que ele procurou aproveitar ao máximo aquela oportunidade, para aumentar o seu prestígio, e se fortalecer para as disputas eleitorais futuras. Já tinha em mente o governo de Minas, embora não o explicita em suas memórias. Mas Juscelino dá-nos um indício de sua intenção não-confessa, quando diz que sua segunda atuação como Deputado permitir-ia-lhe o aprofundamento do seu conhecimento e experiência política, além do alargamento de seu círculo de amizades, que entendemos como círculo de influência política. Juscelino diz que sua atividade como Deputado Federal lhe permitiu conhecer políticos de todos os cantos de Minas e, principalmente do Brasil. Diz, ainda, que, através daqueles contatos, aprofundava seu conhecimento sobre os principais problemas dessas regiões. Pelo não dito, entendemos que além de conhecer os problemas das regiões brasileiras, Juscelino também tomava conhecimento da política nessas regiões, tinha acesso a questões dos bastidores das várias políticas locais, estaduais e mesmo regionais. Isso tudo, consiste, ao nosso entender, como aprendizado político e alargamento do poder de influência de Juscelino.

A constatação mais evidente é que o cargo de Deputado Federal, somado ao de Primeiro Secretário do PSD, possibilitavam sua maior participação nos problemas políticos mineiros, como também maior espaço de atuação e articulação política no Estado. Juscelino começava a sonhar com o Palácio da Liberdade. Iniciava, assim, o “risco calculado” da preparação de sua campanha para governador. “Uma meta a cada vez”. E, depois, a Presidência da República.

A POLÍTICA, UMA OPÇÃO DEFINITIVA

Segundo Juscelino, a amizade entre ele e Benedito foi um dos motivos pelos quais foi convidado para ocupar o cargo de prefeito da cidade de Belo Horizonte. Inicialmente recusado o convite, o cargo foi aceito, por um conselho de José Maria Alkmim, seu amigo pessoal e pela ambição política que Juscelino não confessa. Segundo ele próprio, Alkmim o convenceu que a experiência seria muito rica para ele, pois a prefeitura coadunava-se mais com sua personalidade, com seu gosto pela cidade, seu gosto pelas metrópoles. Todavia, entendemos que a nomeação de Juscelino para a prefeitura da capital do Estado, não pode ser restringida a uma atitude motivada pela amizade entre ele e Benedito. Existem outros fatores importantes. O primeiro é que Juscelino não tinha arestas com outros políticos, mesmo àqueles da oposição, como Gabriel Passos (seu concunhado), Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, dentre outros. O segundo é que, pela sua dedicação aos pacientes, Juscelino era um médico extremamente querido pela população. O terceiro fator é que Juscelino já dava mostras de seu tino

para a política, de sua habilidade. Assim, Juscelino ficou no cargo de Prefeito de 1940 até 1945, quando o Estado Novo chegou ao fim, com a deposição de Vargas.

As realizações de Juscelino à frente da prefeitura, mencionadas anteriormente, renderam-lhe uma grande popularidade junto às camadas sociais. Fizeram dele não somente um dos mais importantes membros do grupo político comandado por Benedito, mas uma figura de projeção na política mineira.

É nesse período, em que se encontra no exercício do poder municipal, que Juscelino toma a decisão de encerrar a carreira de médico e de se dedicar definitivamente à política. Essa decisão causou grande choque em sua família. Seus familiares não entendiam por que largava uma carreira tão promissora para seguir uma carreira de tantos imprevistos. Ele assumia sua paixão pela política. Mas, sua decisão, ao contrário do que pôde parecer, não se tratava de uma atitude ingênua, uma aventura inconseqüente. Tudo indica que Juscelino já estava observando a movimentação para o retorno ao regime democrático e que ciente da admiração que as camadas populares mineiras lhe dedicavam, assim como da fidelidade dos comitês de bairro que criara em Belo Horizonte, já contava com uma base eleitoral importante para os tempos futuros. Sua decisão, portanto, não era um tiro no escuro, como muitos pensaram e o querem fazer crer alguns biógrafos.

Juscelino sabia que a normalização institucional do país se aproximava. Ele tinha acesso a informações privilegiadas. Sua amizade com Benedito, homem da confiança de Vargas, lhe possibilitava conhecer o que se passava nos bastidores, nos gabinetes, nas conversas secretas. De modo que, uma definição em relação ao projeto de vida futuro fazia-se mister. Assim, a decisão definitiva pela política deve ter surgido depois de um exame minucioso de suas possibilidades de ascensão política. Ele deve ter compreendido que a mudança da conjuntura política, com a normalização institucional, lhe seria bastante

favorável. Ele pertencia ao grupo político mais forte de Minas e um dos mais importantes do País; gozava da amizade, confiança e prestígio de Benedito, um dos mais importantes chefes políticos de Minas; possuía a admiração e o carinho das camadas populares da capital mineira, sobretudo. Isso se devia ao seu contato que, enquanto médico manteve com as camadas populares, que eram a maioria do eleitorado, contato esse que foi ampliado no exercício da prefeitura e redimensionado em sua política de urbanização de Belo Horizonte. Segundo Juscelino, sua intervenção na capital mineira havia mudado a paisagem urbanística da cidade e enchido de orgulho os belo-horizontinos, além, é claro, de trazer grandes benefícios aos bairros, como, por exemplo: calçamento, energia elétrica, água encanada. Em seu favor, computava também, a relação construída com as camadas populares durante sua gestão na Prefeitura. Na época, Juscelino incentivou a criação de comitês de bairros, que tinham, como uma de suas funções, apresentar à Prefeitura, as reivindicações da comunidade a que pertenciam. Esses comitês de bairro eram fiéis a Juscelino Kubitschek.

A deposição de Vargas e o fim do Estado Novo trouxeram a volta ao regime constitucional democrático e, com ele, a volta de antigos partidos políticos e a criação de novos partidos, que reorganizavam os interesses locais, estaduais e nacionais de acordo com a proximidade desses partidos com Vargas. Assim o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, foi criado por Vargas no sentido de aglutinar as camadas trabalhadoras urbanas, mais precisamente os trabalhadores organizados nos sindicatos comprometidos com o trabalhismo. Foi criado o Partido Social Democrata – PSD, que aglutinava todos os simpatizantes de Vargas que, mais ou menos intensamente, participaram ou apoiaram seu governo. Esse partido foi constituído, sobretudo, pelos grupos ligados às atividades rurais e ao campo. E, por fim, a União Democrática Nacional – UDN, criada pelos adversários de Vargas, àqueles que foram aliados do poder durante o Estado Novo.

O PSD mineiro escolheu, para seu secretário, Juscelino Kubitschek que foi também seu fundador. Era Juscelino quem tinha a incumbência e também a importância política de erguer o partido em Minas, criar diretórios municipais, expandir o partido pelo Estado. O que fez com grande competência.

Na Câmara, Juscelino deu continuidade ao trabalho de articulação e consolidação do seu partido. Continuou atuando em Minas e cada vez mais enfiado nos bastidores da política nacional e das políticas estaduais. Viajava a outras regiões, fazia novas amizades, ampliava sua atuação. Tomou-se um nome respeitado no Diretório Nacional do PSD. Agora era trabalhar seu plano pessoal, observar os acontecimentos, seguir sua intuição e esperar o momento certo, a oportunidade certa para cumprir seus objetivos, um de cada vez e ao seu tempo.

O ano de 1950 era um ano eleitoral. No cálculo político de Juscelino, ele seria o nome indicado pelo partido para o governo do Estado. E o que levava a ter essa possibilidade como uma quase certeza era seu trabalho na criação, organização e consolidação do partido em Minas. Sabia dos muitos interesses, dentro do partido, dos interesses de algumas importantes lideranças políticas, as de maior tradição e muito fortes na disputa interna do partido, mas contava que a escolha seria, como de praxe, uma decisão da Executiva Estadual, na qual pensava possuir a preferência. Só que o jogo da política trouxe imprevistos. Embora fossem importantes os serviços prestados ao partido, esse não era o fator fundamental para a sua escolha como candidato do partido às eleições. Ora, o governo do Estado de Minas era um dos mais importantes cargos de liderança da política nacional “ser governador de Minas era quase um presidente”, sendo o jogo da política regido por interesses que iam além dos bons serviços prestados ao partido. Os elementos que, em geral, determinavam essa escolha, eram a tradição política da família e o poder econômico.

Todavia, após intenso e longo processo de disputa interna, e de muitas articulações de ambos os lados, Juscelino foi indicado o candidato do PSD para o Governo. Sua indicação foi o resultado, sobretudo, do trabalho miúdo, ininterrupto que vinha realizando desde 1945. Foi produto, também, de sua habilidade política, pois, percebendo as dificuldades, não cedeu, e continuou o trabalho de articulação política de seu nome, dentro da Executiva Estadual, ao mesmo tempo em que articulava o apoio de novos aliados. Juscelino conseguiu o apoio decisivo do Partido Republicano – (PR), que naquele tempo, era o fiel da balança nas eleições mineiras. Quando a disputa estava muito acirrada, era a aliança com o PR que decidia o pleito. O candidato que, naquele momento, tivesse o apoio do PR estava praticamente eleito e Juscelino conseguiu essa aliança, que só se concretizaria se fosse ele o escolhido do PSD. Não obstante as disputas internas do partido, o cálculo da vitória no pleito era, sem dúvida, muito significativo. E esse cálculo foi feito. Embora não viesse de família tradicional da política mineira, Juscelino era o candidato mais popular, possuía o apoio do PR (fundamental para a vitória do PSD), gozava de prestígio dentro do partido, era um dos responsáveis pela estruturação do partido em Minas, além de ser uma liderança política que se mostrava competente o suficiente para o governo de Minas.

A LUTA PELO GOVERNO DE MINAS

Segundo Juscelino, o governo de Minas Gerais significou, para sua carreira política, o começo, verdadeiramente, da sua entrada em cena na vida política nacional². Um passo importantíssimo para a chegada à Presidência da República.

Ser governador de Minas significava uma grande conquista na carreira política, que se justificava pela importância do Estado e sua relevância na política nacional. Em termos de sua carreira, significava estar a um passo do palácio do Catete.

Mas Juscelino explica a sua chegada ao Palácio do Catete como sendo obra do destino. E não expressa claramente que a Presidência da República era o seu objetivo político, embora algumas vezes nos deixe perceber a presidência como uma possibilidade, mesmo que remota, com a qual ele sonhava. Nesse sentido, na passagem em que lembra os momentos de espera pelo nascimento de sua filha, Márcia, em 1942, ele diz que, interrogado sobre a sua preferência, respondera que preferia um filho, porque *“Um filho pode ser muita coisa, (...) inclusive vir a ocupar a presidência da República”*.³ E, se justifica com o leitor dizendo: *“(...) respondi, seguindo a natural linha de quem iniciava, naquele momento, sua carreira política”*.⁴ Juscelino coloca a possibilidade da presidência como algo muito distante, como se não fizesse parte nem mesmo dos seus sonhos mais íntimos.

Em várias passagens de suas memórias faz entender que não foi por seus próprios esforços que teria chegado à presidência, mas

² Cf. *Depoimento*, 1974, p. 4.

³ Cf. KUBITSCHEK. *Meu caminho para Brasília*, 1976a, p.47

⁴ *idem*

pelas mãos do destino, que teria interferido em sua vida, de forma a guiá-lo nos momentos mais decisivos da carreira política. Seguindo esse raciocínio, o destino o havia levado ao casamento com Sarah e daí ao cargo de capitão-médico que o levava ao *front*, em 1932, de onde surgiu sua amizade com Benedito Valadares, a sua nomeação para Prefeito de Belo Horizonte, a sua candidatura para Deputado Constituinte em 1945, e assim sucessivamente. Mas parece se contradizer, quando em um outro momento diz o seguinte:

“Não sei se o destino me escolheu (...) Se houve *predestinação* [grifo nosso], o que posso dizer é que não foi somente por sua influência que cheguei ao Palácio da Liberdade. Tive que vencer barreiras que pareciam intransponíveis. Vê-se, assim, que a política para mim não constituiu um objetivo, mas o resultado daquela *conjunção de circunstâncias* [grifo nosso] (...)”.
(MCPB, 1976a, p.217)

Assim, a governadoria do Estado de Minas Gerais, é avaliada por Juscelino como um dos mais importantes passos do seu “caminho para Brasília”. Eleito Deputado, dentre os mais votados de Minas, Juscelino segue sua atuação na Secretaria do Partido e na Câmara dos Deputados. Esse seria um período importante para a preparação de sua candidatura a governador.

Em 1946, iniciam-se as articulações para a escolha do candidato à sucessão mineira. Diz Juscelino que o destino o havia guiado mais uma vez, e que não tendo em mente a candidatura para o governo de Minas, naquela época, assumiu um compromisso pessoal com a candidatura de Bias Fortes, para governador de Minas. Bias

Fortes era seu colega de partido e amigo pessoal. De maneira que, ao ser cogitado o seu nome para governador do Estado, ele recusa, alegando seu compromisso moral para com Bias Fortes. Em suas memórias afirma que o seu “instinto” dizia-lhe que, apesar da importância daquela movimentação pela sua candidatura a governador, devia manter-se fiel ao compromisso pessoal assumido com o correligionário e amigo.⁵ Nesse ponto cabe ressaltar que Juscelino utiliza muito a palavra ‘destino’ para explicar seu sucesso político. Essa imagem faz parte de sua contribuição para a construção do mito JK. O destino o teria feito intuir que não era ainda o seu momento.

Refletindo sobre essa passagem de sua carreira política, em que sua compreensão e discernimento políticos o impediram de cometer um erro que lhe poderia ter sido fatal, Juscelino afirma:

“Lembro-me ainda que foi nesse período que o *destino interveio, mais uma vez na minha vida* [grifo nosso], impedindo que, por afoiteza, pudesse *‘ter truncado definitivamente minha carreira política’* [grifo nosso]. O, queremos Juscelino havia agitado Belo Horizonte; e, Benedito Valadares estivera, em sigilo, articulando a minha candidatura à governadoria do Estado. Ao saber do fato mostrei-me intransigente. Não poderia ser candidato porque já havia me comprometido com Bias Fortes.” (MCPB, 1976a, p. 144)

A compreensão de que se tivesse, naquele momento, se deixado levar pela “afoiteza”, e aceitado a articulação para sua

⁵ op. cit. p.217

candidatura, mesmo que fosse eleito governador, teria sua carreira limitada, “truncada”, “definitivamente”, porque, em 1951, não poderia se candidatar à presidência da República, uma vez que teria que concorrer com Getúlio Vargas, que era imbatível, e apresentada como uma avaliação resultada de uma reflexão feita trinta anos após, no seu livro “Meu caminho para Brasília”. No entanto, entendemos que, se Juscelino não tivesse percebido naquele momento da conjuntura de 1946, os obstáculos ao seu projeto pessoal, teria limitada a sua carreira política. Ou seja, certamente, ele teve esse discernimento quando quiseram indicá-lo a candidato a governador.

Nos trechos em que narra esse acontecimento, faz parecer ao leitor, que a sua recusa à candidatura, para o governo de Minas em 1946, se devia, única e exclusivamente a um compromisso assumido, a sua palavra empenhada, cuja quebra seria eticamente incorreta.

Mas, quais os elementos que tinha, em 1946, para avaliar a situação política e suas chances? Entendemos que ele possuía os mais importantes elementos para perceber que sua candidatura ao governo de Minas, naquele momento era um risco que não deveria correr. Ele possuía mais experiência e dados para avaliar que, muito provavelmente não se elegeria governador, por algumas razões bem claras: a conjuntura de intensa perseguição que os udenistas estavam realizando contra os getulistas e os valadaristas; por conseguinte, a redução dos espaços de atuação política, o que poderia implicar, como de fato ocorreu, numa possível luta interna do Partido pela indicação do candidato à sucessão. Além disso, na luta pela candidatura pelo Partido, estavam alguns nomes muito influentes na política mineira, que, naquele momento, encontravam-se apeados do poder. Por outro lado, as lideranças políticas que poderiam apoiá-lo estavam enfraquecidas politicamente, como era o caso de Benedito Valadares.

Esses dados eram bem claros para Juscelino, inclusive por sua atuação como primeiro Secretário do PSD. Isso fortalece nossa

suposição de que Juscelino tinha noção das dificuldades que enfrentaria, dos desafetos que faria, e dos riscos de cisão do Partido, caso se candidatasse, o que praticamente anularia as possibilidades de sua eleição. E, embora fosse um político relativamente jovem, amadurecendo na carreira, entendeu que deveria trabalhar pela realização de suas “metas” pessoais e esperar o momento certo ou a “intervenção”, mais uma vez, do “destino”⁶.

Analisando os acontecimentos em que Juscelino estava envolvido, entendemos que sua atitude de recusa, à articulação de sua candidatura ao governo de Minas, em 1946, pode ser melhor entendido pela conjuntura política daquele momento, cujas dificuldades e possibilidades foram percebidas por ele, do que pela intervenção do destino.

Ao recordar o episódio, décadas depois, vê como foi acertada sua decisão, e declara que:

“Se houvesse concordado em ser candidato, naquela época, e se por acaso obtivesse a preferência do eleitorado, ao terminar o mandato de governador, seria, certamente, candidato à presidência da República, e o homem que iria ter pela frente, na disputa pelo voto popular não seria outro senão Getúlio Vargas, um adversário impossível de ser batido nas urnas”. (MCPB, 1976a, p. 144)

Ressaltemos duas compreensões de Juscelino, presentes nos trechos acima. A que diz que sua carreira política seria “truncada

⁶ O candidato eleito governador de Minas Gerais foi Milton Campos, da UDN.

definitivamente” se tivesse aceitado a articulação de seu nome à sucessão estadual em 1946, e a de que o governador de Minas “certamente” seria “candidato à presidência”, em 1951. Ele concorreria com Getúlio e, com certeza, seria derrotado.

A reconstituição que Juscelino faz desses acontecimentos políticos e, em especial, de sua vida política segue uma metodologia baseada numa concepção cronológica, que implica numa reconstrução dos acontecimentos segundo uma seqüência progressiva e mesmo “natural”, não obstante as lutas, discordâncias, dificuldades. Ou seja, Juscelino reconstrói sua carreira política, desde o início, com a chefia do Gabinete da Prefeitura de Belo Horizonte, até o mandato de presidente da República, de modo a ressaltar seu curso, num sentido crescente e lógico.

Mas se analisarmos esses mesmos acontecimentos sob a perspectiva do jogo da política, de sua complexidade, dos componentes de razão e de emoção que o constituem, podemos chegar a interpretações diferentes da compreensão de Juscelino. A indicação de seu nome para a lista dos candidatos a Deputado Federal pelo PSD mineiro é plenamente compreensível, pois como Primeiro Secretário, havia desempenhado um excelente trabalho de estruturação do Partido, em Minas. Desde 1944, ele se empenhara na constituição de um partido político que representasse os interesses da fração da elite mineira, da qual passara a fazer parte. Sua amizade com Benedito Valadares; o êxito de sua administração na Prefeitura de Belo Horizonte, que resultou no seu prestígio junto à população mineira; e o círculo de suas amizades pessoais, a maioria delas de nomes ligados ao PSD, muitos deles da direção executiva do partido, faziam de Juscelino um nome de consenso para a disputa de uma cadeira na Câmara. Até aí, concordamos com o que Juscelino expõe.

Mas, no caso da candidatura a governador, ainda em 1946, entendemos que se requeria mais experiência e uma maior articulação

política e Juscelino, por mais querido que fosse, por mais notável que fosse sua folha de serviços prestados ao Partido, não estava ainda em condições de disputar, àquela altura da luta, com alguma “segurança” da continuidade de sua ascensão política. Embora não o afirme, Juscelino deve ter percebido isso.

Dessa maneira, o que ele chama de “*instinto kubitschekiano*”, e alguns de seus biógrafos chamam de “intuição”, entendemos como uma sensibilidade mais aguçada para a percepção do jogo da política. Essa sensibilidade mais aguçada relaciona-se ao conhecimento das forças políticas, à familiaridade com o jogo da política, com elementos de ordem racional, tais como o conhecimento das tradições políticas, das práticas e das tendências históricas. Mas tem a ver, também, e num grau difícil de se precisar, com uma sensibilidade mais apurada para perceber o que não estava posto, o que não aparecia como possibilidade.

Para quem sonhava em ser presidente da República, a Câmara consistia numa experiência e oportunidade profícuas de atuação política. Como Deputado Federal, Juscelino teve abertas muitas oportunidades para a realização de suas metas políticas, e ele soube aproveitá-las e dimensioná-las, como poucos. O mandato possibilitou-lhe o conhecimento da situação e problemas de todas as regiões do país; possibilitou-lhe também o alargamento de seu círculo de amizades. Nesse sentido, Juscelino aproveitou o seu mandato para ampliar sua influência junto aos políticos mineiros, não importando a que partido pertenciam. Aos partidários do PSD o contato pessoal, o empenho em atender-lhes as solicitações, o empenho pelo fortalecimento da estrutura partidária no Estado; o contato constante com as camadas populares, não apenas de Belo Horizonte, mas de todo o Estado, fortalecia e alargava de suas “bases eleitorais”. Contradizendo-se, em relação a sua fala sobre o destino, Juscelino diz que “*Ser político é uma vocação. Mas*

se transformar num estadista tem-se necessidade de passar por um longo e duro aprendizado". (MCPB, 1976a, p.153)

Em 1948, iniciaram-se, dentro do PSD, as conversações para à sucessão presidencial do governo Dutra, às eleições de 03 de outubro de 1950.

Desde então, Juscelino, na qualidade de Secretário do PSD, participaria ativamente do processo de entendimento e escolha do candidato pessedista. A conjuntura política em Minas continuava marcada pela perseguição da UDN contra o PSD e os varguistas. Apesar dessa perseguição, o partido mantinha-se organizado e estruturado no Estado de Minas, o que era reconhecido como um resultado do trabalho de articulação política feita por Juscelino.

Embora não o diga, textualmente, muitos são os indícios que nos levam a entender que ele se via como um candidato natural à vaga, por todos os argumentos que lhe foram apresentados pela direção do Partido na eleição anterior. Os entendimentos para a escolha do candidato do PSD alongaram-se por todo o ano de 1949. O conflito de interesses internos em torno da sucessão presidencial adiara, por um longo tempo, a escolha do candidato que deveria atender, à maioria dos pessedistas. Somente em maio de 1950, chegou-se à definição do candidato à sucessão presidencial. Cristiano Machado era o nome indicado, embora não tivesse conseguido aglutinar todas as lideranças pessedistas do Estado em torno de sua indicação.

Resolvido o problema do candidato à sucessão federal, o partido passava à escolha do candidato à sucessão estadual e o nome de Juscelino aparece como possível candidato ao governo. Juscelino diz que, naquele momento,

"Julgava-se que a minha candidatura, não devendo provocar atritos – já que dispunha de livre trânsito em quase todas as áreas partidárias – evitaria que os efeitos da crise federal tivessem reflexos no cenário estadual. O slogan do candidato natural, insinuado a princípio timidamente, foi adquirindo ressonância, granjeando aos poucos popularidade, polarizando, enfim, largos setores da opinião pública". (MCPB, 1976a, p. 164)

Era compreensível que surgisse essa possibilidade de indicação de Juscelino à sucessão estadual, uma vez que tinha se empenhado para a construção do partido e pelo seu trânsito dentro do mesmo.

Mas o jogo da política é complexo e o processo não se daria sem conflitos, marcados pelas diferenças dos interesses, pelas diferenças de representação das questões políticas e, também, pelas questões localizadas, de interesses pessoais. No caso da sucessão mineira, esses interesses ambíguos tomavam uma dimensão ainda maior, devido à importância que o mandato representava na política nacional.

Todavia, a candidatura à sucessão mineira seria muito mais difícil do que pudera imaginar Juscelino. Encerrada a fase dos "entendimentos" que definiram a escolha de Cristiano Machado para a sucessão federal, Juscelino contava, sem maiores preocupações, com a sua indicação pelo partido. Porém, enganava-se.

Em maio de 1950, iniciou-se o processo interno de escolha do candidato do PSD ao governo de Minas. Além de Juscelino, também estavam na disputa Bias Fortes e Carlos Luz. Este último logo desistiu. Ficaram no páreo Bias e Juscelino, só que dessa vez, diferentemente do ocorrido em 1946, Juscelino estava disposto a pleitear a indicação do

PSD ao governo de Minas e, por isso, não assumira nenhum compromisso com outro pleiteante. Por isso havia aproveitado o seu mandato de Deputado Federal para trabalhar as suas bases de apoio, dentro do PSD. Valadares e Alkmim trabalhavam no sentido de persuadir os demais membros da Direção Executiva do PSD a apoiar Juscelino. A seu favor pesavam os seguintes argumentos, seu prestígio junto à população, a “longa folha de serviços prestados ao partido”, e o trânsito entre os políticos mineiros.

Mas a decisão sobre a indicação do candidato do PSD ao pleito eleitoral para o governo de Minas alongou-se por um tempo imprevisto. Reuniões e mais reuniões eram realizadas sem se chegar a um acordo que evitasse cisões e que, portanto, mantivesse a unidade do Partido.

Juscelino logo entendeu que a demora na indicação do candidato do PSD representava uma reviravolta na sua candidatura. Também não tardou a perceber quais os motivos daquela reviravolta. Estava ocorrendo uma articulação por parte de Góis Monteiro, então Ministro da Guerra do governo Dutra, e com muita influência naquele governo, com a ala liberal do PSD, facção surgida nas disputas internas, desde as indicações dos candidatos do Partido às eleições de 1946. O Catete não desejava a sua candidatura, por isso criara uma estratégia de desmantelamento da candidatura de Juscelino. O objetivo era evitar que um candidato ligado a Benedito Valadares, e, por conseguinte, próximo a Getúlio Vargas, ganhasse as eleições em um Estado tão importante quanto o de Minas Gerais. Por outro lado, Bias Fortes era amigo pessoal de Dutra e o preferido do Ministro da Guerra; caso fosse eleito, fortaleceria o poder de influência de Dutra e Góis Monteiro.

Enquanto o Partido não se decidia pelo candidato, Juscelino via seu espaço de atuação extremamente reduzido. Conversava com os membros da Executiva, preparava o “terreno” para possíveis alianças, mantinha conversas com políticos de outros partidos, em especial o PR.

Juscelino já não possuía certeza de sua indicação, pois a pressão que do Palácio do Catete, Góis Monteiro se encarregara de realizar, havia “esvaziado” a sua candidatura. Mas não desiste. Enquanto permanecia a indecisão, mantinha articulada sua base política, formada por centenas de diretórios municipais do PSD. Articulava-se com o PR, que havia se comprometido a apoiá-lo. Conseguiu convencer o general Dutra de que a interferência de Góis Monteiro, nas decisões internas do PSD mineiro eram inoportunas e geradoras de instabilidade na base de sustentação do governo. Foi nessa conjuntura que, em meados de julho, deu-se a votação da Executiva do PSD. Segundo Juscelino, ao se iniciar a votação que indicaria o candidato pessedista, “ninguém tinha a menor idéia do resultado”. Ambos os candidatos eram fortes. E, como todos – os votantes e os votados – eram amigos e colegas da Diretoria do Partido, ninguém revelava sua preferência, a fim de evitar incompatibilidades futuras (Cf. MCPB, 1976a, p. 182).

Por 13 votos contra 10, vencia Juscelino a luta pela indicação no PSD à sucessão do Estado de Minas. A dois meses apenas das eleições, com o apoio do PR, o fiel da balança, e o Partido Trabalhista Nacional – PTN, Juscelino realiza uma campanha eleitoral sem precedentes:

“Em 56 dias, eu cobria todo o território mineiro – de norte a sul e de este a oeste – visitando 168 municípios, nos quais se promoveram 168 comícios. Durante esse período, fui visto por mais de um milhão de mineiros, havendo discursado 207 vezes e ouvido 1032 discursos”. (MCPB, 1976a, p. 182)

Segundo Juscelino, as eleições de 3 de outubro de 1950 realizaram-se sem qualquer perturbação da ordem em todo o território mineiro.

“Quase dois milhões de eleitores haviam comparecido às urnas (...). A primeira urna revelou a preferência do eleitorado: o nome proclamado em primeiro lugar foi o meu e, dos quatrocentos votos nela depositados, 80% deles couberam a mim. Idêntica percentagem seria mantida em quase todas as urnas apuradas, naquele primeiro dia, na capital mineira”. (MCPB, 1976a, p. 205)

JUSCELINO NO GOVERNO DE MINAS

Vencida a meta de eleger-se governador de Minas Gerais, Juscelino coloca-se a meta da presidência da República. Nesse sentido, sua administração e sua relação com os partidos deveria ser pensada, e realizada, de forma a lhe garantir a formação da base política necessária ao alcance de sua candidatura à sucessão presidencial.

Sua passagem pela prefeitura havia sido marcante e sua política coroada com a expressão de sua votação para governador – 80% do eleitorado. No governo de Minas, deveria não apenas repetir o sucesso administrativo, como ampliar o alcance de sua política e seu círculo de influência. Sua passagem por Minas deveria ser espetacular.

Juscelino já possuía algumas idéias para o governo de Minas, se eleito. cremos que essas idéias não estavam bem precisas, em termos de programa, de planejamento, mas uma vez colocadas como objetivos a serem perseguidos e lançando mão da prática do planejamento, foram se tornando muito claros, foram se transformando em metas realizáveis. Algumas das idéias que levou para sua administração em Minas devem ter recebido influência do conhecimento que adquiriu com suas viagens pelo Brasil e pelo exterior, e com o acompanhamento do debate político nacional.

Em suas memórias Juscelino narra uma viagem que fez, em 1948, aos Estados Unidos e Canadá. Tratava-se de uma excursão turística, com a intenção de conhecer, segundo ele, as civilizações que haviam se erguido no “Novo Mundo”, uma vez que só conhecia a cultura européia.

Ao fim dessa viagem, a avaliação que fazia dos países norte-americanos era a melhor possível. Admirou-se com o nível de desenvolvimento das cidades por onde passou. Admirou-se com o sistema de rede de comunicações dos Estados Unidos, com suas rodovias, que cortavam os Estados Unidos de norte a sul e de leste a oeste, “tomando efetiva a noção de unidade federativa, que, no Brasil, não passava de simples afirmação conceitual”. Segundo Juscelino, ele havia admirado-se de serem os Estados Unidos um país de dimensões continentais, e tão jovem quanto o Brasil, e já serem uma das principais potências mundiais.

A impressão de Juscelino foi por ele descrita da seguinte forma:

“O espetáculo daquelas duas civilizações em funcionamento – a dos Estados Unidos e a do Canadá – despertara-me o *instinto* [grifo

nosso] para as necessidades do Brasil. Vi e senti o caminho que deveria seguir. O esforço que deveria ser feito. E, mais importante ainda, *o sentido, a direção, o rumo* [grifos nossos], que os Governos do nosso país tinham de imprimir ao nosso *progresso* [grifo nosso]”. (MCPB, 1976a, p. 153)

Seu contato com as sociedades norte-americanas, embora rápido e informal, resultou em algumas idéias que vinham se tomando cada vez mais presentes na sua compreensão da solução para os problemas brasileiros. A esse respeito diz:

“Em 1948, contemplando a civilização norte-americana, tive uma visão idêntica, que não deixava de ser profética [grifo nosso]. Compreendi o papel que o Brasil poderia representar no mundo, se o seu desenvolvimento fosse orientado para a industrialização”. (MCPB, 1976a, p. 153)

Essas idéias de progresso e desenvolvimento industrial são apresentadas por Juscelino como conhecimento resultado de sua experiência, de seu contato com outras sociedades, de suas conversas com os amigos, igualmente preocupados com os problemas brasileiros, enfim, de seu conhecimento dos problemas do país. Mas sua compreensão da solução para os problemas brasileiros é apresentada como sendo de sua criação, de sua responsabilidade única e exclusiva. Embora lembre sempre os amigos que o ajudaram, raras vezes divide a autoria das idéias que apresenta com outros autores.

Uma dessas raras oportunidades é o da criação do *slogan* da sua campanha. Ao explicar ao leitor como surgiu a idéia do “Binômio: energia e transporte”, conta que conversando com Pedro Calmon, Maurício Joppert e Francisco de Sá Lessa, que na época eram, respectivamente, o Reitor da Universidade do Brasil, o Ex-ministro da Viação, e o Diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, percebeu a semelhança de compreensão sobre os problemas do desenvolvimento do Estado e discutiram sobre suas soluções. O programa de seu Governo teria surgido, portanto, daí. A sugestão do *slogan* “Binômio: energia e transporte”, foi de Pedro Calmon.¹

Cita Juscelino que antes mesmo de tomar posse no governo de Minas, já havia formado a sua equipe técnica e já trabalhava nos acertos das obras que constituíram o programa “Binômio: energia e transporte”. A avaliação que formara da situação econômica do Estado de Minas era a menos favorável possível. Para ele, Minas, que outrora fora uma das mais importantes unidades da Federação, estava com a sua economia deteriorada, igualando-se aos Estados mais pobres do país. Embora conservasse uma certa importância política no cenário nacional, e não obstante alguns focos de prosperidade, especialmente em algumas cidades ao sul, cujas ligações comerciais com São Paulo mantinha-lhes dinâmica a economia, a estagnação da economia era visível e preocupante.

Fazia-se mister, pois, modificar a situação econômica de Minas e a solução era tirá-la do “período agropastoril e lançá-la na fase da industrialização” (Cf. MCPB, 1976a, p. 224). Para tanto, tomava-se

¹ Aqui está ausente o debate caloroso que se dava ao nível das concepções econômicas, tendo como expoentes: de um lado, Roberto Simonsen; e, de outro, Eugênio Gudin. Também não faz referências às missões estrangeiras que estiveram no Brasil, fizeram um diagnóstico, e recomendaram práticas econômicas. Também não faz referência à prática do planejamento econômico, orientação muito em voga à época.

imperativo que se transformassem as condições de oferta de energia e transporte do Estado. Esse seria o objetivo do governo de Juscelino em Minas. Sem recursos para iniciar e realizar seu programa de governo, inovou, em termos de prática política, buscando no empresariado estadual e nacional a parceria necessária à concretização do programa econômico estadual. Ao mesmo tempo, Juscelino tomou uma medida inegavelmente austera e, por muitos, considerada impopular: recorreu à cobrança dos impostos atrasados e combate à sonegação, obtendo daí o capital inicial para suas obras.²

No tocante à meta “energia”, Juscelino entendeu que seria necessário obter não somente o apoio do governo Federal, mas de significativa parcela da elite político-econômica mineira, ou seja, frações das classes dominantes de Minas ou do capital privado, mas também da população, enfim, de todos os segmentos sociais.

Mas como mobilizar a sociedade mineira para esses fins?

A resposta estava na mobilização psicológica das massas, experiências que ficaram conhecidas pelos exemplos do fascismo e também do socialismo soviético. Deixemos claro que Juscelino não faz uso dos princípios fascistas e tampouco socialistas, mas de algumas lições que essa experiência histórica deixava aos governantes: procurar conhecer os anseios das massas, para, assim, poder tocá-las naquilo que lhes era caro.

“Nenhum programa administrativo – e ainda mais sua indispensável disponibilidade financeira – poderá ter êxito se não se formar,

² Ver a reportagem “Homem Público”, na Revista *Manchete*; ver também Benevides e Kubitschek.

para sustentá-lo, *uma mentalidade otimista que mobilize a seu favor as reservas do entusiasmo da comunidade* [grifo nosso], em benefício da qual ele será executado. No Governo de Minas, passei pela experiência desse processo de mobilização psicológica do povo. Constituiu uma espécie de psiquiatria de massa, tendo por objetivo desfazer o complexo de inferioridade de que os mineiros, pela timidez e pela omissão de alguns dos seus governos, vinham sendo vítimas, substituindo-o por uma noção clara da sua capacidade de empreendimento". (MCPB, 1976a, p.255)

A mobilização psicológica surtiu o efeito desejado.³ Ao completar o quinto mês de sua administração em Minas, Juscelino conseguiu obter, por meio da abertura de uma empresa de capital de sociedade mista, os recursos financeiros para a criação da CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais, que tinha como objetivo funcionar como uma “fábrica de usinas hidrelétricas”.

Os cálculos financeiros para a criação e funcionamento inicial da CEMIG, feito por Lucas Lopes, escolhido por Juscelino para ser o responsável por essa meta, e seus assessores técnicos, chegavam a mesma cifra de toda a receita do Estado de Minas. E esse capital foi conseguido em cinco meses de administração, graças à propaganda do governo e o empenho pessoal junto aos capitalistas, empresários, comerciantes, banqueiros e, segundo Juscelino, indivíduos de todos os segmentos sociais, que compraram ações da empresa de capital misto. Juscelino fez pessoalmente os contatos com empresários e investidores

³ Juscelino cita algumas vezes, nas suas memórias, a Encíclica do Papa Pio X, uma das lições era aquele em que a papa falava da necessidade de “mudar o espírito”.

a fim de formar o montante de capital necessário à criação da companhia.

Curioso observar que os discursos de Kubitschek, no governo de Minas, pouco explicitam as dificuldades, a crise econômica por que passava o país e em menor intensidade o Estado. Juscelino percebia, no entanto, o momento de gravidade que se vivia em todo o mundo, e em especial no Brasil. Diz ele:

“(...) O mundo vivia, então uma fase de visível transformação. Nações morriam e outras surgiam para substituí-las (...). Sucediavam-se em ritmo acelerado, em diversas partes do mundo, acontecimentos dramáticos, sem um interregno de paz completa.

Idêntica situação era observada no setor interno. As tradicionais forças políticas (...) haviam ruído como um castelo de cartas ante o apelo irresistível de uma nova liderança, que subvertera a consciência do eleitorado.

(...) O ambiente era de expectativa, o que não deixava de ser inquietador para um governador, como eu, que iniciava seu mandato e estava determinado a realizar um ambicioso programa administrativo (...)”. (MCPB, 1976a, p. 218)

Ele entendia que, para se retomar o desenvolvimento em Minas Gerais, fazia-se necessário construir usinas hidrelétricas, estradas, fomentar a industrialização, modernizar a agricultura, construir escolas. Por isso, em seus discursos, Juscelino referia-se mais às possibilidades de progresso, deixando implícito que as dificuldades existiam para ser superadas.

“Para nós, brasileiros, o que importa primordialmente é a mobilização intensiva em favor da sobrevivência da pátria e de tudo o que para nós é o Brasil (...). Por isso, todo o meu esforço (...) [voltar-se-á] para a luta em prol do enriquecimento do nosso Estado, no sentido de que os homens que mourejaram nos campos e nas cidades possam viver melhor e conheçam e participem mais dignamente da sua condição de humanos”. (RP, 1955, pp. 8-9) ⁴

Seus discursos também externam sua preocupação em conviver bem com os demais poderes institucionais do Estado: o poder judiciário, o poder legislativo, o poder militar, a Igreja. Demonstrava, assim, seu empenho pela “união” dos interesses da elite mineira, em torno de objetivos comuns, ou seja, o enriquecimento do Estado. O seu objetivo pessoal era aumentar o seu prestígio no Estado e entrar na cena política nacional.

Sem dúvida, sua política de governo, sua forma de governar, as práticas administrativas, o ritmo dinâmico e acelerado que imprimiu ao desenvolvimento do Estado com o “binômio: energia e transporte”, consistia uma novidade para a tradição da administração pública.

Juscelino ia construindo dessa forma sua imagem de político “hábil”, “inteligente”, “ágil”, “democrático”, “dinâmico”, “audaz”, dentre outros.

Voltando ao quadro que esboçamos no primeiro capítulo, o governo de Minas administrava as dificuldades pelas quais passava o Estado, naqueles tempos de crise econômica nacional, ao mesmo tempo que criava as possibilidades de desenvolvimento econômico. A respeito

⁴ KUBITSCHKE. *“Realidades e perspectivas”*. Discurso pronunciado ao assumir o Governo de Minas Gerais, no Palácio da Liberdade, a 31/01/1951, pp.08-9.

desses tempos de crise, Juscelino disse no seu discurso de posse:

“Conhece a nossa geração, não por saber ou ouvir dizer, mas pela própria e dolorosa experiência, que as mais sólidas instituições sofrem abalo, desaparecem ou esboroam-se, como torres imaginárias que um vento dispersasse. O problema social cresceu e transbordou, tudo destruindo e tomando caducos os sistemas políticos mais tradicionais. (RP, 1955, p. 9)

Sua fala revela a consciência do momento de crise sócio-econômica e política em que se vivia. Um tempo de dificuldades tanto no contexto internacional quanto no nacional. Revela também preocupação com o desaparecimento e abalo das instituições tradicionais, como consequência do agravamento dos problemas sociais. Mas a sua fala segue no sentido da superação dessas dificuldades, através da solução de suas consequências. Seus discursos oferecem sempre uma mensagem de otimismo, em vez de desfiar a lista dos obstáculos que enfrentaria na administração do Estado, apresentando possibilidades e metas a serem cumpridas, no sentido de superar as dificuldades e solucionar os problemas apresentados. Essa característica de sua prática política transformaria-se em uma de suas marcas.

Juscelino não responsabiliza o seu antecessor, nem a política nacional, mas a situação de crise mundial. E, em vez de lamentações exprime o entusiasmo pela realização de um programa audacioso de desenvolvimento econômico. Foi com esse entusiasmo e com a pretensão de marcar sua passagem no governo, que empreendeu seu programa de desenvolvimento econômico do estado de Minas

Gerais. Não somente para Minas, mas também para o País, o desenvolvimento no setor de transporte e de energia representava progresso e modernização econômica.

Dessa forma, o governo de Juscelino, no que se refere à realizações de obras, seria uma pequena amostra do que reservava para o governo do país. E, sem dúvida, Juscelino ansiava pela presidência. Esse anseio está implícito também no Depoimento que concede a Victoria Benevides. Segundo Juscelino, ao fim de seis meses de seu governo em Minas, *“todo mundo proclamava: ‘Para presidente, Juscelino’*” (Dep., 1976, p.)

A PREPARAÇÃO DO SALVADOR

Eleito governador, seu trabalho continuou de maneira ainda mais acertada para as eleições presidenciais. Todo o governo de Juscelino foi no sentido de dar visibilidade à sua própria figura, às mudanças que estava realizando em Minas, ao contado com o povo e a conquista definitiva do eleitorado mineiro. A liderança estadual do partido, a articulação, a consolidação dos diretórios municipais e a conquista de novas bases de apoio foi um trabalho que Juscelino não cessou de realizar. E, nesse sentido, foi de suma importância para ele, possuir a qualidade política da intuição.

A intuição política é entendida por Juscelino como uma característica fundamental de todo grande homem público. Juscelino diz que a intuição sempre foi um traço bem característico dele. Pela leitura

dos depoimentos de ex-assessores, que também foram seus amigos ou que gozaram de sua convivência, bem assim, pela análise de suas memórias, vimos que a intuição política de Juscelino era um traço marcante de sua personalidade política. Às vezes, Juscelino e seus biógrafos referem-se à intuição como um dom, algo racionalmente inexplicável, como se fosse algo mágico, sobrenatural, ligado a uma providência. Discordamos desse tipo de explicação, porque ele desqualifica a atuação do indivíduo, e “sugere perigosamente alguma faculdade mágica” (Cf. BERLIN, 1999, p.75)

O estudo da biografia de Juscelino, de sua vida pública, de sua atuação e práticas políticas, mostra que realmente ele possuía uma intuição extraordinária para a política, mas nos mostra também o quanto foi importante o seu papel, enquanto indivíduo, no fazer a história. Pois, o que é a intuição senão uma capacidade de ver, perceber clara e imediatamente as possibilidades de algo acontecer, sem a necessidade da intermediação do raciocínio lógico, da razão? Segundo Isaiah Berlin (1999, p.73):

“(...) No reino da ação política, as leis são certamente poucas e remotas: habilidades são tudo. O que faz estadistas darem certo, bem como motoristas de automóveis, é que não têm que pensar em termos gerais – isto é, eles não se perguntam primariamente em que aspectos uma situação dada se assemelha ou diferencia das outras situações no longo curso da história humana (...). Seu mérito é alcançar a combinação única de características que constituem aquela situação particular – aquela e nenhuma outra.”

A “intuição”, portanto, é uma habilidade que Juscelino possuía, e que estava ligada à sua compreensão da realidade social, dos interesses políticos em jogo, das tradições da sociedade brasileira.

Assim, a escolha de Juscelino pela carreira política, embora “uma ação espontânea e ‘empolgada’” como ele mesmo o disse, foi certamente resultado de um cálculo político e até mesmo de uma intuição, mas, principalmente, uma atitude baseada também em uma avaliação pensada, racional, de sua ambição na política. E se, como disse em *A marcha do amanhecer*, se “*não teve o amparo de um nome de família ilustre na política, na sociedade ou na economia*”, e, se “*faltou-lhe a tolerância culposa*” (ou seja, fazer coisas com as quais não concordava em troca da realização de seus objetivos),⁵ sobrou-lhe muita determinação e percepção de suas possibilidades no jogo da política, para conseguir chegar onde chegou. Não que seja uma meta intransponível, não se trata disso, mas porque o alcance desse ambicionado lugar de poder foi, nas eleições em que Juscelino concorreu, uma das mais disputadas e renhidas lutas porque passou um candidato a presidência, na história política brasileira. Nesse sentido, nos interessa entender essa situação particular em sua plena singularidade, o indivíduo, o evento, os perigos específicos, as esperanças e medos particulares que estavam funcionando ativamente em um lugar e tempo determinados (Cf. BERLIN, 1999, p.73). Fazendo nossas as palavras de Berlin (1999, p. 73), entendemos que seu mérito foi ser capaz de:

“(...) compreender o caráter de um movimento particular de um indivíduo particular de um estado de coisas único, de uma

⁵ Cf. Kubitschek, *A marcha do amanhecer*, 1962, pp. 24-25.

atmosfera única, de alguma combinação particular de fatores econômicos, políticos e pessoais. De possuir uma capacidade que não se tem como ensinar”.

Esse momento da trajetória política de Juscelino é decisivo. Sua habilidade, compreensão e intuição políticas foram enormemente apuradas. Seu sucesso à frente do governo de Minas era vital para o alcance do seu objetivo principal: a Presidência da República. Para tanto, era mister manter o bom relacionamento com os representantes das instituições sociais: a Justiça, a Polícia Militar, as Forças Armadas, a Igreja, os Partidos políticos. A outra frente em que deveria atuar, eram: os Sindicatos, as Federações patronais, as entidades representativas dos segmentos sociais organizados (médicos, engenheiros, professores, estudantes, etc). Além desses, um segmento social indispensável, que constituía uma força enorme, da qual não podia prescindir era a imprensa: a falada, a escrita e, a partir de 1955, a televisionada. Nesse sentido, construir um bom relacionamento com as autoridades representantes das instituições sociais foi um dos passos principais. Numa sociedade cujas instituições eram tão frágeis, o fortalecimento das mesmas era de grande importância. Assim, em sua posse diz:

“(...)Para nós, brasileiros, o que importa primordialmente é a mobilização intensiva em favor de sobrevivência da pátria e de tudo que para nós é o Brasil. E é nessa conjuntura que Deus fez cair sobre meus ombros uma parcela de responsabilidade: a de governar nosso Estado nesta época, a de velar para que Minas esteja cada vez mais presente e mais viva na unidade brasileira, cooperando pelo bem comum

e tomando-se qualquer coisa de ativo e de alerta, de produtivo e de fecundo.” (RP, 1955, p.9)

Seu discurso de posse indicava a promessa de um governo conciliador, preocupado com as questões mais gerais, mormente aquelas que diziam respeito à re-estruturação da economia e à administração do Estado de Minas Gerais. Em seu discurso de posse, também faz questão de mostrar sua compreensão acerca dos problemas ou da situação econômica em que se encontrava o Estado de Minas: “uma quase estagnação”, e apresenta saídas para o problema.

“(…) Por isso, todo meu esforço e toda capacidade de sentir os problemas que por acaso exista na minha natureza vão voltar-se para a luta em prol do enriquecimento do nosso Estado, [Binômio: energia e transporte] no sentido de que os homens que mourejam nos campos e nas cidades possam viver melhor e conheçam e participem mais dignamente da sua condição de humanos”.(RP, 1955, p.9)

Um olhar mais atento às soluções apresentadas por Juscelino, permite-nos entrever que suas propostas encaixam-se nas orientações feitas pelas Comissões estrangeiras que estiveram analisando os problemas econômicos do país na década de 1940⁶. O desenvolvimento econômico no setor elétrico e rodoviário foi uma das

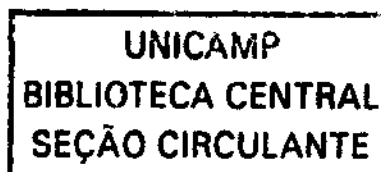
orientações dessas Comissões para a dinamização da economia de então.

Juscelino também nos mostra sua compreensão no tocante à situação mundial, às tendências econômicas e políticas e de como o país e o Estado de Minas se encontravam ligados a essas tendências. Fala dos tempos difíceis, dos tempos de incertezas,

“(...) Já disse, e repito, que ao assumir o governo do nosso Estado sinto-me investido de missão extremamente grave, mormente nesta hora em que os povos vivem a mais difícil e perturbadora conjuntura histórica e em que tudo se reveste de um caráter alarmante de insegurança”. (RP, 1955, p. 7)

Mas aponta saídas que passam por realizações econômicas, políticas de desenvolvimento que alimentam a esperança. Diz Juscelino:

“(...) Constituído se acha o meu governo com um grupo de cidadãos capazes e dignos e o que posso afirmar é que marcharemos para o futuro com plena consciência dos áspersos caminhos que se abrirão à nossa frente, mas seu pessimismo desesperantes, atentos à lição na natureza, onde as árvores não deixaram de florescer pelo fato de ver cair as suas flores”. (RP, 1955, pp.10-11)



Lembremos que a presidência da República dependia do êxito de seu governo em Minas. Assim, preparou-se para cumprir o prometido. Formou seu governo com os técnicos mais conceituados do Estado, que gozavam de sua confiança e geralmente, de sua amizade. Isso mostra como Juscelino era bem relacionado. Poucos foram os cargos que não foram preenchidos por um velho amigo de Diamantina, da Faculdade ou do Partido.

Seus pronunciamentos, como governador de Minas, expressam ricamente sua preocupação com o progresso do Estado e, ao mesmo tempo, o seu otimismo diante das mudanças que estava empreendendo. Nesse sentido, o otimismo, uma característica que é apontada como um traço peculiar de sua personalidade, revela-se também como um comportamento intimamente relacionado ao seu projeto pessoal, à sua prática política, e à estratégia de dar continuidade à construção da sua imagem política. Essa atribuição de sua personalidade o ajuda muito nos seus propósitos políticos. Num momento de descrença como aquele, o otimismo teve a função de mobilizar o imaginário para a existência de uma solução, por mais inalcançável que parecesse, servindo, assim, à estratégia da construção da representação de sua personalidade política.

A imagem com a qual Juscelino se identificou e procurou incutir nos grupos sociais foi a de um político dinâmico, com visão do futuro. Na prefeitura urbanizou a Pampulha, no governo do Estado propôs-se modernizar a economia mineira através do desenvolvimento industrial acelerado. O Palácio da Liberdade era, portanto, ocupado pelo governador dinâmico, inovador, realizador, simpático, alegre, moderno.

De onde veio sua identificação com o moderno? Acreditamos que, em parte deve-se à formação de sua personalidade, a formação de sua visão de mundo num contexto de efervescência de idéias; de significativas mudanças que ocorriam no mundo; as polêmicas

em relação ao destino do país; das propostas de construção da identidade nacional; da urbanização que estava ocorrendo no país com a migração do campo para a cidade; e, às experiências de modernização, dos grandes centros urbanos da época, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

A experiência de ter-se mudado para a capital do Estado, quando jovem, a fim de realizar o curso de medicina, o próprio curso de medicina e o convívio com membros da elite política mineira deve ter-lhe ampliado o gosto pela cidade, pela política e pelo moderno. Essa experiência de “conhecer o mundo”, de “abrir os horizontes”, foi ampliada ainda com duas importantes oportunidades, que teve, nessa fase de seu aprendizado político e de sua formação como indivíduo. A primeira delas foi quando, em 1930, viajou para a França, para realizar um curso de especialização. Durante o ano que viveu na França aproveitou para conhecer mais a cultura francesa, e outros países europeus. A segunda experiência de distanciamento do país e conhecimento de outras sociedades foi uma viagem que fez aos Estados Unidos e Canadá, quando era Deputado Federal. Em suas lembranças, Juscelino fala, da seguinte maneira, dessas duas experiências:

“(…) O espetáculo daquelas duas civilizações em funcionamento – a dos Estados Unidos e a do Canadá – despertaram-me o instinto para as necessidades do Brasil. Vi e senti o caminho que deveríamos seguir, o esforço que precisava ser feito. E mais importante ainda, o sentido, a direção, o rumo, que os Governos do nosso país tinha que imprimir ao nosso progresso”. (MCPB, 1976a, p.153)

Juscelino impressionou-se com os Estados Unidos. Isso podemos verificar na seguinte fala dele:

“Em 1948, contemplando a civilização norte-americana, tive uma visão idêntica, que não deixava de ser profética. Compreendi o papel que o Brasil poderia representar no mundo, se o seu desenvolvimento fosse orientado para a industrialização”. (MCPB, 1976a, p.153)

Para ele, os Estados Unidos eram símbolo do novo, do moderno, do avançado, e das vantagens daí advindas: o alto nível de industrialização, de circulação de riqueza, de padrão de vida, de poder e soberania, de melhoria de vida dos seus habitantes, enfim, de progresso social. A integração de um país de dimensões continentais, um pouco maior do que o Brasil, devia-se à industrialização. Esse processo é que possibilitaria o progresso econômico, social e cultural do país. Por que Ele pensava em seguir o exemplo.

“Governar é abrir estradas”, disse Washington Luís, quando presidente do Brasil. Juscelino resolveu seguir, em parte, o conselho do ex-presidente. Em Minas seria desenvolvido um programa econômico fundado no binômio: “Energia e Transporte”. Nesse sentido, construíram-se estradas, siderúrgicas, hidrelétricas etc. Os maiores beneficiários, sem dúvida, foram os industriais e agropecuaristas. Mas existia um anseio por parte da população, em geral, pela melhoria da estrutura de estradas e, principalmente, pela construção de mais estradas ligando o interior à capital mineira e, mesmo, aos Estados vizinhos. Essas

realizações também geraram empregos, dinamizando a economia mineira, e causando satisfação nas camadas populares.

Juscelino também inovava no estilo novo de fazer política. Ele próprio tratava da implementação do plano de governo, negociava, decidia e fiscalizava as obras. Essa prática o diferenciava dos governadores anteriores e reforçava sua imagem de homem público dinâmico e moderno.

Ao mesmo tempo em que tocava as obras, cuidava para manter coesos os diretórios pessedistas, sob seu controle, e também atuava no sentido do recrutamento de novos adeptos e simpatizantes. Era preciso expandir o máximo possível seu raio de influência, nas bases do seu próprio Partido, bem como obter a adesão de simpatizantes dos partidos adversários. Não obstante, ocupava-se ainda em seduzir os adversários mais resistentes.

Sua experiência o havia ensinado que o apoio da base política popular era, indubitavelmente, muito importante. Logo, sua proximidade em relação as camadas populares era imprescindível à sua luta política. Getúlio Vargas voltara ao governo “nos braços do povo”. E foi imprescindível o apoio das camadas populares à sua eleição para o Governo de Minas.

Às vezes em que, no governo de Minas dirigiu-se às camadas populares, suas palavras exortavam sempre o imaginário identitário mineiro como, por exemplo: “os mineiros não desconhecem... sua destinação histórica” (RP, 1955, p. 29). No discurso que proferiu por ocasião do VII Congresso dos Trabalhadores Mineiros, disse:

“(...) Estou certo de que em vosso ânimo predominam o sentimento e a aspiração da grandeza da pátria, que a todos nos acolhe e a

todos sobreleva. E a grandeza do Brasil está em vossas mãos que manejam a máquina e o instrumento de trabalho, porque formais a força nova a serviço de grandes causas". (RP, 1955, p.188)

A política e o imaginário coletivo conviviam no mesmo espaço subjetivo. E Juscelino compreendia isso. Esse assunto era motivo das reflexões dos pensadores sociais que eram colaboradores do governo Vargas como, por exemplo, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

Para Juscelino, a política era uma combinação de vocação, experiência, habilidade, intuição, mas era também conseguir comunicação, "atingir o alvo", convencer, transparecer e transmitir confiança, segurança. Compreendia que a palavra e o contato eram vitais ao político.

A hipótese de que Juscelino tinha intenção de concorrer à presidência, torna-se bem plausível quando analisamos seu programa para o governo de Minas. O ritmo de desenvolvimento que seu governo imprimiu ao Estado foi extremamente significativo.

Mas não é só isso. Na qualidade de governador, Juscelino possuía um espaço de mobilização e articulação que ele soube aproveitar muito bem. Pinheiro Neto⁷ diz que era comum Juscelino tomar café em uma cidade mineira, almoçar noutra e jantar no outro extremo. Assim, mantinha-se em contato pessoalmente com suas bases, articulava seu governo sua política, além de seduzir a população com seu dinamismo e trabalho. E o que significava isso, senão a construção de sua imagem de homem dinâmico, de um novo estilo de fazer política,

⁷ op. cit.

e de suas bases de apoio em pleitos futuros?

Assim, além de manter a articulação política de apoio ao seu governo e a si próprio, trabalhava também na articulação de seu nome junto às elites políticas e econômicas de Estados importantes, que poderiam ser conquistados num futuro próximo quando, candidato a presidente, precisasse de seu apoio. Buscou, portanto, a proximidade com os governos de São Paulo (o maior colégio eleitoral do país, desde então), do Paraná, de Goiás, com entidades sociais representativas, como uma agremiação de Goiânia, com líderes industriais paulistas, com comerciantes cariocas, afora os encontros com os trabalhadores mineiros. Enfim, onde Juscelino pode ir, discursar, contatar as elites políticas e econômicas e os mais diversos grupos sociais, as camadas populares, ele foi.

Nos discursos dirigidos aos representantes de outros Estados, Juscelino, frisou a unidade, a comunhão de idéias e ideais, a necessidade de criar uma mentalidade que empolgasse as “classes conservadoras”, pois o “*estágio agropastoril era o responsável pelo empobrecimento de Minas e do país como um todo*”. É com essa idéia que fundamenta os seus discursos da necessidade de cooperação mútua pelo progresso, entre Minas e esses Estados. Compõe, também, o conteúdo de seus discursos o imaginário de progresso, de construção da unidade para o progresso.⁸

No discurso proferido em Curitiba, Juscelino fala de coisas comuns a Minas e ao Paraná. Uma delas seria a “brilhante administração” desenvolvida “no cumprimento de um programa de governo” que, a exemplo do que ele estava realizando em Minas, elevaria aquele Estado “a uma das posições de mais singular relevo

⁸ Para essa interpretação nos baseamos apenas na coletânea dos *Discursos proferidos por JK*, quando do governo de Minas Gerais.

entre os que integram o nosso Brasil". Juscelino diz, ainda, em seu pronunciamento que, "Paranaenses e Mineiros se confundem na efusão de sentimentos e aspirações porque immanados por ideais comuns".⁹ Semelhante teor possui os seus discursos para o governador de São Paulo e para os industriais paulistas.

Vejamos.

"Temos a longa e fecunda experiência da ação conjugada ao ensejo das grandes causas nacionais, em que a perfeita harmonia de vistas, a concordância dos propósitos e objetivos, servidos pela vontade firme e indefectível lealdade, evidenciaram que em Minas e São Paulo se encontram reservas morais sempre prontas a se mobilizarem seguramente no interesse da paz social e política e do engrandecimento da Nação". (RP, 1955, p.145)

Em geral, os seus discursos expõem as seguintes temáticas: progresso, modernização, unidade territorial, identidade de idéias e ideais, democracia, cooperação, intercâmbio, eram as "palavras-chaves" dos principais problemas, também no imaginário coletivo. Mas seu discurso aos industriais paulistas é mais enfático, indica seu empenho em promover a industrialização, numa clara demonstração de que estavam "irmanados por ideais comuns Minas e São Paulo". Diz Juscelino, que:

⁹ KUBISTSCHEK, "Realidades, Perspectivas", "Minas e o Paraná. Agradecendo discurso do governador Munhoz da Rocha", em Curitiba, a 17 de maio de 1952. p.114-5.

“Minas precisa transformar o seu potencial de recursos naturais em riqueza útil, em bens que aproveitem a todos, deixando de ser expressão estática das dádivas com que a natureza nos favoreceu (...). A concentração de tantos e tão vultosos valores potenciais está a indicar o destino natural, lógico e inelutável de Minas Gerais”. (RP, 1955, pp.104-105) ¹⁰

Esses ideais eram o progresso econômico, a industrialização, o aproveitamento racional dos recursos naturais.

As mesmas imagens, de identidade e ideais comuns, podem ser verificadas no discurso que proferiu na Associação Comercial do Rio de Janeiro.¹¹ A idéia de progresso, tendo como meio para sua realização a industrialização está presente em praticamente todos os discursos de Juscelino, proferidos quando governador.

Juscelino estava em campanha, velada, sem alardes, mas em campanha, e era um forte candidato à presidência. Um indício que vem corroborar essa hipótese é que dos 59 discursos proferidos durante sua administração em Minas, reunidos no livro “Realidades, Perspectivas”, 6 (seis) foram dirigidos aos agropecuaristas; 6 (seis) à Igreja; 6 (seis) aos militares; 16 (dezesseis) de saudação e homenagem, dentre outros aos governos do Paraná e São Paulo, aos industriais paulistas e ao representante do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; 8 (oito) em eventos relacionados às artes e à arquitetura; 5 (cinco) em eventos relacionados à Educação e Saúde; e 2 (dois), dirigidos aos trabalhadores mineiros.

¹⁰ KUBITSCHKE, *Realidades. Perspectiva*. Discurso “Ao saudar os líderes da indústria paulista, que visitaram Minas, a 10 de maio de 1952”.

¹¹ KUBITSCHKE, *Realidades. Perspectiva*. Discurso “Fundamentos da prosperidade de Minas”, Conferência na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 4 de março de 1953.

Chamou-nos à atenção a reduzida quantidade de discursos dirigidos aos trabalhadores mineiros. Tudo indica que Juscelino tinha um contato diário com os trabalhadores a quem se dirigia, cumprimentava e com quem falava. Vários de seus biógrafos mencionam sua prática política em relação às camadas populares, a quem havia aberto seu Gabinete, quando Prefeito, e a quem havia permitido o acesso ao Palácio do Governo, inclusive para visitas públicas, que eram realizadas aos domingos. Assim, diariamente Juscelino falava aos trabalhadores, fossem eles das repartições, às quais costuma visitar sem nenhum aviso anterior, das inúmeras obras, às quais visitava freqüentemente, fosse e quando das inaugurações dessas obras, etc.

A essa altura da vida política de Juscelino, chegamos à conclusão, pelas repetidas leituras que fizemos de suas memórias, do seu *Depoimento*, e dos *Depoimentos* de ex-assessores e amigos que participaram de seu governo e gozaram de sua convivência, que ainda na Prefeitura de Belo Horizonte, Juscelino iniciara a sua preparação para o governo do Estado. E o fizera com consciência da importância do cargo no jogo da política nacional.

Juscelino se colocava mais uma vez metas, projetos claros, audaciosos e embora difíceis, viáveis. Na Prefeitura, almejou o Palácio da Liberdade, e nesse, a meta seguinte: o Palácio do Catete. Nesse sentido, sua administração no governo de Minas logo foi percebida pela sociedade mineira: a elite econômica e política, as camadas populares e a imprensa.

Buscou o apoio da imprensa, que estava em sua grande maioria nas mãos da oposição. Inicialmente, contou com o apoio da *Manchete*, revista de circulação nacional, criada em 1952, que esteve, desde aquele momento à sua disposição. Ele contou também com o apoio do jornal carioca “*Correio da Manhã*”, e com algumas emissoras

de rádio, dentre elas a Rádio *Inconfidência* (MG)¹² e a *Mayrink Veiga* (RJ).

A partir de 1952, iniciava-se a campanha, pelas bases, pelos bastidores, mas bem discretamente. Aparecia como uma possibilidade, não mais que isso. Era a especulação do jogo político. No cenário político nacional iniciavam-se, também, as especulações e o debate político em torno da sucessão, e o nome de Juscelino passou a ganhar cada vez mais espaço nos meios de comunicação.

Em 1952, a revista *Manchete* publicou três reportagens sobre as probabilidades do jogo político das indicações dos candidatos à presidência da República. Nessas três reportagens Juscelino foi apontado como provável candidato à sucessão. O que, então, era apresentado como novidade no cenário político – a candidatura de Juscelino –, na verdade fazia parte de uma estratégia pessoal de projeção política, de construção de uma imagem política que ia se plasmando pela característica singular de governo e pelo prestígio junto à grande maioria da população mineira. Ia, portanto, definindo-se o campo de atuação e mobilização de Juscelino no sentido de atingir seu objetivo maior: a presidência da República.

Carlos Heitor Cony narra um episódio ocorrido em uma certa noite de 1952, quando ao contemplar uma estrela no céu de Belo Horizonte, Juscelino exclama para o amigo José Aparecido: “*Se tiver escrito naquela estrela que eu serei o próximo presidente do Brasil, ninguém me deterá!*”.¹³ Juscelino pensava na presidência do País. Nada mais natural para um político do que desejar, sempre, mais poder e do que sonhar com a presidência da República. Com Juscelino não seria

¹² Rádio Oficial do Estado de Minas Gerais.

¹³ CARLOS HEITOR CONY. *JK: memorial do exílio*. 1982, p.11

diferente ele desejava o poder e o seu sonho era o de ser Presidente. A depender apenas dele, seu sonho tornaria-se realidade.

A imprensa apresentava Juscelino como uma força política. No entanto, as análises conferiam mais importância ao fato de Juscelino estar no comando do governo de um dos mais importantes Estados, na definição da política nacional, do que às suas realizações administrativas em Minas, não obstante a admiração pela administração dinâmica que ele realizava.

Atente-se para o fato de que essas reportagens foram publicadas quando os mandatos dos governantes e do Presidente do País, haviam iniciado há menos de dois anos. No entanto, já se especulava abertamente sobre os futuros candidatos e sobre a futura campanha presidencial.

O artigo intitulado “*A luta secreta pela sucessão*”¹⁴, apresenta o quadro político-partidário de cada Estado e as prováveis alianças e indicações dos candidatos à presidência do País. O título “*A luta secreta pela sucessão*”, sugere que algo estava sendo ocultado da opinião pública, algo “secreto” ocorria nos bastidores da política. Mas, ao contrário do título, todas as informações que compõe o texto da reportagem indicam que a luta pela sucessão estava às vistas, às claras. A reportagem instiga a imaginação do leitor e conjectura sobre possíveis surpresas no processo político do qual sairiam os candidatos ao futuro Presidente.

A legenda da reportagem é bem ilustrativa das prováveis disputas pela presidência:

¹⁴ Revista *Manchete*, 23/08/1952, por Hélio Fernandes, pp.22-3 e 10-1.

“Todos querem morar no Catete, Amaral um inelegível que tenta reeleger-se. Garcez a última vítima da mosca azul. Kubitschek tem esperanças. Café gostaria de ser candidato de conciliação. O Brigadeiro tentará pela 3ª vez? Dutra candidato da UDN. Ademar, o único candidato certo. Getúlio, a incógnita”.¹⁵

Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro, genro de Getúlio Vargas e, provavelmente, o candidato do PTB. Lucas Garcez, governador de São Paulo, eleito pelo PSP, graças à indicação e a influência de Ademar de Barros junto ao eleitorado paulista. Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, um Estado tradicionalmente forte na política nacional. Café Filho, vice-presidente da República e adversário de Vargas. O mais importante nome da política paulista, Ademar de Barros, líder do maior eleitorado do País, despontava sem sombra de dúvidas como um dos candidatos ao pleito. O artigo mostra a disputa já em andamento, indicando que muita coisa estava ainda por ocorrer.

O artigo afirma que os partidos já estavam se organizando, aliando-se ou confrontando-se com vistas às eleições de 1955, para as quais despontavam, como nomes mais cotados, aqueles que gozavam do prestígio junto às massas populares de seus respectivos Estados. Nesse sentido, os nomes de Garcez e Kubitschek, governadores de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, são apontados como fortes nomes à presidência. Uma das razões era a de que estes Estados totalizavam, à época, três milhões e meio de eleitores. O autor vê algumas vantagens para Kubitschek, que estavam relacionadas à tradição histórica de Minas Gerais no cenário político nacional. O autor

¹⁵ *idem*

da reportagem lembra que Wenceslau Braz e Arthur Bernardes tiveram, no governo de Minas, o trampolim que os levou ao Palácio do Catete, residência oficial do presidente da República, quando a capital federal localizava-se no estado do Rio de Janeiro. Lembra também que Antônio Carlos só não o conseguiu por “circunstâncias fortuitas”.

O autor também destaca a influência de Getúlio Vargas, e conjectura sobre as possibilidades de nomes a serem apontados por Vargas, se o próprio não resolvesse empreender alguma manobra política que visasse à reforma constitucional, com o objetivo de atender os seus interesses (isso vem reafirmar a existência das práticas pouco éticas de manobras das normas legais).

Na compreensão do autor do artigo, estava claro que Juscelino Kubitschek pensava em candidatar-se ao Catete com o apoio do PSD nacional. Mas, também, estava claro que ele enfrentaria dificuldades, pois concorreria com fortes nomes da política mineira e da política nacional, que também sonhavam com o Catete. Ao fim do artigo, o leitor pode chegar a conclusão de que Kubitschek, assim como Ademar de Barros e Amaral Peixoto, representando, respectivamente, o PSD mineiro, o PSP paulista e o PTB carioca, eram naquele momento, agosto de 1952, os mais fortes nomes à sucessão. Mas segundo o repórter Hélio Fernandes, Juscelino estava em vantagem no pleito, pois sonhava, porém sonhava acordado, isso é, tinha grandes possibilidades de sair presidente. E, porque “Kubitschek tinha estrela”, ou seja, tinha muita sorte e isso não deveria ser desprezado. Para o autor, a estrela de Kubitschek poderia ajudá-lo muito nesse intrincado caminho da sucessão.

O repórter entrevia uma conjuntura favorável a Juscelino Kubitschek. Sem dúvida, o fato de ser um político mineiro, governador de Minas Gerais, reconhecida liderança do PSD nacional, o mais forte e organizado partido do País à época, era uma vantagem importante para Juscelino. O PSD havia se mostrado uma máquina eleitoral praticamente

imbatível na eleição de Getúlio Vargas, e poderia repetir o feito em favor de seu candidato à sucessão.

O artigo *“A marcha para o Catete”*, também de autoria de Hélio Fernandes, procura mostrar um painel da situação de disputa política no Distrito Federal e em vinte dos vinte e quatro Estados do território nacional, à época. A sucessão presidencial definiria-se, segundo a análise do autor, em grande medida pelos acordos e definições dos eleitos em 1954. A legenda de seu artigo diz:

“A sucessão presidencial começa nos Estados – S. Paulo, Minas e Rio Grande, chaves do problema – Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores serão eleitos em 1954 – uma completa análise do movimento político brasileiro”.¹⁶

Hélio Fernandes chama a atenção para o detalhe de que a eleição para presidente da República daria-se juntamente com a eleição para governador de quatro Estados da União, cujos governadores eram de cinco anos. Eram eles: Minas Gerais, Santa Catarina, Paraíba e Rio Grande do Norte. Mais uma vez, Juscelino aparece como forte candidato ao pleito federal, de maneira que, a sucessão no Estado mineiro poderia aumentar, ainda mais, suas chances no pleito nacional.

A *Manchete* publicou mais um artigo, intitulado *“Com os olhos no futuro”*.¹⁷ Trata-se de uma reportagem sobre Juscelino, na

¹⁶ Revista *Manchete*, 20/09/1952, pp. 6-9.

¹⁷ Revista *Manchete*, 27/09/1952, reportagem de José Mauro e fotos de Fenelon Paul.

seção “Homem Público”. A legenda diz: “O governador JK põe a serviço de Minas audácia, dinamismo e realização”. A legenda é bastante significativa ao apontar as qualidades do governador e ao estendê-las às mudanças que estavam sendo empreendidas em Minas Gerais, expressando, assim, uma imagem positiva de Juscelino, que foi detalhadamente reafirmada no decorrer do texto.

As fotografias que ilustram essa reportagem mostram Juscelino, como candidato, seus gostos pessoais como, por exemplo, a equitação, e exibem foto de Juscelino montando um cavalo; o gosto pelo pôr do sol, ilustrado por uma fotografia com Juscelino em primeiro plano e a paisagem de fim de tarde, ao fundo. As demais fotografias mostram sua popularidade: junto a uma pequena multidão, na Pampulha, deixando entrever a propaganda da modernização urbana de Belo Horizonte realizada por Juscelino; foto de Juscelino num colégio, rodeado de professoras, lembrando que era filho de uma professora primária. Em outra foto, encontra-se à mesa de refeição com representantes dos setores econômicos mineiros, mostrando sua boa relação com os setores importantes da economia mineira. E, por fim, uma foto de Juscelino abraçando um Bispo, representando a religiosidade do candidato e também seu excelente relacionamento com as autoridades religiosas.

Imagens textuais e visuais muito positivas, que nos indicam a grande simpatia da revista *Manchete* pelo governador de Minas. A *Manchete* já havia definido seu candidato e estava trabalhando o seu apoio. Juscelino é apresentado ao leitor dessa revista como um político com fortes bases no PSD, dono de “poder de sedução pessoal”, “inteligente”, “ágil”, com “poder de oratória” e “dinamismo” impressionantes. O autor ilustra as imagens positivas sobre o dinamismo de Juscelino com os dados de sua campanha política ao governo de Minas. Sem sombra de dúvidas, algo em torno de espetacular para os

padrões e condições daquele tempo. Lembremos que à época a população do Estado mineiro, com nas demais regiões do país, em especial a população do interior do Estado, sofria grandes dificuldades de locomoção e transporte. Juscelino Kubitschek ilustra bem essas dificuldades nos seus livros de memória e também no seu Depoimento. O artigo destaca os números da campanha de Juscelino ao governo estadual. Diz o repórter:

“Uma vez indicado, o atual governador não parou mais, realizando uma das mais fulminantes campanhas política já realizadas no Brasil. Em 60 dias visitou 168 municípios, pronunciou 280 discursos, além de ter ouvido mais ou menos 1200. Só essa mostra de energia física, já era bastante para dar uma idéia do que seria o seu governo [no país] caso fosse eleito”.¹⁸

Hélio Fernandes fala ainda da origem “modesta” de Juscelino e da sua rotina de trabalho, adquirida desde os tempos de estudante de medicina. Um claro apelo aos leitores da revista, que também eram eleitores. Elogia a atuação e as realizações de Juscelino no governo, as práticas do governador; destaca a rotina de iniciar cedo o seu dia de trabalho, invariavelmente às sete horas, não tendo hora para terminar, o contato com operários e estudantes, as visitas de surpresa “às obras espalhadas por todo o Estado”, a solução dos “problemas administrativos sem muita demora ou delonga”, a ida, pessoalmente, “à

¹⁸ Revista *Manchete*. 27/09/1952.

própria repartição em vez de chamar o chefe da mesma ao Palácio”. Enfim, a imagem de um governo dinâmico, eficiente, e que deixa entrever o quanto poderia fazer de bom para o País, uma vez eleito. A imagem de um governo que fugia à tradição da administração pública morosa, lenta, pachorrenta, à época. Isto é, uma imagem forte, considerando-se a insatisfação das camadas populares em relação ao governo passava pela imagem de morosidade e desinteresse, em geral, em resolver os problemas das cidades e das camadas sociais.

Visto como “homem alegre e sadio”, extremamente simpático e de excepcional personalidade, o autor destaca a sua enorme habilidade em resolver crises políticas. As qualidades destacadas pelos repórteres da *Manchete* são confirmadas pelos seus biógrafos que mostram essas práticas como inerentes ao temperamento, ao jeito de ser e viver de Juscelino. Pinheiro Neto, por exemplo, diz que Juscelino tinha um estilo de trabalho aparentemente anárquico, mas que ele possuía “(...) uma impressionante agilidade mental (...) servida por invulgar memória (...) um administrador que levava muito em conta as horas e até os minutos do dia”.¹⁹

Pinheiro Neto faz inúmeras referências à natureza inquieta de Juscelino, e de como os seus governos refletiram essa característica pessoal do governante. Segundo o autor, antes de Juscelino chegar ao governo de Minas,

“(...) tudo nascia e morria na papelada, tudo era soterrado por montanhas de decretos não cumpridos, ofícios que perambulavam de repartição em repartição (...) numa arrastada peregrinação que nunca tinha fim. Mas Juscelino mudou radicalmente tal processo que

¹⁹ JOÃO PINHEIRO NETO, *Juscelino, uma história de amor*. 1995, p.13

tudo tomava inviável, e segundo o qual tudo podia ser adiado (...) convocava a gente certa para planejar a coisa certa e tudo com prazo previamente estabelecido”. (PINHEIRO NETO, 1995, p.80)

Esse estilo dinâmico era cobrado de seus assessores, segundo Pinheiro Neto, Juscelino lembrava sempre: “Olhe o tempo pessoal, não podemos perder tempo meus amigos. Não vamos ficar aqui a vida inteira”. Pelas colocações de Pinheiro Neto podemos constatar que Juscelino fazia questão de marcar sua passagem na administração da coisa pública, imprimindo-lhe uma filosofia de trabalho e construindo uma imagem de eficácia e eficiência, expressadas pelos termos “ação”, “dinamismo” e “realização”. Sem dúvida, a personalidade de Juscelino imprimiu uma marca em sua forma de governar, mas, principalmente, revelou uma necessidade estratégica de construir uma imagem singular na política brasileira.

Ao lembrar continuamente aos seus assessores: *“Olhe o tempo pessoal (...) não vamos ficar aqui a vida inteira”*, Juscelino estava dizendo que era preciso realizar as promessas de campanha, o seu programa de governo, e que tinham, diferentemente dos tempos da ditadura, um prazo para cumprir as promessas feitas aos eleitores. Essa preocupação de Juscelino, em si bastante óbvia, perde sua obviedade se lembrarmos de como são, em geral, morosas as administrações públicas e como as promessas de campanha são feitas para não serem cumpridas. Fazia parte da imagem que Juscelino estava construindo de si o cumprimento das promessas. Assim, os hábitos, os costumes e a mentalidade antiga, que porventura persistisse em seus assessores, teriam que mudar e se coadunar com o ritmo, a dinâmica, os hábitos e nova mentalidade representada por Juscelino. Sua ação junto aos seus

colaboradores e, também, junto às repartições públicas de seu governo, era assim uma ação pedagógica.

O que não foi dito, mas entrevisto, foi que o programa tinha que ser cumprido para que, vencida aquela etapa, pudesse, então, almejar mais realisticamente o governo federal. Daí sua preocupação com a realização do programa, com o cumprimento das metas, em inovar e, assim, assegurar seu prestígio junto à população, de onde vinha parte substancialmente importante da sua força política.

No Depoimento de João Pinheiro Neto sobre sua experiência na vida pública brasileira, ele diz que Juscelino “era profundamente inovador”, e mais, que:

“Ele era um homem eminentemente de ação, mas com a preocupação do grandioso, do moderno, do novo: tinha um lado de inovação. Era intuitivo total. *Nunca soube o que fez* [grifo nosso]. Eu disse isto diversas vezes a ele: ‘Presidente, o senhor não mudou com o Brasil. O senhor é a mesma pessoa [grifo nosso] (...)’”²⁰

Essas inovações significavam: trabalho, desburocratização, urbanização, estradas, usinas elétricas.

Segundo Juscelino, o plano geral para o governo de Minas não se limitava, porém, ao *Binômio: Energia e Transporte*. “*Esses itens representavam os pontos de sustentação sobre os quais se ergueria a estrutura de um largo e variado programa de realizações*”. (Cf. MCPB,

²⁰ JOÃO PINHEIRO NETO, *Depoimento*, concedido ao CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, em 1977. pp.27-8.

1976b, p.226). Ele declarou em suas memórias que o planejamento constituiu a primeira fase de sua atividade administrativa, a qual incluiu a revisão dos projetos já em andamento e de outros paralisados. Segundo Juscelino (1976b, p.227):

“ (...) todos os aspectos do problema foram atacados: conclusão das obras em marcha, estabelecimento de novas usinas e construção da rede básica de linhas de transmissão e instalação da rede básica de linhas de transmissão e instalação de subestações abaixadoras”.

Transcreveremos, a seguir, uma parte do relato de Juscelino em que ele resume seu programa de governo para o Estado de Minas Gerais:

“Era inquietadora a indigência que o Estado revelava em relação à energia elétrica. Existiam em Minas 439 usinas com uma capacidade total instalada de 205 mil Kw (...) esse potencial energético só dava para atender às necessidades de iluminação de parte das cidades do Estado, quando centenas de outras conservavam-se às escuras.

Para se ter uma idéia do arquipélago em que se convertera o Estado, basta dizer que o Norte de Minas não estava ligado a Belo Horizonte e que esta cidade, apesar de ser a capital, vivia desvinculada do resto do território mineiro, (...).

Precisava construir várias usinas que elevassem o potencial de energia do Estado, de

205 para pelo menos 600 mil Kw. No setor de transportes, o alvo a ser atingido não seria representado em termos de aumento, já que em Minas não existiam estradas, mas pela implantação – das bases à estrutura – de um sistema de comunicação inteiramente novo. Os 3 mil quilômetros programadas já eram uma apreciável conquista (...).

(...) Minas fora durante muitos anos uma das unidades líderes da Federação. Entretanto, passara por vertiginoso processo de deterioração interna que, embora lhe preservasse certa autoridade política, fê-la se deslocar, no que dizia respeito ao progresso, de uma situação (...) só igualada pelos Estados menos desenvolvidos da Federação.

Enquanto São Paulo enveredava corajosamente pelos caminhos da industrialização intensiva, (...) Minas deixava-se ficar na estagnação, vivendo em meados do século XX a sua anacrônica fase agropastoril. Este objetivo – tirar Minas do período agropastoril e lançá-la na fase da industrialização – iria ser, durante cinco anos, a preocupação do meu espírito.

O programa de governo de Juscelino Kubitschek, para Minas Gerais, bem demonstrava a idéia de grandiosidade, de desenvolvimento, de progresso, de algo novo. Além de construir usinas e estradas, seu governo em Minas incentivou a criação de novas indústrias; incentivou e modernizou a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros; elevou a taxa de escolaridade de 200 mil alunos para um milhão; construiu inúmeros grupos escolares; contratou professores; e, normalizou o pagamento do funcionalismo que encontrava-se atrasado havia meses e, normalizou, também, os vencimentos da Polícia Militar, que encontrava-se com noventa dias de

atraso, quando Juscelino assumiu o governo²¹. Os discursos desse período dão mostras das idéias de Kubitschek e das suas pretensões:

“Nenhum programa administrativo – e ainda mais sua indispensável disponibilidade financeira – poderá ter êxito se não se formar, para sustentá-lo, uma mentalidade otimista que mobilize a seu favor as reservas do entusiasmo da comunidade, em benefício da qual ele será executado. No Governo de Minas, passei pela primeira experiência desse processo de mobilização psicológica do povo”. (MCPB, 1976a, p.225)

²¹ Cf. KUBITSCHKEK, *Meu Caminho para Brasília. A escalada política*. 1976b, p.217.

CAPÍTULO 4

O TEMPO DO APELO

Vimos até aqui alguns elementos que nos permitem, minimamente, uma visualização do contexto histórico em que surge o mito e alguns aspectos de como ele foi impresso na memória e no imaginário coletivos.

O tempo do apelo, termo que intitula este capítulo, é aqui entendido como o tempo em que a sociedade brasileira passava por profundas incertezas, e tensões que geravam uma enorme descrença na solução dos problemas econômicos e sociais, e um grande pessimismo em relação ao destino do país. É nesse contexto que Juscelino Kubitschek inicia a sua transformação em mito político.

A construção do mito JK se inicia na luta eleitoral¹ e ao longo da luta política travada no período que compreende a década de 1950. Produto de um tempo historicamente dado, o mito político JK é resultado também da sua ambição política individual, de seu projeto de vida.

Muitos gostariam de terem se transformado em mito, mas apenas alguns conseguiram e para isso conspiraram em seu favor vários

¹ A campanha eleitoral iniciou-se em outubro de 1954 e terminou em outubro de 1955, com sua eleição.

fatores, no entanto, nos parece que aqueles que se transformaram em mito político o conseguiram porque atuaram nesse sentido, porque souberam compreender as tendências, as forças, as oportunidades e os aspectos subjetivos dos sentimentos, das emoções, dos desejos, dos anseios e dos sonhos alimentados pelo coletivo social. Portanto, existe a intervenção do indivíduo no sentido de sua transformação em mito político.

Outro aspecto que deve ser lembrado, é que o mito político está inserido num contexto histórico determinado, é produto desse momento histórico e, mais do que isso representa um determinado conjunto de anseios, de sonhos e esperanças da coletividade ou grupo social que com ele se identifica. É de suma importância que seja destacada essa relação do mito político com a mitologia política que ele representa, pois ele não existe sem essa aura formada pelo conjunto de imagens que lhe dão a força e a dimensão mítica.

A força do indivíduo que se torna um mito é um resultado da combinação de alguns fatores principais, tais como: a compreensão do contexto em que está inserido, das tendências históricas e, sobretudo, das minúcias do jogo do político. Essa compreensão, somada à experiência, à intuição e à habilidade de ação, são orientadas para a objetivação dos propósitos do líder político, os quais devem coincidir, ao menos em parte, com os dos grupos sociais que com ele se identificam ou a quem pretende representar. E essa identificação se faz através do reconhecimento dos grupos sociais no conjunto de imagens que são colocadas em ação pelo mito.

No que diz respeito ao mito JK, vimos que o processo que o produz não foge à regra, ao contrário é um bom exemplo de como é fundamental a correspondência entre o conjunto de imagens postas em ação pelo mito e a identificação dos grupos sociais com essas imagens. As imagens são, portanto, imanentes aos mitos e às mitologias e isso foi

percebido por Georges Sorel (1992), um dos pensadores sociais que, no início do século XX, combateu o positivismo e a lógica racional do pensamento moderno. Sorel percebeu a força mobilizadora das imagens e, nesse sentido, tentou recuperar sua importância para a reflexão dos grandes movimentos históricos contemporâneos. Foi Sorel que introduziu uma nova compreensão para o mito, que inaugurou uma teoria do mito que consiste na compreensão deste como uma ação mobilizadora. Nesse sentido, a compreensão de Sorel apresenta uma outra possibilidade de apreensão, que difere das concepções que vêem o mito enquanto pensamento primitivo ou conjunto de crenças que existem em substituição à religião e, por isso o explica como uma lenda ou mesmo uma mistificação.

Sorel nos oferece alguns exemplos para reflexão sobre a importância das imagens na construção do mito, e a sua presença na mobilização dos grandes acontecimentos históricos. Para o autor, um dos exemplos mais marcantes a esse respeito é o cristianismo. Diz Sorel (1992, p. 41) que os católicos jamais se desencorajaram em meio às provas mais duras,

“(...) porque concebiam a história da Igreja como uma série de batalhas travadas entre Satanás e a hierarquia sustentada por Cristo; toda dificuldade nova que surge é um episódio dessa guerra e deve levar, finalmente, à vitória do catolicismo”.

Sorel também nos chama a atenção para o mito enquanto conjunto de imagens que representam os sentimentos de grupos sociais em relação aos seus contextos históricos. Fala, por exemplo, dos

soldados romanos e dos soldados napoleônicos. Os primeiros se sentiam motivados a dominar o mundo porque atendiam a um construto de imagens que representavam a sua distinção como povo superior, em relação aos demais. Os segundos eram motivados por um conjunto de imagens que os faziam sentir-se libertadores da França. Tanto no primeiro, quanto no segundo exemplo, o mito é o construto de imagens que, entre outras, têm a função de mobilizar a sensibilidade, os sentimentos.

Todavia, as imagens míticas são, pela sua complexidade, imprecisas por definição, ao mesmo tempo em que se constituem forças objetivas de transformação, de mudança, de realização. É no sentido do mito enquanto ação mobilizadora que Raoul Girardet, Isaiah Berlin, Michel Vovelle e todos aqueles que tomamos como referência concebem o mito. De maneira que, a compreensão de Sorel é extremamente relevante para o nosso trabalho, e é com base nessa premissa do mito como construto, como representação do imaginário dos grupos sociais, ou de determinado grupo social, e, especialmente, como ação mobilizadora, que tentamos organizar as questões que compõem este e os próximos capítulos deste trabalho. E, objetivando uma melhor apresentação da análise do tema, buscamos organizar este e os próximos capítulos de modo que seja mostrada a construção do mito JK nos três momentos de sua instituição: o de seu surgimento, o de sua consolidação e o da sua impressão definitiva na memória e imaginário social.

Ressaltamos que esses três momentos do mito JK coincidem com a conclusão a que chegou Girardet, de que os mitos têm, geralmente, uma história que obedece a uma seqüência narrativa organizada num começo, meio e fim, a qual corresponde ao surgimento do mito, seu auge e sua impressão definitiva no imaginário social. Para analisar os três tempos do mito JK, nos inspiramos em Girardet e,

particularmente, na narrativa do poema *Tête d'Or*, de Claudel. De Girardet vem também a inspiração para a organização desta análise a partir do arquétipo de narrativa do mito político contemporâneo, segundo três tempos da construção do mito: o do apelo, o do poder e da glória e o do martírio.

O estudo de Girardet nos propiciou o conhecimento de alguns arquétipos de mitos políticos contemporâneos. Ao comparar Juscelino Kubitschek com os demais mitos contemporâneos constatamos que ele não foge à regra, ao contrário, reúne as características que constituem os arquétipos do mito político. Isto é, surge num momento de profundas incertezas, mobiliza o imaginário social, participa da produção do apelo ao chefe Salvador e a ele atende, quando chegada a hora, vive seu momento de poder e glória, passa pelo tempo do martírio, instituindo-se definitivamente no imaginário e na memória social como a representação de um importante momento da história do país, geralmente ligado às significativas mudanças realizadas.

No exemplo do mito JK, a imagem que ele representa é a de um tempo marcado por uma intensa crença e esperança na realização de um Brasil melhor para todos, o Brasil moderno. Como o disse Sorel (1992, pp.49-50), *“os mitos revolucionários atuais são quase puros: permitem compreender a atividade, os sentimentos e as idéias das massas populares que se preparam para entrar numa luta decisiva; não são descrições de coisas, mas expressões de vontades”*.

O tempo do apelo é, portanto, o da construção do mito, da definição dos seus contornos, do plasmar da sua imagem. É o tempo em que o mito surge e inicia o seu processo de propagação. Tempo em que se confunde com o progresso, há muito ansiado, que se identifica com o processo de crescimento econômico e evolução cultural. Tempo em que

o mito em construção inicia seu processo de identificação com os grupos sociais e por eles é legitimado.

O tempo do apelo é quando Juscelino dá um passo decisivo no sentido da materialização do seu “plano individual de metas”, iniciado quando abandona a medicina, e opta definitivamente pela política. Entendemos que essa trajetória política, embora ele não o explicita, fazia parte do seu projeto individual de tornar-se presidente da República e realizar transformações profundas na história do país, marcando-a, decisivamente, com a sua passagem. É um tempo decisivo para que a história tivesse acontecido como aconteceu. Tempo das intensas lutas partidárias e ideológicas; das tensões advindas das diferentes ambições dos grupos locais e estaduais; das diferentes concepções de mundo, da política e da direção do Estado. É o tempo de uma grande instabilidade política, econômica e social, de profundas incertezas, de desesperanças, de frustrações. Paradoxalmente, esse é um tempo em que significativamente se mobiliza o imaginário social, em que aparece o apelo ao chefe Salvador.

Delimitamos como tempo do apelo, o período que corresponde da sua candidatura à presidência ao ano de 1956, o seu primeiro ano no governo do país. E identificamos nesse tempo dois *lugares* de produção do apelo. O produzido pelos grupos sociais, e o produzido por Juscelino Kubitschek. Este procedimento resulta da compreensão de que o apelo é algo que: surge em maior ou menor intensidade em todos os grupos; que tem uma dimensão coletiva, mas que também tem uma dimensão individual, no sentido de que um dos indivíduos que desejam atender ao apelo, por um conjunto de fatores, consegue ser escolhido para tanto.

A intenção é mostrar os aspectos subjetivos do contexto daquele tempo com a finalidade de apreender as imagens de incertezas e descrenças; os indícios que apontam para um aprimoramento da

habilidade política de Juscelino, e de como ele atua nesse contexto de incertezas e profunda tensão; bem como perceber como ele reverte em seu favor uma conjuntura desfavorável, uma situação profundamente contrária.

A hipótese que trabalhamos é a de que Juscelino *compreende* o potencial imaginário que foi posto em ação pelo momento de crise: a incerteza, a frustração, a descrença, o pessimismo, principalmente. Em tendo compreendido isso, percebeu que poderia preencher o vazio deixado pela descrença e pessimismo com imagens do seu oposto: a crença no futuro, a esperança de um Brasil melhor, o otimismo, a realização do destino de grande nação, desde há muito tempo ansiado.

A documentação que dispomos para isso constitui-se de jornais e revistas da época, as memórias, os depoimentos e os discursos de Juscelino Kubitschek, principalmente. Evitaremos, o máximo, o uso da historiografia sobre o período porque, como dissemos, seguem outras lógicas, que não nos permitem um avanço no sentido desta nossa proposta analítica.

Iniciamos pela visualização do contexto histórico dos primeiros anos da década de 1950, onde procuramos destacar os elementos do campo subjetivo que verificamos. Em seguida tentamos apreender a atuação de Juscelino na luta pela presidência, a estratégia da campanha eleitoral e as imagens que mostram uma representação do imaginário político, em geral, e do mito JK, em particular. Para isso procedemos, primeiro, à reconstituição de alguns aspectos do contexto histórico referentes ao ambiente de incertezas e o debate das idéias, buscando perceber nas visões de mundo que fundamentavam os discursos políticos e as representações sociais de então, os indícios que possibilitaram o surgimento do mito JK e a mobilização do imaginário mitológico da modernidade.

Em segundo lugar, procedemos à análise das imagens nos discursos de Juscelino, partindo da premissa de que ele interveio conscientemente na re-instituição do imaginário do Brasil moderno e na construção da sua própria imagem, como sendo a imagem do chefe salvador.

Antes, contudo, entendemos ser oportuno tecer algumas considerações acerca das reflexões feitas por Michel de Certeau (1995), em seu trabalho *"A Cultura no Plural"*, mais precisamente, aquelas que dizem respeito à perda da confiança ou da crença nas autoridades políticas. Para Certeau, quando se perde a confiança nas autoridades, quando se descrê das tradições, das regras e ritos, e das instituições, surgem em toda parte as conseqüências da deterioração dos valores morais. Assim, a perda da credibilidade política, a perda da confiança nas autoridades leva à desvalorização das instituições sociais, acarretando à perda da credibilidade "os dogmas, os saberes, os programas e as filosofias", bem como "o regime, a pátria, a Igreja" e, mesmo "a Bolsa" (Cf. CERTEAU, 1995, p. 26).

Quando Juscelino iniciou sua campanha eleitoral, bem antes da definição dos candidatos adversários, não somente ele como também todo o coletivo social sabia que se vivia um momento de profundas incertezas. A visão que a oposição disseminava, então, era a de que as crises econômicas e políticas eram de tal magnitude que mais pareciam bombas-relógios prestes a explodir. Nesse sentido, os adversários de Juscelino, e dos grupos que se mantinham no poder desde o movimento de 1930, contribuíram com sua oposição e discursos não somente para a perda da confiança, mas também para disseminar a recusa da *não*-significação, ou seja, a perda da credibilidade nos fundamentos morais, cívicos, religiosos *etc.*, enfim, as referências que organizam a consciência coletiva e a vida pessoal. Essas referências não mais parecem claras, daí "a falta de coordenação [entre elas] e o

funcionamento das 'autoridades' socioculturais. Estas se tomam absurdas na medida em que *não mais correspondem* [grifo do autor] à geografia real do sentido". (Cf. CERTEAU, 1995, p. 31)

Tomando como referência essa reflexão de Certeau, nossa compreensão acerca do contexto de incertezas que perpassa, praticamente toda a década de 1950, é a de que esse período foi de profunda descrença, e que o surgimento de Juscelino no cenário político nacional iria atuar na substituição da descrença ou *não-significação* pela esperança, otimismo e significação, representadas numa proposta clara de reorganização da ordem, de resgate das referências e instituição de novas referências e sentidos. O apelo de Juscelino ao coletivo social fez-se no sentido de reinstituir a confiança que se entendia perdida.

O APELO DRAMÁTICO

Iniciamos nossa tentativa de reconstituição de alguns aspectos do imaginário social e do contexto dos anos cinquenta a partir da análise de um artigo publicado na revista "*O Cruzeiro*". De todos os artigos que selecionamos, de todos os documentos que contêm indícios do momento histórico que procuramos, ou seja, àqueles que nos permite perceber as percepções e sensações de incertezas e de descrenças, esse artigo é o que mais ricamente nos possibilita entrever o imaginário social desse tempo.

Ao iniciar o ano de 1950, a revista *“O Cruzeiro”* publicou uma reportagem intitulada: *“O século XX faz cinquenta anos”*.² Essa reportagem foi ilustrada por várias imagens fotográficas que representavam o progresso tecnológico, a industrialização, os avanços no campo científico, a modernização. A primeira dessas fotografias é a do cogumelo de poeira radioativa formada pela explosão da bomba atômica. Imagem que ocupa duas páginas e serve de fundo para o início do artigo. As demais fotografias mostram o interior de uma linha de produção de uma grande indústria, que mostra máquinas de tecelagem de última geração; novos modelos de automóveis, da mais nova tecnologia; aviões e jipes num cenário de guerra; a iluminação elétrica das grandes cidades, cujos arranha-céus têm suas fachadas iluminadas pelos letreiros luminosos; um estúdio de televisão, com suas câmeras de filmar.

Um leitor desatento, que se detivesse em apenas olhar as imagens da reportagem, poderia concluir que a reportagem mostrava o espetacular avanço tecnológico dos cinquenta anos do século XX. Mas o conteúdo do texto escrito segue um sentido diferente do exposto pelas imagens. A reportagem apresenta uma visão angustiada do mundo, onde imagens opostas se concatenam numa representação de um momento de muitas incertezas e de um futuro indefinido.

O autor, ao mesmo tempo em que mostra as “maravilhas da técnica” mostra também as “frustrações morais e sentimentais”. O progresso tecnológico é posto em questão. Para o autor, o século XX, que testemunhava até então vertiginoso progresso tecnológico, resultado das exigências de uma massa de consumidores ávidos de bens de consumo, prazer, diversão, luxo, comodidade. A luz elétrica, a fotografia, o telefone, o disco, o rádio, o cinema, a televisão faziam parte dessas novas exigências do século XX. O luxo, a comodidade, o

² *“O CRUZEIRO”*, 07 /01/1950, “O século XX faz cinquenta anos”, Alceu Pereira.

conhecimento, a integração, provavelmente sim, mas não a felicidade. O autor questiona por quê a “humanidade estava mais amarga” se, em termos tecnológicos e científicos, o conhecimento humano havia proporcionado melhores condições de conforto e comodidade. Então, por que o homem estava tão infeliz? O autor fala do quanto tinha sido extraordinária a alegria e “glória de ver nascer e crescer uma civilização” e do seu profundo “desespero”, naquela metade do século, diante da “certeza de que o homem nunca foi tão infeliz”. O autor mostra, assim, em toda sua dramaticidade, a angústia diante das enormes “contradições da humanidade”, a frustração, a desesperança, a descrença, o “desespero”.

“O que está errado com o mundo?”, pergunta Alceu Pereira. Ele próprio responde: “o superegoísmo do homem, mais ferozmente individualista”, a “falta de responsabilidade pessoal dos cidadãos”, o “desaparecimento da tolerância”, o “esquecimento dos princípios” a “incapacidade do homem pensar, deixando tudo para os líderes”, o “excesso de teoria”, “o peso do trabalho e do dever”, o “dualismo do homem (cientista e primitivo)”.

Para o autor do artigo, Alceu Pereira, a civilização (entendida como alto grau de organização e complexidade cultural alcançado pela humanidade), conceito importante na época e imagem cara ao imaginário social, chegava ao fim e com ela a família, o núcleo social mais importante da civilização. Uma conclusão resultante da profunda descrença e amargura, que perpassa todo o artigo. O repórter diz que “o homem desacredita de si próprio, perdeu a esperança de resolver seus problemas por seus próprios meios”. Vê uma solução: “paz e liberdade”, mas é cético quanto a sua realização, que lhe parece como uma possibilidade longínqua e inatingível, porque *“no meio de sua rede de instituições imperfeitas, esmagado entre as peças da máquina gigantesca que construiu, o homem está perdido em meio dos mesmos*

pecados veniais que o perderam uma vez". E, no sentido de ratificar sua desesperada conclusão cita uma frase de H. G. Wells "a solução é pessimista e o homem entregue ao seu próprio destino está perdido. Este é o fim".

Ao repórter, o mundo parece sem sentido. Cabe-nos ressaltar que, essa sensação de perda do sentido da realidade é algo generalizado. Vários artigos publicados pela revista *O Cruzeiro*, entre fins de 1940 e meados de 1950, trazem essa imagem de descrença, de incerteza diante do futuro, e, mesmo de desespero. São reportagens que falam sobre as mudanças dos comportamentos, da ausência de tolerância, da ausência de responsabilidade, de teorias que não resolvem os problemas mais prementes, de falta de perspectiva de melhorias futuras, de descrença nas autoridades políticas, do pessimismo, etc., mas também do passado idealizado, do paraíso perdido. Existia um clima de forte pessimismo em relação à realidade daqueles tempos.

A busca pelo sentido de realidade, segundo Berlin, perpassou todas as teorias sociais do século XIX e produziu diferentes representações sociais. Guardadas suas diferenças teóricas, essas teorias concordam no que concerne à compreensão de que existia uma lógica objetiva nas formas da vida social, às quais os indivíduos estavam ligados; e, também no tocante à compreensão de que existe um sentido evolutivo da sociedade, ou seja, que a história social possuía uma lógica de continuidade, dada pela objetividade do curso inexorável do progresso. Esse é o sentido de realidade que está sendo questionado, não somente pelos pensadores de meados do século XX, mas principalmente pelos grupos sociais. Esse sentido de realidade, podemos afirmar, está na formação intelectual do repórter que se sente angustiado diante da "realidade objetiva dos fatos" de que o curso inexorável do progresso é descontínuo, sujeito a rupturas.

Podemos ver na representação desse repórter as imagens que ele opõe como, por exemplo: glória e infelicidade; conforto e amargura; evolução e destruição; ciência e barbárie. O repórter passa uma imagem não somente de perplexidade, de angústia frente aos impasses do *humanismo*, mas também de questionamento da visão positiva do progresso da humanidade, em todos os seus aspectos. O autor não entende porque o progresso tecnológico não trouxe o progresso social, mais precisamente o progresso do humanismo e isso abala sua crença no progresso. Daí sua descrença, seu desespero.

O cenário brasileiro de meados da década de 1950 é dramático. São muitas as imagens que representam as incertezas, as frustrações, as angústias, os pessimismos, a descrença, etc, o que nos leva a entender que se vivia um momento de crise, em todos os aspectos, no econômico, no social, no político. Achamos importante apresentar alguns aspectos desse momento de profundas incertezas, desse momento de crise, haja vista que era também um elemento que mobilizava o imaginário social.

Sabemos que durante a Segunda Guerra mundial, ocorreu um significativo crescimento das exportações brasileiras, porque os países envolvidos diretamente no confronto precisavam de matérias primas, uma vez que suas economias estavam voltadas para a guerra. Com o fim da guerra e a nova reordenação da economia mundial, o setor da economia voltado para a exportação viu cada vez mais reduzida sua participação no mercado externo. Isto, em termos objetivos resultava na perda das divisas monetárias, acumuladas durante o período de guerra:

“(...) As reservas em dólares e libras que o país acumulara, em contrapartida da ajuda que

dera a seus aliados na guerra, agora se esfumaçavam com o poder de compra dessas moedas, ou estavam bloqueadas, indisponíveis (...). Ao iniciar o ano de 1948 o quadro era de meio pânico, com respeito à situação do balanço de pagamentos". (FURTADO, 1985, p. 40)

Lembremos o papel de suma importância que o Estado desempenhava no incentivo da economia do país e tentemos imaginar a dimensão da crise em curso. Faltavam recursos para dar continuidade ao processo de industrialização iniciado no Estado Novo; para subsidiar a agricultura; para atender as questões sociais. Faltava também, segundo Celso Furtado, capacidade competitiva dos produtos brasileiros em relação aos de outros países subdesenvolvidos.

Essa crise reanimava as já conhecidas polêmicas sobre qual deveria ser o caráter da economia brasileira, e gerava tensões entre os diferentes grupos sociais. O "problema da economia brasileira" era, mais uma vez colocada, como um problema de opção entre a tradição agrícola ou a industrialização.

Onde entra aí a mobilização do imaginário social? No sentido de que essas polêmicas extrapolavam o círculo de debate dos grupos diretamente interessados e ganhavam espaço nas notícias dos jornais, das revistas, das rádios, nas conversas em locais públicos, e se transformavam num problema econômico de toda sociedade. Sabemos que a intensidade da crise econômica não é a mesma para todos os grupos sociais, que existem os grupos que até se beneficiam dela, mas toda vez que ocorre um momento de grave crise econômica é assim que ela é apresentada, como um problema de toda a sociedade.

Os grupos sociais que participavam ou tinham acesso às decisões políticas, viam a crise de ângulos diferentes, porque tinham

interesses diferentes. De fato viveu-se um período de indefinições e dificuldades econômicas. Essas dificuldades eram vistas de maneiras diferentes.

Maria José Trevisan (1986), nos ajuda a entender a imagem da crise ao mostrar que ela varia de acordo com o grupo que está no poder, ou seja, quem está no poder tende a minimizar a imagem da crise. Por exemplo, para o empresariado industrial paulista, que constituía um dos segmentos sociais mais organizados e importantes desse tempo, a imagem da crise aparece como “idéia-chave, panacéia de todos os males”. Ou seja, ela existe, mas não é a única responsável pelos problemas econômicos do país.

Segundo Trevisan (1986, p. 44), o discurso da crise constrói uma imagem da crise onde ela:

“(...) é imaginada como invasão da racionalidade pela irracionalidade, respondendo pelo caos e pela desordem, e precisa ser superada para que a racionalidade seja restaurada. A “noção de crise” incorpora as contradições, mas, como desarranjo ou acidente temporário da suposta harmonia, provocados ou por algum “engano” involuntário dos agentes sociais ou por um mal funcionamento das partes. Contrapõe a uma ordem ideal uma desordem empírica que contraria a norma ou a lei, de forma que a conjuntura põe em risco a estrutura ou a revela como inadequada. O acontecimento pensado como “engano” ou como “acidente” permite pensá-lo como inadequado mas também como desvio. Crise e desvio pressupõem portanto um “dever ser”, contrariado pelo acontecimento, mas que poderá ser restaurado justamente porque é um “dever ser”.

Aos grupos sociais que não participavam das decisões sobre a política econômica, só restava esperar que a crise passasse. Mas enquanto isso não acontecia as manifestações acerca das questões do cotidiano, revelam as imagens, opiniões, visões que expressam as incertezas e as tensões.

No artigo *“A infantilidade nacional”*, de Genolino Amado, publicado na revista *“O Cruzeiro”*, em 29/01/1949, a crise é o ponto de partida para a representação do presente, como momento de falta de perspectiva. O autor se queixa da “gente brasileira”, “do pessimismo”, da “ausência de um espírito adulto na gente brasileira de maior responsabilidade”, dos “governantes, legisladores e literatos infantis”, da existência de “uma crise de seriedade entre nós”, concluindo, o autor diz que “somos um país perdido”. O autor busca, então, no passado idealizado, a fuga dessa realidade perturbadora. Suas imagens remetem ao passado idílico do mundo rural, da sociedade patriarcal, do contato com a natureza, do equilíbrio, do paraíso perdido.

Um outro artigo é *“A tirania do pessimismo”*, de Alvares da Silva, publicado n’*O Cruzeiro*, de 26/12/1953. Esse artigo fala do crescimento dos níveis da inflação e das implicações sociais da crise econômica. A certa altura de seu texto, o autor diz que: *“A espiral da inflação acabou lançando-nos sob a tirania do pessimismo. A vida no Brasil, este ano não esteve pior do que a de muitas nações. Como porém estamos sempre dizendo que a vida está ruim, ela se vai tornando péssima”*. Esse artigo tem dez linhas apenas e consiste num apelo à racionalidade. Apela para o abandono da postura perigosa do pessimismo destacando o fator psicológico como um componente significativo ao prolongamento da crise. Mas pode ser entendido também como um desabafo que expressa a perplexidade e a impotência diante da situação em que se vivia. Notemos que o ano em que foi escrito esse artigo, 1953, foi de intensa luta política. O artigo faz entrever, também,

que a intensa luta política que acontecia naquele momento era responsável pela criação do espírito do pessimismo, entendido pelo autor como algo politicamente perigoso. Nesse mesmo número d'O *Cruzeiro* foi publicada uma outra reportagem intitulada: *"Papai está zangado: a crise de 53 arrebatou-nos tudo – tudo. Até o sorriso do 'velhinho'"*, que mostra as graves consequências da inflação, carestia de vida e da situação preocupante do país.

Dos inúmeros artigos que se caracterizam mais pela apresentação e inquietação em relação aos problemas econômicos, escolhemos os que seguem.

O artigo *"O Rio e São Paulo vão parar"*, publicado n'O *Cruzeiro*, fala do problemas estruturais que iam tomando inviável o crescimento da economia brasileira. Esse artigo traz em seu enunciado a seguinte manchete:

**"Mais de 70 mil desempregados industriais por causa da falta de energia elétrica e matérias-primas – Faltarão ao carioca os elementos para o seu conforto – Decréscimo na produção e aumento do custo das utilidades, os reflexos da crise de São Paulo na vida da população brasileira – aumenta diariamente o número de fábricas expostas à venda".
(*Cruzeiro*, 17/10/53)**

No texto dessa reportagem é mostrada a grave crise no setor de produção e fornecimento da energia elétrica, essencial ao funcionamento das indústrias e da economia, em geral, das grandes cidades do sudeste, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo. O autor apresenta em imagens dramáticas a situação precária de produção de

energia elétrica que em consequência de um conjunto de fatores, que iam desde a diminuição da reserva de água necessária à produção hidroelétrica, a obsolescência das máquinas utilizadas nas usinas, que não conseguiam atender a demanda de força motriz para o funcionamento de indústrias, fábricas e consumo doméstico e necessidade de construção de novas hidroelétricas. Em consequência disto eram freqüentes os “apagões” que traziam grande prejuízo às empresas e desconforto dos usuários em geral.

O autor diz que a situação tendia a se agravar, impossibilitando o crescimento desses grandes centros e conseqüentemente condenando-os ao atraso econômico. As demais informações, dadas pelo autor, foram ilustradas pelas imagens fotográficas que compõem o quadro de caos dos dois principais estados brasileiros, à época. O caos era ainda maior pela precariedade do setor de energia elétrica do país. Concluiu o autor da reportagem que era *“imperativo um plano de energia elétrica”*.

Um outro tema, cada vez mais freqüente, nesses primeiros anos da metade do século, referia-se a migração do campo para a cidade, especialmente, a migração dos nordestinos para o Rio de Janeiro e São Paulo. Dos artigos e reportagens sobre o tema, entre 1950 e 1955, selecionamos dois. O primeiro artigo, publicado n’O *Cruzeiro*, de 24/11/1951, sob o título de *“Nordestinos em Copacabana”*; e o segundo artigo, publicado em 20/10/1955, sob o título: *“Uma grande tragédia brasileira: os pau-de-arara”*.

O artigo intitulado *“Nordestinos em Copacabana”* aparece na primeira página d’O *Cruzeiro*. Sua autora, Rosália Beatriz, fala sobre a migração crescente dos nordestinos para os grandes centros, em especial para o Rio de Janeiro, a capital federal. A autora mostra sua preocupação com a migração da população do campo para as grandes cidades, com o problema da seca no Nordeste, com a falta de solução

técnica para o problema, com a “ambição do muito dinheiro” que alimenta as ilusões dos migrantes nordestinos, mas mostra também sua indignação com a indiferença diante desse problema, que pareceu-nos lhe incomodar menos pela situação e mais pelo enfeio de Copacabana e da cidade que se enchia de favelas. (citar)

Na opinião da autora do artigo, Rosália Beatriz:

“Esse negócio de êxodo, em massa, de populações rurais é como a seca: um assunto morto. Complica-se, dificulta-se, torna-se impraticável qualquer solução satisfatória. Fala-se em melhorar as condições de vida nos municípios. Fala-se em imigração rural para o interior. Fala-se em reforma agrícola. Fala-se, que sei eu, em tanta coisa e tanta coisa está acontecendo sem ninguém tomar sentido da extensão do desastre. Sim, para o Brasil, com o seu vasto território, importa observar e evitar o desastre do êxodo em massa das populações rurais”. (*Cruzeiro*, 24/11/1951)

Chamamos a atenção para a opinião da autora do artigo, *Nordestinos em Copacabana*, porque era compartilhada por uma significativa parcela da população que começava a entender o Nordeste como uma questão problema. Ora, enquanto os problemas da seca haviam se limitado aos seus limites geográficos, o Nordeste, era só uma fatalidade climática. Mas, quando as consequências da seca romperam esses limites, resultando na migração dos enormes contingentes populacionais para os grandes centros, a seca deixou de ser um produto climático e se transformou num problema social do país, e como tal, o disse Rosália Beatriz, se exibia “em todo o seu horror, em toda a sua

vergonha". O problema da seca passou a ter rostos, cheiros, cores, enfim, um cara em nada bonita, em nada agradável.

Em 1955, o Nordeste, "vítima da seca e da miséria", tornava-se definitivamente um problema. Os nordestinos continuavam fugindo da seca, da miséria, buscando dias melhores nos grandes centros. "*Os pau-de-arara*", como passaram a ser chamados, por lotarem as carrocerias dos caminhões, que por serem barulhentas e sujas, mais pareciam gaiolas de araras. Nas carrocerias dos caminhões os assentos eram improvisados com tábuas estreitas, de aproximadamente 30 cm de largura, em geral cheias de farpas, onde se apinhavam por vezes mais de uma centena de passageiros, homens, mulheres, velhos, crianças que, nessas condições, migravam para os grandes centros.

A denominação significava também as formas sub-humanas em que se dava a migração dos nordestinos para os grandes centros. A manchete da reportagem anuncia:

"Uma tragédia brasileira: os paus de arara".

"Dois repórteres dessa revista experimentaram, ao vivo, o drama dos retirantes nordestinos que fogem do sertão, na esperança de vida melhor nas grandes capitais do sul – miséria indiana às margens da central Rio-Bahia e de seus ramais, no alto sertão – Viagem redonda de 5 mil quilômetros e a história dos flagelados – capítulo sobre a solução do problema permanente do êxodo rural". (*Cruzeiro*, 22/10/1955, pp.)

Ubiratan de Lemos e Mário de Moraes, os autores dessa reportagem fizeram 5 mil quilômetro de viagem (ida e volta) do Rio de

Janeiro ao interior do nordeste, em caminhões “paus-de-arara” com o objetivo de registrar as condições de viagem nos “paus-de-arara”, e os motivos que levavam milhares de nordestinos a empreender tamanha aventura e sofrimento. Trata-se de uma longa reportagem, de nove páginas, das quais boa parte se constitui de imagens fotográficas. De paisagens da viagem, que mostram representações da seca, imagens de caminhões “paus-de-arara” acidentados, imagens dos passageiros “araras” apinhados sobre os caminhões, imagens do sofrimento físico e do sofrimento morais desses passageiros muitos dos quais não tinham sequer condições de levar seu próprio alimento para a viagem, ficando sujeitos a solidariedade dos outros.

Os repórteres falam sobre o sofrimento dos passageiros, sobre o extremo desconforto da viagem, sobre o perigo real da falta de segurança do transporte, sobre a pobreza dos passageiros. Depois dessa experiência, em que vivenciaram a aventura de um “pau-de-arara”, em que conheceram as cidades mais pobres e atingidas pela seca, em que conheceram as condições de vida e as histórias de vida desses “paus de arara”, os repórteres chegaram a seguinte conclusão sobre o problema do êxodo rural: *“Não é a seca o principal agente do êxodo rural. Melhores salários ou pelo menos essa ilusão, atrai retirantes para as bandas do sul”*. (Cruzeiro, 22/10/1955, p.74)

Os repórteres findam mostrando os dados do censo de 1950, do IBGE, que apontava “a queda da produção agrícola e a saturação dos mercados de emprego dos grandes centros urbanos”, como uma decorrência da migração em massa. Informam ainda, que a União gastava cerca de 600 mil dólares, por ano, na política de imigração estrangeira e nenhum centavo com a migração nacional, os araras. Como solução para o problema do êxodo rural, apresentam as propostas do então Ministro da Agricultura, o Sr. Costa Porto, e da assessoria da Presidência da República, em 1953, através do Instituto

Nacional de Colonização e Emigração. Essas propostas são, para nossa surpresa, muito parecidas as que seriam apresentadas, em 1959, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Há dois aspectos a se considerar na utilização dessa fonte documental. O primeiro diz respeito ao discurso que esses artigos reproduzem; e, o segundo, às dimensões do imaginário neles representados. Um não exclui o outro, ao contrário, se imbricam. Os artigos aqui comentados apresentam fragmentos de discursos articulados ao longo da história brasileira e em uma dada conjuntura política e social, que nos permitem entrever aspectos do imaginário social. Os artigos *“A infantilidade nacional”* e *“Nordestinos em Copacabana”*, por exemplo, reproduzem uma certa sensação de inferioridade e incapacidade em relação aos países ricos ou industrializados, o pessimismo e a descrença em relação ao futuro do país. O autor não acreditava ou não concebia uma possibilidade de superação dos problemas sócio-econômicos do país. Enquanto documento, esses artigos podem ser analisados também pelas imagens da dimensão dos sentimentos, ou seja, os afetos, os desejos, as defesas psicológicas, as ambições, os compromissos profundos.

Já os artigos *“O século XX faz cinquenta anos”*, *“A tirania do pessimismo”*, *“Papai está zangado: a crise de 53 arrebatou-nos tudo – tudo. Até o sorriso do” velhinho”*, *“O Rio e São Paulo vão parar”*, e, *“Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”*, nos permite entrever o pessimismo, a descrença, mas sobretudo os aspectos da dimensão cognitiva do imaginário, ou seja, as idéias, os pensamentos, as concepções, a visão de crise, etc. Podemos entrever nesses últimos o discurso da modernidade, do progresso econômico como progresso social e curso natural da história das sociedades. É com base nessas

concepções que os artigos sobre os problemas econômicos criticam a economia.

De todos os artigos selecionados para a apreensão do imaginário social nessa primeira metade dos anos cinquenta, aqui comentados, são exemplos das principais imagens que foram mobilizadas quando se falou de crise, dos problemas daquele contexto, das visões com relação às perspectivas ou a falta delas para o futuro do país.

Como pudemos ver por essa mostra, o clima de incerteza era mais ou menos intenso conforme estivesse mais ou menos tensa a disputa política. Essa devia-se às divergências quanto às concepções de direção da política econômica. Logo, definir a política que melhor respondesse aos problemas econômicos era algo muito difícil porque mexia com interesses profundamente conflitantes, e porque não havia um grupo social em condições de fazê-lo. O que vimos nos documentos consultados, foi que entre o período de 1945 e 1955, os problemas econômicos se agravaram, na mesma proporção em que se intensificaram as tensões políticas.

Produto dos conflitos políticos ou por eles redimensionados, o certo é que a efetiva crise econômica e a efetiva tensão política mobilizavam não somente as imagens que lhes eram oportunamente convenientes, mas um conjunto de imagens caras ao imaginário social. Isso criava um clima de pessimismo, aprofundava a descrença e abria espaço para que surgisse o apelo ao chefe Salvador.

Do exposto até o momento, podemos afirmar que existia todo um contexto psicologicamente propenso ao apelo ao chefe Salvador, não somente por parte das camadas populares como também por parte de outros grupos sociais. E isto é importante que seja dito, porque se arraigou em nossa mentalidade a compreensão equivocada, no nosso entendimento, de que ser suscetível ao mito é uma

característica do “povo”, ou seja, das camadas populares, que ignorantes aceitam acriticamente os mitos. Ora, a análise desse momento mostra que grande parte dos grupos sociais, que compõem a chamada classe média, desejou um Salvador e atendeu seu chamado, quando ele apareceu. Alguns segmentos dos grupos sociais formados pelo empresariado industrial, pelos produtores agropecuaristas, pelos comerciantes, pelas Forças Armadas, pelo clero, que constituíam os grupos economicamente e/ou politicamente poderosos, também desejavam uma perspectiva de futuro para além do que podiam antever e atenderam ao apelo do Salvador.

Em sua reflexão sobre as credibilidades políticas, Certeau chama a atenção para as revoluções ocultas que podem ocorrer nos períodos de *não-significação* e *re-significação*. Vejamos a afirmação desse autor:

“O desígnio que um grupo elabora traduz-se imediatamente por uma constelação de referências. Elas podem existir apenas para ele, não ser reconhecidas exteriormente. Nem por isso são menos reais e indispensáveis para que haja comunicação. (...) A toda vontade construtiva (e todos os grupos a pressupõem), são necessários sinais de reconhecimento e acordos tácitos acerca das condições de possibilidade para que lhe seja aberto um espaço onde se desenvolva. Os pontos de referência organizam iniciativas. Um mapa permite viagens. Representações *aceitas* inauguram uma nova credibilidade, ao mesmo tempo que a exprimem”. (CERTEAU, 1999, p.34)

O APELO AO IMAGINÁRIO SOCIAL

No tocante à presidência da República, Juscelino Kubitschek percebeu desde cedo que seria grande a luta para ganhar as eleições de 3/10/1955, e que mesmo representando os interesses de um determinado grupo da tradição política de Minas, ele dificilmente seria eleito se contasse apenas com apoio de alguns ilustres do partido. Ele compreendeu que o caminho para a presidência era o da inovação de algumas práticas políticas, que lhe diferenciasse dos políticos tradicionais, e, principalmente, o da representação de uma proposta nova que empolgasse o coletivo social. E ele procurava esse elemento de distinção de sua candidatura. Iniciou pela busca de informar-se de todos os problemas econômicos do país, ora, um programa de governo teria que apresentar propostas de solução dos principais problemas econômicos. Juscelino se preparava para a campanha e para o governo.

Diz Juscelino:

“(...) Meus gabinetes de trabalho no Rio e em Belo Horizonte, meu quarto de dormir, o avião em que habitualmente viajava, converteram-se numa babel de livros e relatórios que devorava freneticamente, a fim de me informar sobre tudo quanto me pudesse ser útil, caso fosse eleito. Como as informações escritas nem sempre revelavam a objetividade que se fazia necessária, julguei que deveria viajar, para ver, com os próprios olhos as necessidades do Brasil. Assim, teria uma visão pessoal, realista e

objetiva do panorama nacional". (MCPB, 1976a, p.324)¹

A preparação, todavia, não podia restringir-se às propostas de governo. Era fundamental que sua mensagem fosse recebida, que empolgasse, que motivasse, que representasse os anseios dos diferentes grupos sociais. Faltava algo que criasse a identificação entre o indivíduo e o coletivo, que lhe permitisse conquistar o eleitorado. Propostas inovadoras não faltavam. O que faltava era algo que desse alma à mensagem política da mudança que pretendia realizar no país. Nesse ponto entra a habilidade do indivíduo, sua experiência, sua intuição, sua acuidade e acurácia políticas, ou seja, uma experiência que Juscelino vinha vivenciando e aprimorando. É o que ele chama de personalidade. Diz ele que *"a personalidade de homem público não se improvisa. Forma-se através de um longo processo de decantação, no desenvolvimento do qual três fatores desempenham papéis de grande relevo: intuição, experiência, vontade"* [grifo nosso]. (MCPB, 1976a, p.186).

Juscelino fala sobre a personalidade de homem público, mas não revela como pensou a mobilização do imaginário social. Existe ao menos um fator que não foi explicitado por ele em nenhum momento, embora possamos entrevê-lo em várias passagens de suas memórias. Esse fator é o da mobilização do imaginário, dos mitos, dos ideais, dos sonhos caros ao coletivo social. Foi nesse ponto que a campanha e a figura de Juscelino fizeram a diferença.

¹ Por MCPB, leia-se a abreviatura do livro: *Meu Caminho para Brasília*. 1976a, refere-se ao vol. 2, que narra o período entre 1945 e a eleição de Juscelino para presidente da República.

Ora, a política existe enquanto um *saber* a dois milênios pelo menos, embora, é claro, poucos consigam transformá-lo em *compreensão* política, no sentido do entendimento de Isaiah Berlin. No estudo de Adalberto Paranhos² sobre as origens do trabalhismo no Brasil, há uma passagem em que ele fala sobre o papel dos ideólogos do “Estado Autoritário” que prestavam seus serviços ao governo Vargas. Chama a atenção para as reflexões de Francisco Campos³, um dos mais importantes ideólogos do governo Vargas, acerca do contexto histórico mundial e nacional. Segundo o autor, Francisco Campos compreendia os novos tempos como momento de mudança em que “desfilava um *“mundo de massas”, chacoalhado por uma crise que o envolvia em todos os seus aspectos. Concepções, crenças, instituições que se supunham permanentes eram desafiadas e cediam terreno a fatos novos que punham a descoberto quanto havia nelas de transitório.*” (PARANHOS, 1999, p.47). Para Francisco Campos viviam-se tempos de transição, de mudança e de “irracionalidade”, em que: “*a inteligência humana, à semelhança do aprendiz de feiticeiro, pusera em ação forças que deram extraordinário impulso às manifestações de irracionalidade que submetiam ao seu domínio o processo político*” (PARANHOS, 1999, p.48).

Francisco Campos apresentou essas reflexões, que estão em seu livro *Estado Nacional*, em uma Conferência realizada no Museu de Belas Artes, em setembro de 1935. É muito provável que Juscelino tenha assistido à explanação de seu conterrâneo, pois, residia na capital do país, por conta do seu mandato de Deputado Federal; gostava de participar de eventos culturais; seu conterrâneo tinha influência na

² Adalberto Paranhos é autor do estudo “*O Roubo da Fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*”. 1999, pp.41-80.

³ Francisco Campos, intelectual mineiro, advogado brilhante, membro da elite mineira, político influente, colaborador do Governo Vargas e um de seus ideólogos.

política mineira e no governo Vargas; provavelmente devia interessar-se por entender mais sobre as questões teóricas da política. Coincidência ou não, é interessante observar que, quinze anos após essa Conferência, Juscelino em seu discurso de posse no governo de Minas diz quase com as mesmas palavras de Francisco Campos, que o mundo passava por mudanças significativas:

“Conhece a nossa geração, não por saber ou ouvir dizer, mas pela sua própria e dolorosa experiência, que as mais sólidas instituições sofrem abalo, desaparecem ou esboroam-se, como torres imaginárias que um vento dispersasse. O problema social cresceu e transbordou, tudo destruindo e tomando caducos os sistemas políticos tradicionais”. (RP, 1955, p.8)⁴

É claro que foi dito de forma mais dramática, mas não deixa de ser um forte indício talvez mesmo uma comprovação de que Juscelino estava atento às reflexões sobre a política e o seu tempo. É muito provável que também tenha lido Georges Sorel e Maquiavel, embora não o tenha afirmado nos documentos que trabalhamos. Todavia lia os ideólogos do *“Estado Nacional”*. O paradoxo, é que essa leitura apontava para o *“Estado Autoritário”* e Juscelino construiu sua imagem como a de um democrata, tanto em Minas quanto no governo do país. E, então, porque eram esses autores referências para ele? Talvez porque pensavam as questões sociais brasileiras, com fins de

⁴ Por RP, leia-se a abreviatura do livro: *“Realidades. Perspectivas”*, que contém os discursos do seu governo em Minas Gerais.

resolvê-las a partir da intervenção do Estado. Ou porque eram pensadores eminentemente políticos ou porque tinham a ver com o populismo. O fato é que esses ideólogos faziam parte de sua vivência e experiência política e constituíam o saber que Juscelino ia formando sobre o Estado, a política e as massas sociais.

Esse *saber* da sociedade e da política é experimentado quando de seus governos na Prefeitura, entre 1940 e 1945 e, especialmente, no Estado (1951-1955). Juscelino, sabendo ou não, considerando ou não, as reflexões de Francisco Campos e Azevedo Amaral sobre a política, colocou em prática os ensinamentos desses pensadores, no tocante ao “*valor de ação*” do mito. Assim a mitologia da modernidade, personagem do imaginário social dos tempos contemporâneos é evocada e transformada em ação mobilizadora. A reurbanização do centro de Belo Horizonte, cujo grande símbolo é a Pampulha, a transformação da economia mineira com as significativas mudanças realizadas com a construção das estradas de rodagem, ligando praticamente todo o Estado, e a construção de hidrelétricas, que propiciou o acesso à energia elétrica em grande parte dos mais de trezentos municípios, em que estava dividido o estado de Minas Gerais, naquele tempo, podem ser entendidas como experiências em que Juscelino provou o “*valor de ação*” do mito da modernidade e que lhe serviram de aprendizado para a batalha mais difícil, que seria a campanha para a presidência.

Juscelino, portanto, não rompia com a tradição, mas a re-significava, como também re-significava as práticas políticas. As imagens de inovação, realização e mudança eram caras à imagem pública de Juscelino. Ele apostava numa mudança realmente audaciosa e tentava chamar a atenção do eleitorado, seduzi-lo, conquistá-lo. A mudança consistia num apelo importante à sociedade, assim como as imagens que mobilizavam os sonhos recônditos, que gerassem

esperança, que despertassem a crença. Intenções que não estão totalmente explicitadas em suas memórias, embora ele diga que,

“(...) Os que se surpreenderam com os métodos novos do candidato em campanha e do governador eleito desconheciam, evidentemente, minhas motivações íntimas, a fonte dos ideais que me impeliam (...) apresentava ao leitor um programa, em lugar de (...) algo indefinido”. (MA, 1962, p.25)⁵

Juscelino percebeu que precisava se distinguir cada vez mais dos candidatos e, especialmente, do candidato e do discurso da UDN, entre outros motivos porque seu eleitorado reduzia-se, naquele momento, ao Estado de Minas Gerais. Era preciso fazer-se mais conhecido no país. Era preciso conquistar o eleitorado nacional. A saída se apresentava na experimentação da mobilização do imaginário social, na evocação dos mitos na mobilização do imaginário coletivo. Uma forma objetiva dessa compreensão da força do mito e da força do imaginário coletivo era a apresentação de um programa de governo em vez de algo indefinido, era a promessa de realização de algumas esperanças do coletivo, que estavam adormecidas.

Entendemos essa percepção do momento político, como resultado de sua representação do mundo, sua compreensão do jogo da política que lhe levava a compreender que havia uma tendência à superação das formas e práticas tradicionais e, portanto, à sua substituição por outras mais condizentes com o ar dos novos tempos que se descortinavam. Vimos que estava em jogo a funcionalidade do

⁵ Optamos por abreviar por “MA”, o livro *A Marcha do Amanhecer*.

Estado e, por conseguinte, a capacidade do líder político para o comando das mudanças necessárias. Ele entendia que o mundo passava por mudanças significativas em todos os campos da vida social. Compreendia que o progresso econômico e tecnológico era imprescindível para a superação dos problemas sociais de um país, mas também compreendia que a sociedade de massas colocava novas exigências e novas particularidades.

A essa *compreensão* somava-se o seu *saber* sobre os tempos contemporâneos, sobre a política, sobre a mobilização do mito e das mitologias políticas. Ora, se alguma vez leu, discutiu, conversou, ouviu falar das reflexões sobre a política de Francisco Campos, o que era praticamente impossível não ter feito, por pertencer à elite mineira, por ser um político importante, pelas suas relações com o poder e pela sua amizade com Gustavo Capanema, que era pupilo de Francisco Campos, isso deve ter lhe instigado à reflexão sobre o momento de mudanças por que passava o mundo, as incertezas que colocavam por um fio as concepções, as crenças e as instituições que se supunham permanentes. Ele foi contemporâneo dos grandes mitos políticos contemporâneos e convivia com um deles, o presidente Getúlio Vargas. Era sabedor dos desafios que a sociedade de massas colocava para o Estado, enfim, era praticamente impossível que Juscelino não acompanhasse atentamente as mudanças que ocorriam no mundo, os grandes movimentos sociais desses tempos, da “sociedade de massas”, das reflexões políticas sobre o “império do irracional”, sobre a “psicologia de massas”, sobre as reflexões acerca do “valor de ação dos mitos”.

Assim, diante da luta pela presidência, Juscelino pôs em ação toda sua experiência, todo seu potencial de articular, organizar, planejar, realizar, enfim todo o *estratagema* aprendido em mais de duas décadas de vivência política. Senhor de grande acurácia política, deve ter considerado a conjuntura nacional do sentimento de perda do mito

Getúlio Vargas e deve ter pesado a seu favor essa força “ininteligível” que poderia ser canalizada para ele. Ora, o debate nacional sobre os destinos da economia e conseqüentemente, do futuro do país ou da solução de seus problemas passava entre outros fatores pela proposta de industrialização, e pela idéia generalizada de progresso, uma vez que o progresso e a modernidade eram imagens que estavam arraigadas solidamente nos cérebros dos contemporâneos. Essa era, portanto, a mentalidade das massas, que foi por sua vez muito explorada pelo governo de Getúlio. Existia, o que Francisco Campos e Azevedo Amaral falavam sobre o “*valor de ação do mito*”; a ligação do mito com a verdade, ou seja, o mito tinha que representar a possibilidade de materialização, não podia ser uma lenda, uma mistificação. E, nesse sentido, o mito teria que mobilizar a crença na possibilidade concreta de desenvolver a economia, de modernizar o país. O “*valor de ação do mito*” residia em mobilizar a “mentalidade de massas”; a “força inconsciente das massas”; e, sobre a importância de mobilizá-las, de despertá-las.

A compreensão dessa possibilidade do “*valor de ação do mito*”, ou melhor, do conjunto de imagens que configuravam a força onírica das massas e do coletivo, deve ter levado Juscelino a compreender que existia uma pujança do coletivo, um apelo pela solução dos problemas sociais, um apelo de paz e de ordem. Entendemos que esse tipo de apelo ao qual nos referimos é um via de mão dupla, no sentido que existe o apelo dos grupos sociais que evocam o Salvador, mormente as camadas populares, onde nos parece o imaginário é mais fortemente mobilizado; e, o apelo de quem se oferece para ser o Salvador.

A começar pela investigação de como surge o mito político, a partir da intervenção do próprio indivíduo na sua história e, principalmente, na história da sociedade a que pertence. O *tempo do*

apelo é aqui entendido como o tempo em que Juscelino dá início ao seu projeto individual de tornar-se presidente da República e realizar transformações profundas na história do país, marcando-a, decisivamente, com a sua passagem. É o tempo do *apelo* da sociedade pelo Salvador, do surgimento de um indivíduo que queria ser o Salvador, das lutas partidárias e ideológicas, das tensões advindas das diferentes concepções de mundo, de política e de direção do Estado. É o tempo de uma grande instabilidade social, de profundas incertezas, de desesperanças, de frustrações, como pudemos visualizar pelas imagens caleidoscópicas apresentadas no item anterior. E paradoxalmente à aquela descrença e incerteza, foi o tempo em que extraordinariamente se mobilizou o imaginário social, em que apareceu mais uma vez o *apelo* ao Salvador.

O tempo do *apelo* não se afigura apenas na mostra de imagens que compuseram a representação do mito JK e constituíram sua narrativa mítica, mas também na análise do grau, da intensidade e da margem de intervenção na história, que o indivíduo possui. Discussão, essa, que constitui, também, um desafio particular.

A busca de uma referência para discutir o papel do indivíduo no fazer a história nos levou a reflexão de Berlin, em “*O sentido de realidade*”. Esse texto de Berlin consiste numa crítica contundente às concepções deterministas, que limitam profundamente o papel do indivíduo na história. O questionamento feito, sobretudo, à concepção da história como um processo evolutivo, nega a existência de um curso inexorável do progresso tecnológico, um reino absoluto da racionalidade, e uma concepção de história onde os indivíduos têm sua atuação fortemente limitada pelos fatores determinantes de ordem econômica, social e cultural. As reflexões de Berlin no tocante as possibilidades de intervenção do indivíduo na história foi apresentado no texto sobre o “discernimento político”. Esse texto consiste numa reflexão acerca da

habilidade do indivíduo, da sua capacidade de compreensão do mundo e da política, como fatores que constituem a diferença entre o estadista e o político comum.

Assim como Berlin, Girardet também compreende que existe uma margem não previsível de intervenção do indivíduo na história, principalmente quando o indivíduo se torna ou preenche as funções do mito político, quando é visto pela sociedade como o *“chefe salvador, o restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva”* (GIRARDET, 1986, p.11), especialmente quando ocorre o *“processo de identificação de um destino individual e de um destino coletivo”* (GIRARDET, 1986, p.79), quando a *“palavra”* dirigida ao coletivo se torna oralidade sagrada, pelo qual se dá a união entre o indivíduo e o coletivo.

O sentido de realidade representado pelas idéias de inevitabilidade e inexorabilidade do progresso, que explicou as relações sociais e atuação limitada nos processos de mudança, foi apreendido não somente através da comprovação teórica dessas concepções, mas pela capacidade ou pela força dessas idéias no tocante ao convencimento de parcela importante da sociedade. Foi esse “sentido de realidade” que fundamentou as representações de mundo que, segundo Berlin (1999, p.18), tomaram:

“(…) a ‘lógica dos fatos’ (com que se identificavam parcialmente) ..., em certo sentido, como inexoráveis, tendentes a seguir seu curso quaisquer que sejam os desejos ou preces humanos, um processo inevitável ao qual os indivíduos têm de se ajustar, pois se o desafiarem, perecerão”.

Ora, como explicar, a partir desse sentido de realidade as rupturas como, por exemplo, as ocorridas na Rússia de 1917? Como explicar o fascismo? Esses acontecimentos mostraram quanto é falível a compreensão de inevitabilidade, de inexorabilidade, a “lógica dos fatos”, a “marcha da história”. Mostraram que, ao contrário do que conceberam as teorias sociais do século XIX, os indivíduos possuem uma margem significativa de intervenção no fazer a história. Mostraram também que a previsibilidade do social, preconizada nessas teorias científicas é relativa.

E, nesse sentido, o mito político contemporâneo é um excelente exemplo do acerto dos questionamentos ao cientificismo, às teorias deterministas. Nada mais fugidio à “lógica dos fatos”, nada mais imprevisível do que o mito.

O mito JK é bastante exemplar dessa imprevisibilidade. Em 1954, Juscelino já possuía uma rica bagagem de aprendizado político. Desde 1932, quando esteve na Mantiqueira, havia se passado mais de vinte anos, tempo esse vivenciado com as maiores lideranças políticas da história do país, onde Benedito Valadares e Getúlio Vargas se destacavam como as mais eminentes. Havia vivido a política de todos os lados, de menino pobre a médico brilhante; de espectador a ator; de legislador a executivo; dos bastidores ao palco; das convenções às reuniões reservadas; da situação à oposição; da ditadura à democracia; e, dos vinte anos de intensa disputa, de muitas crises políticas, de muitos conflitos.

De todos os momentos políticos difíceis, a década que se iniciava parecia singular, pois à crise política, causada pelos interesses de grupos e até mesmo por ambições e paixões individualizadas, somava-se a crise econômica e social.

A campanha de oposição que levava Getúlio Vargas ao suicídio também criara uma situação de instabilidade institucional. É,

portanto, nesse contexto que Juscelino vê sua oportunidade, seu momento de atingir a meta mais alta, a hora de realizar seu sonho.

O momento era dos mais desafiadores, dos mais adversos, mas era aquele o tempo, e a hora certa. O cálculo político das possibilidades deve ter considerado a conjuntura extremamente tensa, a perda de um líder, um estadista do porte de Vargas, a coesão da oposição, a situação do país como um todo. Mas também deve ter pesado que não podendo se re-candidatar ao governo de Minas, teria chances para o Senado, e para a Câmara dos Deputados. Mas deve ter pesado, sobretudo, que aquela era uma oportunidade única, e que muito dificilmente se repetiria.

Ele próprio, naquelas duas décadas de vivência política já havia testemunhado muitas oportunidades únicas se desperdiçarem por inabilidades políticas, e não pretendia cometer os mesmos erros de conhecidos casos. Além do mais, a comoção que a morte de Vargas causara nas camadas populares poderia ser canalizada para um novo líder. Um líder que representasse a chegada de novos tempos e a superação de um momento presente de grandes dificuldades e, por isso, indesejado. A sociedade ansiava por mudanças, desde as camadas populares, passando pela classe média e chegando às elites, todos desejavam mudanças.

Tudo indica que a acuidade política para aquele momento fez Juscelino compreender que em lugar do morto (Vargas), deveria ser posto um projeto (o desenvolvimentismo), um programa claro, objetivo, ousado, arrojado, inovador, moderno. Ora, se o *“Binômio: Energia e Transporte”* havia dado tão certo, um *slogan* para o desenvolvimento do país poderia repetir o entusiasmo despertado em Minas Gerais. É quando surge a idéia dos *“50 anos em 5”*, um projeto que empolgou o coletivo social.

Assim, a acurácia política de Juscelino o distinguia de todos os outros. E não se trata aqui de nenhuma apologia ou reprodução do mito, mas da constatação, na tentativa de entendê-lo, que ele possuía uma habilidade incomum, semelhante àquela que Berlin chama de *“habilidade semi-instintiva”*, ou seja, a habilidade de *“entender uma situação particular em sua plena singularidade, o homem, o evento, os perigos específicos, as esperanças e medos particulares que estarão funcionando ativamente em um lugar e um tempo particulares”* (Cf. BERLIN, 1999, p.73). Berlin diz que para esse tipo de compreensão política ser útil numa crise, tal conhecimento tem necessariamente de originar uma *“habilidade semi-instintiva – como a capacidade de ler sem a necessidade de uma consciência simultânea das regras da linguagem”*. (Cf. BERLIN, 1999, p.73)

Uma outra e fundamental habilidade política é a *palavra*, o *Verbo*, a *oratória*. A *palavra* que convence, que concilia, que seduz, que fascina, que empolga, que mobiliza.

A esse respeito Raoul Girardet chama a atenção para a *palavra* como prática política, por natureza, e o político cuja *palavra* se faz ouvir tem poder, é líder. Girardet (1986, p.79) cita Goebells, para reforçar a importância da *palavra*, ou da *fala*, para o político:

“(...) “O que fez Jesus Cristo? – comenta Goebells. – Escreveu livros ou pregou? E Maomé? Olhem nossa época. Mussolini era um escritor ou um grande orador? Quando Lênin foi de Zurique a São Petersburgo, correu da estação para o seu escritório para escrever um livro ou falou para a multidão? Apenas os grandes criadores da palavra fizeram o bolchevismo e o fascismo”.

Juscelino era um excelente orador. É pela palavra que os oradores sagrados se identificam com o coletivo e este com o líder que lhes *fala*.

A LUTA PELA PRESIDÊNCIA

É pela *palavra* que Juscelino mobiliza as imagens e o imaginário do moderno, do futuro do país.

A luta de Juscelino pela presidência começa em 1950, quando da disputa pela sua indicação como o candidato do PSD ao governo. Foi naquele tempo que começou, mais significativamente também, sua intervenção, enquanto indivíduo, nos acontecimentos políticos não só de seu Estado, mas também do país. A partir de então, vivenciou a experiência das muitas e tensas lutas políticas que foram travadas, sobretudo, no interior de seu próprio partido, que cindido por interesses divergentes dificultou sua indicação para o governo de Minas, como o vimos no capítulo anterior, e demorou a decidir sobre sua indicação como o candidato do Partido ao governo do país.

A experiência política, proporcionada pelo governo de Minas, resultou no aprimoramento da sua ação política, uma vez que se faziam ainda maior a sua compreensão dos ardis e das astúcias do jogo da política. Sua prática política não sofreu grandes mudanças, mas o aprendizado político tornou-o ainda mais habilidoso.

Como todo político populista, Juscelino dedicava especial atenção à sua relação com as camadas populares, e, quando se tratava de sua relação com o seu próprio partido e com os aliados potenciais

dos diferentes grupos sociais usava da prática comum da “troca de favores”, e o convencimento político. O que, então, diferenciava Juscelino dos demais políticos de seu tempo, mesmo àqueles em quem se reconhecia habilidade? Era a acurácia política. Segundo Berlin (1999, p. 78), o grande líder político é aquele que *“entendeu algo sobre o meio público em que ele atuava, e compreende-o como o escultor compreende a pedra ou barro; isto é, compreendeu, neste caso particular, as reações potenciais de contingentes relevantes”*, das camadas populares, das elites dominantes, dos grupos sociais organizados em instituições representativas (as Forças Armadas, a Igreja, os sindicatos patronais, os sindicatos de trabalhadores, os partidos de oposição), dos grupos sociais formados pelas chamadas classes médias, cada vez mais numerosa, num país que se urbanizava aceleradamente.

Juscelino obteve sucesso porque, à semelhança dos arquétipos de outros grandes estadistas contemporâneos, *“tinha o dom particular de usar sua experiência e observação para adivinhar com êxito como as coisas se desdobrariam”*. (BERLIN, 1999, p.78)

Foi numa campanha inicialmente dissimulada, que ele encetou a construção da sua base de sustentação política, para tanto era indispensável o bom discernimento político, ou seja, o *“conhecimento semi-instintivo destas profundidades maiores, o conhecimento das conexões intrincadas entre a superfície exterior e as outras camadas, mais remotas, da vida social ou individual”* (BERLIN, 1999, p.80), para o qual pesaram significativa e positivamente sua experiência política, seu carisma pessoal e a imagem espetacular que ia imprimindo de si mesmo além, é claro, do imaginário social que ia mobilizando em torno da modernidade e de si próprio e dos objetivos programáticos do seu governo.

Entendemos que o contexto histórico, sem dúvida corroborou para o surgimento do mito JK, mas também que Juscelino teve um papel decisivo, ao intervir consciente e calculadamente, no seu próprio destino e, por conseguinte, no destino do país.

Assim, a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em construção, portanto, desde o início de seu governo em Minas, como o mostramos anteriormente, só ganharia a adesão do PSD e demais segmentos sociais tradicionais, mineiros e nacionais, a partir de 1954. A escolha do candidato era feita pelo diretório central do partido, que era composto por representantes dos diretórios estaduais. A indicação do PSD, só se deu em novembro de 1954, e através de um processo difícil, extremamente disputado, com muito debate e muita luta interna. Luta essa que resultou em dissidências no PSD nacional (Pernambuco e Bahia). Segundo Juscelino, *“houve aquelas peripécias todas, mas eu fui indicado pelo diretório”*.⁶ Por sua candidatura a presidência, Juscelino enfrentou:

“(...) primeiro, a onda de perfídia, quando a reação levantou o embuste do candidato de coalizão nacional – que não seria eu, evidentemente; a onda de infâmias, quando resisti a tal insídia; a onda de intimidação, quando faltaram essas táticas; aí se lançou ao país o Pregão de que a manutenção de minha candidatura desencadearia a guerra civil (...)”.
(MA, 1962, p. 34)

⁶ BENEVIDES, Juscelino Kubitschek, (Depoimento), 1974, p.12.

O processo de articulação de sua indicação para candidato de PSD à presidência, não foi fácil. A começar pelo partido em Minas. Juscelino percebeu que Benedito Valadares já não lhe apoiava mais. Diz Juscelino que *“Benedito Valadares (...) passou a trabalhar para que o PSD não assumisse tão arriscado compromisso [a aliança com o PTB]. Em conversa ao pé do ouvido, confidenciava que minha candidatura seria uma afronta às Forças Armadas”*. (MCPB, 1976a, p. 318). Em outro momento, Juscelino diz que, *“no seio do PSD, Benedito Valadares desenvolvia sua característica atividade de formiga. Trabalhava sem fazer ruído, mas com incrível eficiência”*. (MCPB, 1976a, p. 319)

Essas passagens da memória de Juscelino são interessantes porque não explicitam sua decepção com Benedito, nem deixam entrever alguma surpresa com a articulação que Benedito estava realizando dentro do diretório central contra a sua indicação. Aliás, desde a indicação de Juscelino para governador Juscelino deixa implícita a vacilação de Benedito, levando-nos a acreditar que ele estava fazendo um jogo duplo, fazendo-se de articulador da candidatura de Juscelino e, não articulando a indicação como devia.

Mais uma vez o componente subjetivo do imprevisível, das ambições e paixões individuais interferindo nos acontecimentos. Muito provavelmente Benedito ficou enciumado de antever o curso ascensional que tomava a carreira de Juscelino. O maior sonho de Benedito era a presidência, mas não teve essa oportunidade. Mas nos parece que além do ciúme, existiam outras diferenças entre eles dois, estas diziam respeito à concepção política, à democracia, à direção do Estado. Benedito representava a imagem do cacique político, da tradição que os novos tempos criticavam. Talvez por isso Juscelino não tenha aberto espaço no seu governo para Benedito nem em Minas e muito menos na presidência. Pelas memórias de Juscelino, somos levados a concluir que Benedito não conseguiu evitar a indicação de Juscelino, mas conseguiu

promover a decisão do partido que só ocorreu em dezembro de 1954 e só foi homologada em fevereiro de 1955.

A campanha até então limitada pela indefinição do partido ganhou as ruas com a oficialização da candidatura. Era chegado o momento de usar todo o potencial propagandístico de que podia dispor. Nesse sentido foi fundamental o apoio de Assis Chateaubriand, o todo-poderoso da comunicação daqueles tempos. O acesso aos inúmeros jornais, a revista "*O Cruzeiro*", as rádios e a televisão dariam a propaganda do candidato uma dimensão significativa. Era preciso mais do que nunca difundir suas idéias, sua mensagem, apelar ao eleitorado, pois a oposição que enfrentava era algo desconhecido na política eleitoral até então. A UDN também tinha apoio de jornais e rádios. Além disso, a UDN tinha o terrível Carlos Lacerda, um orador envolvente, agressivo em seu verbo, inflamado. No Rio, capital do país à época, a UDN contava com o jornal *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* e em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, tinha o apoio de *O Estado de São Paulo*.

Quem nos fala sobre como Juscelino conseguiu o apoio de Chateaubriand, dono dos diários Associados, é Austregésilo Athayde, em sua autobiografia. Diz Athayde que Chateaubriand procurou Juscelino para oferecer-lhe apoio em troca de um favor: que ele conseguisse a desistência do senador e suplente do Maranhão.

Assis Chateaubriand havia concorrido, em outubro de 1954, a uma das duas cadeiras ao Senado pelo estado da Paraíba e fora derrotado;

"Inconformado, procurou o governador de Minas, Juscelino Kubitschek, então candidato do PSD à Presidência da República, para desabafar suas mágoas. Prometeu-lhe apoio

dos jornais, rádios e televisões Associados e da revista *O Cruzeiro* se JK conseguisse, junto a Vitorino Freire, a renúncia de Antônio Baima e do seu suplente Newton Belo à cadeira no Senado pelo Maranhão, o que obrigaria a justiça eleitoral a convocar novas eleições(...).

Impressionado com a ousadia do jornalista, Kubitschek pediu a Tancredo Neves, seu secretário de Justiça, tratasse do assunto. Este procurou Vitorino e conseguiu sua adesão ao projeto do repórter: o chefe político obteve as renúncias de Baima e Belo.” (ATHAYDE, 1998, p.526)

Chateaubriand então candidatou-se ao Senado pelo estado do Maranhão e foi eleito Senador da República. Pela segunda vez em sua vida comprara uma vaga no Senado. A manobra política revela as possibilidades e práticas da política. Esse assunto não foi comentado por Juscelino em nenhum de seus livros.

O CLIMA DE TERROR

A imagem de JK como o “*presidente bossa nova*”, o líder político simpático, dinâmico, realizador, que desenvolveu o país, é tão forte que geralmente omite ou ofusca a oposição que ele enfrentou em sua candidatura à presidência da República, e em seu governo na presidência do país. Mas Juscelino foi o presidente que enfrentou, talvez, a mais acirrada e tensa campanha de oposição que se tem

conhecimento na história política do país. Praticamente todos os estudos que consultamos concordam e destacam esse fato como uma consequência da não conformação da UDN com a derrota eleitoral, e embora mencionem a oposição à candidatura de Juscelino, não se detém na análise dessa oposição. A nossa perspectiva é a de que o momento da campanha eleitoral e o tensionamento causado pela oposição, desde a candidatura até o fim do seu governo, se por um lado foi um desafio constante para Juscelino, por outro propiciou uma enorme mobilização do imaginário social. De forma que, o período entre 1954 e 1956, foi marcado por muita tensão e incerteza, mas foi fundamental para a criação do mito JK.

Nesse período a luta foi travada pelas táticas ou manobras políticas mas, principalmente pela *palavra*: os discursos de Juscelino, suas idéias, suas propostas e suas respostas ao discurso da oposição. Uma luta em que, a crise, a visão dos problemas e soluções para o país, a concepção da direção do Estado e a política econômica, se encontram de tal modo misturados às paixões que dificulta o discernimento da política.

Barbosa Lima Sobrinho em seu prefácio ao livro de Roland Corbisier⁷ nos permite entrever a intensidade do conflito e das paixões políticas desse tempo quando chama a atenção para:

“(...) O grupo dos que não sabem transigir. Os que fazem questão de impor, não tanto suas idéias, que raramente existem, mas seus ódios ou suas prevenções, como que imbuídos de um sentimento de casta, como se fossem um povo eleito, deslumbrado com as virtudes que acredita possuir.” (CORBISIER, 1976, p.13)

⁷ ob.cit.

Barbosa Lima Sobrinho compreende essa oposição como a continuidade de uma luta política que tem origem com a República. Para o autor, os conflitos pelo poder ocorridos em 1930, cujo golpe de Estado de 1937 tirava partido, assim como a deposição do governo autoritário, em 1945, revelava as forças que continuavam mobilizadas, à espera de uma oportunidade, que os acontecimentos pudessem propiciar e também um conflito que o tempo não conseguia desfazer, nem apaziguar.

Essa luta pelo poder, deixava explícito:

“(...) o que todos já começavam a sentir, é que não bastavam atos de deposição. Nem a presença de um regime democrático, mesmo com a adesão de um vice-Presidente, eleito pelas forças populares. O queurgia era afastar do poder os partidos que se apoiassem nessas forças. E esse agrupamento de correntes anti-populistas envolvia elementos já convencidos de que o que mais importava era fechar de uma vez por todas, as urnas eleitorais, pois que nelas os vencidos se revigoravam para retomar ao poder. Em 1945 a derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes, no pleito presidencial, pareceu tão difícil de acreditar, como a do Japão para um povo curtido no culto do Imperador”. (CORBISIER, 1976, pp.13-14)

O autor define o conflito político brasileiro desde a implantação da República como dividido em duas forças políticas: as forças populares e as forças anti-populistas⁸. Depreende-se daí que

⁸ Estudos mais específicos sobre a organização e o sistema político brasileiros como os de Francisco Weffort, Paulo Sérgio Pinheiro e Décio Saes, dentre outros, analisam de

tomava uma característica da política brasileira a recorrência às práticas autoritárias, quando a conjuntura se fazia altamente desfavorável aos interesses políticos dos grupos sociais insatisfeitos. De maneira que, essas “forças anti-populistas”, até mesmo pelas sucessivas derrotas no embate político, tomavam-se cada vez menos tolerantes com o sistema populista por um lado; e com o seu afastamento dos postos mais elevados do Governo, por outro.

A esse respeito, é significativa a fala de Sobrinho sobre a situação da UDN na política nacional, desde sua fundação como partido, em 1945, até a sua derrota para Juscelino, em 1955.

“(...) Era a quarta vez que saiam derrotados, em cerca de dez anos de luta pelo poder, que teimava em lhes escapar, quando mais perto o consideravam. A derrota de 1945 fora inacreditável. A de 1950 surpreendera também (...). O suicídio de Vargas os privara, de repente, de uma popularidade que já consideravam conquistada, depois da cruel e injusta campanha do “mar de lama”. E, de novo, quando a candidatura divisionista de Ademar de Barros vinha acender suas esperanças, o resultado das urnas consagrara a vitória de Juscelino Kubitschek. Era debulhar um rosário de decepções, que parecia não ter fim”. (CORBISIER, 1976, p.14)

forma mais detalhada a questão política no país. Nesses estudos podemos verificar que a política não se resumia simplesmente a duas “forças políticas: populares e anti-populistas”, ou seja, compreendia um complexo jogo de interesses e uma constante tensão política.

JUSCELINO E OS INTELECTUAIS

Nos seus governos na prefeitura e no estado, Juscelino sempre buscou a colaboração de altos técnicos e a assessoria de indivíduos reconhecidamente cultos e intelectuais. Ele próprio sempre incentivou a cultura e as artes, e primava pessoalmente não em ser um intelectual, mas em se manter informado e atualizado. Há também sua aspiração às letras. Foi membro da Academia Mineira de Letras e pleiteou uma cadeira na Academia Brasileira.

Desde a disputa pela presidência já havia formado seu *staff intelectual*. Seu secretário particular era Cristiano Martins, figura de excepcional cultura, encarregado do serviço geral de redação e correspondência e da articulação do *staff* intelectual de Juscelino, que era composto por: João Luis, Geraldo Carneiro, José Moraes, o major Dilermando Silva e os pilotos Alberto Torres (Comandante) e Tenente João Milton Prates, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Lins, Horácio Carvalho, Danton Jobim, José Eduardo de Macedo Soares, Mário Casassanta, Renato Azeredo, Moacyr Andrade. Juscelino contou, ainda, com a colaboração dos intelectuais que compunham o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

No seu livro *“JK e a luta pela Presidência; Uma campanha civilista”*,¹ Corbisier fala que conheceu Juscelino Kubitschek numa reunião na casa do poeta Augusto Frederico Schmidt. Estiveram presentes àquela reunião Juscelino e todos os intelectuais que haviam fundado o *Grupo de Itatiaia*, e que no ano seguinte, 1955, criariam o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O objetivo era preparar,

¹ O livro de Corbisier, *“JK e a luta pela presidência. Uma campanha civilista”*, reúne as crônicas que fez e divulgou, pela Rádio Mayrink Veiga, durante o período de 20/12/1954 a 02/06/1955 da campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

articular, e divulgar a campanha eleitoral de Juscelino, para presidente. Assim, coube a Corbisier a preparação e divulgação das crônicas da campanha JK pela rádio. Cabe ressaltar a importância do rádio enquanto veículo de comunicação de massa, em especial nessa época, em que a televisão era um veículo de comunicação de alcance extremamente limitado e cujo acesso restringia-se a uma reduzidíssima parcela da população.

Diz-nos Corbisier (1976, p.19) que *“Desse encontro, do qual me recordo perfeitamente, saí convencido de que Juscelino, que a todos conquistara, pela naturalidade, pela modéstia e pela simpatia, seria invencível na luta pela Presidência”*. Ele havia se encantado com Juscelino. Ora, Juscelino não era apenas uma figura simpática, era um homem culto, antenado com os acontecimentos do país e do mundo. E, além do mais, se afinava com aquele grupo no tocante a compreensão de que a industrialização deveria solucionar os problemas do país.

Suas crônicas nos fornecem um quadro significativo da intensidade e gravidade da luta política. O livro consta de 56 crônicas transmitidas pela Rádio *Mayrink Veiga*. A metade destas, se referiram aos seguintes temas: do candidato de “união nacional”; da defesa da legitimidade do candidato; dirigida aos militares; criticando Carlos Lacerda; defendendo Juscelino; apresentado o candidato.

A UDN não aceitava a candidatura de Juscelino por que temia ser derrotada mais uma vez. Então utilizou a seguinte tática: convencer a opinião pública da sensatez de uma candidatura única que representasse a “união nacional”. Nesse sentido tentou articular com algumas lideranças do PSD para demover Juscelino da candidatura. O discurso da candidatura da “união nacional” era muito significativo, pois os grupos sociais temiam a continuidade da crise política. Mas Juscelino

se manteve irredutível no propósito de levar adiante a sua candidatura e contra-atacou convencendo Plínio Salgado a candidatar-se também. Em defesa da pluralidade, Corbisier (1976, p.26, 20/12/54) escreve uma crônica em que diz o seguinte:

“(...) O candidato único, assim como programa ou partido único, contrariam a essência do *regimen* democrático, que postula a variedade, a multiplicidade de opiniões. A gravidade da situação nacional não justificaria a imposição ao eleitorado de um só candidato, pois semelhante imposição implicaria no confisco da sua liberdade de escolha. O que assegura essa liberdade, e a possibilidade de exercê-la corretamente, é a pluralidade das candidaturas.”

Haja vista que a eleição de Juscelino Kubitschek pelas alianças que fizera, parecia certa, tudo fez a UDN para que o candidato renunciasse. O argumento utilizado pela UDN era o de que se vivia um momento de grave crise nacional, cuja profunda crise econômica e financeira, não comportava uma luta política de dimensões e importância da luta sucessória. Concluindo daí que a candidatura de Juscelino representava a ameaça da volta ao passado varguista, ou seja, a volta das “oligarquias” ao poder, o que deveria ser impedido nem que para isso fosse preciso apelar para a interferência dos militares (CORBISIER, pp.60-62).

Na crônica “Resposta a Odilon Braga”, o autor reproduz o trecho em que o deputado udenista mineiro disse textualmente em sua entrevista ao jornal “Diário de Notícias”. Mostrando desespero com a

candidatura de Juscelino Kubitschek, Odilon Braga disse: *“o problema não é propriamente de eleger um ótimo candidato e sim o de evitar, seja como for, a eleição de Juscelino [grifo nosso] (...)”*. (CORBISIER, 1976, p.28, 21/12/1954)

Corbisier combate a visão golpista do deputado Odilon Braga, defendendo o regime democrático e mostrando as contradições dos udenistas: *“Que quer afinal o sr. Odilon, a democracia ou a ditadura? Se quer a democracia tem que correr o risco de perder para o sr. Kubitschek. Se quer a ditadura deve renegar previamente suas convicções democráticas.”* (CORBISIER, 1976, p.28-29)

Em contraposição a candidatura Juscelino Kubitschek é apresentada como legítima, posto que surgida segundo os procedimentos normais e legais do regime democrático. Uma candidatura mais que justa por ter sido Juscelino o mais destacado governador do país, pela suas realizações em Minas e por todas as suas qualidades político-administrativas. Uma candidatura que representava os anseios da democracia porque respaldada pelo povo, mediado na representação e funcionamento do partido.

Às acusações de que a candidatura de Juscelino Kubitschek feria a construção da “união nacional” são refutadas com o argumento de que os adversários, representantes de partidos menores, quererem impor à maior e mais importante força político-partidária, daqueles tempos, o PSDISCURSOS, um candidato que não era o seu, procedimento expressamente não democrático. Assim, a candidatura de Juscelino se contrapunha às acusações e manobras udenistas como significando a defesa da democracia. Enquanto a personalidade JK era construída utilizando-se de imagens cujos significados eram as de: “homem de ação”, “a esperança no futuro”, “o despertar do país”, “a palpitação de vida”, “a ânsia de realização”, “a ânsia de criação”. Dizia Juscelino: *“não somos um país feito, somos um país a fazer”*, e todo seu

apelo era no sentido de que se construísse esse país dos sonhos do coletivo.

A UDN e os militares sobre os quais tinha influência, que constituíam parcela minoritária, embora significativa por se constituir sobretudo de parte do oficialato das Forças Armadas, não admitiam mais uma vitória de um candidato ligado às forças populistas. De maneira que, não tendo obtido sucesso em sua campanha de intimidação a Juscelino, no sentido de que ele retirasse sua candidatura em favor de um candidato único, espalhava boatos e fazia ameaças de impedimento da posse de Juscelino, se eleito. Essas ameaças se difundiam.

Essa oposição à candidatura de Juscelino Kubitschek e a solução que aventa, para seu impedimento, demonstra mais uma vez a intolerância da UDN e a declarada intenção de minar, demolir, e destruir a candidatura de Juscelino. De forma que a metade das crônicas de Corbisier praticamente se detém a explicar ao público a normalidade do procedimento partidário de escolha de seus candidatos, a rebater as acusações dos udenistas e a solicitar dos militares a garantia das instituições democráticas pelo respeito da candidatura de JK.

A UDN, através do deputado Carlos Lacerda foi feroz em sua perseguição ao candidato pessedista. Mas as respostas da candidatura JK ao deputado Carlos Lacerda, por meio das crônicas de Corbisier, conseguiam desconstruir as acusações da oposição, desqualificá-las e devolvê-las, ao mesmo tempo em que empreendia a construção da imagem do adversário udenista como simbolizando o inimigo do desenvolvimento do Brasil, o inimigo de um futuro para o país. Caracterizando Lacerda como a imagem do desalento, do pessimismo, da descrença no país, da confusão, do infeliz, do reacionário, do representante da burguesia mercantil e reacionária (Cf. CORBISIER, 1976, pp. 31; pp.62-65).

Ora, se Lacerda simbolizava a escuridão, a confusão, o mal-estar, a falta de lucidez, a mediocridade das almas, a pobreza interior, a incapacidade de iluminar, a incapacidade de fecundar, pelo oposto, Juscelino era tudo o que simbolizava a claridade, o discernimento, o bem-estar, a lucidez, a grandeza das almas, a riqueza interior, a capacidade de iluminar, a capacidade de fecundar.

O conjunto das crônicas de Corbisier, em especial a primeira metade delas, mostram a construção da imagem do inimigo como representante de uma compreensão equivocada, desalentadora do país, que entende o país que como uma nação havia concluído o seu processo de “maturidade”. Ao contrário, Juscelino mostrava que o processo que fora interrompido e que era preciso retomá-lo. A nação estava por amadurecer, por concluir.

O candidato Juscelino Kubitschek contrapunha-se à imagem de destruição, com a qual cada vez mais ele, JK, re-significava o adversário, o “outro”, representados na figura de Carlos Lacerda, ou do *Clube da Lanterna* e seus liderados, os “partidários do atraso”.

A oposição feita à candidatura de Juscelino tomou uma dimensão ameaçadora e antidemocrática. As instituições políticas, mais uma vez, mergulhavam numa crise de grandes proporções. Não obstante todo o esforço de articulação de Juscelino junto a importantes setores das elites econômicas do país, sua vitória nas urnas era duvidosa. Juscelino enfrentava uma oposição jamais feita a outro candidato. A UDN, a despeito da campanha do *candidato único*, tentava articular a reprovação das Forças Armadas à candidatura de Juscelino Kubitschek. Nesse propósito contava com alguns nomes importantes do alto escalão militar além do apoio do então presidente Café Filho, que divulgou na imprensa do país um documento recebido de algumas autoridades militares e cujo teor foi o seguinte:

“Profundamente preocupados com os perigos que certamente advirão, em meio à grave crise econômica e social que atravessa o país, de uma campanha eleitoral violenta, os chefes militares das três Forças Armadas, mais diretamente responsáveis, perante Vossa Excelência, pela preservação da ordem e tranquilidade pública, e levados pelo fato de que em todos os momentos de crise nacional a elas, sistematicamente, se têm dirigido os anseios populares para as soluções capitais, sentem-se no dever moral de encarecer junto a Vossa Excelência a necessidade de um apelo do Governo da República a todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica que permita a solução do problema da sucessão presidencial em nível de compreensão e espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional (...)”. (MCPB, 1976a, p.334)

Os udenistas e seus aliados pretendiam que a divulgação do documento de alguns dos signatários militares tivesse um efeito puramente psicológico, ou seja, que esse documento² parecesse ao coletivo como uma demonstração inequívoca da desaprovação de qualquer candidatura que não fosse resultado de uma *união nacional*, o

² Esse documento foi divulgado por Café Filho em 31/12/1954. Embora não tenha assumido, tudo indica que esse documento foi redigido por Juarez Távora, que sairia como candidato à presidência. Assinaram-no: Al. Edmundo Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha; Gen. Teixeira Lott, ministro da Guerra; Brig. Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica; Mal. Mascarenhas de Moraes; Gen. Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior do Exército; Al. Salalino Coelho, chefe do Estado-Maior da Armada; Brig. Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e Gen. Juarez Távora, chefe da Casa Militar da Presidência da República. Logo após Lott se arrepende de ter subscrito o documento.

que implicava por sua vez na desaprovação da candidatura JK. Juscelino compreendeu isso e disse o seguinte sobre o documento:

“Como se vê, tratava-se de um documento sibilino (...) o documento, apesar de todas as cautelas reveladas por seu autor, era incongruente por natureza (...). Falava-se na gravidade da situação nacional, (...) e no entanto o país estava em perfeita calma. As eleições de outubro [1954], ... haviam sido disputadas num clima de absoluta normalidade”. (MCPB, 1976a, p.335)

Os políticos sabiam que os efeitos psicológicos eram importantes para a mobilização das emoções e sentimentos do coletivo, como os do medo do aprofundamento da crise política e até o medo de uma possibilidade de uma guerra civil, caso as Forças Armadas discordassem do processo eleitoral. As manobras políticas da UND foram no sentido da criação de uma tensão política muito forte e da difusão do medo, da incerteza.

Logo, a candidatura de Juscelino esteve o tempo toda ameaçada, submetida ao terror psicológico produzido pelos seus adversários. Após a publicação do documento subscrito pelos signatários do alto escalão da Forças Armadas, Juscelino faz uma mensagem de saudação ao povo brasileiro pela passagem de ano e nessa mensagem afirma que não abandonaria o a luta, que continua candidato de declarava que não recuaria diante das “invectivas e calúnias” e acrescentava a advertência: *“Poupou-me Deus o sentimento do medo!”*

Mesmo depois do surgimento de outras candidaturas, pesava sobre Juscelino a ameaça de não governar, se eleito. É nesse clima que ele se elege.

Depois de eleito veio o que se esperava: a conspiração do golpe que o impediria de tomar posse. Percebendo a iminência do golpe, o Gen. Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, destituiu o presidente em exercício, assumindo o presidente da Câmara dos Deputados, garantindo, assim, a posse de JK, que foi realizada em 31 de janeiro de 1956.

A luta se dá em muitas frentes. Enquanto Corbisier defendia, diariamente, Juscelino, em crônicas que eram reproduzidas em jornais pelo país afora; enquanto propagava a imagem do candidato dinâmico, inovador, moderno; Juscelino falava às massas e a todos os segmentos sociais. Em todos os seus discursos conclamava o coletivo para a construção do futuro do país. Ressaltamos que Juscelino não repetia os seus discursos e para cada tipo de espectador, usava uma linguagem própria (Cf. MCPB, 1976a, pp.380-381). Divulgava as propostas gerais do seu governo, falava da necessidade urgente da industrialização e do desenvolvimento econômico do país e, para cada grupo social a que se dirigia, mostrava que conhecia de seus problemas e apresentava soluções, ele mantinha-se informado sobre as questões e os problemas locais. Isso fazia com que seu discurso fosse recebido pelos seus ouvintes, porque além da mensagem de caráter geral, das propostas globais, mostrava-se ciente dos problemas locais ou dos grupos sociais a que se dirigia e apresentava as soluções e isso surtia um efeito que era o de criação de uma identificação desses grupos com o candidato.

Em 19/05/1955, Juscelino apresentou à imprensa o seu programa de governo. Tratava-se de um programa ousado, que se propunha desenvolver os setores considerados fundamentais à superação do atraso e ao progresso do país. O *slogan* “50 anos em 5”,

tomava consistência de um programa completo, embora geral, das medidas a serem implementadas para a solução dos graves problemas do país. Pela primeira vez, um candidato apresentava mais do que sua plataforma política, seu programa de governo, através de um documento escrito, que recebeu o título de *“Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”*. Era mais uma inovação de Juscelino.³

No dia seguinte, Corbisier escreveria em sua crônica que era lida na rádio: *“durante o diálogo, que durou cerca de uma hora, Juscelino manteve imperturbável serenidade, embora lhe tenham feito perguntas que eram mais provocações do que perguntas, e às quais, com dignidade e energia, recusou-se a responder”* (CORBISIER, 1976, p.119). Mais adiante afirma Corbisier: *“A firmeza, a energia, a segurança e a serenidade com que Juscelino falou hoje à imprensa e ao rádio do País, confirmaram a nossa confiança no candidato democrático que o povo brasileiro saberá eleger no próximo pleito de 3 de outubro”* (CORBISIER, 1976, p.119).

Cabia evocar a imagem ideal de um chefe de Estado, cabia destacar que o candidato Juscelino possuía “a firmeza, a energia, a segurança e a serenidade” necessárias à recuperação da confiança no país e ao reordenação dos valores e do regime. Essa era a imagem que Juscelino mostrava para seus eleitores e para todos o coletivo social. Juscelino lutava para conquistar o eleitorado por um lado e para convencê-lo que a democracia era possível, por outro lado. Num contexto de tantas incertezas, de perda da confiança, as manobras da

³ O programa de campanha de Juscelino recuperava as principais propostas dos industriais. Segundo a análise de Maria José Trevisan, em seu trabalho *“50 anos em 5. A FIESP e o desenvolvimento”*, o Plano de Metas reeditava o projeto posto desde 1928 pelos industriais paulistas. A esse respeito, afirma Edgar De Decca: *“a de que o projeto reelaborado no final de 55 e impulsionado nos anos JK, tem suas raízes no projeto de 28 quando a liderança empresarial o elaborou como alternativa de dominação para as classes dominantes ameaçadas pelo acirramento do conflito capital/trabalho e pelo fantasma da revolução [grifo do autor]”*. (TREVISAN, 1986, p.40)

UDN para o impedimento da candidatura de Juscelino, ou as pressões para sua desistência e mesmo as ameaças a sua posse, ia criando um clima de que se fosse eleito não governaria. Esse clima era um dos significativos obstáculos à campanha de Juscelino. Ele contra-atacava articulando, conversando, rebatendo, ultrapassando as barreiras criadas pelos udenistas.

Uma das formas de reação de Juscelino era a desqualificação dos seus adversários através da desconstrução das propostas deles, que eram também muito gerais e nada populares, uma vez que o discurso era a da austeridade como meio de solução dos problemas mais graves. A desqualificação do adversário era feita de tal maneira a edificar a sua imagem e, sobretudo, a mobilização do imaginário coletivo. Juscelino precisava ser o espelho daquele coletivo, precisava ser identificado como a encarnação daquele apelo veemente de um futuro melhor. O programa lhe permitia essa margem de ação.

IMAGENS E IMAGINÁRIO EM AÇÃO

Juscelino vê a história como um processo tendencialmente contínuo, em movimento ascendente, mas que comporta rupturas e discontinuidades. No seu entendimento, a interpretação da realidade brasileira por praticamente todos os pensadores do social, como uma realidade estática ou a partir da generalização de determinadas fases de sua história, analisados sob determinantes isolados, havia implicado numa interpretação equivocada. Sua visão da realidade partia da análise

dos vários fatores que entendiam como determinantes e da relação destes com as *“tendências psicológicas e morais de nosso povo, ou, ainda, exclusivamente, à luz de fatores que, embora relativamente invariáveis, como a raça ou o meio físico, são dependentes de circunstâncias históricas e produzem efeitos diferentes conforme variem essas circunstâncias”*. (DG, 1955, p.13)⁴

Para Juscelino, as premissas que fundamentaram as interpretações deterministas da história Brasil eram falsas, porque se baseavam nos determinantes isolados da raça ou do meio físico. Essas premissas tinham originado métodos impróprios de apreensão da realidade brasileira, os quais implicavam em conclusões falsas, que conduziam *“tão freqüentemente, a conclusões pessimistas”*.

Interpretar a história do país a partir de vários fatores, além da raça ou do meio físico, implicava numa compreensão mais complexa e mais abrangente do que se fundamentar em um ou dois elementos determinantes. Politicamente, essa postura implicava também numa visão mais alargada da realidade do país e, por conseguinte, numa posição menos fatídica frente aos problemas que se vivia. Essa postura de Juscelino o leva a encarar os problemas sociais e econômicos, enquanto candidato à presidência, de uma maneira particularmente otimista.

Diz Juscelino:

“(...) Para uns, o Brasil é um país fatalmente condenado ao atraso, porque lhe é desfavorável o meio tropical ou a composição étnica de seu povo ou um suposto temperamento contemplativo de sua gente. Para

⁴ Com o objetivo de simplificar a citação, o leitor encontrará a abreviatura DG, em vez de *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*.

outros, o Brasil está mergulhado no mais profundo dos abismos econômicos, ou porque resulta deficitário o nosso intercâmbio comercial ou se revela insuficiente a oferta interna de serviços básicos, como os de transporte e energia. Na mesma ordem de idéias, há os que nos julgam presa da mais negra decadência moral, se alguns homens prevaricam nos cargos ou com eles se locupletam por meios ilícitos". (DG, 1955, pp.13-14)

A partir, portanto, da crítica a essas compreensões da história do país, e de percepção diferenciada das tendências morais e psicológicas do coletivo social, "nosso povo", e das "etapas de evolução" tende a passar a história do país, é que Juscelino afirma com toda segurança que:

"(...) Não temos outra alternativa, na altura em que nos achamos, senão a de conquistar o nosso pleno desenvolvimento e a nossa plena emancipação, sob pena de, não o fazendo, fossilizarmos nossa evolução e nos convertermos no caso abortivo de uma comunidade que entra em decadência por se haver estagnado na sua fase de crescimento e expansão". (DG, 1955, p.15)

No tocante a situação brasileira, daquele tempo, diz Juscelino que o momento de crise não consistia numa crise de exaustão ou de decadência, mas numa crise que exigia transformação, o caráter

desse tipo de crise era outro e bem diferente das crises de exaustão ou de decadência. Nesse sentido diz Juscelino:

“(...) Nossa crise de transformação é fenômeno de crescimento, o que significa, por um lado, que ela decorre do progresso do País e revela a sua taxa vertiginosa de expansão, e, por outro lado, que tal crise é a condição mesma para que se possa conduzir o País à etapa superior do pleno desenvolvimento”. (DG, 1955, p.17)

A saída, portanto, para a solução das crises ou das dificuldades decorrentes do progresso do país, deveria ser *“mediante esforço contínuo e austero para aumentar a capacidade nacional de investimento e orienta-lo segundo as linhas de sua essencialidade, de sorte a compensar as deficiências atuais da nossa infra-estrutura”*. (DG, 1955, p.18)

Para isso, Juscelino elaborou sua proposta de governo a qual denominou inicialmente de *Plano Nacional de Desenvolvimento*, o qual foi apresentado à opinião pública como sendo um projeto de solução ou superação das dificuldades surgidas a partir da análise do próprio processo histórico do país, ou seja, das suas peculiaridades e do seu lugar no contexto histórico mundial. A proposta de governo de Juscelino mostrava-se condizente com a compreensão das questões internas do país; em primeiro lugar, com as especificidades daquela situação dada e não a partir de noções generalizantes da economia, orientadas pelas concepções liberais. Na sua compreensão, o país precisava de um Estado atuante, participativo, interventor e gerenciador

das dificuldades e impasses que o próprio processo histórico de evolução sócio-econômica havia posto. Por isso sua proposta era a da implementação de um processo de desenvolvimento que, sob a intervenção do Estado, suplementasse os esforços da iniciativa privada no sentido do aceleração do *“processo de acumulação de riquezas da coletividade e da divisão eqüitativa dos bens e benefícios do progresso”*. (DG, 1955, p.37)

Todavia, Juscelino, tinha o cuidado de esclarecer os limites da intervenção do Estado e o grau de participação e cooperação recíproca com a iniciativa privada.

Diz Juscelino:

“Essa intervenção precisa, entretanto, processar-se no quadro de um **Plano Nacional de Desenvolvimento** [grifo do autor], em que se defina, de forma clara, o campo de ação da iniciativa privada e se delimite objetivamente o âmbito de atuação direta do Estado, coordenando-se estes dois setores de modo a evitar atritos, inibições ou excessos de investimentos simultâneos a absorverem fatores de produção limitados, gerando pressões inflacionárias”. (DG, 1955, p.37)

Juscelino destaca e apresenta, claramente, sua compreensão em relação à implementação do programa de desenvolvimento econômico, e sua proposta dos setores que deveriam ser contemplados com o programa:

“A idéia do Plano Nacional de Desenvolvimento é acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas. O objetivo final do Plano é aumentar o padrão de vida do povo, abrindo-lhes oportunidades de melhor futuro.

“Para atingir essas finalidades, devem ser atacados os seguintes objetivos primários: 1) Expansão dos serviços básicos de energia e Transportes; 2) Industrialização de Base; 3) Racionalização da Agricultura; 4) Valorização do Trabalhador; 5) Educação para o Desenvolvimento; 6) Planejamento Regional e Urbano.” (DG, 1955, p.39)

Foi desses seis “objetivos primários” que, desdobrados, surgiram as trinta e uma metas do Plano de Metas. A trigésima primeira foi a construção de Brasília, denominada por Juscelino de a “meta síntese”.

A análise das “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” nos leva a perceber a maturação e as modificações que esse plano sofreu, da sua elaboração e publicação em fins de dezembro de 1954 à sua apresentação ao Congresso Nacional, em março de 1956.

Inicialmente foi uma apresentação de motivos e dos objetivos principais do programa de desenvolvimento proposto pelo candidato. Mas, à medida que foi se tornando mais claro para o próprio candidato, foi se consubstanciando num plano ousado, arrojado, a ser implantado em cinco anos, o tempo do mandato presidencial. É claro que Juscelino contou com a significativa colaboração de técnicos e intelectuais para a elaboração do *Plano de Metas*, que por sua vez reúne

vários projetos que se encontram engavetados, mas as cores, as imagens, a forma que foi se plasmando, devem-se a Juscelino.

Foi esse programa que entusiasmou: os trabalhadores do campo e da cidade; das “classes liberais” (denominação usada por Juscelino para se referir às classes médias); dos industriais; dos proprietários e produtores agrícolas; dos empresários, de modo geral. Mas o que colocou o imaginário social em ação foi o mito da modernidade e a crença que se foi forjando da possibilidade de sua realização, ou seja, aquilo que Francisco Campos dizia sobre a relação do mito com a verdade.

O imaginário posto em ação atingia a todos os grupos sociais. Mobilizava seus sonhos. É oportuno que ressaltamos que não somente as camadas populares foram suscetíveis à mobilização das imagens e do imaginário de progresso, isso porque a desqualificação que sofreu o imaginário o leva a associar a visão preconceituosa de se pensar as camadas populares como irracionais. Entendemos que uma parcela significativa de cada um dos segmentos sociais foi, mais ou menos intensamente, envolvida pela mensagem de Juscelino e o foram porque primeiramente guardavam sonhos, anseios de ou melhoria de vida, ou progresso social, ou progresso, enfim de mudanças, de transformação.

Portanto o crescimento da importância da candidatura de Juscelino junto às camadas populares e aos segmentos mais elitizados da sociedade de então teve a ver essencialmente com a capacidade que ele teve de mobilizar esses sonhos recônditos ou essas imagens oníricas. Dizer para o coletivo social da época, que a realidade brasileira não era consequência de uma inferioridade da raça ou do povo, como o propagavam ainda vários intérpretes e como o havia internalizado o coletivo. Dizer que o atraso do país em nada devia a seu clima tropical; dizer que a corrupção que acontecia por vezes nas instituições públicas,

nada tinha a ver com uma degenerescência moral intrínseca do povo, era identificar-se com uma grande maioria social que ansiava por acreditar em si próprio e no futuro do país, que esperava uma oportunidade para provar sua capacidade de realização, para ascender socialmente; ou aqueles que queriam expandir seus negócios e, enfim, de todos que acreditavam que podiam melhorar de vida, com a intervenção do Estado na realização do projeto de desenvolvimento apresentado por Juscelino. E, nesse sentido estavam receptivos à luta, que conforme o disse Sorel: *“os homens que participam dos grandes movimentos sociais representam sua ação imediata sob a forma de imagens de batalhas que asseguram o triunfo de sua causa”*.

Juscelino consegue se eleger, apesar de toda oposição. Todavia sua luta não se encerra com sua eleição. Teria outras grandes batalhas para enfrentar antes de objetivar seus intentos. Primeiro, a UDN recorre à Justiça para a anulação da eleição, questionando a legitimidade da eleição, sob a alegação de que a vitória se dera por pequena maioria dos votos. Mais uma derrota. A Justiça considerou legítimo o pleito e a vitória do candidato. Vendo, portanto, frustradas todas as suas táticas iniciou, junto às facções das Forças Armadas, mormente a Aeronáutica, a articulação do golpe que pretendia impedir a posse de Juscelino. Foi então que o Gen. Lott, percebendo a gravidade da conjuntura e a iminência do golpe, antecipa-se e destitui Café Filho e o presidente da Câmara garantindo, assim, a posse de Juscelino. Afora essas medidas de força outras são tomadas como, por exemplo, a prisão, uma punição de caráter disciplinar, do Tenente-Coronel Antonio Carlos de Andrade Serpa, contrário ao golpe comandado por Lott; o estado de sítio; e, a censura à imprensa.

Dessa forma, toma posse, em 31/01/1956, o presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e, apesar de toda a articulação para o sucesso e prestígio de sua posse, ainda enfrentou durante os

primeiros seis meses de seu governo uma oposição extremamente forte, cujo combate se deu através de um conjunto de ações de grande habilidade política cujo resultado foi a aprovação do primeiro teste de Juscelino à frente do comando máximo da política e direção do país.

A oposição não deu trégua a Juscelino, em nenhum momento, de seu governo. Ela foi contínua, agressiva, inflamada, incessante, mas igualmente combatida.

Nesses primeiros meses de governo, Juscelino teria que usar de toda sua habilidade, acuidade e acurácia política para manter-se no governo. Por isso, entendemos que o tempo do apelo compreende esse primeiro ano do governo JK, ou seja, que não se encerra com a eleição e posse. Nesse sentido, vimos que todos os discursos proferidos pelo presidente Juscelino, durante o ano de 1956 revelam sua postura de defesa intransigente de sua governabilidade, da sua luta pela estabilização política, e do fortalecimento das instituições. Isso ocorre durante todo o seu governo. A diferença, contudo, desse primeiro ano é o da própria sobrevivência do governo, do seu futuro que estava em jogo. Em assim sendo, Juscelino se empenhou para que o seu governo iniciasse a realização do Plano de Metas, o trabalho de sedução e conquista dos diversos grupos sociais e de manutenção do apoio daqueles que o haviam elegido. Várias táticas foram usadas por Juscelino, no que diz respeito aos discursos oficiais, vimos que adotou a prática de raramente falar sobre as crises, e nunca dirigir-se pessoalmente aos seus adversários, cuja oposição procurava desconstruir através do discurso e da prática objetiva da realização das propostas contidas no Plano de Metas.

Os seus discursos de posse, o pronunciado no Tribunal Superior Eleitoral ao receber o Diploma de Presidente da República, e o pronunciado no Palácio do Catete, ao receber a faixa presidencial, tiveram como objetivo o enaltecimento das instituições, revelando sua

disposição em respeitá-las e fortalecê-las, ora disso dependia seu governo.

“Recebendo das mãos de Vossa Excelência, Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os diplomas de Presidente e Vice-Presidente da República, experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade. (...)

“Sentimo-nos confortados e tranqüilos como a nossa consciência, (...) por termos sido, (...) defensores da lei, homens que não deixaram de confiar um só instante nas leis de seus país”. (Discursos, 1956, p.09)

Em no trecho final do seu discurso no Supremo Tribunal Eleitoral, diz:

“E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho. Sentimo-nos mais do nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira.

Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão”. (Discursos, 1956, p.11)

Os discursos pronunciados por ocasião da sua posse apontam para o espírito de conciliação, mas esta não seria possível, dado a determinação da oposição em levar adiante a luta contra seu governo.

Na imprensa, no Congresso, e em todos os lugares e oportunidades a UDN e seus correligionários não cederam uma trégua sequer ao novo presidente. Durante o ano de 1956, ano decisivo para o futuro do governo, investiu a UDN na desestabilização do mesmo através de intensa campanha de demolição. No Congresso a tática era a de dificultar o trâmite dos projetos, das discussões que interessavam ao governo, ao mesmo tempo em que criava novas artimanhas visando o questionamento do governo, emperrar o seu funcionamento e provocar sua desestabilização. Exemplo disso foi a insistência com que a UDN encaminhou o debate sobre a reforma constitucional no tocante à emenda parlamentarista, tema que vinha defendendo no Congresso desde o ano anterior, quando vislumbrou a derrota eleitoral.

Nos órgãos da imprensa, ligados a UDN era diária a publicação de editoriais criticando o governo Juscelino Kubitschek, desqualificando a sua imagem, suas propostas, sua prática e comportamento frente às questões nacionais.

No terceiro dia do governo Kubitschek, *O Estado de S. Paulo (O ESP)*⁵, publica uma matéria apresentando algumas das propostas mais importantes do programa do governo e as comenta da seguinte forma:

“(...) Apenas desejamos chamar a atenção para alguns pontos do programa, os quais bastam para demonstrar a sua fragilidade e as

⁵ Usaremos a abreviatura “ESP”, para designar o jornal *O Estado de S. Paulo*.

suas conseqüências inflacionistas. (...) Nota-se que o projeto do novo governo é muito mais ambicioso, pois prevê em cinco anos uma produção superior à prevista para dez anos. Não nos são revelados os meios que irão achar para financiar tais empreendimentos. (...) A ser realizado o plano oficial, redundaria numa inflação cuja extensão não nos atrevemos a medir". (ESP, 02/02/1956, p.28)

Das dezenas de editoriais e matérias sobre o governo JK publicadas na imprensa de oposição destacamos alguns, haja vista a viabilidade e despropósito de apresentá-las todas. A que segue nos permite refletir sobre os termos em que se dava a oposição. Trata-se de um editorial onde não se poupa palavra de desqualificação do presidente eleito. O editorial refere-se à *Mensagem ao Congresso*, enviada como de praxe pelo governo na oportunidade da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional.

"(...) De que o ex-governador mineiro disputou a presidência da República sem conhecer as questões que, se eleito, teria de enfrentar, a prova está nos devaneios representados pelos seus planos, e cuja absoluta falta de base caracterizou sua campanha eleitoral como uma das aventuras mais tipicamente demagógicas já registradas no país. Sua profunda ignorância revelou-se, principalmente, no estrangeiro durante a excursão turística em que pôs em dificuldades, para recebê-lo, os governos de vários países europeus, além do de Washington. (...). O sr. Juscelino Kubitschek não nos desiludiu com sua impassibilidade porque não alimentamos ilusões a seu respeito. Mas autorizou-nos a julgá-lo na

inteireza de sua improficiência para exercer as funções de cargo a que mais ou menos ilegalmente foi conduzido, e a que mais ou menos ilicitamente ocupa...” (ESP, 20/03/1956, p.03)

O governo Kubitschek era atacado de todos os lados, pelo questionamento incessante de sua legitimidade e legalidade, pela anistia política concedida aos militares revoltosos e aos comunistas que se encontravam presos ou na clandestinidade, pelo questionamento de sua capacidade de comando, pelo ataque às propostas do Plano de Metas, pelo agravamento dos problemas sociais, pela incitação social contra o governo, pela incitação dos militares contra o governo, pela defesa da emenda parlamentarista, enfim, tudo se transformava em motivo de ataque ao governo.

Daí todos os seus pronunciamentos durante o ano de 1956 se dirigirem, principalmente, para os temas da paz, da ordem, da liberdade, da democracia e da sua missão enquanto presidente. Daí a continuidade da mobilização do imaginário social com o objetivo político de manter as bases de apoio que já possuía e, principalmente, ampliar essas bases através da conquista da grande maioria das camadas populares e dos segmentos importantes dos demais grupos sociais. Seus discursos colocam em ação imagens mobilizadoras, apelos que qualificam, imagens que enaltecem o “povo brasileiro”, e o grupo específico a quem se dirige, ou mesmo a instituição ou os interesses que determinado indivíduo representa. Juscelino afirmou no seu discurso ao vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Richard Nixon, *que “marchamos, agora, para a luta pelo desenvolvimento nacional como se esta luta fosse a defesa do nosso próprio território... e na verdade o é!”*. (Discursos, 1956, p.23)

Pela rede de radiodifusão da “voz do Brasil”, órgão que foi amplamente utilizado por Juscelino, em seu governo, dirige as primeiras manifestações acerca do programa governamental. Inicia pelo agradecimento ao povo, “(...), *que me ouviu do Amazonas ao Rio Grande do Sul, pode ficar certo de que estarei sempre ao seu lado, de que não esquecerei os seus problemas e não decepcionarei as suas esperanças.*” (Discursos, 17/02/1956, p.24). Nesse sentido, o “povo” é sempre mencionado como a fonte de sua legitimidade, inspiração e motivação. No trecho que destacamos, a seguir, Juscelino fala de sua peregrinação, das lutas e sofrimentos, de uma forma bastante semelhante ao arquétipo da narrativa mítica, em sua fase do tempo do apelo. Diz Juscelino ao povo:

“Chego a este posto vindo de muito longe, de muitos meses de peregrinação e combatividade, de grandes lutas e duros sofrimentos, de ferozes incompreensões e pesadas injustiças como candidato à Presidência da República. Mas não estou fatigado, nem desencantado. Não trago no coração nem ódio, nem ressentimento, nem ânimo de vingança”. (Discursos, 17/02/1956, p.24)

Juscelino deixa entrever a provação porque passou, e apresenta motivos para guardar sentimentos mesquinhos de ódio, ressentimento e vingança, por exemplo. Mas em vez disso mostra-se de coração aberto, pronto para enfrentar os novos desafios. O povo é apresentado com o responsável por sua motivação, sua resistência diante das adversidades e, principalmente, de sua determinação:

“(…) Do apoio do povo, das suas aclamações nos comícios e dos diálogos com as populações de todos os quadrantes do Brasil – recolhi a força interior, a flama idealista, a energia vital e a capacidade de trabalho com que sempre me colocarei à altura das minhas responsabilidades e dos meus deveres de chefe de Estado. Foi o povo que me trouxe até aqui com seus votos e a sua solidariedade, e ao povo, por isso, quero fazer a doação, durante cinco anos, de todas as minhas horas, de todas as minhas preocupações, de toda a minha vida a serviço dos seus interesses e das suas necessidades”. (Discursos, 17/02/1956, p.24)

Juscelino fala da necessidade de se combater a inflação, “esta realidade devoradora”; de se industrializar e desenvolver o país, das medidas que já haviam sido tomadas no sentido de implantar o programa do seu governo, criou, por meio de decreto, o *Conselho do Desenvolvimento*,

“(…) que terá a incumbência de estruturar as minhas idéias e a minha política de expansão econômica do país, (...). Sei e sinto que o povo precisa de algumas medidas imediatas de defesa contra a inflação, de algumas providências que venham melhorar as suas condições de vida e tornar menos cruel o seu drama cotidiano pela mera subsistência”. (Discursos, 17/02/1956, p.24)

Então Juscelino apresenta sua proposta de combate imediato à inflação, que passava por medidas de emergência através de

crédito rural e construção de uma rede de silo e armazéns. A inflação era entendida como uma consequência da crise do abastecimento alimentar nas cidades.

Em relação aos conflitos políticos Juscelino fala ao povo o quanto era prejudicial à nação o espírito de desarmonia, a arrogância, os ódios, a injustiça, as mesquinhas e os ressentimentos. Apela então para a paz social, para harmonia entre o capital e o trabalho:

“Poderia confessar-me agora ao povo na mais íntima, na mais sincera das minhas tendências, e eis o que seria encontrado no centro das minhas preocupações: um alto propósito de paz, um empenho profundo em unir brasileiros numa tarefa de trabalho construtivo e realizações de interesse nacional. Apelo nestes termos para os partidos políticos, para as organizações de classe, para todos os homens de responsabilidade, esperando que tenham a mesma compreensão e se mostrem animados dos mesmos propósitos. Resumo o meu pensamento neste instante em três palavras: paz, ordem e trabalho. E isto é o que me impõe o meu senso de dignidade da vida pública e o meu amor ao Brasil”. (Discursos, 17/02/1956, pp.35-36)

À necessidade da paz social, somava-se a da união e do sacrifício de todos para a superação dos impasses que impediam a superação do atraso e a construção do futuro próspero. E para liderar esse processo de superação de tantas dificuldades, apresenta-se como o chefe, capaz e determinado: *“(...) Atravessaremos este mar revolto e tempestuoso, e a Nação pode confiar nos seus dirigentes, no seu*

presidente da República, porque verificará que existe realmente um governo neste país, um governo que não o deixará ao léu e ao jogo das circunstâncias” (Discursos, 17/02/1956, p.34).

No seu primeiro ano de governo Juscelino proferiu 74 Discursos, reunidos todos na publicação oficial, sob o título de *Juscelino Kubitschek de Oliveira. Discursos. 1956*. Desses, dezesseis foram dirigidos ao povo (sendo 4 deles específicos aos trabalhadores); dez discursos às Forças Armadas e militares; dezessete às industriais, agropecuaristas, e associações comerciais; dois aos altos representantes da Igreja Católica; três aos intelectuais brasileiros representados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Escola Superior de Guerra (ESG); Comissão Econômica para América Latina (CEPAL); somando 48 discursos dirigidos aos setores fundamentais à sua governabilidade e legitimidade. Os demais discursos foram dirigidos a eventos culturais, campanhas nacionais, homenagem a autoridades estrangeira no país, obras que estavam se iniciando, grupos sociais específicos (médicos, dentistas, professores primários, economistas, etc.). Em todos esses Discursos, sem exceção, defendeu a paz, a ordem, a liberdade, a democracia, a união, o desarmamento dos espíritos, a construção do grande destino do Brasil “com que todos sonhamos”.

No início do governo podemos perceber o cuidado com que aborda os problemas do país. Seus discursos constituem apelos ao “bom senso”, à “ordem”, à “paz”, a defesa da liberdade, à cidadania, à união, à crença no futuro, à esperança de superação dos problemas econômicos e sociais do país.

Podemos observar que os discursos dirigidos aos às Forças Armadas mostraram-se, até novembro daquele ano, muito cuidadosos com as palavras, zelosos na abordagem das questões políticas, e claramente empenhado em convencer aqueles segmentos de que

representava a paz, a legalidade, a defesa da Constituição e, por conseguinte, da liberdade. Encontravam-se nas Forças Armadas os segmentos que realmente poderiam interromper o seu governo. Daí o apelo incessante pela ordem, paz, respeito à disciplina, sentido de obediência, cumprimento do dever, unidade e cooperação.⁶

Contudo, houve um discurso, em 1956, proferido numa conjuntura em que já se aquietavam mais os ânimos dentro das Forças Armadas. Os discursos de Juscelino levam a entender que o governo já dava sinais de ter controlado o clima de instabilidade reinante desde sua posse. A partir de então, seus discursos passam a difundir a mensagem de que conseguira enfrentar e contrapor-se à oposição. Constatamos também, no seu primeiro ano de governo que alguns dos seus pronunciamentos procuravam formar a opinião de que a crise econômica era realmente resultado de governos anteriores e da crise de crescimento do país. Isso era importante para Juscelino, porque amenizava a oposição ao seu governo por parte das camadas populares, as mais prejudicadas pelos problemas econômicos. A opinião pública ia se convencendo também da necessidade de se acelerar o processo de desenvolvimento do país, como condição para a solução dos problemas; assim o entenderam os industriais, os produtores agrários, os produtores pecuaristas, as associações comerciais, os intelectuais ligados ao ISEB, a CEPAL e a ESG.

A esses grupos sociais Juscelino falava na necessidade do desenvolvimento, da união dos esforços para o enriquecimento e prosperidade do país, da “marcha para um Brasil mais próspero, mais sereno e tranqüilo”, da “mudança da mentalidade”, da “batalha do desenvolvimento”, do caminho “para a solução dos muitos problemas

⁶ Ver os *Discursos de 1956*, pp. 37-40; pp. 78-81; pp. 165-168; pp. 168-171; pp. 332-336; pp. 347-354; pp. 366-368; pp. 368-369; pp. 381-387.

que entravam o nosso desenvolvimento”,⁷ da materialização dos sonhos de um Brasil melhor, a realização do destino de grande nação. No discurso realizado pela ocasião da inauguração da fábrica de caminhões da Mercedes-Benz, em 28/09/1956, em São Paulo, Juscelino mobilizaria as imagens caras aos anseios de desenvolvimento industrial desse grupo social e as estenderia para todo o país. Diz Juscelino:

“(...) Combate-se principalmente pela paz com as armas do trabalho. (...). O Brasil acordou. O Brasil quer trabalhar, o Brasil já sabe que é potencialmente um grande país. O Brasil sabe que faltará ao seu *destino* [grifo nosso], se não tirar uma consequência justa do seu patrimônio natural. Há um Brasil novo; há um Brasil que dá o devido valor a realizações como esta”. (Discursos, 1956, p.267)

O entusiasmo do orador, a convicção de que encontrava-se no caminho certo são sentimentos com os quais pretendia contagiar os industriais e os grupos sociais a que ele chamava de “as classes produtoras e conservadoras”. Decerto a realização de projetos esquecidos nas gavetas das repartições públicas e o significado dessas realizações no tocante às questões objetivas dos interesses econômicos e das questões subjetivas dos sonhos recônditos do Brasil se tornar uma grande nação, deviam aplacar um pouco dos efeitos da oposição sem tréguas que o partido adversário lhe fazia. A esses Juscelino enfrentava com, também incessante, luta de desconstrução de suas visões e, principalmente, comportamento político, identificando-os com o atraso, o

⁷ Ver *Discursos de 1956*, pp.266-267.

pessimismo, a destruição. Às agitações políticas contrárias ao seu governo respondia com a mobilização do imaginário social:

“A revolução de hoje é a do desenvolvimento nacional. É esta a revolução que o povo deseja, espera e aplaude. Não é só este grande, pioneiro e admirável Estado de São Paulo, orgulho de todos nós, que pensa e exige que a marcha do Brasil não seja detida pelas idéias fantasmas e seus representantes: em todo o Brasil, de norte a sul, a idéia do desenvolvimento, dentro da planificação, ganhou campo, e conquistou brasileiros cansados de promessas não cumpridas, de um palavrório inconseqüente.

(...) O dia de hoje é um grande dia para a industrialização nacional. Estamos entrando resolutamente na indústria automobilística”.
(Discursos, 1956, 28/09/1956, p.267-268)

O tempo do apelo foi chegando ao fim à medida que chegava ao fim o ano de 1956. Juscelino havia sido habilidoso o bastante para arrefecer a oposição dentro das Forças Aéreas, utilizando-se da anistia aos oficiais revoltosos de Jacareacanga; atendendo a reivindicações antigas de aumento da frota e obtenção de equipamentos; promovendo os oficiais que lhe tinham resistência; colocando no comando dos assuntos militares o seu Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott; mantendo, portanto, o respeito da hierarquia, a ordem e a disciplina nesse setor.

Os industriais, agropecuaristas e empresários comerciais, iam ganhando provas de que o governo se empenharia em realizar as promessas de campanha, esse convencimento ia se fortalecendo à

medida que Juscelino enfrentou as reivindicações dos trabalhadores pelo aumento do salário mínimo de forma conciliatória, nem tanto o que queriam os trabalhadores, nem tanto o que queriam “as classes produtoras”. Mas o contentamento que ia se forjando junto a esses grupos devia-se a implantação do programa de construção de rodovias, o início da construção da infra-estrutura necessária ao fornecimento de energia elétrica demandado pelo crescimento industrial⁸; e, sobretudo, à construção e inauguração da fábrica de caminhões Mercedes-Benz e da fábrica de automóveis DKW-Vemag.⁹

Podemos considerar como o fim dessa fase inicial, representada como o *tempo do apelo*, o discurso de Juscelino às Forças Armadas, pelo ensejo das comemorações em honra dos soldados mortos no movimento comunista de 27 de novembro de 1935. Diferente de todos os discursos anteriores, dirigidos às Forças Armadas ou aos seus segmentos, o pronunciamento de Juscelino nesse evento foi firme, enfático, decidido e decisivo. Expressava a superação da crise dentro das Forças Armadas e do perigo que esse elemento representava à estabilidade e continuidade de seu governo. A sua *palavra* para os militares denota não somente essa superação de uma fase de instabilidade e a demonstração de que estava firme no comando, mas, principalmente, a mobilização de um imaginário e símbolos caros às Forças Armadas. A chamada *Movimento comunista* marcam até hoje as Forças Armadas. Foi representada como uma alta traição aos ideais militares, aos seus princípios de respeito à hierarquia militar, modéstia, obediência à disciplina, à ordem, à coesão, ao sentimento de fraternidade, família e justiça, e à defesa da paz e da soberania do país.

⁸ Início das obras de barragens de Três Marias, que solucionaria o problema de abastecimento de energia elétrica da região sudeste. Cf. *Discursos*, 1956. p. 237.

⁹ Cf. *Discursos*, 1956. p. 345.

Juscelino fez uso dessas imagens e do imaginário militar construído em torno da *Intentona* para fazer valer sua autoridade legal e legítima de presidente eleito pelo voto popular. Em um dos seus mais longos Discursos, proferidos do ano de 1956, diz:

“Achei, meus patrícios, que, apesar de ter o país cumprido, plenamente o seu dever de gratidão para com seus heróis no dia de hoje, nenhum momento se apresentava mais oportuno para mim, (...) para falar à nação com toda a clareza, sinceridade e firmeza que a hora inspira”. (Discursos, 1956, p.347)

A partir desse ponto o discurso de Juscelino se investe de uma autoridade, que nenhum outro o expressou. O trecho que apresentamos a seguir revela o trauma desse acontecimento para os militares, ao mesmo tempo em que afirma a justeza dos princípios que valeram a “imolação dos bravos”:

“Todos sabemos porque morreram os oficiais e praças, *alguns lutando* [grifo nosso] de armas nas mãos, *outros surpreendidos em pleno sono*; sabemos que *morreram por princípios que importam mais que a própria vida* [grifo nosso], que tombaram para que pudéssemos continuar pelo tempo adiante respirando o ar da *liberdade* [grifo nosso], sem o qual tudo perde sentido, a existência não é senão uma fatalidade dificilmente suportável”. (Discursos, 1956, p.348)

A oportunidade não poderia ser melhor que aquela. Juscelino ia provando sua capacidade em desmanchar a nuvem espessa da ameaça golpista a cada vitória política no desmantelamento das artimanhas da oposição. Nessa luta incessantemente contra a oposição e, ao mesmo tempo, pela realização de seu projeto de desenvolvimento, era imprescindível à sua governabilidade contar com o apoio das Forças Armadas, uma base de sustentação política imprescindível. As Forças Armadas eram, portanto, aliados imbatíveis e era vital persuadi-las. Assim, tanto a conjuntura favorável quanto aquele momento particular conspiravam para a demonstração de firmeza e determinação no cumprimento do mandato presidencial. Juscelino tinha ainda em seu favor a experiência da participação em uma guerra civil, fora capitão da política militar, vivenciara o valor moral da ordem e disciplina militares, por fim, fora testemunha ocular do movimento comunista, vira de perto a morte de soldados e oficiais, guardava a emoção daquele testemunho.

O momento de seu discurso às Forças Armadas não poderia, portanto, ser mais oportuno do que aquele em que se mobilizava um dos mais significativos mitos, de um dos mais importantes grupos sociais, naquele momento fundamental à estabilidade do governo. O ensejo do discurso punha em ação os símbolos e o imaginário do militar, num momento especial: uma cerimônia investida de sentimentos, de emoção. Assim, fazia entrever às Forças Armadas a injustiça e o ataque implacável a que seu governo e sua figura eram cotidianamente submetidos:

“Nunca, em nenhuma época da vida do nosso país, desde a Independência, a defesa da ordem esteve tão estreitamente ligada, tão

intimamente conjugada com a defesa dos direitos dos cidadãos, com as suas conquistas cívicas e – digo-o sem ênfase – com a própria sobrevivência da nação brasileira, tal como desejamos que ela sobreviva, com os foros de sua civilização intactos, com a sua expansão e crescimento assegurados”. (Discursos, 1956, p. 349)

Juscelino jogava uma cartada decisiva para a conquista dos militares para o projeto do governo, quando mais do que afirmar, exigiu:

“O problema da ordem impõe-se neste instante como um imperativo do patriotismo de todos os brasileiros, indistintamente, civis e militares. Ordem como base de justiça, ordem como medida de segurança. (...) estou em condições de afirmar que o Brasil não só deseja, mas exige *ordem*”. (Discursos, 1956, p.350)

E continua com ênfase ao chamar a atenção, indiretamente, dos militares adversários do seu governo:

“A esses adversários sinceros e bem intencionados, dirijo uma palavra direta e franca – mantenham-se vigilantes na oposição, pois maior serviço não podem prestar ao meu governo (...), mas não contribuam para o mal comum exacerbando as paixões a ponto extremo, cavando uma separação intransponível entre irmãos; não se coloquem contra o país

que trabalha, contra os que lavram a terra, contra os que se arriscam e labutam nas indústrias, contra os que conquistam o pão de cada dia com esforço e sacrifícios, contra o brasileiro de todas as regiões, para quem a vida é uma esperança que não pode mais ser adiada indefinidamente; não se coloquem, enfim, contra os interesses mais legítimos e sagrados desta pátria, interesses esses que reclamam ordem, coesão e paz”. (Discursos, 1956, p.350)

Juscelino conclui seu discurso da seguinte forma:

“Presidente da República pela vontade do povo, disposto a governar em obediência à Constituição, não darei margem a que vinguem os propósitos desses desajustados, (...)

Conto para isso com o patriotismo e o sentimento sadio de disciplina das três armas (...).

Neste dia de hoje tenho ainda um voto ardente a formular ao Criador: é que não me falte o ânimo no cumprimento do dever e que, se a ocasião se apresentar, tenha eu a mesma bravura desses que tombaram no campo da honra, em defesa da causa da ordem, da justiça e da liberdade em nossa pátria”. (Discursos, 1956, p.354)

Juscelino mobilizava as mais caras imagens do universo imaginário militar para ratificar a sua legalidade, legitimidade e autoridade de líder político do país. Vencia, mais uma batalha decisiva das que teria pela frente. O tempo do apelo chegava ao fim com a

impressão positiva do chefe Salvador que, correspondendo ao apelo coletivo, dava mostras da superação das dificuldades, da habilidade em dirimir os conflitos, da capacidade de realização, da liderança e comando necessários ao líder, ao chefe Salvador.

Atestava o fim do tempo do apelo a mensagem dirigida aos jornalistas e radialistas de São Paulo que o elegeram *“campeão nº 1 da democracia no Brasil”*. A eles, o chefe Salvador confessa os momentos difíceis enfrentados:

“Recordo-me agora de alguns transe em que as dificuldades pareciam insuperáveis, em que a conspiração contra o regime legal dava a impressão de dominar todos os setores de nossa vida pública. Revivo certos instantes passados, e entre eles o dia em que discurssei no Partido Democrático Brasileiro, seção do Distrito Federal, comprometendo-me a não deixar tombar a bandeira que a Providência, bem mais do que os meus méritos, me colocara nas mãos”. (Discursos, 19/12/1956, p.388)

E conclui dizendo:

“Agradeço aos representantes da imprensa paulista a distinção que me deram, atribuindo-me o título de campeão da democracia e oferecendo-me a oportunidade de reafirmar (...) os princípios que inspiraram a minha campanha política em defesa da ordem, da liberdade, da democracia e da lei (...)”. (Discursos, 19/12/1956, pp.389-390)

No discurso pelo ensejo da passagem do ano, Juscelino fala das dificuldades ultrapassadas, dos acontecimentos “*vividos durante o difícil, o delicado e perigoso, mas fecundo ano de 1956*”, faz um balanço das enormes dificuldades causadas pelos adversários da liberdade, da ordem e da democracia, relata as medidas tomadas no sentido da implantação do programa do governo, dos resultados importantes que já se verificava. Agradece ao povo brasileiro, que esteve “*ao lado da causa da recuperação nacional, heróis anônimos, que a despeito de tudo fazia o Brasil avançar*”. E, por fim, faz os votos de passagem do ano:

“Que venha o Ano Bom. Que seja um bom ano realmente. Um ano de paz, um ano de respeito à verdade e ao trabalho, um ano digno, um ano nobilitante, um ano como o Brasil merece, um ano fecundo, um ano decente, um ano de *marcha* batida na direção de dias mais prósperos, mais felizes, desses grandes dias com que o povo sonha e a que aspira há muito, dias que o povo merece alcançar”. (Discursos, 31/12/1956, p.408)

Chegava ao fim o *tempo do apelo*. A partir de 1957, entrava Juscelino na fase mais fecunda, mais visível e mais significativa da sua constituição enquanto mito. Desde o início de sua carreira experimentando e aprendendo o “*valor de ação do mito*”, conseguiria mobilizar com singular proeza o imaginário social e o potencial onírico do coletivo.

Tinha início o *tempo do poder e da glória*.

CAPÍTULO 5

O TEMPO DO PODER E DA GLÓRIA

Nossa leitura sobre o período nos levou à compreensão de que as significativas mudanças realizadas no governo de Juscelino Kubitschek estão profundamente relacionadas com a mobilização do imaginário social e da mitologia política da modernidade. Defendemos a hipótese de que a mobilização das imagens de modernidade e modernização imbricadas à construção de uma identificação entre Juscelino – o chefe Salvador – e o coletivo social, constituíram um aspecto fundamental à materialização do projeto desenvolvimentista.

Partimos da premissa de que o *Plano de Metas* obteve êxito, apesar da oposição e da crescente inflação, que foram os dois maiores adversários daquele governo. Também entendemos que foram muito marcantes as mudanças efetivadas por esse programa de desenvolvimento. O ano de 1958 constitui um exemplo de como o coletivo social percebe as mudanças em curso. Naquele ano, as metas de desenvolvimento estavam em avançado estágio de realização e, principalmente, já se formava a visão de que o país passava por uma das mais importantes mudanças de sua história. O sonho de transformar o Brasil numa grande nação ganhava visibilidade, imprimia-se no imaginário coletivo, que passava a representar aquele período como um

tempo dourado, de superação dos significativos problemas, de instituição de uma nova realidade, de construção do futuro da grande nação.

Também se imprimia, no imaginário social, a representação de Juscelino que o identificava com as imagens de modernidade e de modernização. O coletivo social convencia-se de que o presidente “bossa nova”, “pé-de-valsa”, simpático, dinâmico, realizador, audacioso, mudava como prometera o país. Essa mudança acontecia não somente

legitimidade e estabilidade do Poder, quando demonstrara sangue-frio, ponderação, comedimento, prudência e moderação nos momentos de maior gravidade política. Podemos caracterizá-lo, também, como herói *celeritas*, porque “a legitimidade de seu poder não provem do passado, não depende do fervor da lembrança; inscreve-se no brilho da ação imediata”, seu poder “é convite à aventura, à partida”. Podemos, ainda, identificá-lo com o herói *legislador*, à medida em que se colocou como fundador de uma ordem social nova, ou seja, de uma sociedade em fase de consolidação de seu processo de industrialização e, principalmente, pela mentalidade nova, de crença no futuro, de euforia, que se instituiu com o seu governo. Nesse sentido, o mito JK cumpre a função do *herói providencial*. Isto é, ele representa o chefe que guia, que orienta, que realiza, enfim, o homem providencial, que segundo Girardet (1987, p.80) é o herói que “aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício...”, recusando-se a sucumbir ao fracasso.

Juscelino convocou todo o coletivo social para a grande *missão* de construir o Brasil dos sonhos, do destino de grande-nação e, assim, romper com o passado. Nesse sentido, Juscelino teria sido o herói legislador, que “quer restaure a ordem estabelecida, ou a subverta.

criticadas pela oposição, na época, porque eram compreendidas como megalomaniacas e como engodos à opinião pública.

Mas Juscelino, segundo seus biógrafos, manteve-se firme na provação, usou de toda sua experiência, prudência, sangue-frio, comedimento e moderação, para fazer brilhar sua ação imediata. Nesse sentido, seu governo teria sido um convite à aventura da construção do Brasil dos sonhos, à partida para a realização do futuro de grande nação. Seria ele o Homem providencial, em luta contínua para a concretização do que entendia ser o futuro do país. Afirmando estar ele incumbido de uma missão, para a qual fora predestinado, conduziria o coletivo por um caminho de crença, esperança e euforia no apoio ao seu governo e na mudança econômica do Brasil.

A FIRMEZA NA PROVAÇÃO: O HERÓI *GRAVITAS*

Podemos afirmar que o governo do país constituiu-se numa grande provação política para Juscelino. Durante esse período, todavia, alguns momentos se mostraram ainda mais difíceis que os demais como, por exemplo, o primeiro ano do governo, alguns acontecimentos ocorridos no ano de 1959, bem como a campanha oposicionista contra a mudança da capital e a construção de Brasília. Mas o ano de 1956 foi decisivo e, nesse sentido, compõe também o tempo do poder e da glória, mais pelo seu significado no que diz respeito à manutenção do governo JK no poder, do que pela implantação das promessas da campanha, ou seja, do programa de desenvolvimento.

Dois fatos marcaram seu primeiro ano de governo e sua atuação nesses dois momentos foi decisiva para que ele conseguisse cumprir seu mandato.

A primeira grande provação de Juscelino ocorreu nos primeiros dias do governo, entre 11 e 23 de fevereiro. Alguns setores das Forças Armadas não aceitavam sua eleição. Essa oposição levou à revolta um grupo de oficiais da Aeronáutica, que iniciou um movimento de sublevação conhecido como Jacareacanga.² A pretensão desse movimento era ganhar a adesão das Forças Armadas e, desse modo, destituir o governo. Juscelino, todavia, manteve-se firme no comando do Estado e debelou o levante. Um segundo levante de setores da Aeronáutica ocorreu em 1959, chamou-se Aragarças³, e foi menos significativa e, diferentemente da revolta de Jacareacanga, não chegou a ameaçar a estabilidade do governo, embora tenha demonstrado a persistência de descontentamentos dentro da Força Aérea.

Porém, segundo Juscelino, o fato mais importante do ano de 1956 e de todo o seu governo não foi a revolta dos oficiais da Aeronáutica – o episódio de Jacareacanga, mas a crise político-militar provocada pela formação da *“Frente de Novembro”*.⁴ Esse movimento político criou uma profunda reação nas Forças Armadas a qual foi anunciada pela imprensa de oposição, mas que não chegou a expressar a gravidade daquela crise. Essa dimensão nos é passada por Juscelino,

² Nome da localidade, em Belém do Pará, onde ficaram escondidos os insurretos.

³ Aragarças é o nome da localidade onde ficaram amotinados os oficiais do levante.

⁴ O nome *“Frente de Novembro”* era em homenagem ao golpe preventivo que havia garantido a posse de Juscelino e João Goulart. Tratava-se de um movimento político formado da aliança do PDT com o Partido Comunista. Seu objetivo era a formação de uma frente popular e nacionalista, integrada por soldados e trabalhadores, que atuariam no sentido do fortalecimento das Forças Armadas e da defesa da democracia e contra as investidas da UDN.

que a relata em detalhes em suas memórias (MCPB, 1976b, pp.89-105).⁵

A crise entre o governo e as Forças Armadas iniciara-se com a homenagem que a “Frente de Novembro” fez ao general Lott, por ocasião do aniversário de um ano do golpe preventivo que garantira a posse de Juscelino. Esse movimento contrapunha-se política e ideologicamente ao “Clube da Lanterna”, movimento liderado pela UDN e teve como consequência imediata a exaltação e acirramento da paixão e luta políticas. Esse episódio alcançou seu ápice no dia 23 de novembro de 1956 e, por pouco, não resultou na deposição do governo. Juscelino declarou, que: *“a crise de novembro, por suas características próprias e pelas implicações que poderia determinar, constituiu, sem dúvida, a mais grave – mas, ao mesmo tempo, foi a última – que tive de enfrentar durante todo o meu governo”* (MCPB, 1976b, p.105).

O que ocorreu foi que as tensões existentes nas Forças Armadas não foram resolvidas com o desfecho de Jacareacanga, mas apenas contidas, uma vez que a UDN não dava trégua ao governo.

O *Clube da Lanterna* possuía algumas das mais importantes lideranças das Forças Armadas de então. Além da Aeronáutica, a UDN havia estendido sua influência à Marinha e, em menor proporção, ao Exército. Assim, o surgimento da *Frente de Novembro*, seu objetivo político e as homenagens ao general Lott, a quem os udenistas não perdoavam, deu origem a forte reação militar, especialmente entre as altas patentes da Marinha.

Em decorrência dessa insatisfação todos os almirantes, à época, subscreveram um documento, que deveria ser divulgado na imprensa como sendo a opinião das Forças Armadas em relação à *Frente de Novembro*, que entendiam como um movimento subversivo, de inspiração comunista. Esse documento fazia duras críticas ao

⁵ Por MCPB, 1976b, leia-se *Meu Caminho para Brasília*. Volume 3: 50 anos em 5.

governo, e foi levado ao conhecimento de Juscelino pelo então ministro da Marinha, o almirante Alves Câmara. Juscelino entendeu que, se o documento fosse divulgado na imprensa, como era o objetivo dos almirantes, a crise certamente criaria uma situação insustentável, cujo fim provavelmente seria a sua deposição.

Juscelino narra esse episódio de forma dramática. Afirma que após constatar que suas tentativas de convencer o almirantado a não publicar o documento haviam sido frustradas, ele próprio redigiu um novo documento que deveria ser assinado pelos almirantes. Esse novo documento,

“Tratava-se de uma nota oficial, a ser distribuída à imprensa, em cujo texto era negada a existência de qualquer documento assinado por altas patentes da Marinha, que comprometesse os vínculos de hierarquia e disciplina que deveriam ser respeitados por todos os integrantes das Forças Armadas. Li-a para o ministro, que a aprovou”. (MCPB, 1976b, p.102)

Ele lembra que, percebendo a indecisão do ministro da Marinha quanto à aceitação, por parte dos almirantes, do documento por ele redigido, *“disse-lhe com serenidade, mas com determinação”*:

“Agora, senhor ministro, leve o documento e submeta-o à assinatura dos almirantes. Caso não obtenha êxito em sua missão, volte para morrer ao meu lado, pois não me curvo a

imposições e defenderei a minha autoridade com sacrifício da própria vida". (MCPB, 1976b, p.102)

Juscelino demonstrava sua determinação em pôr fim à indisciplina que estava reinando nas Forças Armadas, e a tomar para si as rédeas de seu governo.

Foi, portanto, nesse momento de grave e profundo conflito, que ele teria mostrado, mais uma vez, suas características de *herói gravitas*, ou seja, a experiência, a prudência, a habilidade e o sangue-frio para resolver questões de extrema tensão. O primeiro ato, nesse sentido, foi ordenar a prisão do general Juarez Távora, a quem foi atribuída a liderança da conspiração que estava sendo urdida dentro das Forças Armadas. O segundo ato foi extinguir o Clube da Lanterna e a Frente de Novembro.⁶

Em poucas horas, Juscelino havia mobilizado todas as lideranças das Forças Armadas que apoiavam seu governo, decidido a prisão disciplinar e punitiva do líder da conspiração, e convencido os almirantes a cessarem o movimento de indisciplina com a demonstração clara de sua determinação em manter-se no poder, defender a legalidade de seu governo e a disposição de aplicar o regulamento militar e punir por meio de prisão todos os militares que ferissem a hierarquia, a disciplina e a ordem.

Foi, assim, debelada a conspiração, iniciada uma nova fase na relação com as Forças Armadas, fortalecido o governo e, por

⁶Juscelino costumava consultar seus assessores nas questões mais polêmicas. Nesse caso, auxiliaram-no em sua decisão: Nereu Ramos, líder do governo; general Batista Teixeira, chefe da Polícia; José Maria Alkmim, ministro da Fazenda; almirante Lúcio Meira, ministro da Aviação; e, o autor da sugestão, Tancredo Neves, Deputado Federal, um dos seus mais importantes assessores.

consequente, garantido um clima de calma, embora relativa, para a atuação de Juscelino e sua manutenção no poder.

Em fins de janeiro de 1957, no aniversário de um ano do governo, foi ventilada, dentro do alto escalão, a notícia de que um golpe estava se urdindo e que o presidente seria seqüestrado. Diante dessa possível ameaça, as Forças Armadas teriam, segundo Juscelino, dado *“uma significativa prova da lealdade”* ao governo reafirmando o seu apoio. Juscelino narra o episódio da seguinte forma:

“(…)A notícia do complô havia transpirado. E os chefes militares, leais ao Governo, talvez procurando desagrar a intenção dos conspiradores – se, de fato, eles existiram – procuraram dar uma demonstração de força, mobilizando todas as suas unidades. À altura da Barra da Tijuca, surgiram os submarinos da Esquadra para escoltar o cruzador, e o Forte de Copacabana deu uma salva de vinte e um tiros, enquanto aviões a jato da FAB faziam evoluções. À entrada da Barra, fui saudado pelas fortalezas de Imbuí, São Luís, Santa Cruz, Lage e São João e a Esquadra tomou posição, para o desfile, (...). Em seguida, em carro aberto, segui para o Catete, escoltado pelos Dragões da Independência em uniforme de gala.

No palácio, agradecendo a recepção dos ministros e das autoridades que ali foram me cumprimentar, procurei ressaltar esse significado daquela consagração militar: “Estou convencido” – declarei então – “de que a homenagem que as Forças Armadas acabam de prestar ao presidente da República nada mais é do que uma homenagem tributada à lei e à Constituição. Sinto-me satisfeito de que isso tenha ocorrido justamente na data do primeiro aniversário de meu Governo. É um acontecimento que não deve ser esquecido. Ele assinala, de forma a não comportar qualquer

dúvida, que é perfeita a consolidação do regime democrático no País e que todos, durante este quinquênio, poderão exercer livremente seus direitos, já que vivemos sob o império da Lei e da Constituição". (MCPB, 1976b, pp.122-123)

As Forças Armadas teriam mostrado, com essa grandiosa exibição, toda visibilidade possível de seu apoio ao governo JK, tomando, desse modo, indubitável seu posicionamento político.

Ora, num contexto de tantas incertezas e de profunda tensão a demonstração das Forças Armadas era de enorme significado para o governo. Esse apoio garantia a estabilidade institucional e minimizava sobremodo a crise política, tornando-se fundamental para que os anos de 1957 e 1958 transcorressem em clima de relativa calma. Muito provavelmente, esse apoio foi um dos aspectos mais importantes, para que o governo entrasse numa nova fase, que se constituiu, por sua vez, numa das mais significativas para o processo de construção do mito. Devido ao clima de relativa paz, pôde-se, em 1957, concluir a etapa inicial de implantação de todas as metas; e, em 1958, começar a se usufruir de seus resultados, ao mesmo tempo que se visualizava o estágio avançado das mudanças que se vivenciava.

Mas para que as mudanças prometidas se concretizassem, foi travada, desde o início, uma intensa luta, sobretudo, no campo da política e nos seus *lugares institucionais*: o parlamento; os partidos políticos e demais instituições; e, no campo do imaginário político. Juscelino e seus biógrafos destacam a significativa importância de seu temperamento e características políticas para enfrentar à oposição, ao mesmo tempo, que continuava a realização do Plano de metas. Eles mostram que, no campo político institucional, Juscelino usou toda sua experiência, prudência, sangue-frio, moderação e comedimento (ou seja,

as qualidades apontadas por Girardet como características do *herói gravitas*), bem como toda sua acuidade, intuição e ousadia políticas (as qualidades apontadas por Berlin para os mitos políticos).

Segundo Juscelino e seus biógrafos, as provações impostas ao seu governo foram provenientes da luta especificamente política. Alguns aspectos dessa luta podem ser apreendidos nos Anais do Congresso e nos jornais de oposição, da época. Os artigos veiculados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, desse período, nos permitem entrever um pouco da intensidade desse conflito. No ano de 1956, por exemplo, cerca de cinquenta por cento dos *editoriais*, desse jornal, constituiu-se de artigos de crítica ao governo. Esses artigos foram destinados, na maioria das vezes, à pessoa Juscelino Kubitschek, enquanto cerca de doze por cento eram direcionados às questões propriamente econômicas e, aproximadamente, a mesma percentagem às questões sociais, dentre elas as que se referiam aos problemas da região Nordeste.

“Com o pensamento, talvez em Epitácio e João Pessoa, o *presidente (?)* [grifo nosso] da República falou grosso no discurso de Campina Grande. Mas acontece que a Paraíba tem uma tradição de seriedade nas lutas políticas, sendo difícil impressioná-la quando a palavra não é acompanhada de ação enérgica e firme. (...) É que à nossa malícia jamais escapariam as dificuldades do hóspede para fazer-se acreditar naquelas solenes afirmações de seu discurso: *Eu mando, eu comando, eu governo...* [grifo do autor]”. (*ESP*, 30/05/1956, 3)⁷

⁷ Utilizaremos a abreviatura *ESP* para designar o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Esse jornal questionava o governo, no sentido *lato* da palavra, e não reconhecia Juscelino como presidente. Para esse órgão, o que menos Juscelino podia fazer à frente do governo, era comandar, pois em sua compreensão, quem mandava, comandava e governava era o general Lott, através do PTB. Assim, durante o ano de 1956, o teor dos artigos sobre a política, a situação nacional e o governo apresentavam, invariavelmente, o mesmo tom de descrença e desqualificação acerca de Juscelino, que, segundo o discurso oposicionista, não comandava, porque, nem tinha condições políticas nem competência para isso. Em decorrência dessa recusa em relação ao governo, *O Estado de S. Paulo* não poupou o programa de desenvolvimento, ao qual chamou de *Planificação Papai Noel*, em clara demonstração de sua total descrença de que fosse possível a realização do Plano de Metas. O trecho abaixo é uma das inúmeras mostras do jornal, nesse sentido. Vejamos:

“O presidente da República parece não se ter compenetrado devidamente da responsabilidade do lugar que ocupa e julga-se ainda na fase das irresponsáveis promessas da sua campanha eleitoral. É um lamentável equívoco que de certo modo traduz o pouco respeito que ele nutre pela Nação que chefia. Tudo se pode humanamente perdoar a um chefe de governo: erros e incompetência. O que é imperdoável é a leviandade com que promete uma coisa que sabe de antemão não poder cumprir”. (*ESP*, 18/05/1956, p.3)

Esse jornal manteve-se em oposição, por todo o mandato desse governo. Na tentativa de visualizar quantitativamente os artigos que indicavam a oposição d'*O Estado de S. Paulo*, percebi que as

percentagens dos artigos que indicavam a preocupação desse jornal, em relação aos problemas sócio-econômicos, variaram nos anos de 1957 a 1958, período em que foram inauguradas inúmeras obras e instaladas inúmeras indústrias, todavia, manteve-se significativa quantidade dos artigos na linha de oposição ao programa do governo. Já nos anos de 1959 a 1960 os artigos contendo críticas ao governo voltaram a constituir maioria dos editoriais desse órgão. Esses anos foram de definição do candidato da oposição e de campanha à sucessão presidencial.

Já a participação da revista *O Cruzeiro* na luta política era paradoxal. Seu proprietário, Assis Chateaubriand, dono do poderoso império das comunicações – Os Diários Associados – foi eleito Senador, em 1955, graças à intervenção de Juscelino junto ao PSD maranhense, e apoiara a campanha de Juscelino, mas esse apoio não era incondicional:

“O ‘apoio’ se traduzia pela publicação de anúncios pagos pelo candidato (e os veículos não recusavam publicidade de ninguém, nem mesmo dos adversários) mais a garantia da cobertura jornalística da campanha – pela qual o candidato também tinha que pagar, (...) [em decorrência desse apoio] Kubitschek terminou sua campanha eleitoral com uma dívida de (...) 1,3 milhão de dólares da época (...)” (MORAIS, 1994, p.573)

Talvez, por isso, o “apoio” dos Diários Associados não tenha se mantido constante no decurso do governo. Fernando Morais (1994), afirma que a propósito respeitar à liberdade de expressão,

Chateaubriand permitia que seus jornalistas, críticos do governo, como por exemplo, David Nasser,⁸ exprimissem suas opiniões e pontos de vista. Também permitia a publicação de matérias pagas dos adversários de Juscelino. Assim, os artigos políticos, dessa revista foram, em sua maioria, críticos do governo e não o pouparam, mesmo tendo Juscelino, em fins de 1956, nomeado Chateaubriand como Embaixador do Brasil na Inglaterra.

A impressão que se tem ao se ler em notícias políticas dessa época é que, a qualquer momento, o governo chegaria ao fim, tal a tensão passada pela imprensa de oposição, particularmente. O clima político, transmitido pela oposição é o de uma insustentabilidade irreversível do governo. Os artigos da seção política d'*O Cruzeiro*, em 1957, por exemplo, foram dirigidos, principalmente, à especulação da sucessão presidencial, cujas eleições estavam marcadas para outubro de 1960.

Dentre as nossas anotações da leitura d'*O Cruzeiro* e d'*O Estado de S. Paulo*, chamou-nos atenção a luta renhida pelo poder. Mesmo em 1958, um dos anos mais calmos do governo JK, a revista publicou vários artigos que apontavam para uma situação de crise. Um deles expressa bem a tensão desses tempos. Trata-se do artigo intitulado: *"Prepara-se a crise no bojo da campanha eleitoral"*, cujo enunciado afirma:

"Atrito do governo com a Justiça eleitoral, incentivo aos inquéritos sobre fraude e corrupção, composição hostil ao Congresso, tendência de forças política a se isolarem do governo poderão incidir no processo da crise econômico-financeira, gerando a crise do

⁸ David Nasser é considerado um dos mais eminentes nomes do jornalismo brasileiro.

declínio” [grifo nosso]. (*Cruzeiro*, 27/09/1958, pp.80-81)

O anúncio da *crise do declínio*, ainda em 1958, quando a economia crescia aceleradamente e eram significativas a empolgação e a crença de que finalmente seriam resolvidos os problemas do país, certamente deveu-se ao fato de ser aquele um ano eleitoral. Estava-se em campanha para as eleições à sucessão estadual e no Congresso, o que exigia, por parte de Juscelino, grande habilidade na manutenção de sua base política, uma vez que havia tensões entre o PSD e o PTB. Essas tensões eram resultadas dos diferentes interesses e das disputas internas pelo poder entre esses dois grandes partidos.

O artigo permite-nos também entrever as investidas políticas feitas pela UDN, cujo maior objetivo continuava sendo a deposição de Juscelino. E, nesse sentido, tudo se fez para a desestabilização e inviabilização do governo. No Parlamento, aquele partido usou da seguinte prática: criou dificuldades para a aprovação dos projetos governamentais; retardou, o quanto pode, a votação das matérias de interesse do governo; apresentou projetos para a limitação do poder presidencial; propôs novas normas para as eleições; ao mesmo tempo em que atacava cotidianamente a atuação e a política governamental. Em 1958, conseguiu criar um atrito entre a Justiça Eleitoral e o governo. E, com o intento de frear o andamento do Plano de Metas, que já se tomava uma realidade, passou a exigir a realização de inquéritos que, a propósito de apurar denúncias de fraudes e corrupção, tentavam interromper as mudanças que conferiam, cada vez mais, popularidade e credibilidade ao governo.

No que diz respeito aos questionamentos quanto à construção de Brasília, Juscelino escreveu *Por que Construí Brasília*, um

livro feito especificamente para explicar os motivos que o levaram a persistir na realização dessa meta. Nesse livro, ele declara que a luta que enfrentou para levá-la a termo foi uma das mais difíceis de toda sua vida. Essa determinação em superar obstáculos, de estar em luta contínua, constitui um exemplo característico do mito político, que Girardet denominou de herói *gravitas*. Não fora essa qualidade, dificilmente teria o líder político conseguido vencer as provações que lhe foram postas.

O CONVITE À AVENTURA: O HERÓI *CELERITAS*

Outra característica do mito JK foi a de herói *celeritas*, ou seja, o herói que tem como qualidade uma capacidade particular de mobilizar o coletivo social.

A legitimidade do poder desse modelo de herói, como afirmou Girardet, não provém de uma herança política do passado, não depende do fervor da lembrança de um antepassado, de um mestre, mas, do brilho da ação imediata, do *convite à aventura, à partida*.

É claro, que durante sua campanha à presidência, Juscelino invocou alguns mitos políticos, bem como suas próprias realizações no governo de Minas, que foram significativas. Mas o poder de sedução que exerceu sobre o coletivo deveu-se, principalmente, à capacidade de persuadir as camadas populares, e setores das elites dominantes, de que o programa de desenvolvimento que propunha realizar era viável e de que representava os interesses e os sonhos coletivos.

Devido à situação específica de forte oposição e profunda tensão políticas, todos os seus pronunciamentos foram, ao mesmo tempo, de defesa da ordem, da liberdade e da paz, isto é, das condições necessárias à sua manutenção no poder, mas também de convite à partida, à aventura de construir o Brasil do futuro próspero e do destino de grande nação. Esse convite tocava o coletivo, porque mobilizava o imaginário social, porque o sonho de tomar o Brasil uma grande nação estava muito presente. Sabemos que o processo de constituição da nação, da identidade nacional, passa pela formação de um imaginário social que acalenta um sonho de tomar-se um país rico, respeitado. Os grandes mitos da sociedade brasileira: os Bandeirantes, Tiradentes, Dom Pedro II, Barão de Mauá, Getúlio Vargas, dentre outros, conformam imagens simbólicas de características consideradas fundamentais à constituição de “um grande país”, “um grande povo”, “uma grande nação”. Esses mitos nacionais podem ser entendidos como modelos de força mobilizadora que chamam o coletivo à partida, à aventura.

Juscelino renova esse chamamento, mobiliza esses anseios, mostra, como saída, a modernização – força transformadora da realidade de pobreza e atraso, em pujança e prosperidade, ela própria, imagem de um outro mito, o da modernidade. Na qualidade de guia, apresenta um plano de desenvolvimento, de enriquecimento e prosperidade. Ora, planejar é acreditar no futuro e o *Plano de Metas* empolgara parcela significativa do coletivo social, que nele passou a acreditar cada vez mais. O Plano de Metas, ou seja, o conjunto de projetos que visavam à solução de vários problemas econômicos do país, sendo que alguns deles se propunham solucionar os mais significativos problemas sociais, da época, cumpria o papel vital de recuperar a confiança no governo.

Alguns desses projetos encontravam-se apenas esboçados, ou coalhando numa gaveta qualquer dos gabinetes federais ou mesmo

nas agências internacionais de fomento como, por exemplo, o projeto de construção de Fumas e Três Marias que estavam no Banco Mundial.

A missão mista Brasil-Estados Unidos, ocorrida em 1948, orientava os governantes brasileiros à realização de mudanças econômicas nos setores financeiro, de energia, de transporte e de abastecimento. A criação da Petrobrás, em 1953, no governo Vargas e, sua consolidação definitiva no governo JK, foi fundamental à materialização do Plano de Metas. Pois, como realizar um projeto tão ambicioso sem petróleo, sem asfalto? *“Poderá parecer inverdade mas, até 1955, o Brasil não fabricava esse produto”* (MCPB, 1976b, p. 126). Faltavam os produtos essenciais para atender a demanda da implantação das metas.

As principais metas do projeto de desenvolvimento do governo constituíam-se de projetos já existentes, surgidos das sugestões feitas pela Missão mista Brasil-Estados Unidos, retomados por Juscelino. Há muito já se sabia o que deveria ser feito para a solução de alguns dos grandes problemas da economia brasileira. O governo JK, portanto, aproveitava os antigos projetos, alguns deles redimensionados, e assim ganhava um tempo importante para que a mudança ocorresse na sua gestão. Desse modo, *“apesar de estar no governo há apenas três meses, já repontavam aqui e ali, obras evidenciando que as palavras do candidato não tinham sido em vão”* (MCPB, 1976b, p.53).

Isso, contudo, não impedia a campanha de oposição ao governo. A polêmica em torno do Plano de Metas residia na dimensão do projeto de modernização e, especialmente, no grau e tipo de participação do Estado nesse processo. Não havia, por exemplo, divergências no tocante à compreensão de que, para a intensificação da industrialização, fazia-se mister, dentre outras medidas, a criação da Petrobrás, de uma infra-estrutura no setor da energia elétrica, de

siderúrgicas e de estradas. As divergências consistiam em se a Petrobrás deveria ser uma empresa de capital privado internacional ou uma estatal. Essa mesma divergência se estendia à proposta de criação da Eletrobrás, bem como das empresas que cumpririam um papel estratégico para o desenvolvimento do país. Logo, o que estava em discussão e em disputa política era a orientação do Estado, no processo de industrialização, e o modelo de desenvolvimento.

As diferentes visões, no tocante à direção do Estado e os diferentes interesses econômicos e políticos geravam conflitos e paixões políticas, que produziam um ambiente de profunda tensão. A visão do governo JK era clara: entendia que era necessária a intervenção do Estado para que houvesse desenvolvimento e mudança. Mas a transformação que propunha não poderia ocorrer, no tempo recorde de cinco anos, sem a liderança de um chefe Salvador, sem a mobilização dos mitos e do imaginário e sem que, para esse objetivo, fosse utilizada toda a força política e econômica que o Estado pudesse mobilizar.

Assim, para acabar com o atraso e superar os problemas sociais, ressaltou-se, em cinco anos, o coletivo social foi chamado à aventura de construir o Brasil do futuro. E foi mobilizado na construção das siderúrgicas, necessárias à produção do aço para as indústrias; das hidrelétricas, necessárias ao fornecimento da energia que movimentaria as indústrias e a economia, além de que levariam a modernidade às mais amplas camadas da população; das rodovias, que integrariam o país de dimensões continentais e encerrariam o processo de sua conquista, ocupando-o; da indústria automobilística, que produziria os caminhões, tratores e automóveis de passeio; na modernização da agricultura, para o abastecimento alimentar das cidades e diminuição da carestia; e as medidas de combate aos problemas sociais pela política de valorização das regiões mais pobres do país, a Amazônia e, particularmente, o Nordeste.

Dava-se partida à construção da grande nação, do futuro próspero.

Juscelino não somente reafirmava seu lema, como também fazia questão de mostrar que estava determinado a concretizar as mudanças propostas. Ele explicava essa sua determinação como sendo fruto de sua convicção inabalável no desenvolvimento. Para ele, o conceito de *desenvolvimento* era mais amplo e profundo do que o de progresso, *“tratava-se de uma verdadeira filosofia social, com reflexos em todos os setores da atividade nacional”* (MCPB, 1976b, p.23). E, para realizar o desenvolvimento, teria que chamar o coletivo social à luta contra as estruturas que dificultavam ou limitavam a realização de suas aspirações. Nesse sentido, ele entendia que:

“ ‘Esperança e desânimo’, já afirmava Erich Fromm, não são fundamentalmente fatores psicológicos individuais. São criados principalmente pela situação social do País. Se o povo tiver razões para acreditar que está marchando para um futuro melhor, poderá remover montanhas. Não tendo essa esperança, ficará estagnado e perderá energia”. (MCPB, 1976b, p. 23)

Porém, as “razões para acreditar” precisavam ser criadas. Assim, uma das primeiras medidas do governo foi dar visibilidade ao seu projeto, iniciando as obras que prometera. Mas, para isso, era necessário dispor de um significativo investimento de capital. Nesse sentido obteve, junto ao *Eximbank*, um empréstimo para a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional. Também foi ampliada a Companhia

Belgo-Mineira e iniciada a instalação da USIMINAS e Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cf. MCPB, 1976b, pp.52-53).

Essas realizações foram feitas com grande propaganda. No discurso proferido pela rede de radiodifusão da *“Voz do Brasil”*, por ocasião dos seus primeiros meses de gestão presidencial, Juscelino afirmou: *“(...) o Brasil está reagindo... já estão chegando sinais evidentes de que a nossa marcha para o destino de grande nação está retomando seu ritmo regular, que em breve será acelerado”*. (DISCURSOS, 31/07/1956, p.204).

O chefe de Estado apresentava, sucintamente, todas as ações do governo no sentido do controle da crise, da dissolução do clima de incertezas e da implantação do Plano de Metas, para desenvolver os *“50 anos em 5”*. Afirmava Juscelino que:

“As medidas concretas foram tomadas, de acordo com diversas empresas particulares, para o aumento da produção siderúrgica. Nesse particular, pode o governo anunciar que iniciou plenamente a marcha para atingir as etapas previstas”. (DISCURSOS, 31/07/1956, p.216)

Em seguida, apresenta as principais medidas:

“Além da duplicação do que produz Volta Redonda, foram tomadas providências para um acréscimo de duzentas mil toneladas na produção dessa grande usina siderúrgica, a que virão crescer mais cem mil toneladas de aços finos da Acesita, duzentas mil toneladas de aço da Belgo-Mineira, duzentas mil toneladas da

Mannesmann, cinqüenta mil toneladas da Ferro e Aço de Vitória, sem contar com outras indústrias menores, que se estão aparelhando para aumentar a sua produção. (...).

As indústrias automobilísticas estão em marcha. Posso proclamar que, dentro de catorze meses, jipes fabricados no Brasil estarão desbravando o nosso *hinterland*. A Willys Overlan, (...) vem de assumir o compromisso de nacionalizar esse veículo em pelo menos oitenta e cinco por cento do seu peso (...).

Com a execução do projeto, já aprovado, para fabricação de caminhonetas e furgões leves da marca D.K.W., da Vemag S.A., ter-se-á, dentro de trinta meses, uma nacionalização de setenta e cinco por cento desses veículos, incluindo o seu motor.

Por outro lado, a Mercedes-Benz S.A. produzirá no país o seu caminhão de porte médio movido a óleo diesel.

Ainda no mês de agosto serão recebidos vários projetos para fabricação de caminhões e automóveis, de grandes firmas estrangeiras, em virtude das medidas adotadas pela administração.

Estabelecer-se-á, também, em níveis capazes de atender às nossas necessidades, a produção nacional de tratores e locomotivas.

Simultaneamente, o governo incentivou o aumento da produção de alumínio, no sentido de atingir as etapas prometidas, e bem assim anunciará, em breve, as medidas de construção naval. Com o objetivo de atender às necessidades imediatas de transportes marítimos e reaparelhar a nossa frota de cabotagem em regime de plena deterioração (...).

No setor de estrada de rodagem, é-me possível afirmar que o ritmo de trabalho se agigantou. O incremento de construção observado nestes últimos três meses, foi de duzentos por cento superior ao primeiro trimestre (...).

Não pretendo alongar-me nestes comentários. Mas posso assegurar que, longe

de conhecer o Brasil a estagnação, estamos numa hora de dinamização, e digo isso obedecendo à verdade exclusivamente, não havendo da parte do governo nenhuma intenção de fazer propaganda, de exhibir-se". (DISCURSOS, 31/07/1956, pp. 216-218)

Os números acima apresentados eram extraordinariamente elevados e, tudo nos leva a crer, que causaram grande espanto no coletivo social. Possivelmente, as camadas populares não faziam idéia do que, em termos econômicos, significavam esses números, mas criam serem gigantescos. Realmente o eram. Tanto que muitos dos partidários de Juscelino questionaram sua necessidade. Mais uma vez foi preciso que ele convencesse seus correligionários do acerto dessa meta, dentre eles o governador de Minas, Bias Fortes. A esse respeito Juscelino diz que:

"Naquela época, entretanto, raciocinava-se em dimensões liliputianas. Falar numa usina de 1.100.000 KW era considerado uma loucura. Desse potencial, só existiam centrais elétricas na Rússia e nos Estados Unidos. Como o Brasil poderia ter a audácia de pensar num empreendimento de tanta envergadura? Se Fumas era uma loucura, o espanto tornou-se maior quando anunciei que iria construir, simultaneamente, Três Marias. Um milhão e cem mil KW de um lado; e quatrocentos e oitenta KW do outro! A maior oposição, por incrível que pareça, surgiu justamente em Minas, em cujo território Fumas seria construída. Era a velha mentalidade obscurantista que aflorava de novo, para tentar

travar qualquer iniciativa que visasse o progresso do Brasil". (MCPB, v.III, p.145)

O governo realizava, nos seus primeiros seis meses de comando, muito mais do que os governos anteriores. Mostrava, daquela maneira, que se empenharia para realizar sua promessa de mudar o país. No final do balanço do primeiro semestre do seu governo, Juscelino renovou o convite dirigido ao povo brasileiro, chamou a todos à aventura, à partida:

"(...) quero dizer ao povo do Brasil, a este povo que conheço por tê-lo visitado em todos os quadrantes do País, ao povo das grandes cidades e ao dos pequenos núcleos de vida heróica, quero falar aos meus patrícios, particularmente aos que necessitam de esperança para efeito de resistirem aos sofrimentos que suportam, quero afirmar que longe de estarmos perdidos ou parados, viajamos de novo ao encontro do nosso alto destino. Os ventos começam a ser propícios, o Brasil é uma nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha". (DISCURSOS, 31/07/1956, p. 220)

A aventura estava iniciada. Por todo canto, havia obras. Fora dada a partida à grande tarefa *"do Brasil para o encontro consigo mesmo"* (DISCURSOS, 1956, p.220). O chefe Salvador seque a aventura de guiar seu povo ao alto destino.

A CRENÇA NO FUTURO: O HERÓI LEGISLADOR

“As crianças dormiam, afinal, desde o escurecer. Pela janela, as estrelas pareciam espiá-las ali dentro. Uma distância de mundos ao redor desceu até nós três: os dois meninos e eu, médico, naquele rancho de adobe, perdido no centro do Brasil. Senti a distância estender-se em torno, em contorno, um risco a correr desde a ponta do País, lá em cima, até embaixo, ao fim do mapa, e a coruscar pelo outro lado até lá em cima, outra vez.

Estremeci. (...)

Era (isso é que era) o Brasil a abrir-se em mim, como num sonho, é verdade, um sonho cujo centro era a consciência de um mundo em torno, um mundo ao redor (...) e em volta do Brasil – (...) – dentro do qual, porém, aqueles dois pequenos desmaiavam, um dia ou outro, e não dormiam, até acontecer passar um médico e haver um diagnóstico – Fome! [grifos nossos]. E um só remédio – integrar a Nação toda no desfrute dos bens comuns da Pátria [grifos nossos]. (MA, 1962, p.9)

Os grandes problemas do país tinham e têm, como consequência imediata, a fome. O estado de miséria da maioria da população brasileira era de conhecimento público. Naquela década de 1950, pudemos observar na documentação consultada, que todos os partidos e entidades organizadas debatiam o problema da pobreza do país. A imprensa não cessava de anunciar a miséria em que vivia grande parte das camadas populares. Não obstante, acreditava-se na sua superação, e a imprensa, fosse de oposição ou da situação, declarava numa só voz, a crença no futuro. Aliás, a oposição ao governo

JK era justificada na crença na superação dos problemas do país. Isto é, a oposição ao governo explicava-se pela discordância em relação às medidas adotadas, então entendidas como ineficazes ao combate dos problemas. Ao contrário do que pregava Juscelino, no programa de desenvolvimento de seu governo, a oposição o condenava por julgá-lo um engodo e um grande equívoco político. Encontramos, nos jornais e revistas de oposição desse tempo, frases que afirmavam o desejo de mudança e a crença no futuro, como a que segue:

“Não descremos no Brasil, não duvidamos jamais dos seus destinos [o de grande nação]. É a esperança em seu futuro que nos tem iluminado os passos. Não saberíamos justificar o apostolado democrático a que nos vimos consagrando há quase um século já, senão por uma fé profunda e indestrutível nas virtudes da nacionalidade”.
(ESP, 31/08/1956)

Enunciados como esse, acima, revelam o quanto estava presente, no imaginário o anseio pela mudança, embora o trecho acima também possa ser entendido como uma resposta da oposição à acusação que Juscelino lhe fazia de querer contaminar o povo com sua visão pessimista. Ora, o pessimismo ocupava o lugar comum das críticas da oposição que, desde Vargas, de tudo desacreditava. As camadas populares, as mais atingidas pela conjuntura de incertezas e de dificuldades econômicas, possuíam motivos vários para não crer nas promessas políticas. Todavia, esses mesmos motivos os levavam a desejar fortemente uma mudança.

A linha que separa o pessimismo da esperança parece ser tão tênue quanto a que separa o choro do riso. Assim, o clima de incerteza que produz a descrença, o pessimismo, é o mesmo que permite o sonho, a esperança, a fé. Juscelino compreendia que atuava num espaço fronteiriço, limite em que podia canalizar, mais significativamente, a força do campo subjetivo.

Herói *legislador*, ele oferece ao coletivo, a oportunidade de mudar seu país e suas vidas, e ele os convoca à aventura. Mais do que convidá-los à partida, ele os convence de que a mudança era possível e que deveria se iniciar pela mudança da mentalidade, da postura diante das dificuldades. Desse modo, inaugurou um tempo: o da crença no futuro, o do entusiasmo e o do otimismo.

Era possível superar os graves problemas do país (leia-se camadas populares)? O que era preciso para o País se tornar uma grande nação? Havia pelo menos duas respostas para essa questão: a visão denominada de intervencionista, e a dos liberais. As diferenças entre essas duas visões residiam, basicamente, no papel do Estado na condução da política econômica. Os liberais entendiam que o Estado devia administrar os diferentes interesses econômicos, de maneira a permitir a livre ação do mercado. Para eles, o Estado deveria intervir somente nas questões que fugiam aos interesses do mercado, tais como, a educação, a habitação, a saúde. Já os partidários do Estado interventor, entendiam que além das questões sociais, também cabia, ao Estado, a orientação da política econômica, o planejamento e a criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico, principalmente, o do setor industrial.

Do ponto de vista da compreensão econômica, tantos os intervencionistas, quanto os liberais, concordavam na criação da infra-estrutura para o desenvolvimento da economia brasileira. Entendiam, também, que o desenvolvimento econômico implicaria na solução dos

problemas sociais. Mas o que fazer para desenvolver o país? A missão mista Brasil-Estados Unidos havia aconselhado a atração de capitais estrangeiros para os setores da energia, transporte e, principalmente, para a exploração do petróleo. Também orientou para a construção da estrutura para o armazenamento da produção agrícola, e a revisão da política monetária. Compreendia-se que, seguidas essas orientações, resolver-se-iam os principais problemas econômicos, iniciando, então, uma nova fase do desenvolvimento. Nesse ponto, as diferenças entre intervencionistas e liberais, mais uma vez, consistiam no grau de intensidade e no tipo de participação do Estado na orientação econômica.

Com exceção da orientação para a exploração do petróleo, praticamente todas as sugestões da missão mista Brasil-Estados Unidos foram transformadas em metas de governo. Todavia, a realização dessas metas, só seria possível através da intervenção do Estado na economia, da mobilização dos agentes econômicos no sentido da aceleração, e da intensificação do processo de industrialização. Assim, na condição de chefe do Estado, Juscelino não somente tomou as medidas necessárias à solução dos problemas econômicos mais urgentes, como foi além e propôs a realização de metas ainda mais audaciosas.

Contudo, para que as metas se objetivassem era preciso construir a crença no governo, a crença de que era possível a mudança, a construção do futuro, o cumprimento do destino de grande nação. A crença também funcionava no fortalecimento do apoio político imprescindível ao programa de governo, bem como da sua manutenção no poder. Nessa perspectiva, o programa de metas era apresentado como a *redenção* do País. Daí a importância de cada meta nesse processo de redenção. Daí sua realização implicar na destruição das barreiras que impediam o desenvolvimento, ou seja, uma melhor

condição de vida para as camadas populares, bem como o atendimento às ambições dos grupos econômicos, a evolução cultural do povo e o cumprimento do destino do país.

A imagem do *“destino de grande nação”* aparece em praticamente todos os pronunciamentos feitos por Juscelino, mas, particularmente, nos discursos proferidos no ano de 1957, o que nos leva a entender que essa imagem possuía uma significativa força de mobilização do imaginário. Outra imagem que também aparece em praticamente todos os discursos de Juscelino é a representada pela palavra *“marcha”*. Dos oitenta e seis discursos registrados, nesse ano, quatorze referiram-se a inaugurações de hidrelétricas, usinas e fábricas; onze a instalação de fábricas e congressos científicos; nove foram proferidos em eventos dos quais Juscelino foi o paraninfo; nove foram dirigidos ao povo. Em todos esses discursos foi evocado o imaginário da modernidade e, especialmente, o sonho de transformar o Brasil, numa grande nação. E, em todos esses discursos, as principais metas foram apresentadas e defendidas como condição para o alcance do destino ansiado, e como medidas já em andamento, em marcha.

Juscelino convencia parte significativa da população de que a ampliação das usinas siderúrgicas já existentes e a construção de novas usinas, bem como das hidroelétricas, das rodovias e da indústria automobilística, resolveriam os graves problemas econômicos do País. Mais que isso, empolgava o coletivo social com a promessa da materialização, já no seu governo, do sonho de um futuro próspero. Essa promessa ganhava cada vez mais visibilidade à medida em que iam entrando em funcionamento as novas indústrias, sendo inaugurados os novos trechos rodoviários e iniciadas outras obras de grande relevância. Ia, assim, construindo e instituindo o otimismo, a crença, a empolgação com o novo governo, com o chefe da nação.

Dessas metas, algumas davam especial visibilidade ao governo e a figura de Juscelino, o chefe Salvador. A integração do território nacional era uma delas. *“Não se conquista uma terra se não se tem acesso a ela”* (MCPB, 1976b, pp.125-126) afirmava Juscelino e, ao fazê-lo, retomava uma velha questão: a da integração nacional, um assunto que preocupara os governos anteriores. O retorno ao debate da integração ocorreu através da reelaboração do discurso da unidade nacional: a integração era condição para a modernidade proposta. Juscelino, o guia dessa mudança, mostrava que era antiga sua preocupação com a unidade nacional. Afirmava que desde 1948, quando fez uma excursão à América do Norte, percebera mais claramente os contrastes entre os países norte-americanos (Canadá e EUA) e o Brasil. As impressões dessa viagem teriam ficado gravadas em sua memória e influenciariam de certo modo sua política. Diz ele, que, em sua viagem de volta ao Brasil, visitou: “Belém, São Luís, Fortaleza, Teresina, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador” e que *“a visão desses centros urbanos ao longo do litoral, cada um com seus costumes típicos, sua arte característica, sua indumentária própria”*, o fez pensar *“no milagre da unidade brasileira, em contraste com a fragmentação operada no antigo império colonial espanhol”*. (MCPB, 1976a, p.147).

Porém, ressalta que:

“Se a beleza dos cenários me seduziu e deslumbrou, tive a oportunidade de viver, por outro lado, o drama daquelas populações deserdadas, perdidas nos desvãos de um território imenso e quase sem vínculo efetivo com a capital da República. A constatação dessa fragmentação socioeconômica, que transformava o país num verdadeiro arquipélago, lançou, em meu espírito, a raiz

tenra de uma preocupação, que me seria obsedante mais tarde: a de ligar todos os estados – uns aos outros, e todos ao centro do país - através de uma extensa rede de estradas, de forma a realizar, por terra, o que a aviação já vinha levando a efeito pelo ar, naquela época, mas de maneira ainda tímida”. (MCPB, 1976a, p.147)

Nesse sentido, a construção da malha rodoviária para a integração do País, de norte a sul e de leste a oeste, foi apresentada como a solução para o povoamento do interior. Essa meta resolveria os problemas referentes ao escoamento da produção; à circulação das mercadorias; ao crescimento do mercado interno, ao povoamento do interior e, conseqüentemente, à diminuição da migração para as grandes cidades; e, por fim, à dinamização da economia. Indubitavelmente, as grandes distâncias dificultavam a dinâmica da economia das cidades do interior. Juscelino lembra que:

“(...) Qualquer mercadoria adquirida no Rio ou São Paulo, levava até nove meses até chegar à sua capital [do Acre], Rio Branco. O transporte era feito por via marítima até Belém; dali, por via fluvial, ao longo do Amazonas e do Madeira até Porto Velho; desta cidade pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até Guarajá-Mirim; e, daí por terra através de estradas quase intransitáveis, até atingir Rio Branco. Quase um ano entre o litoral e a capital do território do Acre!”. (MCPB, 1976b, p.322)

A malha rodoviária poria fim ao isolamento do interior e efetivaria a conquista definitiva do território nacional.

Por outro lado, a construção da malha rodoviária brasileira estava ligada à meta da implantação da indústria automobilística. Ambas as metas também revestiam-se de especial importância porque davam visibilidade ao governo. E muito provavelmente essa meta, foi marcada, também, pelo deslumbramento que os EUA causaram em Juscelino. A partir das lembranças de seu contato com outras realidades sociais, na excursão feita a América do Norte, podemos afirmar que essa experiência despertou nele o pensamento ou a crença de que era possível, a exemplo daqueles países, realizar grandes mudanças no Brasil. Possivelmente, o automóvel, a velocidade e tudo o que se referia às invenções modernas e às comodidades de transporte, exercia sobre ele forte sedução. O trecho abaixo ilustra bem esse encantamento:

“Quando deixamos Toronto surpreendemo-nos ao contemplar a estrada pela qual iríamos retomar aos Estados Unidos. Eram seis pistas de rolamento, sendo três em cada mão. Eu, que sou amante da velocidade, logo me senti em casa. Pisei o acelerador com entusiasmo, e deixei que o carro devorasse as distâncias” (MCPB, 1976b, p.150)

O trecho que citaremos, a seguir, tem o objetivo de mostrar a dimensão das mudanças realizadas, com a materialização da meta de

construção da malha rodoviária, para a integração do país. Esse trecho faz parte das memórias de Juscelino e é apresentado de forma sucinta:¹

“(...) A meta nº 8 de meu Programa previa a construção de 10 mil quilômetros de novas rodovias e a de nº 9 a pavimentação asfáltica de 3 mil quilômetros. Abri 20 mil e 676 quilômetros de novas rodovias e alarguei e melhorei os *5 mil e 800 quilômetros de estradas existentes* [grifo nosso]. Pela primeira vez, criou-se uma comunicação terrestre ligando o Centro do país ao Acre e a Belém”. (MCPB, 1976b, p.448)

Atentemos para os números. Na metade do século XX, o Brasil só possuía 5.800 quilômetros de estradas e não havia comunicação terrestre entre o Centro do país e lugares mais longínquos como o Acre e Belém. Logo, os dados acima expostos são indicadores significativos da mudança que estava se processando e que causava grande impacto nas populações beneficiadas e no coletivo em geral.

A priorização da rodovia, em vez da ferrovia, foi explicada como sendo a rodovia uma exigência daquela fase da modernidade. Os automóveis, ao contrário dos trens, não se prendiam a horários fixos, nem a fixidez das rotas. Eles podiam ir a quase todos os lugares, na hora que melhor conviesse aos seus condutores. Eram, portanto, mais apropriados às exigências dessa fase da modernidade e, também, mais adequados ao modelo de modernização adotado.

A meta de construção das rodovias ia se materializando e, com ela, a ocupação do interior, uma vez que se rompia a barreira da

¹ Os dados apresentados constam do relatório final da Presidência da República, 1956-1961, e constam também no livro “Meu Caminho para Brasília, volume III”

falta de comunicação e se diminuía, significativamente, o tempo do percurso para as grandes cidades. Entretanto, o mais instigante dessa proposta estava na mobilização do imaginário do destino de grande nação. A fala de Juscelino, nesse sentido, enfatizava o isolamento do interior como um grande obstáculo ao desenvolvimento econômico do País. Assim, a integração era entendida, sobretudo, como integração econômica, embora o apelo para a sua realização se desse pela mobilização do espírito aventureiro, desbravador e conquistador do bandeirante que, no entender do chefe Salvador, existia em cada um dos brasileiros. Talvez por isso, a imagem do bandeirante tenha sido evocada nesse momento, pois era tida como elemento caro na composição da identidade nacional.

A opção pela rodovia ligava-se à opção pelo automóvel, que, por sua vez, ocupava um lugar relevante no imaginário social. Lembra Juscelino que, antes mesmo de o país possuir estradas para o tráfego de automóveis, já possuía um clube automobilístico. A implantação da indústria automobilística propiciaria a produção de uma grande quantidade de automóveis e, conseqüentemente, a queda dos preços desse produto, aumentando, desse modo, as chances de as classes médias realizarem o sonho de consumo de possuir um automóvel. Mas a indústria automobilística possibilitaria, sobretudo, a fabricação de caminhões e demais veículos destinados ao transporte de cargas e outras utilizações no campo e cidade, o que implicaria na dinamização da economia. Em uma de suas declarações sobre a meta da construção da indústria automobilística, Juscelino diz o seguinte:

“(...) O alvo a ser atingido seria a construção de 100 mil veículos em 1960. Em 1960, ao invés dos 100 mil veículos

programados, ela já produzira 321.150 veículos, com 90% de suas peças e acessórios também fabricados no Brasil". (MCPB, 1976b, p.447)

De importador de automóveis o país passara a produtor.

Em todo o país, praticamente, encontrava-se uma construção, uma obra do programa de desenvolvimento do governo. Estradas, siderúrgicas, usinas, fábricas, escolas estavam sendo construídas, e, à medida que ficavam prontas, aumentava a visibilidade do governo, a confiança na sua política, e sua popularidade.

Instituíam-se, assim, uma mentalidade nova, porque entusiasmada, crente e otimista com o futuro. Essa mentalidade nova era resultado também da ação pedagógica de Juscelino. No tocante à construção de Brasília, ele lembra que cada obra iniciada levava uma tabuleta onde era fixada a data de seu início e a sua conclusão. Diz que, agindo dessa maneira lembrava aos operários *"a necessidade de que a cidade ficasse pronta no prazo prefixado"*, ao mesmo tempo em que, *"procurava despertar em cada trabalhador, por muito humilde que fosse sua tarefa, um sentimento de solidariedade em relação à cidade que estava construindo"* (MCPB, 1976b, p.155). Ainda no sentido pedagógico de construção de uma nova mentalidade, da construção do futuro, da crença no país, e em si próprio, Juscelino afirma sua ação consciente na utilização de práticas pedagógicas para a persuasão do trabalhador, para fazê-lo crer na sua importância para o futuro do país e conquistá-lo para o apoio ao seu governo (ver MCPB, 1976b, p.156). A partir desse conjunto de ações, *"JK conseguia vencer a desconfiança de um início de governo tímido, em 56. Avançava em definitivo (...) para consagração de um dos governos mais felizes da república"*. (SANTOS, 1999, p.20)

Para o fortalecimento do sentimento de esperança, de crença na mudança, de otimismo na política do governo, corroboraram as conquistas e inovações de especial importância devido a sua dimensão simbólica. Tratava-se da construção de um novo país, que ousava mudar em muitos aspectos porém iniciava pela crença em si próprio. Diz Juscelino que:

“Ao chegar ao fim do segundo ano de governo, senti-me reconfortado. O cenário político, por fim, estava tranqüilo. O caminho percorrido fora áspero e não isento de ciladas. Entretanto à medida que as barreiras eram vencidas, o país começara a acreditar em si mesmo. E o povo passara a viver a emoção de julgar-se capaz de tudo”. (MCPB, 1976b, p.167)

Sua afirmação é reforçada por todos os seus biógrafos e pesquisadores desse período. Santos (1998), por exemplo, dedica um livro onde apresenta inúmeros acontecimentos que, no seu entender, elegem o ano de 1958 como o mais feliz da história do Brasil, por terem acontecido, nesse ano, vários fatos importantes: a conquista do campeonato mundial de futebol, a invenção da bossa-nova, a fabricação de automóveis, o surgimento do cinema novo, o campeonato de tênis de Wimbledon, entre outra inúmeras conquistas. Diz ainda, Santos (1998, p.12) que:

“Na verdade todo esse clima de euforia estava instalado desde 1956, quando JK

assumiu o governo e estabeleceu o plano de metas, um punhado de obras em que prometia realizar em cinco anos o desenvolvimento que para outros levaria cinqüenta. Em 58, porém, quando o barulhento DKW-Vemag saiu pelas ruas com 50% de suas peças feitas aqui, todos compreenderam que o futuro, se ainda não havia chegado com os mesmos sputiniks que os russos lançavam ao espaço desde o ano anterior, pelo menos estava dando o ar de sua graça entre nós”.

Ora, tudo isso acontecia num contexto em que pesavam, significativamente, as imagens de sentido pejorativo e de inferioridade do brasileiro. A esse respeito, Santos cita uma declaração de Nelson Rodrigues, na qual ele diz que foi a partir do campeonato mundial de futebol que,

“(...) pela primeira vez o brasileiro se sentiu desagravado de velhas fomes e santas humilhações. No rosto de quem andava pelas ruas depois de 29 de junho de 1958, Nelson lia o desabafo furibundo: ‘- Eu não sou vira-lata! Eu não sou vira-lata!’” (SANTOS, 1998, p.15).

A melodia ressoava nas mentes do coletivo social: *“A taça do mundo é nossa com brasileiro não há quem possa!...”* Essas conquistas reforçavam a mobilização do imaginário coletivo no tocante ao sentimento do pertencimento, à auto-estima, pois uma sociedade necessita também de glórias simbólicas. Essas glórias simbólicas transformavam-se em força de ação, em esperança, em otimismo em

crença na mudança do país, motivava o coletivo, animava as camadas populares, os milhares de trabalhadores que estavam construindo as rodovias, as usinas, as hidrelétricas, as fábricas de automóveis, Brasília, o novo Nordeste.

O país parecia estar se redimindo. E a política do governo no Nordeste, consistia outra prova disso: o desenvolvimento, para a região, também cumpria papel importante no sentido de reforçar a mentalidade de que se vivia um novo tempo.

No início da década de 1950, os problemas econômicos e sociais, na região Nordeste, avolumaram-se, em consequência da pobreza resultante da estrutura econômica fundada na agricultura de subsistência, da falta de emprego nas cidades nordestinas e da ineficiência das políticas públicas existentes, limitadas, apenas, à assistência emergencial, quando havia seca. A partir de então, a imprensa noticiava cada vez mais freqüentemente as dificuldades da região e o agravamento dos seus problemas. Os primeiros anos do governo JK coincidiram com um longo período de estiagem, cujas consequências se revestiam da maior gravidade, haja vista o aumento da miséria, a migração em massa para os grandes centros urbanos e o surgimento de movimentos políticos em defesa dos interesses de trabalhadores rurais.

Juscelino dizia, desde sua campanha eleitoral que não seria governo de uma região apenas, mas de todo o país. Por isso, desde então, anunciara que solucionaria o desequilíbrio econômico regional do Brasil. Nesse sentido, o programa geral de seu governo – *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento* (1955, pp.231-235), apresentava, em linhas gerais, a proposta de realizar uma política contínua no sentido de assistir a região. A política proposta para as regiões tradicionalmente agrícolas era a construção de silos e armazéns para o estoque das colheitas; e, para a região Nordeste, em particular,

incluía-se a construção de mais açudes, como também o reflorestamento.

A questão regional aparece ainda nos discursos proferidos durante sua excursão pela Europa, em busca de apoio financeiro. Essa excursão ocorreu após sua eleição e antes de sua posse. Nessa oportunidade, ele apresentou, em entrevista coletiva à imprensa européia, seu Plano de Metas para o desenvolvimento econômico do país. Em linhas gerais, sua proposta no tocante à reorganização da agricultura, objetivava:

“(...) do ponto de vista humano, social, econômico e técnico, aumentar sua produtividade e assim baratear os custos melhorando as perspectivas de industrialização dos produtos da terra e de exportação. Na verdade, sem esse complemento, sem uma agricultura vigorosa e tecnicamente desenvolvida, o movimento da industrialização em geral estaria fadado à frustração”. (MA, 1962, pp. 41-42)

Observamos que, nos primeiros anos do governo, sua compreensão sobre os problemas da agricultura e sua relação com as disparidades regionais eram bastante generalizadas. Porém, à medida que foi sofrendo as pressões políticas vindas das regiões Norte e, principalmente, Nordeste, foi revendo seu programa e redefinindo sua política de intervenção. Essa mudança em relação à política para o Nordeste pode ser constatada se observarmos o que foi proposto no documento: *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*; o que foi dito na entrevista à imprensa européia: o que foi proposto na

Mensagem ao Congresso (1956); o que foi concluído pelo *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN* (1959); e, por fim, o que foi apresentado no *Relatório do Período 1956-1960* (Presidência da República: 1960).

No documento chamado: *Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento*, na entrevista à imprensa européia e na *Mensagem ao Congresso*, Juscelino disse que continuaria a política de construção de açudes, e tomaria medidas no sentido de construir uma rede de silos e armazéns, que, no seu entender constituía uma obra importante para o armazenamento das colheitas e, conseqüentemente, para a manutenção de uma reserva de alimentos para os tempos difíceis.

Entretanto, essas promessas ficaram no papel, ao menos até a participação de Juscelino num dos mais importantes eventos políticos da Igreja, na década: o primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, em maio de 1956.

Ao participar desse importante evento, Juscelino não apenas comprometeu-se a solucionar a questão social no Nordeste, mas também convenceu o clero do significado do seu apoio para o governo que se iniciava sob tão profunda tensão.²

Após sua participação no encontro dos bispos, uma das primeiras ações do governo foi subsidiar alguns setores da exportação, ao mesmo tempo em que criava uma comissão mista para o estudo de soluções para a região³. Entretanto, a política do governo para o Nordeste, só se tomaria uma ação efetiva a partir de 1958, quando os problemas causados pela seca alcançaram seu ponto máximo. Para tanto, foi importante a visita que Juscelino fez à região. Na oportunidade, decidiu ver *in loco* a gravidade do problema. Passou três dias viajando

² Ver *Discurso proferido no 1º Encontro de Bispos do Nordeste*, 26/05/1956.

³ Essa comissão foi formada por representantes do governo e da sociedade civil organizada (Igreja, Partidos, produtores agrícolas e industriais).

pelo sertão nordestino, onde conversou com autoridades locais, visitou frentes de emergência com um cenário ainda mais grave do que pensara: viu milhares de retirantes trabalhando nas obras dos açudes, viu a fome, o desespero, o abandono; viu o flagelo, com seus próprios olhos, e testemunhou a tragédia dos trabalhadores rurais. Dessa sua visita lhe ficaram retidas na memória algumas imagens de significativa dramaticidade, e também a certeza de que *“o ponto nevrálgico do problema continuava sendo remediado”* (MCPB, 1976b, p.201) e que deveria partir para outras soluções. A esse respeito, declara Juscelino: *“olhava para o Nordeste (...). Teria que conceber um plano – a longo prazo, evidentemente – que extinguisse, de uma vez por todas, a erupção daquela chaga”* (MCPB, 1976b, p.198).

Contudo, foi somente após essa visita que se partiu em busca de solução para os problemas da região. Só então, o Nordeste passou a ocupar um lugar de destaque no programa de desenvolvimento e, por conseguinte, nos discursos de Juscelino, em que era apresentado como um problema, cuja solução definitiva impunha-se no processo de redenção do Brasil. Juscelino afirma que,

“Ao regressar do Nordeste, chamei Sete Câmara, subchefe do Gabinete Civil, e, após relatar-lhe a impressão que tivera da seca disse-lhe: ‘Aquilo não pode continuar. Temos de resolver o problema de uma vez. Desejo que converse com os técnicos que trabalham conosco e encontre uma solução com urgência. Não quero uma providência paliativa, mas uma solução definitiva, apoiada em bases técnicas’ “. (MCPB, 1976b, p.203)

Foi quando o GTDN ganhou uma nova dimensão e obteve de Juscelino todo apoio e liberdade para analisar as causas dos problemas da região e, principalmente, propor a solução do problema. Entre as propostas para a solução definitiva para o desenvolvimento do Nordeste, estava a criação da SUDENE.

Esse órgão foi concebido sob a visão do planejamento, naquele momento entendido como prática revolucionária de racionalização do Estado. Mas a SUDENE foi, também, um sonho de redimir o Nordeste. Francisco de Oliveira⁴ afirma que ele próprio, assim como os demais idealizadores da SUDENE acreditavam, piamente, que a política que estavam propondo iria redimir o Nordeste e, por conseguinte, o Brasil.

Todavia, não eram somente os intelectuais ligados à criação da SUDENE que pensavam estar redimindo o país. Antes deles, os intelectuais ligados ao Instituto Social de Estudos Brasileiros – ISEB, também pensavam que ingressavam num tempo de mudança estrutural que resultaria na redenção do país. Nesse sentido, muito do entusiasmo e crença no futuro devia-se ao trabalho engajado desses intelectuais que fizeram do ISEB uma fábrica de sonhos⁵. Essa crença que forjava uma nova mentalidade devia-se, sobretudo, a confiança e ao otimismo que se criou em relação ao governo JK, com as mudanças causadas pela acelerada modernização em curso. A SUDENE, nascia, em dezembro de 1959, portanto, sob o signo de uma mentalidade nova, otimista, crente no destino de grande nação.

E, por fim, a construção de Brasília, justificada como sendo o marco, o símbolo da transformação, ocorria concomitantemente à mobilização do mito da modernidade e ao coroamento do mito JK.

⁴ Francisco de Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

⁵ Caio Toledo Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1978

Todas as realizações desse governo tinham uma característica: buscavam instituir a crença no futuro, inaugurar um novo tempo, uma ordem social nova, uma nova mentalidade. Nesse sentido Juscelino declara:

“(...) O êxito do Programa de Metas, entretanto, só foi possível graças a uma motivação psicológica que tive a habilidade de criar e de propagar pelo país, de forma a convertê-la, através de compreensível processo de persuasão, num verdadeiro estado de espírito nacional, que era uma espécie de conscientização coletiva. Coube a mim, pessoalmente, realizar esse trabalho, através de uma pregação incessante em toda extensão do território nacional, quer durante a campanha eleitoral, quer durante o quinquênio, numa intensidade crescente, de forma a estabelecer uma perfeita identidade entre o Governo e o povo”. (MCPB, 1976b, p.430)

Essa afirmação de Juscelino, bem como outras falas suas, no sentido de ressaltar a importância crucial da persuasão política para as mudanças realizadas pelo seu governo, vêm reforçar nossa compreensão de que, além dos interesses econômicos e das disputas políticas travadas no período, e que foram bastante discutidas pelos principais estudiosos do período JK, existe esse elemento do campo subjetivo, do campo dos sentimentos coletivos, que não foram abordados por nenhum outro pesquisador e, que aqui, neste trabalho, nos propusemos refletir.

A mobilização dos sentimentos, dos mitos e mitologias políticas, do imaginário das camadas populares, dos sonhos recônditos

do coletivo, transformavam-se em apoio concreto às propostas do governo JK, em força política imprescindível à realização do seu programa de desenvolvimento, o qual era atacado pela oposição, que o considerava impossível de ser realizado, e, por entender que ele não passava de um engodo político com fins eleitoreiros, consistindo em metas por demais exageradas e audaciosas.

Entretanto, o pessimismo, a descrença e o clima de incertezas, davam lugar à esperança e otimismo em relação às mudanças que estavam se iniciando. Essas mudanças, à medida em que iam ganhando visibilidade, iam convencendo o coletivo de que ele se encontrava diante de um líder que guiaria o país ao seu destino. Também criavam uma nova mentalidade. O herói *legislador* instituía, no coletivo, a crença de que ele, o coletivo, era capaz de realizar grandes feitos, de superar o atraso, de se tornar uma nação pujante.

Mas, se Juscelino instituía uma nova mentalidade, descortinava um futuro. Todas as realizações, especialmente, a construção de Brasília, podem ser entendidas, também, considerando sua capacidade de, tal qual o herói arquétipo do profeta, ver no futuro o que os outros não viam. Para ele, *“Brasília foi o marco que assinalara a fronteira que separa dois Brasis”*: o que se arrastava tal qual caranguejo pela costa litorânea, descrente de si e de tudo, e o que concluía a conquista definitiva do território, integrava-se, constituía-se numa nação, e que construía um futuro grandioso.

O HERÓI ARQUÉTIPO DO PROFETA

Os biógrafos, em geral, vêem Juscelino como predestinado a mudar o Brasil. Sua história de vida, sua origem pobre, seu temperamento determinado, seu ingresso na política, sua carreira política, e o significado de seu governo para a história do país, são entendidos como elementos que conformam, juntamente com outros fatores, a imagem de um homem predestinado.

Murilo Badaró⁶, em artigo publicado recentemente⁷, sob o título: *Juscelino Kubitschek, o predestinado*, refere-se a ele do seguinte modo:

“Como disse Vítor Hugo no enterro de Honoré de Balzac, ‘os grandes homens executam o seu próprio pedestal; o futuro encarrega-se da estátua’. O futuro já começou a cinzelar a estátua de Juscelino Kubitschek de Oliveira, predestinado a ser o grande construtor do desenvolvimento brasileiro. A história, muito antes de cessarem as paixões e o tumulto característico dos últimos tempos, começou a fazer-lhe justiça”. (BADARÓ, 2001, p.14)

O próprio Juscelino justificava sua passagem pelo governo como uma determinação do destino. E ser predestinado significa estar

⁶ Murilo Badaró é Presidente da Academia Mineira de Letras e do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros.

⁷ Imprensa Oficial do Estado de Minas, Encarte *Governadores de Minas*, Minas Gerais, fev./mar., 2001, nº 2.

fadado a algo. Ser aquele que é eleito de Deus. Nesse sentido, por muitas vezes encontramos nos seus discursos e nas suas memórias uma explicação de sua carreira política como designação do destino, ou seja, uma predestinação. Desse modo, sua participação na política, sua determinação, persistência e obstinação em mudar o país, aparecem como algo natural à missão a qual estava predestinado. Mudar o país era, portanto, a sua missão na vida.

A construção de Brasília, o símbolo desse governo, pretendia significar a materialização do futuro ansiado, o símbolo do um novo tempo, entretanto tem uma de suas justificativas baseadas num elemento do campo subjetivo do divino, mágico, religioso – o do cumprimento da visão profética de Dom Bosco.

A afirmação de Balandier, exposta a seguir, é bastante elucidativa do significado das mudanças que estavam sendo instituídas e de sua relação com a mobilização do imaginário social. Afirma Balandier (1997, pp.243-244) que:

“Em países novos, ao longo de períodos em que se realizou um crescimento técnico e econômico retardatário, mas súbito e sem freios, muitas vezes chamado de milagre, o imaginário construtor traduziu a fuga poderosa para o futuro. Brasília, a nova capital do Brasil, nascida da vontade de um presidente (Kubitschek) e da imaginação de um arquiteto (Niemeyer), foi concebida como uma cidade fora de medida, totalmente estranha e construída de alguma forma por antecipação. Situa-se num lugar onde nada existia antes. Foi edificada em quatro anos sobre um espaço vazio, sem ancoragem próxima. Está ligada apenas por uma rede de comunicações, principalmente aéreas, da qual é o nó. Tem a forma de um gigantesco avião pousado perto de um lago igualmente artificial.

Brasília desafia o espaço e o tempo; está dissolvida na vastidão para ser representativa de um país-continente, vertical sobre um país plano, construída segundo um modernismo que expressa a conquista do futuro (...).

Assim, a construção da nova capital ocorre *pari passo* à construção, no campo subjetivo, do símbolo da mudança, da conclusão do processo de conquista do território nacional, da integração, da construção do futuro, do marco da transformação do país em grande nação. O imaginário social do “destino de grande nação” foi posto em ação à medida que se buscou suscitar os anseios, que se criou esperanças, que se iniciou a aventura de erguer, do nada, Brasília.

Misto de sonho e realidade, Brasília foi idealizada e construída como ícone da modernidade, como símbolo da ruptura com o atraso, como espetáculo. Sua localização, seu traçado, sua arquitetura, sua organização espacial e construção em tempo recorde, fazem dela um fenômeno que desperta o interesse dos estudiosos. Balandier (1997, p.242), por exemplo, vê Brasília como um produto de um tempo determinado, marcado historicamente, em que:

“As grandes revoluções modernas, tomando forma sob a inspiração de seus chefes, erguem através da arquitetura os cenários monumentais destinados à dramaturgia política que colocam as massas em movimento, constroem ou transformam cidades inteiras que testemunham sua força criativa, manifestando desse modo sua ambição ou seu excesso”.

Brasília configura-se, portanto, nesse momento da modernidade brasileira. Modernidade que estava no imaginário social e que foi resgatada e reelaborada por Juscelino para a instituição do novo tempo, o de crença no futuro. Brasília, assim como todas as realizações desse governo conquistaram a legitimação do coletivo social. Isso porque no tocante ao imaginário social, foram reeditadas, reelaboradas e reconstruídas algumas das mais importantes mitologias políticas contemporâneas, a da modernidade. Nos anos JK, o coletivo social, em sua maioria, estava convencido de que as mudanças em curso marcavam o ingresso na modernidade, e a redenção do país. Por isso, acreditou que essas mudanças livrariam o país de suas mazelas e consolidaria, definitivamente, o novo tempo, o novo Brasil.

Quando se pensa em Brasília as imagens que primeiro vêm à mente são as da modernidade urbanística, originalidade do seu traçado, e do seu fundador, Juscelino Kubitschek. Poucos lembram que a história de Brasília se inicia muito antes do governo JK e, portanto, muito antes da criação da 31ª meta do *Plano de Metas* desse governo.

Isso por que, foi somente com Juscelino que o debate sobre a interiorização da capital ganhou uma nova dimensão. Assim, a discussão sobre a interiorização ressurgiu no cenário político não mais como uma possibilidade longínqua, mas como algo que se deveria objetivar. A transformação dessa idéia em realidade foi um grande desafio, e não teria se concretizado sem a mobilização do imaginário, sem a criação de um discurso de modernização, sem a força da *palavra*.

A construção de Brasília foi apresentada, como medida imprescindível à realização dos “50 anos em 5”, à integração do país, à consolidação da modernidade brasileira. O imaginário foi evocado e mobilizado para essa gigantesca realização. Foi um fator tão importante quanto os fatores econômicos, políticos e ideológicos, comumente considerados nas análises sobre esse período. Nesse sentido, fazemos

nossas as palavras de Balandier (1997, p.241), em que diz que, *“o imaginário encontra sua substância nos espaços, mas vai além: projeta-se neles tomando-se inventor de situações, construídas”*. Para Juscelino, a construção de Brasília significava mais que o cumprimento de uma promessa de campanha, era a realização de uma meta política, econômica e social da mais alta envergadura. O presidente estava convencido de que a mudança da capital seria *“(...) o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante”*. (KUBITSCHEK, 1975, p.9)

A principal imagem inventada no governo JK foi a de que Brasília deveria representar a mudança, constituir a prova da capacidade e pujança do povo brasileiro em construir um futuro próspero e de realização do destino de grande nação. Constituía-se, portanto, em emblema para esse destino de modernidade.

A evocação do sonho profético do padre santo vinha reforçar a mobilização do imaginário e o discurso de Juscelino sobre a necessidade inadiável da construção da cidade. Esse sonho também se configura numa das explicações mais fascinantes sobre Brasília. Vejamos.

Dom Bosco, padre italiano, tomado Santo da Igreja Católica, sonhou, em 30 de agosto de 1882, que:

“(...) Entre os paralelos 15º e 20º havia um leito muito largo e muito extenso que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: ‘Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes aparecerá aqui a terra prometida [grifo nosso], onde jorrará leite e mel, será uma riqueza inconcebível”. (KUBITSCHEK, 1975, pp.21-22)

A localização de Brasília, anos mais tarde, coincidiria com a localização geográfica da terra prometida, do sonho-visão de Dom Bosco.

Antes da construção de Brasília, esse sonho-visão era do conhecimento público, embora pouco difundido. Com a determinação em construir a nova capital, Juscelino evocou o sonho-visão do santo católico para reforçar o caráter profético dessa meta. Todavia, as imagens de mais forte apelo ao imaginário social foram, ao nosso ver, as da integração nacional, do símbolo da mudança, das oportunidades de melhoria de vida na nova capital.

Anseios que se encontravam adormecidos e, que, no entanto, haviam constituído os movimentos sociais que lutaram pela independência, pela formação da nação, os discursos forjados em torno da construção e defesa da nação, o mito dos bandeirantes, da *“marcha para o Oeste”* e da modernidade, resultaram num imaginário da nacionalidade que foi resgatado por Juscelino no processo de construção de Brasília. Muito antes de ter uma forma, uma materialidade, a cidade se fazia viva no discurso de Juscelino, no conjunto de significados e mitologias políticas que evocava, reelaborava e mobilizava.

O projeto de mudança da capital para o interior foi ganhando, rapidamente, uma dimensão sensível no complexo mito da modernidade brasileira. De sonho para intenção, de intenção para projeto, de projeto para realidade.

Devido às numerosas dificuldades políticas e às condições objetivas à sua construção, haja vista que não existia nada no planalto central e, no início, tudo foi levado para lá, Brasília foi um feito extraordinário, uma verdadeira epopéia. Sua construção, todavia, não seria possível sem a mobilização do imaginário social, do mito do progresso, configurado no discurso do desenvolvimentismo; do

imaginário do destino de grande nação; do anseio da ruptura com o atraso; do sonho da melhoria de vida; do sonho de estar-se iniciando uma nova mentalidade, uma nova etapa da história do país.

Talvez por isso, em Brasília, tudo parece emblemático, parece se abrir para o novo; buscar a perfeição; buscar a superação de limites do homem, ao mesmo tempo em que se interioriza, para o sensível. Paradoxos possíveis de apreensão e de visualização, no plano artístico, graças à genialidade de Lúcio Costa e Oscar Niemayer, no plano arquitetônico, e, à genialidade de Juscelino no plano político.

A construção de Brasília iniciada em meados de 1957 a partir da mobilização da mitologia política do destino de grande nação, bem como as demais realizações do governo JK, representam, portanto, o tempo do poder e da glória. O tempo em que o Brasil ficou “irreconhecivelmente inteligente”.⁸

Juscelino anunciou os tempos por vir. Ele leu na história aquilo que os outros não viram. *“Ele próprio, conduzido por uma espécie de impulso sagrado [guiou seu povo] para os caminhos do futuro”* (GIRARDET, 1987, p. 78), em que ingressou com todo poder e glória.

Os anos vividos no governo JK, não obstante as crises políticas, os momentos de tensão, as incertezas iniciais, foi de significativo progresso, de crescimento vertiginoso da economia, de enriquecimento, de melhoria da vida, de evolução cultural, de muitas conquistas e vitórias. Embora, devemos ressaltar, contudo, o que é de conhecimento público, ou seja, que essas melhorias não atingiram a todos e nem teve a mesma intensidade e importância para todos.

O período do governo JK ficou marcado na memória coletiva como os anos dourados, isso devido às importantes mudanças por que passava o país, em virtude das inúmeras obras que estavam sendo realizadas ou em vias de conclusão. Dentre outras realizações, as que

⁸ Robert Schwartz, citado pela Folha de São Paulo...

mais se destacaram foram: a instalação de inúmeras fábricas e das indústrias automobilísticas; a construção das hidrelétricas e das siderúrgicas; o crescimento econômico significativo da Petrobrás; a construção de Brasília; e, a criação da SUDENE. Mas devemos mencionar, também, as conquistas esportivas ocorridas nesse período e o surgimento dos movimentos artísticos culturais como a bossa nova e o cinema novo.

Bossa nova, cinema novo, mentalidade nova, capital nova, enfim, um novo país. Tudo representava a modernidade. Tudo levava a crer que estavam, finalmente, sendo criadas as condições materiais e, provavelmente culturais, para a transformação do país numa grande nação, ou para o cumprimento do seu destino.

Esse novo clima que se instalou no governo JK, mormente nas camadas populares, conferiram a Juscelino um lugar de enorme importância política. Ele viveu, principalmente, entre 1958 (quando praticamente todas as obras estavam iniciadas, outras já concluídas e outras, em fase adiantada de conclusão) e 1960, o auge de sua vida política, o seu tempo de poder e de glória.

Tempo representado pela imensa esperança, instituída graças ao chefe Salvador – Juscelino – que, em sua obstinação, em sua insaciável sede de mudança, conduziu o coletivo, de combate em combate, à aventura de construir o futuro.

A alcunha de anos dourados para esse período, coroa com o brilho do poder e da glória, esse governo e, particularmente, Juscelino.

CAPÍTULO 6

O TEMPO DO MARTÍRIO

Tempo do martírio é a denominação que adotamos para representar o período decorrido entre o fim do mandato de Juscelino, na presidência da República, passando pela cassação dos seus direitos políticos e findando com sua morte, em 22 de agosto de 1976. Esta denominação, como já foi dito anteriormente, foi inspirada pelo poema *Tête d'Or*, de Paul Claudel. Esse poema narra uma história que pode ser entendida também como uma narrativa arquetípica do mito político contemporâneo Juscelino Kubitschek. Esse herói, conheceu, enfim, após toda uma história de vitórias e conquistas, de poder e glória, a derrota e o martírio:

“(...) Tête d'Or vai conhecer, enfim a derrota e a morte, agonizando supliciado, crucificado no meio de um punhado dos últimos fiéis. Ao menos levou-lhes a aventura, a superação de si mesmos, o acesso ao trágico: ‘Por mim, eu os fiz levantarem-se de sua preguiça. E convoquei-os da sombra em que estavam sentados... Que coisas fizemos’. Ao menos sua vontade, sua audácia, seu apetite de grandeza abriram um novo capítulo da história dos homens: ‘As leis do uso rompidas, a

fraqueza humana superada, o obstáculo das coisas dissipado...’.” (GIRARDET, 1987, pp.66-67)

O tempo do martírio de Juscelino coincide, como geralmente acontece ao arquétipo de mito político, com o tempo que sucede o do poder e da glória. Nesse período de sua vida, veremos que, apesar da profunda mudança realizada no país, apesar de ter gozado do mais alto prestígio, de ter guiado o coletivo social nas imensas conquistas realizadas, de ter vencido inúmeras batalhas, de ter instituído uma outra mentalidade, enfim, apesar de tudo isso, não pôde evitar seu martírio. No entanto, esse tempo do martírio tornou-se significativo para a conclusão do processo da construção do mito.

Diferentemente dos capítulos anteriores, em que vimos a intervenção de Juscelino no *fazer* da história, esse momento de sua vida revela um conjunto de impedimentos, e um contexto histórico outro, que limitam sobremodo sua intervenção.

Após sua cassação, o que pudemos verificar foi um indivíduo que, inicialmente esperançoso de que a situação logo se normalizasse, foi aos poucos se convencendo de que não possuía mais nenhuma força ou meio de voltar à política e escrever o capítulo “final” da história de sua vida e mito. Ele queria que sua última intervenção na história brasileira fosse o da transformação conclusiva do país em uma grande nação, através da realização do projeto “*5 anos de agricultura para 50 anos de fartura*”, *slogan* de sua campanha eleitoral para Presidente, em 1965.

Sua campanha para presidente começou demasiadamente cedo. Ao mesmo tempo em que passava o governo ao seu sucessor, Juscelino lançava seu nome para a presidência da República, em 1965.

A esse respeito Josué Montello relatou que, quando Juscelino deixou o governo, depois de expirado seu mandato, em todos os lugares: *“nas ruas, nas estradas, nos quiosques, nos muros, no tapumes”*, lá estava o **JK-65**, abrindo a campanha de sua reeleição. Montello disse, ainda, que havia *“chaveiros, flâmulas, cartazes, repetindo o JK-65, com o alarido da campanha política”* (Cf. MONTELLO, 1999, p.69). O escritor Josué Montello, que foi chefe da Casa Civil, de Juscelino Kubitschek e gozou de sua amizade, entende que o lançamento da candidatura JK, ainda em 1961, foi um erro político significativo. No seu entender, a candidatura, naquele momento, atraía toda a atenção e fúria dos adversários contra Juscelino, e isso num momento em que Juscelino, ao contrário do que geralmente acontece nos fins de governos, gozava da mais alta popularidade. Nesse sentido, Montello tinha uma certa razão, pois, cabe-nos ressaltar que, nos poucos meses do governo de Jânio Quadros, investiu-se, fortemente, contra o indivíduo Juscelino Kubitschek, e, em decorrência, contra a política implementada quando do seu governo. A esse respeito, afirma Montello, que:

“Jânio Quadros, com estardalhaço, semeava contra ele inquéritos, multiplicava exonerações, desfazia providências do governo anterior, com a sua obstinação das denúncias e das punições, suscitando no país a impressão de que, como presidente da República, só pensava em castigar, em perseguir, com a determinação de desfazer, na avalanche das torturas e das punições, o renome e a obra de seu antecessor”. (MONTELLO, 1999, p. 72)

Após deixar a Presidência, por inúmeras vezes, Juscelino teve que justificar publicamente seus atos administrativos. Seus livros cumprem, também, o papel de defesa do seu governo, de sua visão de Brasil, e de sua pessoa. Em seu livro, *A Marcha do Amanhecer*, publicado em 1962, podemos observar várias passagens em que procurou responder as críticas feitas ao seu governo. Vejamos o trecho abaixo:

“(...) em toda a minha vida, pessoal e pública, exerci princípios, métodos e ação claros, *sem mistérios* [grifo nosso]. E apliquei-os desde meus primeiros passos políticos e administrativos até ao mais alto deles – de levar o Brasil à Operação Pan-Americana, quando se tornou urgente responder com o *progresso econômico, social* [grifo nosso] e político *àqueles que procuravam iludir* [grifo nosso] as necessidades humanas fundamentais com soluções de Estado e místicas afrontosas à dignidade humana, ao espírito cristão, às liberdades pessoais e nacionais”. (MA, 1962, p.3)

Pudemos constatar, em suas memórias, que ele evitou, sempre, a resposta pessoal. Suas defesas se mostraram, invariavelmente, dentro de uma mesma metodologia: ele apresenta suas qualidades pessoais e de governante, expõe os princípios gerais de seu governo e sua visão política dos problemas do país, defende a necessidade da continuidade do processo de modernização, que é justificada como objetivo a ser perseguido, e, desconstrói o discurso dos

seus adversários, identificando-os como defensores do atraso, inimigos da democracia.

Quanto aos planos de Juscelino para um segundo mandato no governo do país, existem informações gerais e vagas, somente. A idéia geral era a de que se havia sido possível desenvolver no país, em cinco anos de governo, o relativo a cinquenta anos de economia, através da política de industrialização acelerada e do desenvolvimento econômico, em geral, se conseguiria desenvolver nos cinco anos, de um segundo mandato, a economia agrícola como um todo, e, com isso, resolver, o problema da miséria das camadas populares, principalmente as rurais. Assim, além de resolver os problemas sociais, a proposta geral era resolver, definitivamente, os entraves que impediam o setor agrícola do país de transformar-se num setor economicamente forte, diversificado, moderno e competitivo.

As idéias gerais, propostas para um segundo governo, teriam surgido da constatação de que o Plano de Metas só não foi totalmente realizado porque não alcançou todas as metas propostas para a agricultura. Esse projeto, também estava relacionado à tentativa de atender as reivindicações dos setores agrícolas economicamente poderosos e, também, das camadas populares rurais. É do conhecimento público que as tensões sociais (cuja análise não constitui objeto deste trabalho), no campo, no fim do governo JK, tomavam uma dimensão significativa¹. Entendia-se que, para se transformar, definitivamente, o Brasil em uma grande nação, era preciso, ainda, que fossem solucionados os problemas sociais decorrentes das grandes desigualdades e contradições no setor agrário. A proposta *“5 anos de agricultura para cinquenta anos de fartura”* foi, portanto, frustrada, e sobre ela só conseguimos obter essas idéias gerais.

¹ Referimo-nos, sobretudo, as Ligas Camponesas, movimento social, constituído por trabalhadores rurais, que reivindicavam acesso à terra e condições de produção.

Em nosso estudo, vimos que existem muitos silêncios na história de vida de Juscelino. Um dos silêncios mais significativos, ao nosso ver, diz respeito a participação dos grupos economicamente poderosos, em sua eleição, em 1955, e, principalmente, para sua retirada da cena política. Esse assunto foi, em parte, abordado no estudo de Trevisan (1986)², e, ligeiramente, nos estudos que analisam o golpe de 1964.

Entendemos o silêncio, em relação a esse aspecto da história de Juscelino, faz com que a política ganhe uma autonomia tal que ofusca os demais aspectos, igualmente importantes, não somente da vida dessa personagem, mas, também, desse período. Ressaltemos, contudo, que os aspectos políticos que têm sido analisados são, geralmente, os que buscam explicar esse tempo a partir do campo das questões objetivas, que podem ser submetidas a uma lógica racionalmente organizada. Assim, as paixões políticas, o imaginário e tudo o que se encontra mais fortemente relacionado a um campo de subjetividades, têm sido relegadas.

Desse modo, cabe apresentar mais um desafio deste estudo, o de analisar um momento da vida de Juscelino, em que existem muitos silêncios. Sentimo-nos entrando na privacidade de uma figura política, que faz parte de um contexto histórico, onde se destacou, enquanto sujeito histórico, que possuiu um poder enorme de intervenção na instituição do real e, que, perde seu poder, seu prestígio e, que praticamente se anula, enquanto sujeito histórico. Do poder, que outrora possuiu, restou-lhe, apenas, o de representar, se o quisesse, uma das características da personagem por ele criada: o *JK*, a quem teria sido poupado o sentimento do medo e do ódio, e cuja vida seria contada como dedicada ao engrandecimento e redenção do Brasil. Nesse sentido, nossas dificuldades de apreensão desse momento da vida de

² Op. cit. pp.66-67

Juscelino e, conseqüentemente, da construção do mito, são, ainda, maiores, porque deparamo-nos com informações vagas: sejam dos Anais do Congresso, dos jornais da época, e, sobretudo, das biografias, que foi a fonte, que mais privilegiamos, para a análise deste capítulo. No que diz respeito aos jornais da época e anais do Congresso Nacional, vimos que, essas fontes guardam a particularidade do contexto de autoritarismo político e, portanto, de censura à imprensa, e de um parlamento, em parte, reprimido e, em parte, conivente com a ditadura. Já, as biografias, que tratam desse tempo de martírio, estão, tanto quanto as demais, interessadas em recuperar a dignidade do indivíduo e colocá-lo no lugar de importância, na memória e história social brasileiras, que, entendem, lhe pertencer. Daí serem raros os relatos que apresentam uma imagem diferente das que compõem o mito.

As biografias, não apresentam informações de como Juscelino estava atuando no Senado, na política de Minas, na política do partido e na política nacional. Do período entre sua saída da Presidência e o golpe de Estado de 1964, temos algumas informações, que são basicamente as mesmas relatadas, praticamente, por todas as biografias: as investidas de Jânio Quadros e da UDN contra as realizações de seu governo, mormente, Brasília; seu retorno à política como Senador, pelo Estado de Goiás, como sendo uma estratégia do fortalecimento da luta política em defesa dos interesses do PSD; as referências sobre as conversas que Juscelino teria tido com João Goulart, no sentido de alertá-lo quanto ao golpe; o voto em Castelo Branco, como uma imposição do momento; as arbitrariedades da ditadura militar contra Juscelino; a tentativa da ditadura de apagar Juscelino da memória coletiva; o ostracismo e a morte. Todas essas reminiscências vêm narradas de modo a mostrar que da cassação, até sua morte, Juscelino lutou, sofreu, sonhou pela democracia do país. Nesse sentido, as biografias nos mostram uma luta contínua, não

obstante sua as sucessivas derrotas. Uma luta cuja recuperação e reconhecimento só ocorreria com a morte trágica.

Em nosso estudo sobre o momento vivido a partir da cassação, vimos que as biografias sobre essa personagem narram sempre a mesma história, contada na mesma seqüência cronológica e destacada sempre nos mesmos fatos. As narrativas dessas biografias detêm-se, geralmente, na análise do período do seu governo na presidência da República, ou seja, dos fatos ocorridos entre 1956 e 1961. Os períodos que antecedem ou sucedem seu governo, na Presidência, foram, em geral, sucintamente abordados. Com relação a esses momentos de sua história, vimos que o período que antecede o governo do país (o tempo do apelo), foi menos sucinto do que o que narra o tempo da cassação dos seus direitos políticos (o tempo do martírio). Isso, possivelmente, deve-se ao fato de ser o tempo do apelo um período mais favorável, mais glorioso, mais digno de constar na história do mito, uma vez que destaca sua genialidade política, e sua figura de estadista eminente.

Já a fase da vida de Juscelino que diz respeito à sua derrocada política, ao exílio, ao ostracismo, à solidão, e à morte, foi pouco mencionada. Presumimos, que isso se deva ao fato de ser esse um período em que as imperfeições do homem, existentes por trás do mito e das imagens altamente favoráveis, se revelaram mais claramente. Isto é, talvez o período da cassação, do exílio e do ostracismo políticos, seja menos abordado por ser considerado menos importante à construção narrativa do mito. Talvez seja porque exista uma certa compreensão de que Juscelino se equivocou, completamente, ao pensar que os erros do governo Jânio-Jango resultariam na sua reeleição, em 1965. Ou, talvez, não se tenha atentado devidamente para o fato de que as questões que dizem respeito aos projetos fracassados, à ética, às paixões, às exacerbações políticas, enfim, aos aspectos do campo

subjetivo do imaginário social e político, também são importantes para o conhecimento desse momento da nossa história.

Talvez por isso, por não se dar atenção devida às paixões e às exacerbações políticas, é que o conhecimento de alguns fatos que marcaram esse momento de nossa história, e, particularmente, da vida de uma das mais eminentes figuras da história política brasileira, foi entendido como algo que diz respeito apenas ao indivíduo e não ao coletivo social, e, por isso, tenha ficado à margem das interpretações sobre esse período. E, nesse sentido, a história do indivíduo e a história do país se confundem em alguns aspectos e se revelam, como não poderia deixar de ser, imbricados numa mesma trama. Assim, alguns fatos ocorridos no tempo do martírio de Juscelino, nos levaram a questionar, embora não seja nosso objetivo abordá-lo aqui, algumas certezas, ainda hoje, existentes, no tocante à urdidura do golpe militar e dos interesses políticos e econômicos em jogo nesse momento, bem como dos limites de intervenção do indivíduo Juscelino Kubitschek no golpe que depôs João Goulart e instalou a ditadura militar.

Observamos que as raras biografias que abordaram o tempo do martírio foram escritas, invariavelmente, pelos pouquíssimos amigos que lhe restaram, na fase mais difícil de sua vida. Essas biografias, bem como as demais, são geralmente apaixonadas, embora guardem a singularidade de nos dar a conhecer os tempos de sofrimento do chefe Salvador. Nesse sentido, o tempo do martírio também compôs a narrativa que construiu o mito JK, e, por isso, entendemos ser relevante sua análise.

Ao tomarmos esse período da derrocada de Juscelino como objeto do presente trabalho, vemo-nos adentrando na intimidade da sua vida privada. A partir de então, percebemos a profundidade das implicações do golpe, do como o regime ditatorial afetou sua vida, atingindo-o, profundamente, ao usurpa-lhe a liberdade política, e, com

isso, impor-lhe o definhamento político e, por conseguinte, físico; e, enfim, imputar-lhe a mais dura condenação: a solidão.

A CASSAÇÃO

O martírio de Juscelino revela-se com o golpe de Estado de 1964. Em 02 de abril, daquele ano, tentando precaver-se de alguma arbitrariedade, passou uma procuração para um dos seus advogados, o Sr. Jair Leonardo Lopes.

Sobre esse momento existe um silêncio importante no tocante a participação, visão e intervenção de Juscelino nesse contexto histórico. Teria ele de algum modo contribuído com o golpe? Teria ele algum poder de intervir no sentido de evitar o golpe? Contava ele com alguma força política ou armada? Por que passar uma procuração ao seu advogado, menos de dois depois do golpe?

É de conhecimento público que o golpe de Estado foi preparado por um conjunto de forças políticas lideradas, em parte, pela UDN. Nesse sentido, podemos afirmar que não houve participação de Juscelino na urdidura do golpe. No entanto, praticamente não existem informações no que diz respeito a existência, ou não, naquele momento, de poder político, por parte de Juscelino, no sentido impedir o golpe ou, ao menos, articular uma reação no sentido de evitá-lo. Estamos, portanto, trabalhando com o pressuposto de que Juscelino sabia que estava sendo urdido o golpe de Estado.

Segundo Serafim Jardim (1999, p. 44):

“Quando ocorreu o golpe militar de março de 1964, Juscelino era candidato à presidência da República pelo seu partido, o PSD, na eleição de 1965. Para ocupar o cargo de presidente no novo regime foi indicado o marechal Castelo Branco. A eleição seria feita por um Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional. Castelo precisava do apoio de JK para se eleger e, para tanto, promoveram um encontro na casa do irmão do senador Nereu Ramos, no Rio de Janeiro, no dia 7 de abril, onde o marechal lhe prometeu que seria mantido o pleito de 1965. Alguns amigos queriam que JK apoiasse o general Amaury Kruel, mas ele se manteve fiel ao compromisso que assumira com Castelo Branco, de apoiá-lo.”

No entender de Serafim Jardim, Juscelino teria sido pressionado a comprometer seu apoio político a Castelo Branco³, um dos artífices do golpe de 1964, uma vez que o marechal havia lhe prometido que as eleições de 1965 seriam mantidas. Mas, nossa tentativa de conhecer esse silêncio nos levou a entrever que, mesmo após o desfecho do golpe, havia outras possibilidades de intervenção para senão evitar, ao menos, tentar obstaculizar as forças golpistas favoráveis ao prolongamento da ditadura para além do que, inicialmente, foi justificado, ou seja, que o golpe tinha como objetivo reestabelecer a ordem social, e em seguida devolver o governo à normalidade democrática.

No que diz respeito à sua cassação, os relatos de João Pinheiro Neto, Serafim Jardim, Heitor Cony e Josué Montello, nos possibilitou afirmar que Juscelino jamais perdoou a traição de Castelo

³ CASTELO BRANCO, Marechal Humberto de Alencar. Foi Chefe do Estado Maior do Exército do Governo de João Goulart.

Branco. Pinheiro Neto, inclusive, afirma que Juscelino teria lhe confidenciado:

“Caí na armadilha do Castelo Branco. Bem que nós, do PSD, poderíamos ter influenciado para colocar em seu lugar o general Dutra (...), que, pelo menos, mostrou ser um democrata enquanto governou. Eleito livremente pelo povo, soube ser fiel à Constituição vigente até o último minuto do seu Governo”.
(PINHEITO NETO, 1995, p.174)

Essa afirmação nos leva a pressupor que existia alguma margem de atuação política, mesmo após o golpe, daí deduzirmos que essa margem de atuação política deveria existir, também, antes de concretizado o golpe. Isso nos leva a supor que, provavelmente, foram silenciadas algumas importantes articulações entre setores do PSD e setores do golpe de 1964.

Juscelino nada declarou, em suas memórias, a esse respeito nem a respeito desse período de sua vida. Nelas, só nos deixa entrever que era passado o tempo da glória. Reafirmou, ainda, alguns traços de seu temperamento, aqueles que fazem parte da sua imagem de Estadista, como, por exemplo, a ausência de ódio, a capacidade de perdoar, de não nutrir ressentimentos, de não guardar mágoas. Mas, o que pudemos perceber foi que ele se empenhou, o quanto pôde, em manter sua imagem e esconder do público suas mágoas, ressentimentos e, mesmo, ódio aos responsáveis pelo seu infortúnio. Pudemos observar suas mágoas através das cartas, que enviou aos amigos que lhe restaram após a cassação. Aqui cabe informar que, em relação as correspondências de Juscelino, só as conhecemos através do pouco

que foi apresentado pelas biografias, e aí, pareceu-nos evidente a mágoa, revolta e ressentimento de Juscelino. Sem dúvida ele não perdoou sua cassação. Sobre esse seu erro político, ele teria afirmado:

“(...) Mas política é assim mesmo: erra-se, acerta-se e, quase sempre, erra-se mais que acerta-se. Não quero culpar ninguém. Não fui eu somente quem caiu na armadilha, caímos todos. ‘Somos os arquitetos de nossa própria infelicidade’, como dizia Napoleão (...)”.
(PINHEIRO NETO, 1995, p.174)

O golpe militar foi crucial à derrocada política de Juscelino. O golpe pôs fim à sua glória, ao cassar seus direitos políticos, bem como de inúmeros outros líderes políticos, submetendo o país a um dos mais terríveis períodos de sua história, como é do conhecimento público.

O nosso estudo sobre o mito JK levou-nos a verificar alguns aspectos do significativo contexto histórico em que viveu essa personagem. Um contexto importante não somente pelo período de tempo que compreende, quase meio século (de 1932, quando ingressa na política, a 1976, quando morre), como também pela relevância significativa dos acontecimentos históricos ocorridos nesse tempo. No que concerne ao contexto do regime ditatorial militar, por exemplo, defrontamo-nos com um conjunto de questões que ainda não foram de todo esclarecidas, explicadas, compreendidas. Mas, como o regime militar não constituía o objeto de nosso estudo procuramos nos concentrar no indivíduo, ou seja, na vida de JK. No entanto, não foi possível evitar a curiosidade sobre esse período, nem deixar de fazer alguns questionamentos e desejar obter respostas, como a que poderia

esclarecer mais precisamente por que Juscelino não reagiu ao golpe e por que apoiou a eleição de um chefe militar para a Presidência.

As biografias afirmam que Juscelino não participou da urdidura do golpe de Estado e, que, inclusive, procurou João Goulart algumas vezes e o alertou acerca da conspiração que estava preparando o golpe. E pudemos constatar essa assertiva nos depoimentos dos seus amigos, alguns dos quais foram seus antigos colaboradores e, outros, autores de algumas das biografias a seu respeito. Todos eles foram unânimes em afirmar isso.

A esse respeito, Serafim Jardim, autor de uma das poucas biografias⁴ que abordam exclusivamente o tempo do exílio e do martírio, afirma que Juscelino lhe declarou, algumas vezes, ter procurado João Goulart para informar-lhe sobre o que se passava e o perigo iminente do golpe. Nessas oportunidades Juscelino o havia aconselhado a debelar o golpe que estava sendo articulado, prendendo os responsáveis dessa ação, a exemplo do que ele fez quando era presidente da República, e extinguiu o Clube da Lanterna. Mas, João Goulart não quis ou não pôde enfrentar os golpistas.

As biografias nos relatam que, uma vez ocorrido o golpe, Juscelino teria pressentido os tempos difíceis que se anunciavam. Ele teria compreendido a fragilidade institucional e a cisão dos partidos políticos, assim como a exacerbação das paixões políticas, e concluído não ter outra alternativa política, senão a de apoiar o marechal Castelo Branco, para governar o país, ou a “Revolução” (termo utilizado pelos golpistas para denominar o golpe de Estado). Daí o apoio de Juscelino ocorrer somente quando já realizado o golpe: foi procurado por Castelo Branco que lhe pediu o voto, quando da escolha, por via indireta, através

⁴ As outras biografias que abordam exclusivamente o período da cassação, que tivemos conhecimento, foram as de Carlos Heitor Cony.

do Congresso, daquele que guiaria o governo do país, até o seu retorno à normalidade constitucional, ou seja, aquele que comandaria a ditadura.

Existe o questionamento do por que Juscelino não reagiu ao golpe. Os biógrafos afirmam que ele tinha, em seu favor, as forças militares do Estado de Minas, das quais fora capitão-médico, quando de seu início na carreira, tendo chegado a se reformar como coronel-médico. Logo, existia a alternativa de apelar para a utilização da força armada no sentido de combater o golpe, o que poderia ter sido feito, segundo essa visão, através da mobilização da forças militares do Estado de Minas Gerais. As biografias, explicam que Juscelino descartou essa opção porque ela não se coadunava com seu discurso de defesa da política pacífica, ou seja, não condizia com sua imagem. De modo que, para manter-se coerente com sua postura política, evitou qualquer alternativa que pudesse implicar em confronto armado, e, conseqüentemente, em derramamento de sangue, até porque não se tinha convicção da vitória.

Uma outra explicação para que Juscelino tenha prescindido do confronto armado entre as tropas mineiras e as Forças Armadas pode ser o fato de Castelo Branco haver lhe assegurado que o golpe tinha, como objetivo, afastar a ameaça comunista, e que não haveria demora no restabelecimento da normalidade constitucional, e, principalmente, que seriam mantidas as eleições de 1965. Juscelino acreditou nisso, bem como grande maioria do coletivo social. Para ele, especialmente, a normalidade democrática era imprescindível para o sucesso dos seus planos futuros. Desde sua saída do governo, ele era tido como o mais forte candidato para as eleições que deveriam ter se realizado em outubro de 1965. Seu lema de campanha já estava nas ruas: *"50 anos de agricultura para cinco anos de fartura"*, e, segundo Affonso Heliodoro (1991, p.127), em 23 de novembro de 1963, foi

publicada uma pesquisa realizada pelo Ibope, que apontava Juscelino como 60% da preferência do eleitor brasileiro.

Existe também uma possibilidade que não foi, em nenhum momento, aventada pelos seus biógrafos: a de Juscelino concordar que algo devia ser feito para impedir a situação de crise, em decorrência do crescimento do poder político da esquerda e, nesse sentido, não opor-se enfaticamente ao golpe. Parece-nos que havia uma compreensão geral, por parte dos grupos economicamente poderosos, compartilhada com outros grupos sociais, e, mesmo com setores das camadas populares, de que o país vivia uma desordem social e uma agitação de inspiração comunista, indesejáveis. Nesse sentido, é preciso ressaltar que, embora, Juscelino defendesse o regime democrático, não concordava com as visões da esquerda, seus métodos e propósitos. Juscelino era anticomunista convicto. Em todo o seu governo não existe um indício sequer de que houvesse em algum momento buscado apoio ou algum entendimento com os comunistas. A esse respeito, João Pinheiro Neto narra que, após ter sido nomeado para presidir a Superintendência da Política da Reforma Agrária, do governo de João Goulart, procurou Juscelino, para dar-lhe a notícia, e que recebeu do ex-presidente a seguinte observação:

“João, eu te conheci ainda menino (...). Sou amigo de toda sua família (...). Pois, então, escute. Você deve conhecer o velho brocardo: mexa com a moral do cidadão, mexa com sua mulher, mexa com seu dinheiro, mas não mexa com sua propriedade, sua terra. E você me vem logo com essa história de reforma agrária, ‘seu’ João? Como é que você pretende descascar esse abacaxi?” (PINHEIRO NETO, 1955, p.162)

Lembremos que, o programa de metas de Juscelino não se propôs a realizar a reforma agrária. Ao contrário, a reforma que pretendia implantar tinha como objetivo intensificar o capitalismo no campo, modernizá-lo, e integrá-lo à indústria. Aqui cabe uma observação significativa, Juscelino não mencionou os comunistas em nenhum de dos seus inúmeros discursos durante seu governo, e em nenhum momento de suas memórias. Foram raras as vezes em que se referiu a agitação política de inspiração comunista e quando o fez não utilizou o termo 'comunismo' e sim a expressão: 'doutrinas estranhas a índole democrática do povo brasileiro'. Nossa compreensão a esse respeito é a de que Juscelino achava insignificante a atuação e força política dos comunistas, daí não lhes dispensarem maiores atenções.

Sua compreensão acerca do clima de agitação e insegurança políticas, vividas no governo de João Goulart, pode ser entrevista no relato de João Pinheiro Neto, para quem Juscelino teria dito o seguinte, acerca de uma conversa que tivera com João Goulart:

“Sabe o que fui fazer em Petrópolis? Dar uma notícia das mais dolorosas ao nosso Presidente: comunicar-lhe que nós, do PSD, não podemos mais continuar lhe dando apoio. Fui o mais claro possível. Eu disse: ‘Como você sabe, meu caro Jango, a minha candidatura para a Presidência, nas eleições de 1965, é imbatível, mas, sem o PSD, unido, corro o risco de não me eleger. E grande parte do PSD, como é sabido, é contra a orientação política que você vem dando ao seu Governo, mas particularmente no que diz respeito à reforma agrária’ “. (PINHEIRO NETO, 1995, pp.166-167)

Pela citação acima podemos perceber também que Juscelino estava seguro quanto a sua eleição em 1965. Essa sua confiança pode ser constatada no relato de outras biografias⁵. Mas, alguns anos depois, Juscelino afirmaria em suas memórias que, ao findar seu governo, compreendia ser muito difícil sua eleição em 1965, pelo fato de serem cinco anos, em termos políticos, um período muito longo, um espaço de tempo em que muita coisa poderia ocorrer. Afirmou também, que, apesar do entusiasmo de seus correligionários e de ouvir, por onde passava, “as aclamações do povo para que voltasse em 1965”, sua experiência política lhe continha o entusiasmo. Parece-nos que, a contradição entre essa afirmação, apresentada em suas memórias, e o relato de algumas biografias, que a contrariam, deve-se, possivelmente, a tentativa de manter intacta a imagem do mito JK, cuja habilidade política teria feito dele um presidente do país. Habilidade essa que lhe teria faltado no momento de evitar sua derrocada política.

Executado o golpe de Estado, deposto João Goulart, e instalada a ditadura, deu-se início o regime de exceção e de intolerância política.

Esse regime militar, dentre outras arbitrariedades, cassou e perseguiu as principais lideranças políticas do país, principalmente os comunistas e os populistas. Dentre os cassados e perseguidos, encontrava-se Juscelino.

Após a efetivação do golpe, a cassação de Juscelino mostrava-se como uma questão de tempo, mais precisamente de dias. Ele representava, efetivamente, uma ameaça aos golpistas. Montello (1999, p.83) explicou sua cassação da seguinte forma: “*urgia tirar de*

⁵ Dentre outras biografias, podemos encontrar referências sobre esse assunto em: Affonso Heliodoro (1991, p.126); Josué Montello (1999, p.69; p.85); Autran Dourado (2000, p.206-207); Heitor Cony (1982, pp.49-50; p.77).

cena as figuras que poderiam neutralizar a ação revolucionária, e foi isso que, em boa parte, inspirou os seus excessos, entre os quais o que alcançaria o ex-presidente Kubitschek (...)”. Outra vez, aparece a questão do, se tinha condições para isso, por que Juscelino não tentou evitar ou, como o disse Montello, *neutralizar*, o golpe. A opinião de Montello é corroborada por Affonso Heliodoro (1991, p.143), em sua afirmação de que:

“(...) sentia-se que a *revolução* [grifo nosso] procurava se institucionalizar para fortalecer-se e que, se não cassasse Juscelino, teria seu fim chegado em 1965, pois, realizadas as eleições daquele ano, o país retornaria ao seu leito normal de legalidade e democracia. Entretanto, a intenção da ‘linha dura’ era claramente a de, conquistado o poder, nele permanecer, não querendo ver frustrados, mais uma vez, seus esforços para ocupá-lo”.

As biografias não fazem elaborações que associem a cassação de Juscelino com os interesses dos grupos capitalistas internacionais, que, como o afirmam algumas teses acadêmicas, teriam participado ativamente desse contexto histórico. Ao contrário, suas explicações, invariavelmente, fundamentaram-se no aspecto político partidário, mais precisamente, na atuação de determinadas lideranças políticas, que por recusa ou ódio a Juscelino, se empenharam em retirá-lo do cenário político.

O que pudemos ver nos relatos sobre a cassação de Juscelino, foi que ele tentou impedir esse ato. Nesse sentido, procurou mobilizar o seu partido, particularmente, o PSD mineiro, que tentou a

negociação da retirada de sua candidatura à re-eleição em troca da manutenção de seus direitos políticos. Mas foi tudo em vão.

Corriam, nos bastidores, os murmúrios sobre a cassação iminente de Juscelino, mas nada se comentava nas sessões do Congresso. No Senado, por exemplo, chamou-nos a atenção a forma como, a partir do golpe, passou a se travar as discussões. Antes, o ambiente normal do Senado era de uma certa agitação, onde o calor das disputas políticas, a defesa entusiasmada dos projetos e posições políticas, e discussão dos problemas do país, faziam a rotina parlamentar. Após o golpe, o Senado passou a apresentar um comportamento ou um clima completamente diferente. Não se discutiam mais os problemas do país, não se defendiam posições políticas, não se revelavam mais as diferenças, não existia mais a agitação, nem o calor das discussões, pois não havia mais as refregas políticas. Os poucos discursos proferidos não questionavam o golpe, e, menos ainda, as arbitrariedades. Os Senadores apenas limitavam-se a comentar um ou outro problema localizado num ou noutro setor da produção ou do comércio, de um ou outro estado ou região.

Foi sob esse clima que, Juscelino foi informado de que o general Costa e Silva⁶, então, ministro da Guerra e um dos aspirantes à sucessão presidencial, havia solicitado sua cassação, através de documento entregue ao presidente Castelo Branco.

Frustradas todas as injunções no sentido de evitar sua cassação, e ciente da iminência de tal ato, que o tomaria politicamente inelegível, Juscelino, então Senador, fez seu último pronunciamento no Congresso. Sua fala emocionada não poupou de críticas os oficiais de alta patente das Forças Armadas, nem escondeu sua revolta diante da arbitrariedade a que estava sendo submetido. O último discurso de sua

⁶ Costa e Silva foi uma das lideranças do golpe de Estado e representava um setor das Forças Armadas, autodenominado de *linha dura*.

vida política aconteceu numa noite de quinta-feira, dia 3 de junho de 1964, para um plenário com a presença de quarenta e quatro Senadores, de um total de sessenta e dois. Notamos que, após o golpe de Estado, a presença de Juscelino nas plenárias do Senado, foi cada vez mais reduzida. De fins do mês de maio ao dia em que proferiu seu último discurso naquela Casa legislativa, a ausência de Juscelino e de grande parte dos Senadores, chama a atenção.

Naquela sessão do Senado – a última do mandato de Juscelino – em que ele pronunciou seu discurso, havia uma quantidade de Senadores maior do que o rotineiro. Os Senadores deviam saber que Juscelino faria um pronunciamento, em defesa de seu mandato e contra sua cassação. Daí, provavelmente, terem comparecido, em maioria, naquele dia.

No Diário do Congresso, a Ata do dia 3 de junho de 1964, registrou o último discurso de Juscelino. Em suas folhas pudemos ler: “O *Sr. Juscelino Kubitschek (para explicação pessoal) (lê o seguinte discurso)*”,

“Sr. Presidente, Senadores, na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicariam na cassação do meu direito de cidadão (ser candidato do PSD ao futuro pleito presidencial) e de representante do povo de Goiás, julgo de meu dever dirigir, desta tribuna, algumas palavras à Nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a confirmar-se não seja eu privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa vão sofrer as instituições livres. Não me é lícito perder uma oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que represento nesta hora”.

Pareceu-nos possível entrever, no início do seu discurso, uma esperança longínqua da não confirmação da sua cassação. Mas essa impressão, logo se desfaz quando, em seguida, declarou que julgava aquele um dos mais altos momentos de sua vida política. Nesse sentido, Juscelino afirmou que aquele momento em que pronunciava, talvez seu último discurso no Senado, comparava-se ao instante em que recebeu a faixa presidencial, e frisava: *“depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda a ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro”* (DIÁRIO DO CONGRESSO, 03/06/1964).

Dono de uma imagem cuidadosamente forjada, para fazer sua distinção em relação aos demais líderes políticos, Juscelino ressaltou, no seu discurso, sua característica pessoal de não se deixar *“guiar pelos ressentimentos ou por mágoas, por mais justas que fossem”*. Lembrou que durante os cinco anos do seu governo na presidência da República zelou *“pela paz, não permitindo, não pactuando com qualquer atentado à liberdade de quem quer que fosse e erigindo [sic] sempre com dignidade administrativa”* (DIÁRIO DO CONGRESSO, 03/06/1964). E ressaltou, sua postura democrática, outra imagem característica da sua construção enquanto mito, ao declarar:

“(...) Neste momento, sinto uma perfeita correlação entre a minha ação presidencial e a iníqua perseguição que me estão movendo. É que a mesma causa continua viva, a mesma causa de defesa das instituições livres pela qual lutei. É essa causa que me transforma agora em vítima preferida da sanha liberticida que tenta marcar e manchar a revolução, feita para salvar-nos da tirania comunista [grifo nosso]. Sou (...) hoje um homem desarmado, sem possibilidades de reação material, mas disposto a reagir com a

energia e determinação da coragem dos que combatem para cair de pé”. (DIÁRIO DO CONGRESSO, 03/06/1964)

Sentindo-se profundamente violado em seus direitos, em sua vida, em seus projetos, em seus sonhos, Juscelino desabafou:

“Por que então sr. Presidente, é o caso perguntar-me se me deveria envaidecer de tão grande privilégio – o de ser o alvo principal da luta antidemocrática – *por que me invade neste instante uma tristeza das mais terríveis por que já passei em toda a minha acidentada vida pública?* [grifo nosso]. (DIÁRIO DO CONGRESSO, 03/06/1964)

Indignado com a violência, que estava prestes a sofrer, bem como com a traição que lhe estavam fazendo, Juscelino afirmou que a cassação dos seus direitos políticos constituíam *“um ato de usurpação, e não um ato de punição”*, e, que, seria *“um ato de traição às promessas da Revolução”*. Juscelino encerrou seu discurso afirmando que se revestia, naquele momento, *“de novos e excepcionais poderes (...) para a grande caminhada da liberdade e do engrandecimento nacional”* (DIÁRIO DO CONGRESSO, 03/06/1964). Seu pronunciamento sugeria que havia uma possibilidade de reação. Todavia essa reação não aconteceu.

Conforme pudemos observar na Ata dessa sessão do Senado, ao findar seu discurso, Juscelino foi aclamado com muitos gritos de *“Muito bem! Muito bem!”*, com palmas prolongadas, e

cumprimentado acaloradamente. Mas, ninguém, dos quarenta e quatro Senadores presentes, pronunciou-se na tribuna, ninguém emitiu, sequer, uma moção de apoio. Observamos, também, que findos os aplausos e cumprimentos, passou-se à seção referente à ordem do dia, sem que houvesse uma discussão, um comentário, um aparte, sequer, sobre o pronunciamento ou a situação em que se encontrava o ex-presidente da República.

Também não existe nenhum registro, nas Atas do Senado, em relação a alguma discussão sobre sua cassação. Seu nome voltaria a ser mencionado no Senado, na sessão de 10 de junho, mas somente para definir o suplente que ocuparia sua vaga, uma vez que a cassação havia sido formalizada com a publicação, no Diário Oficial, em 8 de junho de 1964, do decreto que lhe cassava o mandato legislativo e suspendia seus direitos políticos por dez anos.⁷

O decreto dessa cassação foi noticiado pela *“Voz do Brasil”* no dia 8 de junho de 1964. A esse respeito, Josué Montello, relata:

“Assim que ouvi a notícia pelo rádio, fui ao apartamento de Kubitschek, na avenida Vieira Souto. Não foi fácil entrar no prédio. Na rua, enorme multidão, cantando o hino nacional, alastrava-se pelo calçadão, sem se intimidar com o aparato policial que para ali se deslocou, com viaturas, guardas embalados, agentes de segurança. Devagar, identificando-me a cada momento, consegui chegar à entrada do edifício”. (MONTELLO, 1999, p. 92)

⁷ Cf. Diário Oficial, 08/06/1964; e, Diário do Congresso Nacional, 10/06/1964.

Poucos se posicionaram, publicamente, contra a cassação de Juscelino. O *Jornal do Brasil*, do dia seguinte à cassação publicaria um artigo de Josué Montello (1999, p. 88), em que o autor dizia, dentre outras:

“Quando esta geração passar, e outra mais, e mais outra, de modo que delas não reste sequer o pó, confundidas para sempre na poeira dos cemitérios, sem direito a um epitáfio ou a uma lápide funerária, o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek, queiram ou não os seus contemporâneos, será lembrado”.

Juscelino tentaria, ainda, uma reação. Emite uma manifesto à população brasileira, em que diz, entre outros, o que segue:

“Estou pagando, nesta hora em que o meu destino se confunde com a sobrevivência da democracia em nossa Pátria – e isto me consola de tantos sofrimentos –, estou pagando o crime de ter lutado indormidamente pela independência econômica de meu País; o crime de ter governado isento de ódios, como Presidente de todos os brasileiros que fui; o crime de não ter perseguido a quem quer que seja; o crime de ter dado ao Brasil uma dimensão, interna e externa, jamais sentida em toda a nossa história republicana; o crime de ter proporcionado a esta Nação cinco anos de paz, de garantias constitucionais, de cuidados administrativos; o crime maior de ter feito nascer no coração dos brasileiros a esperança e o

sentimento de grandeza". (Cf. HELIODORO, 1991, p. 147)

Nesse manifesto, Juscelino deixa entrever seu apelo, ao afirmar:

"Confio o meu destino às mãos do povo brasileiro, desse povo a quem tudo devo, desse povo que me tirou da obscuridade e me levou à Suprema Magistratura da Nação. Creio no meu povo e no meu País; creio na glória do castigo imerecido e no repúdio dos castigadores odientos". (Cf. HELIODORO, 1991, p. 148)

Em seguida, Juscelino questiona os interesses que impuseram a cassação dos seus direitos políticos.

"Qual a origem dessa fixação obsessiva com que o governo dá prioridade à cassação de meu mandato e de meus direitos políticos sobre tarefas graves da administração?

Que temor é este da minha sobrevivência política? É o temor que se apodera de todos os usurpadores das liberdades fundamentais da pessoa humana. É o temor do pronunciamento popular através do sufrágio universal; é o temor da força da própria Democracia". (Cf. HELIODORO, 1991, p. 148)

E, conclui, dizendo:

“Não aceito o julgamento dos que agora me julgam. Só aceito o julgamento do povo, pois só nele reconheço o juiz de minhas ações.

(...)

É ainda com uma palavra de amor a esta terra, de reconhecimento aos meus amigos e de esperança na redenção do Brasil que, afastado da vida pública de meu País, me disponho a encarar, face a face, se preciso for, os autores dessa ignomínia”. (Cf. HELIODORO, 1991, pp. 148)

Não houve a resposta que Juscelino pensou ser possível ocorrer. Assim, o líder, carismático, adorado pelas camadas populares, admirado e respeitado no meio político, dono de grande habilidade e experiência políticas, não pôde, contudo, impedir sua própria cassação. O sofrimento pessoal a que certamente estava sendo submetido era somente uma mostra do que viria.

Seu martírio apenas começava.

O EXÍLIO

Após o decreto da sua cassação, iniciou-se o mais difícil período da vida de Juscelino. Desde então, e até o fim da sua vida, ele seria submetido à rigorosa perseguição. Entre os dias 8 e 14 de junho de 1964, foi obrigado a comparecer aos quartéis para prestar depoimento acerca de alguns atos dos seus governos na Prefeitura, no Estado e na Presidência, e, de como adquiriu seu patrimônio.

O primeiro depoimento prestado aos militares durou horas, tempo em que Juscelino foi obrigado a permanecer em pé. Esse aspecto de como se deu seu interrogatório causou grande indignação. Esse ato demonstrava não somente o desrespeito, mas também o ódio que, por ele, nutriam algumas lideranças do golpe, que não levaram em consideração sua idade, seu problema físico (um defeito no pé, que lhe causava grande desconforto, quando submetido a ficar em pé por muito tempo) e, principalmente, seu significado político. Foi, portanto, dessa forma que a ditadura instalada tratou uma das lideranças mais importantes do país.

Nesse momento em que se iniciava seu infortúnio, os amigos começaram a minguar. Mas, assim mesmo, ainda conseguiram que lhe fosse permitida a saída do país. Em 14 de junho daquele mesmo ano, partia para o exílio, onde conheceria a solidão.

Segundo Heitor Cony, Juscelino não teve, no exílio, domicílio definitivo: *“Embora chegasse a montar apartamento em Paris e, mais tarde, em Lisboa. Muitos desses dias passou nos Estados Unidos, em Nova Iorque principalmente, mas viajando e fazendo conferências em universidades”*. (CONY, 1982, p. 87)

Ao chegar em Paris, onde passaria alguns dias antes de viajar para Portugal, país que fora escolhido para passar esses

momentos de infortúnio, que pensou passageiros, logo percebeu como havia mudado sua condição. Antes era, invariavelmente, recebido por uma legião de pessoas: os amigos, os políticos e os bajuladores. Depois da cassação, somente alguns poucos amigos, o vinham receber.

De longe, tentava esboçar uma reação. Mas não encontrava ressonância. Em uma das primeiras cartas enviadas do exílio para seus amigos mais próximos, Juscelino explicita sua esperança numa reação:

“Não sei ainda como iniciar a caminhada da minha recuperação. Vocês que ali estão estudem bem o problema. (...)”

O *‘queremos justiça e reparação histórica para Juscelino’* [grifo nosso] precisa ser compendiado num movimento que adquira repercussão, se estenda pelo Brasil, se organize em núcleos e se transforme numa força incoercível. (...) Como linha geral de ação sugeriria o seguinte:

1º - Convocar o número maior possível de deputados federais num movimento pró-Juscelino.

2º - Articular deputados estaduais (...).

3º - Convocar no Rio a turma dos ‘sagrados’, dos que nunca me recusaram nem a própria vida para minha defesa (...).

(...)

Não quero mais ser candidato. Seria uma utopia (...). Quero, apenas, um movimento que signifique o apoio moral dos brasileiros e a restituição de meus direitos políticos.” (JARDIM, 1999, pp.126-127)⁸

⁸ Carta, datada de 29/06/1964, enviada aos amigos Carlos Murilo Fenício dos Santos e Renato Azeredo. Ambos eram deputados, sendo o primeiro também seu primo. Essa carta foi transcrita, na íntegra, por Serafim Jardim, na biografia *Juscelino Kubitschek: onde está a verdade?*

Essa reação, todavia, não viria. Assim, ao perceber que a situação era muito mais grave do que pensava, passou a sentir, mais profundamente, a solidão do exílio. Suas cartas, nesse primeiro ano no exílio bem como nos demais, mostrariam sua saudade e sua ansiedade pela volta ao Brasil. Em uma delas diz: *“o que aspiro eu? Apenas viver no meu país, sem as humilhações que tentaram me impor. Não quero mais nada”* (JARDIM, 1999, p.130)⁹.

Juscelino chegou a pensar que, findas as eleições para governador, em outubro de 1965, os militares não teriam motivos para manterem a intolerância contra sua presença no Brasil, e, por isso, decidiu retornar do exílio. Em 4 de outubro de 1965, chegava ao Brasil, com a ilusão, logo desfeita, de que sua volta seria definitiva. Porém, ao colocar os pés no solo brasileiro, logo foi intimado a prestar depoimento, em dois processos que contra ele haviam sido abertos pelo governo militar. A intolerância à sua figura política não somente continuava, como parecia ainda mais forte. Nesse sentido, foi avisado, por contatos existentes dentro do governo militar, de que havia contra ele, naquele momento, uma ameaça de morte proveniente da facção mais sectária da ditadura militar.¹⁰ Ele, então, percebeu que não havia clima político para sua permanência no país e decidiu, mais uma vez, partir para o exílio.

Nessa segunda volta ao exílio, Juscelino ficou ainda mais sozinho. Pouquíssimos foram os amigos que permaneceram. Suas cartas aos amigos, no Brasil, revelam sua decepção, sua mágoa, sua indignação, seu sofrimento, e, sua solidão. Cony (1982, pp. 112-113) transcreve um trecho da carta enviada por Juscelino, a sua irmã Nana, por ocasião do natal de 1965:

⁹ Carta, datada de 12/12/1964, enviada a Carlos Murilo, seu primo.

¹⁰ Essa informação confirmou-se recentemente. Havia um grupo de militares de extrema-direita que pretendia assassinar Juscelino.

“O dia de Natal amanheceu cruel. São duas horas da tarde e a noite já cobriu a cidade. Não se vê senão as luzes fosforescentes dos carros e anúncios. Ontem tive uma surpresa comigo mesmo. À noite, por volta de sete horas, senti uma solidão mortal. Não conseguia atender a telefonemas sem quebrar, a princípio, a emoção, porque esta me impedia de falar. Uma tristeza pesada, bruta e dolorosa invadiu-me. Por que está acontecendo tudo isto comigo? Nova Iorque é uma cidade constituída de rinocerontes de aço. À noite há muita luz que sai dos olhos dos animais, mas quem em nada altera o panorama de solidão que a cidade desperta”.

Juscelino conclui essa carta com a seguinte afirmação:

“Tenho ainda uma missão a cumprir, que não pode ser realizada agora. Tenho que refutar as infâmias com que procuram destruir-me. Não disponho de jomais, nem de outro meio para minha defesa. Trabalho, exaustivamente, no *livro* [grifo nosso] (...), com esperança de lançá-lo brevemente (...)”¹¹. Enquanto isso a vida vai passando. Cada dia que fica atrás é um passo que dou para a frente, para aquele porto imenso e nebuloso a que se referia o Tales. (...)”.

(CONY, 1982, p. 113)

¹¹ Segundo Cony, o livro a que Juscelino se refere, nesse trecho da carta, são os esboços de suas memórias. Ainda, segundo Cony, as memórias de Juscelino (os livros: *Por que construí Brasília*; e, os três volumes de *Meu caminho para Brasília*) estavam prontas, em 1969, mas só puderam ser lançadas em 1974, mesmo assim sob condições.

O livro a que se refere, nessa carta à sua irmã, é o esboço das suas memórias. A escrita dele surgiu da sugestão do seu amigo, Adolpho Bloch¹². Na tentativa de combater a depressão que lhe acometia, Juscelino seguiu os conselhos do amigo e começou a escrever suas memórias: *Por que Construí Brasília* e os três volumes de *Meu Caminho para Brasília*. Mas adotou a postura de conservar a discrição política que fazia parte de sua imagem. Nas suas memórias não ataca ninguém, não desqualifica ninguém. E, também, não registra sua condição de político cassado. Não deixa entrever nenhuma intenção de volta à política, nem a profundidade das suas mágoas. Sua preocupação foi, tão somente, reconstituir o brilho de sua imagem, resgatar os louros de sua vida. Essa foi, também, uma maneira encontrada para tentar defender-se das acusações difamatórias, continuamente repetidas ao longo daqueles anos. O relato de sua vida de origem pobre, sua determinação em mudar seu destino, ou seguir aquilo a que estava predestinado, sua contribuição para a mudança histórica do país, constituía, portanto, uma história dignificante e, ao mesmo tempo, construtora do mito.

Em outra carta escrita para sua irmã, Naná, em 17 de fevereiro de 1966, Juscelino recorda sua luta para se eleger presidente da República e a injusta condição, a que ele foi submetido, com a cassação dos seus direitos políticos:

“(...) Ultrapassada a fase do meu governo,
nova luta se desencadeou contra mim, desta
vez selvagem e sem quartel. Não quiseram

¹² Adolpho Bloch era dono da revista *Manchete*, que sempre abriu espaço para Juscelino e seu governo. Mas a amizade se tornou mais profunda no período do martírio. Foi Bloch quem lhe forneceu as condições materiais para a escritura e publicação das suas memórias.

matar em mim o homem público. Foram além, tentando por todos os modos enterrar a minha honra dentro de um túmulo de calúnias. Mas não ficaram ainda satisfeitos com as arremetidas. No exílio, privado de tudo, rodeado apenas pela solidão que persegue o homem condenado a não voltar ao seu país, eles ainda continuam atirando as setas envenenadas de um ódio que amesquinha o Brasil. A minha passagem pelo Rio foi uma mistura de glória e de sofrimento. Quando não havia mais uma gota no cálice da amargura, puseram-me no avião e, de novo, me mandaram para a solidão deste segundo exílio". (CONY, 1982, p.114)

Serafim Jardim transcreveu, em seu livro, algumas correspondências recebidas e, principalmente, enviadas por Juscelino, quando ele estava no exílio. Nelas pudemos constatar seus sentimentos em relação à situação em que se encontrava. Em carta dirigida a um de seus advogados¹³, Juscelino diz o seguinte:

"Li, recentemente, a história da Inquisição Portuguesa e verifiquei que o Santo Ofício nunca foi tão minucioso quanto o foram contra mim os novos representantes da escola do ódio e da perseguição. Não houve detalhe em que não se esmerassem. Acusaram-me de tudo. Colocado ora em 3º, ora em 5º lugar entre os homens mais ricos do mundo, fui exilado e crucificado (...) que me obriga a vigílias intermináveis nestes três anos de adversidade política". (JARDIM, 1999, p.109)

¹³ Trata-se do advogado Jair Leonardo Lopes, a quem Juscelino confiou as questões mais íntimas de sua vida privada. Carta datada de 09/01/1967.

Pudemos entrever, em inúmeras passagens, das correspondências que foram enviadas aos amigos, a mágoa de Juscelino em relação aos responsáveis pela situação adversa que estava passando e sua mágoa, em geral, pela falta de uma reação em seu favor. Uma dessas cartas ao seu advogado é a que segue:

“Quanto maior grandeza procurei dar às minhas atitudes, mais me cercaram de pequenez e mesquinharias.

(...)

Um homem que dirigiu uma cidade, um estado e um país é agora acusado de irregularidades que, somadas, poderão atingir a soma astronômica de 4 ou 5 mil contos. Pelas minhas mãos passaram bilhões, na intensidade de uma ação cujos frutos estão à vista do mundo. Agarrado porém, nos dentes da Inquisição moderna, instalada em pleno século XX *na mais liberal e generosa nação do mundo* [grifo nosso], erguem contra mim as fogueiras da intolerância, nas quais esperam queimar o carinho e o prestígio com que me cerca o povo brasileiro. (JARDIM, 1999, p.109-110)

A ditadura perseguiu Juscelino sob a acusação de irregularidades administrativas. Tratava-se de um processo de perseguição política, com a finalidade de denegrir sua imagem pública, uma vez que nada foi provado contra sua probidade e idoneidade. No entanto, ele foi, desde sua cassação, submetido a comparecer à presença dos militares com o objetivo de responder a interrogatórios sobre sua vida política. Isso ocorria sem que ele fosse claramente

esclarecido do por quê estava depondo, ou seja, não lhe foi conferido o direito de conhecer os motivos dessas intimações.

Enquanto esteve no exílio, em vão, esperou ansiosa e angustiadamente que lhe fossem comunicadas as conclusões dos interrogatórios e investigações feitas sobre suas administrações públicas e sua vida particular. As notícias que recebia colocavam-no a par do agravamento da situação política com o recrudescimento da ditadura. Desesperado pela distância, cada vez mais deprimido, sofrendo a solidão e a ausência dos seus, a saudade do país e da política, começou a preparar seu retorno.

Chega no Brasil, em caráter definitivo, em outubro de 1967. E os militares não lhe deram sossego. Sobre essa perseguição política a Juscelino, João Pinheiro Neto (1995, p.185) declarou o seguinte:

“Iniciava-se o cerco do ódio, da inveja e da burrice contra alguém cujo único ‘pecado’ fora o de ter realizado um dos maiores governos do Brasil contemporâneo, assegurando, em toda a sua plenitude, o exercício do regime democrático”.

Logo que regressou foi intimado a prestar depoimento, foi ameaçado de confinamento por 60 dias se participasse de alguma manifestação ou atividade política¹⁴. Teve sua prisão decretada, em 13 de dezembro de 1968, quando saía de uma cerimônia de formandos em

¹⁴ Foram abertos dois processos contra Juscelino. Um sobre a doação de automóvel JK-Alfa Romeo, doado a D. Sarah Kubitschek, pela Fábrica Nacional de Motores, quando do lançamento desse carro no Brasil. O outro processo dizia respeito a construção da “Ponte da Amizade”, que liga o Brasil ao Paraguai. Alegou-se corrupção passiva. Cf. PINHEIRO NETO, 1995, pp.185-186.

engenharia, da qual havia sido paraninfo. Solto da prisão, por intervenção de pessoas com influência no governo militar, mas que se sensibilizaram com sua situação, ficou em prisão domiciliar durante o restante do mês de dezembro e meados de janeiro de 1969. Segundo seus amigos, Juscelino, que até então apresentava uma saúde invejável, tornou-se diabético, tamanha a tensão nervosa a que foi seguidamente submetido.

Em 1969, o regime ditatorial abria, contra o ex-presidente um processo criminal e, finalmente, lhe foi dado o direito de defesa.¹⁵ O documento da defesa de Juscelino, preparado por seus advogados foi intitulado *"A verdade dos números"*. A esse documento foi anexado um texto escrito por Juscelino, intitulado *"Palavra de Confiança"*. Esse texto revela todo o desencanto de Juscelino com os caminhos políticos que o país estava trilhando. Nele, não escondeu sua indignação, sua desilusão, sua mágoa. Lembrou sua vida humilde, sua trajetória política e seu trabalho em favor do Brasil, e tentou chamar a atenção para a injusta acusação a que estava sendo submetido. Diz Juscelino:

"Fui telegrafista, médico, professor de medicina, prefeito. Por eleição, deputado, governador de Estado, Presidente da República, senador. Trabalho, sem descanso ou interrupção, há mais de quarenta anos. E agora me é exigida justificação para a procedência dos bens que possuo.

Esse patrimônio, acumulado em toda uma vida, vem durante os últimos cinco anos sendo investigado, sopesado, devassado em seus mínimos pormenores, na busca vã de rastros de

¹⁵ Em sua defesa trabalharam os seguintes advogados: Sobral Pinto; Vitor Nunes Leal; Jair Leonardo Lopes (com quem Juscelino se correspondia mais intimamente); e, Cândido de Oliveira (Coordenador do grupo)

operações ilícitas ou irregulares. Até hoje, o acervo de meus bens não representa mais do que o normal da economia de qualquer indivíduo dotado de um mínimo de previdência". (JARDIM, 1999, p.50)

Em seu texto, Juscelino afirmava que não se recusava a fornecer explicações, mas deixava entrever que entendia injusto o processo, contra ele movido, porque as acusações tinham como objetivo o solapamento da sua imagem pública. E, sua imagem pública era a única coisa que ainda lhe restava do tempo do poder e da glória.

"Jamais supusera, nos momentos mais conturbados de minha vida, que tivesse algum dia de dar tantas explicações sobre tão poucos. Mas, na medida em que me são exigidas, mais do que nunca concordo em dá-las porque elas são contingências de todos os homens públicos, que sempre tiveram e terão que explicar-se não apenas a seus adversários, não apenas a seus amigos, não apenas a seu povo como um todo, mas sobretudo à sua própria consciência". (JARDIM, 1999, p.51)

Mesmo sob toda sorte de tensões, sempre que encontrava um instante de serenidade e discernimento, uma oportunidade de explicitar seus sentimentos, ele a usava para lembrar suas qualidades e características políticas de perdoar e de superar as situações difíceis. Essas qualidades são a sua própria imagem, a que ele tentou manter pelo resto de sua vida. Ao nosso ver, um dos momentos que exemplifica

essa nossa assertiva é o que se refere à carta, que ele escreveu, para a introdução do documento de sua defesa judicial, frente às acusações do governo militar. Este documento, nos permite uma mostra do quanto Juscelino se esforçou para manter sua imagem. Em determinado trecho do documento processual, ele afirma:

“Mais uma vez agradeço a Deus ter-me poupado ao sentimento do ódio. Não o tive como presidente. Não o tenho agora. Morrerei sem ele.

Mais do que nunca me compenetro, por conhecimento íntimo de causa, de quanto o Poder é efêmero e transitório. E o ódio também. (...) Consola-me, acima de tudo, saber que o Poder se transfere e passa, mas que o Brasil fica e ficará”. (JARDIM, 1999, p.51)

Essas características fazem parte da sua imagem de líder e lhe são muito caras, por isso, mesmo no mais terrível dos tormentos mantém um resto de discernimento e se agarra a defesa de sua imagem. A permanência das imagens que conformam o político JK são imprescindíveis ao processo de sua transformação em mito político.

O OSTRACISMO

Nesses tempos do martírio, o ostracismo político e a solidão, são bastante significativos da mudança ocorrida na vida de quem, como Juscelino, cultivava o costume de ter, sempre, à sua mesa, os inúmeros amigos, correligionários e muitos convidados.

Continuamente perseguido, cansado, doente, cada vez mais esquecido pelo povo, que substituíra o entusiasmo característico dos anos dourados pela esperança do *pra frente Brasil*, Juscelino definhava tanto política quanto fisicamente.

Serafim Jardim afirma que, nos últimos anos de vida, o presidente não era mais o mesmo, não demonstrava a mesma energia, que a tantos admirava, nem o mesmo entusiasmo, nem a mesma fé.

Em seu *Depoimento*¹⁶, Juscelino se mostrou tal qual havia se plasmado na memória coletiva, isto é: carismático, alegre, simpático, confiante. Mas a nota introdutória da pesquisadora revela a reação dele diante da condução política do país, sob o governo militar. Antes, contudo, a pesquisadora registrou o seguinte:

“Fui procurar o ex-presidente para colher alguns dados para minha pesquisa sobre os aspectos políticos do seu governo (...). Neste dia comemoravam-se os dez anos da Revolução de 1964 e, principalmente, o fim da cassação dos direitos políticos dos primeiros punidos ainda em 1964, entre eles, o ex-presidente. No entanto, Juscelino recebeu-me com os jomais do dia nas mãos, profundamente irritado, e mesmo

¹⁶ Trata-se da entrevista concedida a Maria Victoria Benevides.

indignado, com a nota do então ministro da Justiça Armando Falcão, esclarecendo que os ex-cassados passariam a ser eleitores, mas não elegíveis. A indignação, a mágoa do ex-presidente era visível; tudo levava a crer que ele ainda nutria esperanças de reiniciar sua carreira política e voltar eleito, mais uma vez, pelo povo (...). Para Juscelino, o maior motivo de ressentimento era o balanço dos dez anos: enfatizar o 'milagre econômico' pós-64, ignorando tudo o que fizera antes (...)" (Dep., 1974)¹⁷

A reação de irritação e mágoa pode ser considerada uma manifestação natural, particularmente, nesse momento particular. Mas, frente à pesquisadora, Juscelino era o homem público, uma imagem construída ao longo de quatro décadas, não podia revelar sua igualdade em relação aos homens comuns. Diante da pesquisadora, ele era uma representação, de uma personalidade política e de um momento histórico singulares, ele era um mito.

Todavia, no convívio, com os amigos mostrava-se, naqueles tempos de martírio, cada vez mais triste e distante. Serafim Jardim afirma que, nos seus últimos tempos de vida, Juscelino esteve em uma festa comemorativa dos cinquenta anos do Automóvel Clube. Serafim afirma que, como sempre, o ex-presidente foi bem recebido. Ele sorriu para todos, cumprimentou e conversou com dezenas de pessoas, mas não desapareceu do seu rosto o ar triste que carregava naqueles tempos. A tristeza foi justificada pelo amigo como resultado das muitas dificuldades financeiras por que passava¹⁸. Essa tristeza foi observada

¹⁷ "Dep." É abreviatura que damos ao *Depoimento* concedido por Juscelino Kubitschek à pesquisadora Maria Victoria Benevides, em 31 de março de 1974.

¹⁸ Cf. Serafim Jardim, 1999, p.223.

por todos aqueles que lhe eram próximos. Segundo João Pinheiro Neto (1995, p.203):

“Quem o viu naqueles dias que antecederam sua morte tão trágica descreve-o como um homem acabrunhado, ensimesmado, o olhar distante, tão diferente da pessoa loquaz e alegre de tempos mais venturosos. Agora, costumava intercalar as conversas com longos minutos de silêncio, mergulhado em pensamentos que a ninguém revelava”.

O tempo do martírio, fora, sem dúvida, o tempo dos muitos sofrimentos. O sofrimento político, causado pela sua cassação. Ao suspender os direitos políticos de Juscelino, a ditadura tirou-lhe além do poder, o prestígio, a glória, o respeito, a esperança, os amigos, a liberdade, o movimento, o ar que respirava. Provocou-lhe sofrimentos causados por enfermidades físicas. Lutou contra o câncer, adquiriu diabetes, passou a sofrer de depressão. Trouxe-lhe profundo sofrimento moral, causado pelas seguidas traições. Primeiramente, daqueles que considerava seus amigos, alguns dos quais haviam sido também seus correligionários. Nenhuma voz, de nenhum lugar do poder, levantou-se em sua defesa. Depois, as traições daqueles que considerava seus familiares, os amigos de infância que seguiram com ele o caminho do poder e o abandonaram na hora mais difícil; os amigos de Portugal, que se aproveitaram de sua desgraça política e lhe deram um calote; o genro, que o enganou nos negócios, apoderando-se de suas ações¹⁹. E até a cidade que do nada erguera foi-lhe proibido visitar.

¹⁹ O genro, Baldomero Bárbara Neto, apropriou-se de suas ações do Banco DENASA, do qual era um dos maiores acionistas. Cf. Serafim Jardim, 1999, pp.98-99.

O ostracismo político o afligia tanto, que adquiriu uma fazenda nas proximidades de Brasília, somente com o pretexto de ficar próximo à cidade, símbolo de sua visão política e de sua ação no fazer da história. Esperando um dia rever Brasília, Juscelino teve que aguardar um momento propício. Esse momento ocorreu em 7 de janeiro de 1972, a sete anos, seis meses e vinte e quatro dias que havia estado lá, segundo o jornalista Carlos Chagas²⁰. Esse jornalista era amigo de pessoas próximas a Juscelino, tomou conhecimento do fato e sobre ele escreveu uma crônica intitulada: *Brasília não vê JK chorar*. Essa crônica conta que Juscelino entrou em Brasília disfarçado, vestido “com a simplicidade do planalto, camisas caqui, sem paletó”, e, também, com um chapéu de palha, segundo os amigos mais próximos de Juscelino.

Era madrugada quando Juscelino chegou à Brasília e chovia. Aí, contam, Juscelino não suportou a emoção e chorou.

Segundo o cronista, após ter percorrido a cidade, Juscelino arriscou voltar pela principal avenida, a W-3:

“(...) Não seguiam devagar, mas também não corriam. Como antes, nem um candango para reconhecê-lo. ‘Não que eu quisesse. Pelo contrário, ficou muito melhor assim. *Mas não deixei de me sentir como numa cidade fantasma. Ou melhor, como um fantasma numa cidade real*” [grifo nosso]. (CHAGAS, 18/01/1972)

²⁰ Carlos Chagas era na época jornalista da revista *Manchete* e escreveu uma crônica que foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 18/01/1972.

Um fantasma numa cidade real. Foi assim que se sentiu Juscelino. Foi assim que a ditadura o tratou. Durante sua existência, não permitiu que a cidade registrasse, em suas efemérides, o nome de seu criador.

Disse ainda o cronista:

“Na saída, um olhar para trás. ‘Gostei de ver como Brasília está bonita. Foi uma surpresa. Tenho enfrentado dissabores e sofrimentos, mas ao deixar a capital, que não pisava há tanto tempo, cercou-me um sentimento de paz e tranqüilidade. Há em todos nós um sentido bíblico que vez por outra emerge à flor da pele. Senti-me como o sementeiro que do alto de um penhasco observa a seara indestrutível’ ”.
(CHAGAS, 18/01/1972)

Juscelino declarou, mais uma vez, sua solidão, seu sofrimento e recorreu à metáfora bíblica para o próprio conforto, mas também para lembrar que ele era diferente, que não se prendia às mesquinharias. Sua conformação era ter a certeza de que Brasília viveria e sua lembrança estaria para sempre ligada a história da cidade. Esse momento de intensa fragilidade foi captado pela sensibilidade do cronista que de forma muito significativa resumiu o encontro do criador com a criatura e a condição em que se encontrava Juscelino, sob a seguinte frase: *Brasília não vê JK chorar.*

A MORTE

É provável que a visível tristeza que acometeu Juscelino nos meses antecedentes à sua morte fosse devido à certeza, embora houvesse lampejos de esperança, de que não voltaria mais à política, nem teria, em vida, reparada sua dignidade.

Antes do acidente que o vitimou, sua morte foi anunciada em algumas rádios. A partir de então, teve a certeza de que sua vida não duraria muito.

Márcia Kubitschek, sua filha, declarou que ele comentou em família, diversas vezes, que o processo de abertura política só se daria quando ele estivesse morto. Sua morte ocorreu no dia 22 de agosto de 1976, num trágico acidente, na Via Dutra, que vitimou também seu amigo e motorista, Geraldo Ribeiro.

A proximidade de tempo entre sua morte e as de João Goulart e Carlos Lacerda²¹, são freqüentemente mencionadas pelos seus biógrafos. Eles alertam para a coincidência entre o desaparecimento desses líderes políticos e os interesses da ditadura em afastá-los, definitivamente, do cenário político. Daí os questionamentos aos aspectos da ditadura política que se encontram, ainda, encobertos por espessa nuvem de incertezas²².

Não é nosso objetivo discutir se a morte de Juscelino era importante ou não para o processo de abertura política. Nosso intento,

²¹ Em torno de 9 meses, morreram as três mais importantes lideranças políticas da época: Juscelino, em 22/08/1976; João Goulart, em 06/12/1976, vítima de ataque cardíaco, não devidamente esclarecido; Carlos Lacerda, em 21/05/1977, vítima de 'febre e desidratação'. Cf. Serafim Jardim, 1999, pp.191-192.

²² Todos os seus amigos próximos, bem como vários dos seus biógrafos destacam as circunstâncias da morte de Juscelino, principalmente no tocante à notícia divulgada por alguns órgãos da imprensa, no dia 09/08/1976, de que ele teria morrido vítima de acidente automobilístico na Via Dutra.

desde o princípio, foi o de tentar apreender as formas como se vão constituindo o imaginário em torno de Juscelino Kubitschek, as imagens do líder político incomum, extraordinário, e, por fim, sua construção mítica.

Dessas três mortes, nenhuma causou tanta comoção quanto a de Juscelino, não obstante o cuidado que o governo militar teve, no sentido de inibir e, se possível, evitar manifestações.

A manifestação mais significativa ocorreu em Brasília. Os candangos (como eram chamados os trabalhadores que construíram a cidade), compareceram, em massa, para prestar sua última homenagem. O documentário *Conterrâneos velhos de guerra*²³, nos permitiu uma mostra do quanto a população de Brasília se comoveu com o desaparecimento do chefe Salvador, guia de seus sonhos de uma vida melhor, de um Brasil próspero.

A população, desobedecendo ao programa cerimonial do sepultamento de Juscelino Kubitschek, compareceu aos milhares²⁴. Eram homens simples, que embalados pelo discurso do Chefe, vieram de todos os cantos do Brasil, na esperança de viver a *idade do ouro*, de superar suas misérias materiais. Os candangos queriam ver e tocar o caixão, chorar o morto, chorar suas desesperanças.

Em todos os cantos, falava-se que a ditadura havia matado Juscelino. A ditadura era associada à morte de uma figura que representava a democracia, que construí sua imagem pública como a de um líder democrático. Assim, a morte de Juscelino vinha cumprir um papel imprescindível na impressão de sua vida na memória coletiva.

²³ Cf. Vladimir Carvalho, *Conterrâneos velhos de guerra*, 1958-1978, tempo: 2 h 20 min. Nesse documentário, há um depoimento de uma liderança política, cujo nome não foi citado, que conjectura ter sido a manifestação de pesar à morte de Juscelino a primeira manifestação política depois de instalada a ditadura.

²⁴ Estimou-se, na época, a presença de 100 mil pessoas no cortejo do corpo de Juscelino.

A morte não é necessariamente imprescindível à construção do mito, mas é significativamente importante para que o mito se plasme. Ela, a morte, vem, assim, desempenhar a função de sacralizar a personagem política, de elevá-la à condição de mito. Isto é, por ter sua vida ceifada e, assim, dar-se a interrupção de sua ação, suas propostas, aquilo que estava prometido, que existia tão somente no plano da imaginação, e que ficou inacabado, ganha um significado especial, uma certeza do êxito, do acerto. Transforma em verdade o que antes era apenas um anseio ou uma possibilidade.

O desaparecimento de Juscélino serviu para ressaltar o quanto sua morte causa impacto e o quanto pode cumprir o papel de fixar a memória da vida. Sua morte constituiu um aspecto decisivo à sua transformação definitiva em um mito político.

Girardet afirma que: *“o nascimento do mito político situa-se no instante em que o traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico”* (GIRARDET, 1987, p.181). Neste estudo, podemos ver que não somente o nascimento, mas, também, na sua instituição definitiva, no imaginário social, obedecem a mesma característica, ou seja, *“é na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua origem”* (GIRARDET, 1987, p.181).

Esse momento pode ser compreendido como essencial, porque é um dos mais significativos momentos de desenvolvimento da efervescência mítica. Um momento em que, possivelmente, *“se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como um fenômeno de não identificação”*²⁵, ou seja, um momento em que *“a ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil. Os*

²⁵ Cf. Girardet, 1987, p. 181.

*modelos propostos de vida comunitária parecem esvaziar-se de toda significação, de toda legitimidade”.*²⁶

No nosso estudo sobre os mitos políticos contemporâneos, pudemos ver que o fim do tempo do martírio não precisa ser, necessariamente, com a morte. Mas esta, quando ocorre, redimensiona o mito, transforma-o num arquétipo, completa a lógica narrativa, escreve a conclusão. Assim, o mito percorre todos os tempos de sua existência: o da origem, em que se dá o apelo; o do auge de sua existência, que é o poder e a glória; e, o do martírio, em que ocorre sua morte. Esse tempo narrativo é o tempo cronológico, mas a permanência do mito, sua contínua re-instituição está ligada a essa narrativa.

No que diz respeito à morte de Juscelino, pareceu-nos que o mito ganhou mais força e, que sua figura, sempre que lembrada, irrompe o universo imaginário erigido como o de um tempo de glória, de uma possibilidade que parece para sempre perdida, cuja narrativa encontra-se mais ou menos organizada, mais ou menos incutida na memória coletiva. Talvez não conheçamos toda a história, mas seus momentos mais importantes encontram-se lá, em algum lugar da memória. E, encontra-se, geralmente, sob a ordenação narrativa que segue.

No início um adolescente tímido, mas determinado, percebe que poderia ter um futuro, escapar da vida sem esperanças e da banalidade cotidiana que lhe cercava. Jovem, corajoso, resoluto, decide mudar seu destino. Num esforço sobre-humano, desafiando todos os limites, trabalhando à noite e estudando de dia, vence a mais difícil batalha de sua vida, forma-se médico. Ascende socialmente. Adquire prestígio profissional e social. Descobre a política, e é por ela descoberto. Sente subir até ele a espera de um povo cansado da inércia, da banalidade cotidiana, da luta pela sobrevivência, da vida sem perspectiva da miséria, da fome. Abraça seu destino para cumprir a

²⁶ Idem.

missão que a Providência lhe reservara. A imensa esperança que levava consigo, iria realizá-la, quando vitorioso restabeleceria ao coletivo o mito da idade do ouro, na esperança no futuro. “Voraz, obstinado, insaciável, conquistador impossível de satisfazer”, começa então a interminável aventura que de combate em combate o conduziria ao mais alto significado junto ao povo, o chefe Salvador. O herói vai conduzir a economia a mudanças significativas e o povo a um estado de espírito de esperança no futuro e euforia no presente. Eram os anos dourados. Entretanto, o chefe Salvador, vai conhecer, enfim a derrota, no meio de um punhado dos últimos fiéis. Ao menos levou o povo à aventura, à superação de si mesmo, o acesso ao sonho. “Que coisas foram feitas!” Ao menos sua vontade, sua audácia, seu apetite de grandeza abriram um novo capítulo na história do país: as leis do determinismo foram rompidas, o povo brasileiro não estava condenado a miséria, a fraqueza humana superada, o obstáculo das coisas dissipado...

“No mundo só existe duas coisas de importância: o Juscelino e o Flamengo”.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste estudo constituiu-se em apreender a construção do mito Juscelino Kubitschek no imaginário político e na memória coletiva. Partimos do pressuposto de que os diferentes lugares de produção da representação do mito JK construíram um imaginário em torno desse mito e o instituíram de maneira definitiva, na memória coletiva.

No estudo das fontes, vimos que JK podia ser explicado sob as vertentes interpretativas que entendem o mito como uma história sagrada; ou como mistificação e ilusão; ou como força que incita à ação criadora.

Como vertente interpretativa, que representa o mito JK de forma muito parecida com a história sagrada, podemos identificar a narrativa explicativa que se encontra, invariavelmente, na construção do mito pelos seus biógrafos e pelo próprio Juscelino. Neles encontramos um discurso político ordenado numa narrativa mítica, que conta a vida do mito desde sua origem até sua transformação numa das figuras mais importantes da história do país. Uma narrativa que privilegia seu ingresso na política, alguns fatos marcantes antes da presidência da República, e, principalmente durante seu governo, em que se destaca sua atuação de maior líder político do país, à época. Sob a vertente da narrativa mítica, as biografias descrevem a história de um indivíduo que, vindo de origem pobre, passa por todas as dificuldades e consegue se eleger presidente do país, administrar as diferenças, governar com

habilidade e competência, e guiar seu povo para a realização de um tempo de glória. Um tempo em que os sonhos estavam sendo realizados e as esperanças correspondidas. Sob essa vertente de compreensão e produção do mito, explica-se também a instituição definitiva no imaginário social brasileiro do mito da Idade de Ouro. Note-se que, em nenhum outro momento da história do Brasil, esteve tão bem representado esse imaginário, tão caro ao mundo ocidental. Assim, os anos JK foram representados pela narrativa do mito como um momento histórico a ser lembrado pelas importantes mudanças de um tempo em que o Brasil deu certo, em que houve democracia, em que houve desenvolvimento econômico, em que as visões que definiam de forma negativa o brasileiro, como sendo um povo incapaz e inferior, foram refutadas pelas inúmeras conquistas esportivas, artísticas, culturais, e, principalmente, pelas realizações econômicas no sentido do desenvolvimento do país. Portanto, essa narrativa do mito cumpriu uma função significativa na impressão desse tempo, na memória coletiva, como a Idade ou Era de Ouro, tempos de felicidade, de prosperidade, “os anos dourados”.

A vertente que entende o mito como mistificação, que escamoteia a verdade, também pode explicar o mito político Juscelino Kubitschek, como uma ilusão. Essa é a representação dos que entenderam ter-se criado uma ilusão em torno da figura de Juscelino, ao atribuir-lhe as propostas que formaram o Plano de Metas, ou ao responsabilizá-lo pelo desenvolvimento econômico alcançado. Essa vertente procura mostrar que o desenvolvimento efetivado teve um preço alto para as camadas populares. Essa interpretação busca, portanto, desconstruir o imaginário mítico do menino pobre que chega à presidência da República, e negar a função que o mito desempenhou nas mudanças históricas daquele período, em particular.

Já a vertente que compreende o mito político como mobilização do imaginário que incita à força da ação criadora, permite compreender o Juscelino Kubitschek como uma força que pôs em ação o imaginário, os mitos e as mitologias políticas caras à sociedade burguesa como, por exemplo, o *self made-man*. Esse mito está presente no discurso de Juscelino, quando ele enfatiza sua origem pobre, sua ascensão social, e seu sucesso, a partir de seus próprios méritos e esforços. Ter-se formado médico e alcançado a liderança máxima – a presidência da República, era um feito extraordinário, uma imagem muito significativa. Por isso, sempre que podia, Juscelino lembrava a origem de menino pobre, que nunca teve padrinhos nas suas conquistas bem como na sua carreira política. Nesse sentido, ele representava, melhor do que ninguém, as possibilidades de realização da promessa burguesa do enriquecimento através do trabalho, da persistência e determinação: o fazer-se por si próprio.

Presumimos que a realização do mito *self made-man*, representado por Juscelino, deve ter causado grande admiração nas camadas populares, mobilizando esse imaginário constitutivo da modernidade. Vimos que o mito JK mobilizou muitas imagens do imaginário mitológico, outros mitos e mitologias como, por exemplo, a da modernidade. Esse mito instituinte da sociedade burguesa constitui elemento de permanente mobilização do imaginário social. Naquele momento, a mobilização dos mitos e mitologias da modernidade fez-se ainda mais significativa, devido ao contexto mundial de reordenação do capitalismo. Para os fins dessa vertente interpretativa, o mito JK mobilizava o que Girardet chamou de *as potências oníricas secretas*, ou seja, todo um universo imaginário e subjetivo dos anseios, dos sonhos, das esperanças, e, sobretudo, da crença. Crença no político, crença no futuro, crença no destino de grande nação.

Após analisar as narrativas sobre o mito Juscelino Kubitschek, pudemos verificar que qualquer uma das três narrativas explicativas arquetípicas do mito pode explicá-lo. Esse mito é, ao mesmo tempo, história sagrada de um indivíduo arquetipo político e de um tempo de felicidade; que é escamoteamento das contradições e conflitos de interesses; mas que é, sobretudo, mobilização do imaginário e incitação à ação criadora.

É pela construção da crença no político e possibilidade de guiar a sociedade à realização de um futuro próspero, que Juscelino se fez mito. Esta compreensão, de início apenas uma impressão vaga, tornou-se uma percepção cada vez mais nítida, à medida em que a análise das fontes permitia-nos apreender as várias manifestações do imaginário mitológico. A construção do mito JK passa fundamentalmente pela capacidade que ele teve, enquanto indivíduo e sujeito da história, de criar e difundir o sentimento de crença na sua figura. A crença de que ele correspondia às imagens do chefe Salvador, do Homem Providencial, do Herói que levaria seu país ao cumprimento da ansiada prosperidade, do sonhado e desejado cumprimento do destino de tornar-se grande nação.

A crença no político Juscelino Kubitschek e na política que ele representava para a transformação do país e o cumprimento do destino de grande nação é construída e mobilizada, ao mesmo tempo em que são construídas e mobilizadas as imagens e o imaginário, que explicam como o chefe salvador. Vimos, assim, que o mito foi construído ainda em vida, e foi ele próprio quem deu início a essa construção. Os seus biógrafos, bem como, os correligionários, os intelectuais, as camadas populares contemporâneas, e até mesmo seus adversários, contribuíram para sua instituição definitiva no imaginário social brasileiro. Entretanto, o mais importante construtor de sua mitologia política foi ele próprio, Juscelino.

Produto de um momento histórico, e, ao mesmo tempo, ator dessa história, Juscelino, constitui, além de arquétipo mítico, um exemplo de como o indivíduo participa do fazer a história. Ele o faz de maneira mais evidente que os outros indivíduos, por sua determinação, por sua ambição, compreensão e discernimento políticos.

Vimos neste trabalho que Juscelino percebe o imaginário político, conhece os anseios das camadas populares, tem a ambição política, sente o fascínio pelo poder e estabelece seu projeto individual de governar o país. Em seu favor, estavam as circunstâncias das mais propícias: a efervescência mitológica e sua função de ação criadora.

Juscelino e seus biógrafos explicam seu ingresso na política como uma casualidade, mas não foi como vereador que iniciou sua carreira política, e, sim, como chefe do gabinete do governo do Estado de Minas Gerais, cargo que pode ser considerado, depois do de governador, como o mais importante da política mineira. Esse cargo lhe permitiu conversar com todos e fazer política com as camadas populares, funcionários, cabos, eleitorais, vereadores, prefeitos e deputados estaduais, dentre outros. Esse cargo era de tal modo importante que possibilitou a eleição de Juscelino, em 1934, para Deputado Federal Constituinte. Estamos, portanto, ressaltando que estar no lugar certo, na hora certa, foi fundamental na carreira política, faz parte da compreensão e discernimento políticos. Juscelino experienciava sua habilidade, aperfeiçoava sua aptidão para o trato com as pessoas, com o público. Ele utilizava o que Bourdieu chamou de capital simbólico, adquirido na vivência de sua terra natal, onde teria aprendido as noções do jogo político. Como ele próprio se definia em relação à democracia, pode-se defini-lo em relação à política: esse aprendizado ele bebeu *“no leite, no café, no ar de Diamantina”*¹.

¹ Juscelino Kubitschek, *Depoimento*. p. 6.

Foi como chefe do Gabinete do governo de Minas que Juscelino iniciou a construção de sua imagem. Não queremos dizer que ele não possuía habilidade política, mas que tudo confluía para o melhor aproveitamento e desenvolvimento daquilo que, evidentemente, era uma aptidão dele: a política.

O que faz a diferença entre Juscelino e os demais líderes políticos de seu tempo encontra-se num campo subjetivo, de difícil apreensão, nem sempre inteligível, nem sempre possível de ser descrito, mas um campo de conseqüências bem concretas, bem reais. Ser contemporâneo de fenômenos sociais como o fascismo e o socialismo, ter conhecimento das experiências de mobilização das massas e, muito provavelmente, das teorias da psicologia de massas, somadas à vivência em um ambiente de intenso convívio com a política, devem ter sido fundamentais para a sua opção pelo tipo político que incorporaria para sua imagem.

No entanto, o que, ao nosso ver, tornou Juscelino crível foram as imagens que ele incorporou, com o fim de atender à sua própria visão de mundo, política e político, e, também, aos diferentes interesses e visões de mundo daqueles seriam seus potenciais eleitores. Essas imagens encontraram receptividade junto às camadas populares e outros grupos sociais. Ao nosso ver, o respeito e a admiração que as camadas populares lhe devotavam deviam-se a mecanismos determinados de recepção dessas imagens, principalmente as que se referiam à sua história de vida. Essas imagens irrompiam o imaginário, que colocava em funcionamento a crença no político. Em conjunto, essas manifestações do imaginário mitológico incitavam a força criadora das potências oníricas, ou seja, a força dos anseios, dos sonhos, da esperança, do otimismo etc. Somos levados a entender que era essa força que criava a identificação entre o líder político e as camadas populares. Estas devem ter criado a compreensão de que, se Juscelino

foi capaz de realizar uma transformação tão significativa em sua vida, poderia ser capaz de realizar as transformações na vida do país e na vida das camadas populares. Daí a confiança dos grupos sociais na liderança de Juscelino. Em relação aos demais segmentos sociais, é possível afirmar que aqueles que lhe eram simpáticos, pelas convergências de opções, posturas e visão política, tinham-lhe respeito. Esse sentimento foi se aprofundando à medida em que Juscelino foi conquistando mais poder e prestígio político. Para esses segmentos, as imagens discursivas remetiam ao imaginário político da modernidade, e eles também creram que a modernização era necessária e possível para o país.

Quanto aos seus adversários, é importante que se diga, eles participam da construção do mito com sua política de oposição, suas críticas acirradas, seu empenho em desorganizar o discurso e desqualificar as ações do governo. As críticas às promessas e atos do governo eram respondidas por Juscelino através do discurso e do êxito do programa de metas. O discurso de desconstrução da crítica da oposição justificava ações do governo como condição para o desenvolvimento e a prosperidade, e para a paz e ordem social, nos momentos de maiores tensões. Pudemos verificar que, não obstante a intensa e contínua oposição, Juscelino conseguiu se manter e, mesmo aumentar sua popularidade e liderança. Em alguns momentos as críticas feitas pela oposição foram desconstruídas com muito sucesso, principalmente as destinadas às realizações mais marcantes do governo. Em decorrência disso, a oposição se antipatizou e impopularizou junto às camadas populares, cada vez mais crente e confiante na liderança desse político. Outro aspecto a se observar é que, à medida em que não cessava a oposição, também não cessava, ela própria, de fazer propaganda do governo JK, mesmo sendo peremptoriamente contrária a esse governo. Juscelino saía-se mais uma

vez vencedor do embate. Isso constitui uma das razões para a afirmação de nossa hipótese de que Juscelino foi, em vida, o mais importante construtor de sua imagem mítica.

Para a construção do mito JK, há de se considerar, de maneira igualmente especial, o papel dos biógrafos. Eles entram em cena, principalmente na fase da conclusão do processo de construção do mito. Embora algumas biografias de JK tenham sido produzidas enquanto ele ainda vivia, somente após sua morte elas são em grande parte produzidas. Essas biografias têm, em comum, o fato de terem, seus autores, gozado da proximidade de Juscelino, dentre eles alguns grandes amigos. Uns mais próximos que outros, um ou outro inventando uma proximidade que gostaria ter vivido, o certo é que eles, em geral, organizaram a narrativa explicativa do mito JK, geralmente como uma história sagrada que explica como algo chegou a existir.

Essas biografias mostram, invariavelmente, sempre os mesmos fatos e os mesmos momentos: a origem pobre; a determinação em formar-se médico; o casamento com Sarah, cuja família tinha relação com a política; a participação no conflito armado entre constitucionalistas e revolucionários; a amizade com Benedito Valadares; a chefia do Gabinete do Governo de Minas; a passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte; a passagem pelo Governo de Minas; a Presidência da República; a cassação política e, por fim, a morte daquele que entendiam constituir uma das figuras políticas mais significativas do país. Aqui cabe a observação de que, em geral, as biografias tratam muito rapidamente os fatos iniciais da carreira política do mito. Demoram-se um pouco nas mudanças realizadas, quando prefeito, na reurbanização da cidade de Belo Horizonte. O tema central da grande parte das biografias são os fatos do governo JK, julgados marcantes: o Plano de Metas, a habilidade política, o otimismo, a construção de Brasília, a democracia, principalmente.

As biografias guardam outras semelhanças. Elas também silenciam sobre as mesmas questões: se, antes de ingressar na política, Juscelino teria manifestado sua habilidade política; a medida da pobreza de Juscelino; a relação com a família de Sarah; a própria participação na construção de seu mito; as pequenas e grandes derrotas políticas; o anticomunismo; a participação no golpe de 1964.

Em relação ao golpe, deve-se notar, são pouquíssimas as biografias que trataram essa fase da história de vida de Juscelino. Contudo, entre as biografias, as semelhanças no tocante ao que se encontra destacado e o que foi silenciado são muito evidentes, o que indica não apenas o cuidado na reconstituição e reinstituição do mito, que passa pelo cuidado na construção e organização da narrativa explicativa desse mito, como também indica a construção de uma verdade, a das biografias.

Outra imagem muito presente nesses textos é a da saudade de um tempo feliz. Isto é, as biografias, em geral, mostraram o tempo do governo JK como um tempo harmonioso, maravilhosamente único. Um tempo de harmonia entre as tendências e determinações históricas, que impunham a modernidade, e o líder político, que compreendia e discernia o movimento político de seu tempo e, nesse sentido, não estava em atender à força das potências oníricas despertadas pelo imaginário mitológico. Mostram, ainda, imagens de um tempo em que, não obstante as dificuldades de conciliar os diferentes interesses, Juscelino, guiava o célere processo de industrialização e desenvolvimento econômico, um tempo de democracia, de esperança, de confiança no futuro, de prosperidade, enfim, de tudo isso, mais algumas outras coisas e imagens já ditas.

É de nostalgia que trata a narrativa biográfica. É um discurso nostálgico de um tempo e de seu representante, o que as biografias produziram. Aliás, é através da repetição contínua desse tempo que se

mantém viva a memória de JK. Assim, a saudade desse líder, está expressa nas biografias, faz-se acompanhar pela saudade desse tempo, cuja imagem remete ao dourado, à cor e ao brilho do ouro, metal nobre, valioso, que, por sua vez, remete ao brilho de seu nobre construtor.

Não temos como precisar a participação dessas biografias na reinstituição contínua do mito, mas parece-nos que sua contribuição e sua função de preservação dessa presença deve-se menos à quantidade de biografias publicadas do que à difusão da narrativa sagrada. A proximidade e a intimidade com Juscelino são medidas, nessas biografias, pelas demonstrações de reverenciamento à figura com a qual aprenderam sua história, viveram alguns momentos dela e se sentiram devedores de uma retribuição.

A morte viria consagrar definitivamente o lugar de importância de Juscelino na história e imaginário mítico. Sua morte ocorre num momento em que a ditadura militar começa a chegar aos seus estertores. O milagre econômico findava com uma profunda crise, inflação, arrocho salarial. Os longos anos de exceção política não conseguiram, contudo, calar as denúncias da tortura e extermínio dos mais ferrenhos opositores do regime militar. Os discursos contra a ditadura defendiam que democracia era uma condição para a dignidade humana, e imprescindível para a superação da grave crise que se mostrava. Mais uma vez, o imaginário político entra em efervescência e são mobilizadas as forças oníricas, os mitos e mitologias. Velhos e novos símbolos são editados, entre eles Juscelino Kubitschek.

A figura de Juscelino, mais do que qualquer outra, opunha a democracia à ditadura, o desenvolvimento, à mediocridade e crise econômica, os “anos dourados”, aos anos da escuridão dos porões. De repente, as diferentes e mesmo antagônicas posições políticas, de direita à esquerda, passaram a representar Juscelino Kubitschek como símbolo e imagem de modernidade e do Brasil moderno, como modelo

de político, como símbolo de um tempo em que o Brasil deu certo. A narrativa do mito foi resgatada e passou a ser reeditada sempre que se pensam nas possibilidades de o país superar seus problemas econômicos e sociais. A lembrança de Juscelino tem sido, invariavelmente, a da lembrança dos anos dourados e evocação do mito da Idade de Ouro. Tem sido uma lembrança que reinstitui a narrativa mítica que ordena uma história mítica arquetípica, em fases que explicam por que se tornou um mito. Essa ordenação compreende seu surgimento, auge e morte; ou, o tempo do apelo, do poder e da glória, e o martírio.

Segundo Girardet (1987, p.23),

“o mito só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente. Objeto de estudo, ele tende, inversamente, a imobilizar-se em uma sucessão de dados estáticos; tende igualmente a se esvaziar de seu conteúdo emocional, ou seja, do essencial de si mesmo”.

O nosso objetivo foi compreender o mito, e se para isso era necessário vivê-lo intimamente, nós o viveríamos. Ora, quem nesse país viveu mais intensamente esse mito do que os nordestinos? De origem nordestina, descobrimos que o mito JK estava muito mais próximo de nós do que poderia imaginar. Nossos pais foram migrantes nordestinos. Descobrimos, já em fase adiantada de nossa pesquisa que eles tinham informações a dar acerca desse tempo: a mudança para a cidade, o trabalho em uma das obras do governo JK, o sonho de uma vida melhor, a crença no país, o sentimento nacionalista. A atitude que adotamos

frente às fontes documentais foi a de viver o máximo possível as verdades que nos colocavam. O risco era grande, contudo era preciso viver esse mito. Porque o mito é essencialmente isso: sensibilidade, vivência, experenciação. O mito JK, particularmente, é extremamente fascinante, ele mexe conosco, ele empolga, faz rir, faz chorar, faz acreditar, faz desacreditar também, faz sentir saudade de um tempo que parece o melhor, mais sedutor, glamouroso. Ele é apaixonante. E o é, porque movimenta, todo o tempo, as imagens que manifestam o que há de fascinante na modernidade, o que ela tem de bom para oferecer; porque põe em ação o imaginário mítico latente, um sonho, mesmo que não percebido, de fazer parte de um “país-grande-nação”. Talvez essas observações possam nos ajudar a compreender a questão de *“por que afinal no Brasil, convivemos com uma vivência política que ‘desconfia’ dos políticos e ao mesmo tempo está sempre pronta a ‘seguir-los carismaticamente’ ?”* Portanto, nosso envolvimento com o mito JK foi o meio que encontramos para vivê-lo em toda sua força. Mas, para dar conta dele objetivamente, para poder explicá-lo, entender sua construção e criticá-lo, era preciso estabelecer o distanciamento, o que consistiu numa tarefa difícil e, ao mesmo tempo, desafiante.

“De resto, nesse paradoxal empreendimento que consiste em transcrever o irracional na linguagem do inteligível, não dissimulamos o quanto se arriscam a parecer incertos, parciais e incompletos os resultados de semelhante investigação. A realidade mítica é tal que escapará sempre, por alguns de seus aspectos, à mais sutil como à mais rigorosa das análises. É uma esperança sem dúvida bem ilusória pretender definitivamente transcender a oposição do racional e do imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 23)

A) FONTES

1 - Fontes Orais

Geneton Pedro da Silva, 62 anos, Campina Grande/PB. Entrevista realizada em Junho de 1998.

Severina Paulina, 80 anos, Campina Grande/PB. Entrevista realizada em Agosto de 1998.

2 - Fontes Impressas

2.1 - Jornais

O Estado de S. Paulo. São Paulo. Anos: 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960; 1961.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Anos: 1956; 1957; 1958; 1959.

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro. Anos: 1955; 1956.

Estado de Minas. Belo Horizonte. Anos: 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960.

Diário de Minas. Belo Horizonte. Anos: 1955; 1956.

2.2 - Revistas

Nosso Século. (1945-1960). São Paulo: Abril Cultural. (Fascículo nº 66)

Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Revista ISTOÉ. (*Juscelino Kubitschek, o estadista do Século*)

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Vol. 14, nº 27, São Paulo, 1994.

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA. *Problemas do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, In: KUBITSCHKE de Oliveira, Juscelino Ano X. Jan.-Jun./1961. nº ½. Pp. 94-109.

Revista *Manchete*. Rio de Janeiro. Anos: 1952; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960.

Revista *Manchete*. Rio de Janeiro. Abril/1988; Abril/1998; Abril/1999.

O *Cruzeiro*. Rio de Janeiro. Anos: 1947; 1948; 1949; 1950; 1951; 1952; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960; 1961.

FOLHA DE SÃO PAULO. *História do Brasil*. São Paulo, 1997. pp. 241-245.

2.3 - Documentos Oficiais

ANAIS DO SENADO. Fev./1956. pp.253-266.

ANAIS DO SENADO. Jun./1956. pp. 559-565.

ANAIS DO SENADO. Jul./1957. pp. 259-261.

ANAIS DO SENADO. Set./1956. pp.732-742; pp. 776-784.

ANAIS DO SENADO. Out./1957. pp. 222-224; .

ANAIS DO SENADO. Dez./1957. pp. pp. 35-45;

ANAIS DO SENADO. Mar./1958. pp. 558-559; pp. 471-472; pp. 431-443; pp. 388-389; pp. 343-344; pp. 320-333; pp. 188-193; pp. 168-170; pp. 100-103; pp. 856-858; pp. 683-692; pp. 488-490; pp. 448-455.

ANAIS DO SENADO. Fev./1958. pp. 272-276; 110-115.

ANAIS DO SENADO. Abr./1958. pp. 416-421; pp. 362-367; pp. 329-330; pp. 288-299; pp. 199-201; pp. 191-192; pp.152-154; pp.92-94; 82-86.

ANAIS DO SENADO. Mai./1958. pp. 73-81; pp.37-48; pp. 28-32.

ANAIS DO SENADO. Nov./1958. pp. 2125-2127; pp. 1731-1737; pp. 533-536; pp. 241-243; pp.873-878; pp.858-863; .

ANAIS DO SENADO. Dez./1958. pp. 50-63; pp. 38-39; pp. 932-933; 719-724;

- BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *O Ministério da Agricultura a serviço do desenvolvimento; síntese da atividades em 1957-1958, gestão do ministro Dr. Mário Meneghetti*. Rio de Janeiro, 1959. 98p. il.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento Econômico e Consular. *Estudos econômicos da Operação Pan-Americana; tendências básicas das economias brasileira e mundial no período 1958/1980*. [Rio de Janeiro], 1958. t.1.
- BRASIL. Presidência da República. *Síntese cronológica: 1957-1960*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959-1960. 4 v.
- BRASIL. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. *Indústrias de base*. Rio de Janeiro, 1957. 2 v. il.
- BRASIL. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. *Relatório do Período 1956-1960*. Rio de Janeiro, 1960. 4t.
- BRASIL. Presidência da República. Serviço de Documentação. *Resenha do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Rio de Janeiro, 1960. 4 v.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *O avanço do Brasil; o governo e os problemas do desenvolvimento econômico brasileiro, discurso pronunciado em 16 de janeiro de 1961*. Rio de Janeiro, [s.n., 1961]. 35p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Discurso do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à nação...* [s.n.t.], 7p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Discursos: proferidos no primeiro ano do mandato presidencial, 1956*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1958. 425p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Discursos: proferidos no quarto ano do mandato presidencial, 1959*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1960. 385p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Discursos: proferidos no segundo ano do mandato presidencial, 1957*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1958. 303p.

- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Discursos: proferidos no terceiro ano de mandato presidencial, 1958*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959. 532p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Educação, ciência e cultura: capítulo da mensagem ao Congresso Nacional sobre o desenvolvimento social e cultural*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1958. 36p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Em marcha para a emancipação econômica, introdução à mensagem enviada pelo presidente da República por ocasião da sessão legislativa de 1959*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959. 25p.
- BRASIL. Presidente (1959-1961: Kubitschek). *Industrialização: batalha pela própria sobrevivência da nacionalidade*. São Paulo, Serviço de Publicação, 1957. 46p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1957*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional. 515p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1958*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional. 294p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1960*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1960. xxix, 191p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1956*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1956. 573p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959. 159p.

- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Mensagens presidenciais, 1947-1964*. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 1978. 435p. (Documentos parlamentares; 127)
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Operação Pan-americana: Discurso do excelentíssimo senhor presidente Juscelino Kubitschek do Oliveira, de 20 de junho de 1958 sob a presente situação interamericana*. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 1958 [12]p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Palavras à juventude*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959. 11p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Prece natalícia à Brasília*. [s.l.,s.n.], 1960. 7p.
- BRASIL. Presidente (1956-1961: Kubitschek). *Unidade nacional e desenvolvimento econômico: palestra pronunciada no Clube Militar às 18:30 do dia 21 de julho de 1959*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1959. 14p.
- BRASIL. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *O ensino no Brasil, 1957: ensino primário geral*. [Rio de Janeiro, IBGE, 1961]. 114p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos 1956*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1958. 407p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos 1957*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1958. 291p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos 1958*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1959. 532p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos 1959*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1960. 385p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos 1960*. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1961. 484p.
- KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. Relatório do Período 1956-1960*. Rio de Janeiro: Dez.1960, Tomo I.. 220p.

- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. Relatório do Período 1956-1960*. Rio de Janeiro: Dez.1960, Tomo II.. 220p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 1956*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. 573p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 1957*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957. 515p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 1958*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 294p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 1959*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 312p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 1960*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960. 407p.
- PRESIDENCIA DA REPUBLICA. *Síntese Cronológica. 1957*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 498p.
- PRESIDENCIA DA REPUBLICA. *Síntese Cronológica. 1958*. Tomo II. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 432p.

2.4 - Filmes

- Conterrâneos Velhos de Guerra*. Vladimir Carvalho. Fita VHS, Duração: 2:28 h.
- JK: 20 anos de ausência*. Documentário. Fita VHS, Duração: 1 h.
- O ciclo do populismo*. Silvio Tendler. Fita VHS, Duração: 1:40 h.

B) BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco. *História da Civilização Brasileira*. 1986
- ALVES, Henrique L. *Juscelino Kubitschek: o construtor de Brasília*. Rio de Janeiro, Catedral, 1983. 83p. (Série Grandes Vidas, Minibibliografias; 7)
- ARRUDA, José Jobson de A. & PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2000. pp.426-429.
- AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio e JK*. São Paulo, Cinemateca Brasileira/CIA das Letras, 1989. 280p. il.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. 145p.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988. 320p.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1968*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 294p. (Estudos Brasileiros; 8)
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, Brasiliense, 1989. 171p.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 197p. il. (Col. Estudos Brasileiros, v. 51)
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- CADERNOS de nosso tempo. Seleção e introdução de Simon Schwartzman. Brasília, Câmara dos Deputados, Ed. Universidade de Brasília, 1981. 273p. (Biblioteca do pensamento político republicano; v. 6)
- CAMPINA Grande; missão cumprida: discursos. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1958. 51p.
- CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo, Perspectiva, 1986. 354p. il. (Debates; 4)

- CAMPOS, Nélon & HÉLIO, Jorge. *História do Brasil*. Fortaleza: Lowes, 1997. pp. 250-255.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 459p. il. (Estudos brasileiros; v. 14)
- CARONE, Edgar. *A quarta república (1945-1964): documentos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1980. 587p. (Corpo e alma do Brasil; v. 58)
- CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Tradução Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papirus, 1995 (Coleção Travessia do Século). 253p.
- CONY, Carlos Heitor. *JK: memorial do exílio*. Rio de Janeiro, Bloch, 1982. 188p. il.
- CORBISIER, Roland. *JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista*. São Paulo, Duas Cidades, 1976. 179p.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 399p. (Estudos brasileiros; v. 84)
- DURAND, Gilbert. *O Imaginário. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução: Renée Eve Levié. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. 122p.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução: Hérder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972. 183p.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Tradução Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 178p.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. Tradução José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992. 175p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola. 79p.
- FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Rio de Janeiro, Record, 1968. 271p. (Coleção Presença Brasileira; 1)
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206p.

- .FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 232p. (Estudos Brasileiros; v. 89)
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1968. 132p. (Imagem do Brasil; v. 6)
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 205p.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 1991. 161p.
- GUNDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos 1958-1964*. Rio de Janeiro, Agir, 1965. 512p.
- HELIODORO, Affonso. *JK – exemplo e desafio*. Brasília: Thesaurus, 1991. 216p.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 236p.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil. (190-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 316p. (Retratos do Brasil; v. 83)
- JARDIM, Serafim. *Juscelino Kubitschek, onde está a verdade?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 247p.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. [Rio de Janeiro], Paz e Terra, [1969]. 236p. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina; 8)
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958. 305p.
- JARDIM, Serafim. *Juscelino Kubitschek, onde está a verdade?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 247p.
- KERN, Iara. *De Akanaton a JK, das pirâmides a Brasília*. 2ª ed. 1984. 128p.
- JK, o estadista do desenvolvimento. José Aparecido de Oliveira et alli. Brasília, memorial JK, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1991. 367p.

- JORGE, J. G. de Araújo. *Brasília e JK*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1972. 11p.
- JUREMA, Abelardo. *Juscelino e Jango: PSD e PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1981. 258p.
- KERN, Iara. *De Aknaton a JK: das pirâmides à Brasília*, ed. Graf. Ipiranda, 1984, 128p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai Ltda., 1955. 247p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Realidades, Perspectivas: Quatro anos no Governo de Minas. Discursos*. Minas Gerais: Ed. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, (s/d), 1955. 461p.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *A Marcha do Amanhecer*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1962.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Por que Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch Ed., 1975. 370p.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch, 1974-1978. 3v. il. Conteúdo: v. 1. A experiência da humanidade. – v. 2. A escalada política. V. 3. 50 anos em 5.
- LACERDA, Carlos. *Carlos Lacerda: depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 493p. il.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp.19-32 e pp.732-759.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Cood. Alzira Alves de Abreu. Colab. Eduardo Raposo e Paulo César Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 337p. il. (Retratos do Brasil; v. 157)
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschke*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 105p. (Tudo é história; 14)
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil*. São Paulo: Summus, 1985. 165p.
- MAYRINK, Geraldo. *Juscelino*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. 112p.

- MEIRA, Lúcio. *Advento do automóvel brasileira: discurso de abertura da exposição da indústria brasileira, comemorativa do 1º. aniversário do grupo executivo da indústria automobilística – GEIA*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1957. 9p.
- MENDES, Manuel. *Meu testemunho de Brasília*. 2ª. ed. Brasília: Thesaurus, 1997. 190p.
- MIRANDA, Antonio. *Brasília, capital da utopia (visão e revisão)*. Brasília: Thesaurus, 1985. 233p. il.
- MONTELLO, Josué. *O Juscelino de minhas recordações*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1999. 261p.
- MORAIS, Fernando. *Chato: O Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Juscelino Kubitschek: audácia, energia, confiança*. Rio de Janeiro, Bloch, 1988. 95p.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito Social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.
- ORICO, Osvaldo. *Confissões do exílio – JK*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. 177p.
- PINHEIRO NETO, João. *Juscelino, uma história de amor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 1995. 236p.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. 52p. (Textos brasileiros de filosofia; 4)
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. 464.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 190p.
- SANDRONI, Cícero & SANDRONI, Laura Constância A. de A. *Austregésilo de Athayde: O Século de um Liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998. pp. 435-591.

- SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica do Brasil*. São Paulo: Nova Geração, 1998. pp. 302-308.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Tradução por Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 382p.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. *BRASIL, História e Sociedade*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2000. pp. 276-279.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5. A FIESP e o Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 205p.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História. Fantasma e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Tradução: Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997. 407p.

